

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

José Bezerra de Araújo n.º/Au. 15/m.c.

MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA
E ORGANIZAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO
NO SEMI-ÁRIDO DA BAHIA

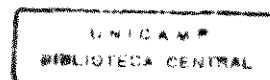
*Este exemplar
corresponde ao original
da tese defendida por
José Bezerra de Araújo
em 18/11/94 e orientada
pelo Prof. Dr. Carlos Alonso
Barbosa de Oliveira.
CPG DE, 18/11/94
C.*

Tese de Doutorado apresentada ao
Curso de Pós-Graduação em Economia

Orientador: Prof. Doutor Carlos Alonso
Barbosa de Oliveira

Oliveira T.

Campinas, Junho de 1994



9501670

INDICE

APRESENTAÇÃO

1. A PAISAGEM	01
1.1 - Caracterização da área de pesquisa	01
1.2 - A População	05
2. FORMAÇÃO HISTÓRICA DO SEMI-ÁRIDO NA BAHIA - UM ESBOÇO..	06
2.1 - Introdução	06
2.2 - Ocupação e povoamento da Bahia: o caso do Sertão....	09
2.3 - A integração econômica 1890-1940	16
2.4 - O advento da economia de mercado 1940-1970	19
3. MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO SEMI-ÁRIDO: O CASO DA REGIÃO DE IRECE NA BAHIA	23
3.1 - Introdução	23
3.2 - Rendimento e produtividade no semi-árido - algumas notas	37
3.3 - As ligações com os mercados	40
3.4 - A expansão das pastagens	46
3.5 - O mercado de trabalho	49
3.6 - O valor dos bens no semi-árido	53
3.7 - Conclusão	55
4. A ESTRUTURA FUNDIÁRIA - ALGUMAS ANOTAÇÕES AUXILIARES ..	57

5. ASSOCIATIVISMO NO BRASIL E NO NORDESTE	68
5.1 - Associativismo e educação formal	72
5.2 - Associativismo e distribuição de renda	75
5.3 - Motivação para o associativismo	82
5.4 - Sindicalismo de trabalhadores rurais: instrumento de luta ou de cooptação?	88
5.4.1 - Sindicalismo no Brasil: a trajetória de uma intervenção do Estado.....	91
5.4.2 - A emergência do sindicalismo no campo	113
5.5 - Cooperativismo - um modelo sem mediações	119
6. A ORGANIZAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NA REGIÃO DE IRECÊ .	128
6.1 - Introdução	128
6.2 - A força de trabalho e suas organizações	130
6.3 - Categorias de Produtores e Associativismo	135
6.4 - Os Sindicatos de Trabalhadores Rurais na Região de Irecê e a FETAG-BA.	150
6.5 - As Cooperativas na Região de Irecê	170
6.5.1 - A Cooperativa de Irecê e a Reprodução Campo- nesa no Maciço do Feijão	184
6.5.2 - A Coopirecê e a Irrigação Comunitária	199
6.5.3 - A Cooperativa de Jacobina	227
7. ACUMULAÇÃO PRIMITIVA: A Grilagem na Região de Irecê...	230
7.1 - Acumulação primitiva e o modo de produção capita- lista - algumas anotações	230
7.2 - Conflitos na Região de Irecê	234
8. CONCLUSÕES	251

AGRADECIMENTOS

A própria natureza da elaboração de uma tese acadêmica já a qualifica como uma construção coletiva com responsabilidade individualizada. Neste fazer contraditório, são tantas as dívidas de gratidão contraídas ao longo da trajetória que pareceu-me importante agradecer, inicialmente, a todas as pessoas e instituições que, de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho e não vão ser citadas, seja por lapso de memória ou impossibilidade física de produzir numa relação exaustiva.

Agradeço aos professores Carlos Alonso Barbosa de Oliveira e José Carlos Braga que me propiciaram a oportunidade de palmilhar parte importante da teoria econômica por uma senda mais orientada para a ciência e menos embarçada pela emoção. Para o primeiro que, nesta caminhada, tornou-se meu orientador, sempre disposto a ouvir e discutir idéias em elaboração inicial, registro meu profundo reconhecimento à sua generosidade e proficiência, sem as quais eu não conseguiria fazer este trabalho.

Agradeço aos professores Wilson Cano, Angela Kageyama e Liana Aureliano que também contribuíram significativamente para minha formação acadêmica na UNICAMP. Sou grato a Antônio Márcio Buanaím, André Vilalobos, Amílcar Baiardi, Fernando Pedrão e Vítor Athaide Couto, que leram os escritos iniciais e, pacientemente discutiram as alternativas teórico-metodológicas para desenvolver a pesquisa.

Ao amigo-irmão Reginaldo Souza Santos, Diretor da Escola de Administração da UFBA, agradeço penhoradamente, o apoio de todas as horas e principalmente, o sábio e judicioso aconselhamento nas horas mais difíceis.

Não poderia jamais deixar sem registro a prestimosidade e o carinho da colega Ildimar Aires.

Sou grato à Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional da Bahia que, através de Carlos Luiz de Miranda, Raimundo Blumeth e João Saturnino, abriu-me a oportunidade extraordinária de cursar a UNICAMP, exemplar patrimônio acadêmico e ético dos povos latino-americanos.

O CNPQ muito ajudou na parte inicial da pesquisa com 12 meses de bolsa de estudo. Faço votos que aquela instituição volte a receber das autoridades o tratamento compatível com a sua finalidade.

Ana Paula, Mônica, Carina, Nilton e principalmente Norbert, digitaram com paciência todo este texto. A eles o meu muito obrigado, extensível a Murilo, o chefe do CPD da CAR e a Mara, uma bibliotecária sempre prestimosa; aos colegas da CAR, principalmente a José Valdeilson.

Sou grato aos meus colegas de doutoramento pela agradável convivência acadêmica; aos professores do Departamento de Economia da UFPb/Campina Grande que concordaram em aumentar suas cargas de hora/aula para que eu pudesse concluir este trabalho, em especial aos professores Jurandyr Xavier e Reinaldo Carcanholo; aos meus alunos do Curso de Mestrado em Economia Rural e da graduação na UFPb que foram compreensivos com um mestre dividido entre o magistério e a elaboração da tese; aos amigos do Bar Colher de Pau, especialmente os colegas acadêmicos: Maciel, Macalé e Ramaiana que ajudaram-me a dissipar tensões imanentes à produção de uma tese.

Finalmente, agradeço a meus filhos Alexandre, Cal, José e Joana por terem suportado com determinação minhas longas ausências do convívio familiar para cumprir esta missão.

APRESENTAÇÃO

Este trabalho se propõe a interpretar - sem perder de vista a totalidade - parte do processo de acumulação capitalista na agricultura do semi-árido do Nordeste Brasileiro, particularmente, na região de Irecê no Estado da Bahia e nos tempos recentes.

A região em estudo foi submetida aos estímulos de política econômica que a literatura, pertinentemente, convencionou chamar "*modernização conservadora*" da agricultura. Este processo, num certo nível de abstração, apresentou-se na área em estudo marcado por um único sentido geral: a subordinação do trabalho pelo capital. Todavia, as leis gerais do desenvolvimento capitalista na agricultura, ao confrontarem condições históricas e sociais diferenciadas no interior da mesma região, produziram espaços com especificidades distintas, na forma e no conteúdo das relações sociais, reversivamente, resultantes da dinâmica de uma agricultura, fundamentalmente, produtora de valores de uso ao se mover para a produção predominante de valores de troca. Desde logo, deve-se adiantar que, no âmbito das relações sociais, a pesquisa centrou ênfase nas condições de organização dos produtores diretos em associações, cooperativas, sindicatos e formas não convencionais de defesa de seus interesses, incluindo nestes, a reprodução social. Inicialmente, o capítulo primeiro apresenta um esboço da formação histórica dos principais componentes da estrutura e da dinâmica da economia regional. Esta parte do trabalho já evidencia especificidades que marcam certas sub-áreas na região em estudo, indicando a necessidade de, na sequência, dividi-la em sub-regiões, para melhor compreender as formas particulares assumidas pela "*modernização conservadora*", a partir da metade dos anos sessenta. Esta sub-regionalização é utilizada já no capítulo segundo.

Então, levando em conta as principais características desta modernização, a área em estudo foi dividida em quatro sistemas de produção para definir os contornos dos diferentes padrões agrários de desenvolvimento capitalista resultantes da modernização da agricultura. Aqui, a idéia central é buscar associação entre estes diferentes padrões agrários e as resultantes condições de organização da força de trabalho ou, como assinala Moore Jr. guardadas as devidas mediações: "*Existem certas formas de transformação capitalista na zona rural que podem ter êxito econômico, no sentido de produzirem bons lucros, mas que são, por razões bastante óbvias desfavoráveis ao desenvolvimento de instituições livres do gênero das do ocidente no século XIX*".(1)

Tendo sempre presente a formação histórica, bem como indicadores dos contornos assumidos pela "*modernização conservadora*" nas distintas sub-áreas, a referência básica para balizar os diferentes padrões agrários é a intensidade de uso de capital conforme definido por Marx.(2)

Em consequência, levando em conta a intensidade de capital no espaço produzido pela transição para uma agricultura predominantemente comercial, pôde-se perceber que os sistemas de produção ainda assim apresentam formas combinadas de um padrão de desenvolvimento agrário marcado pela elevada intensidade de capital, coexistindo com outro padrão de desenvolvimento agrário, onde predominou a expansão horizontal da atividade econômica. Todavia, no SISTEMA DE PRODUÇÃO I - *O Maciço do Feijão* - a expansão da atividade econômica apresentou-se, particularmente, marcada pela elevada intensidade de capital, com a correspondente elevação dos padrões tecnológicos na produção de feijão. No contraponto, o SISTEMA DE PRODUÇÃO III - *O Sistema Jacobina* -,

(1) Moore Jr., *As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia. Senhores e Camponeses na Construção do Mundo Moderno* Ed. Martins Fontes, SP., 1983, p. 413.

(2) MARX, *História Crítica de la Teoria de la Plus Valia B.* Aires Ed Brumário. Livro III, 1974. P. 773.

apresentou um padrão de desenvolvimento agrário assentado na expansão horizontal da atividade econômica, marcado pela pecuária extensiva, com baixa intensidade de capital e níveis tecnológicos crescentes, porém ainda distantes do que poderia ser considerada uma pecuária moderna. Estas características do desenvolvimento agrícola configuram o fenômeno que no Nordeste, a literatura sobre o assunto convencionou chamar de "pecuarização".

Em ambas as sub-regiões, a modernização da agricultura confrontou uma estrutura fundiária marcada pela predominância numérica de pequenos estabelecimentos, ocupando parcela sempre menor da área recenseada. Entretanto, no *Maciço do Feijão*, a estrutura fundiária apresentou-se dominada por médios e pequenos estabelecimentos, enquanto na sub-região de Jacobina a área recenseada constituía-se, basicamente, de médios e grandes estabelecimentos agropecuários.

As condições de organização dos produtores diretos foram observadas em três níveis distintos. O primeiro, as associações de produtores diretos, apresentou grande dificuldade de obtenção de elementos diferenciais, posto que em ambas as sub-áreas, como de resto em todo o Nordeste, a distribuição clientelista dos favores da máquina estatal levou significativa parcela dos políticos a promover a fundação artificial de associações de produtores para atender requisitos burocráticos de instituições, projetos e programas de governo que marcaram o período em todo o Nordeste. Por outro lado, a aglutinação dos produtores nestas associações, serviu para multiplicar o alcance dos instrumentos de dominação política com dividendos eleitorais generosos para os representantes das classes dominantes. Foram registradas poucas exceções a esta regra. Mesmo nestes casos, pôde-se observar uma evolução dinâmica sintonizada com o ciclo recente que marcou os movimentos sociais no Brasil: forte ascensão nos anos oitenta com significativo refluxo no início da presente década. As exceções observadas como de resto a grande maioria das associações da Região de Irecê, estão localizadas no *Maciço do Feijão*,

corroborando a idéia central desta pesquisa que aponta para as condições mais favoráveis de organização da força de trabalho nos espaços produzido pelo padrão agrário de uso intensivo de capital, vis-a-vis o padrão de expansão horizontal do desenvolvimento capitalista na agricultura.

O segundo nível de observações diz respeito aos sindicatos e cooperativas. Os primeiros, os sindicatos de trabalhadores rurais, prisioneiros do atrelamento legal a diferentes estâncias de governo, revelaram uma atuação que mais os aproxima de extensões dos Ministérios do Trabalho e Previdência Social que propriamente articuladores e defensores de interesses dos produtores diretos. Indiferenciados nesta inversão funcional que os conduziu à heteronomia, os sindicatos rurais nas áreas em estudo, como de resto em todo o Nordeste, não refletiram suficientemente as especificidades que marcam os diferentes padrões agrários de desenvolvimento da agricultura. Por sua vez, a **COOPIRECÊ** dominada até 1984 por grandes proprietários fundiários, reconfigura-se a partir da crise enfrentada naquele ano, para tornar-se importante instrumento no processo de modernização da agricultura no *Maciço do Feijão*. Sua ação direta é dirigida para apoiar camponeses semi-integrados que conseguiram tecnificar suas unidades de produção. Indiretamente, a **COOPIRECÊ** atua articulada com as associações comunitárias dos produtores diretos para alcançar camadas inferiores de produtores expostos à decomposição.

A Cooperativa de Jacobina muito mais antiga que a **COOPIRECÊ**, dominada por pecuaristas, não conseguiu romper a letargia que marcou sua trajetória no horizonte de tempo desta pesquisa.

O terceiro nível de observação, a emergência de conflitos fundiários, revelou-se um filão promissor para apreender os desdobramentos decorrentes dos diferentes padrões agrários observados. Desta maneira, enquanto no *Maciço do Feijão* as observações dão conta de raras ocorrências de conflitos

fundiários, na sub-região de Jacobina, o uso de processos extra-econômicos para expropriar produtores diretos, assumiu níveis alarmantes, devido ao uso frequente de violência, não poucas vezes com assassinatos de camponeses e suas lideranças.

O exame dos conflitos fundiários na sub-área Jacobina mostra claramente a recorrência, no desenvolvimento capitalista, da acumulação primitiva, conforme definida por Marx.⁽³⁾ Revela ainda a estreita relação entre os resultados das políticas de financiamento da pecuária no Nordeste - a pecuarização - e os processos violentos de expropriação de produtores diretos, a grilagem. Em alguns casos, a conivência da instância judicial, e a utilização do aparelho policial do Estado a serviço da grilagem, estão a indicar que os "coronéis" do sertão baiano estão "aposentando" a figura do jagunço e convocando a justiça e a polícia para realizarem interesses espúrios, emanados de um padrão de desenvolvimento agrário, cujas iniquidades, níveis de violência e de custos sociais depõem contra os foros da civilização e da democracia, guardando em alguns aspectos, semelhança com os processos de expropriação dos camponeses que marcaram a infância do modo de produção capitalista no contexto da acumulação primitiva.

(3) MARX, K. O Capital Crítica da Economia Política - Livro 1 vol. II Ed. Difel São Paulo, 1987. p. 831.

CAPÍTULO 1

1. A PAISAGEM

1.1. Caracterização Geral da Área de Pesquisa

Cerca de 90% da região de Irecê, está classificada por Melo⁽⁴⁾ entre as "*Áreas Agropastoris com Combinações Agrícolas*" que ele denominou Sertão Sul. Estas, iniciam-se na Microrregião de Araripina em Pernambuco, limitando-se ao norte com os sertões de Pernambuco, Paraíba e Ceará, a leste com os sistemas Gado-Pecuária (MRH de Jequiá) e Pecuária Melhorada (MRH de Feira de Santana), ambos na Bahia; do lado ocidental, limitam-se com as unidades espaciais de baixa ocupação do solo (Imperatriz, Floriano e Alto Parnaíba no Piauí). Na direção Sul/Sudeste, as *Áreas Agropastoris com Combinações Agrícolas Sertanejas* estendem-se até as áreas bioclimáticas transicionais Caatinga/Cerrado, no sudeste baiano e no norte de Minas Gerais.

A heterogeneidade de combinações agrícolas constitui a principal especificidade deste conjunto espacial em relação à seus vizinhos. Tal diversidade, decorre de causas ligadas à formação geológicas dos solos agrícolas, aos estímulos da colonização e a evolução da estrutura sócio-econômica.⁽⁵⁾

(4) MELO, M.L. de - Regionalização do Nordeste, Recife, SUDENE, 1978.

(5) Iden, p. 193.

O Sertão Sul, através de uma abordagem geoeconômica, foi exaustivamente estudado por ANDRADE.⁽⁶⁾ Apesar de dominada pelos portugueses ainda no século XVI e início do século XVII, o Sertão Sul é ainda uma área em processo de povoamento, conforme observa-se através da sua relativamente baixa densidade demográfica (9,36 hab/Km² em 1980).

A primeira etapa da colonização significou a tomada das terras dos arborigenes para a exploração da pecuária ultra-extensiva. Na sequência, onde as condições favoreciam, eram explorados os recursos minerais e estabelecida a agricultura de subsistência (feijão, milho, mandioca) nos arredores de pequenas povoações que, posteriormente, eram elevadas à categoria de vila. A construção de estradas, já no século XX, vem romper o isolamento destas populações e o Sertão Sul vai se transformar em área de atração de imigrantes.⁽⁷⁾

A heterogeneidade espacial do Sertão Sul levou Andrade a estudar esta área mediante a subdivisão em seis segmentos:

- Submédio São Francisco - Microrregiões Homogêneas (MRH) 101, 103 e 105 em Pernambuco, e MRH 147 na Bahia.
- Senhor do Bonfim - MRHs 138 e 141 na Bahia.
- Chapada Diamantina - MRHs 135, 136 e 137 na Bahia.
- Januária - MRHs 132, 134 e 157 em Minas Gerais.
- Periférico a Montes Claros - MRHs 149 e 163 em Minas Gerais.
- Pirapora - MRHs 161 e 166 em Minas Gerais.

(6) ANDRADE, M.C. de - Sertão Sul - SUDENE, 1984 - 675 p. Estudos Regionais 1.

(7) *Idea*, p 29/30

O segmento Chapada Diamantina compreende a maior parte da área em pesquisa e será sub-regionalizado, pois conforme o próprio Andrade assinala "*Se se utiliza como unidade básica a MRH, por ser muito extensa e diversificada, dificilmente poderia se organizar um planejamento detalhado para a região. Não se deve esquecer, ainda, que a divisão em MRH foi feita em 1968, quando era menor o conhecimento sobre a área e que, nos últimos 15 anos ocorreram grandes modificações, em face da penetração de relações capitalistas na região sertaneja*".(8)

Entretanto o segmento Chapada Diamantina compreende as MRHs Chapada Diamantina Setentrional, Chapada Diamantina Meridional e Serra Geral da Bahia. A "*Região de Irecê*" está contida nas MRHs Chapada Diamantina Setentrional (Municípios de Barra do Mendes, Central, Gentio do Ouro, Ibipeba, Ibititá, Irecê, Jussana, Presidente Dutra, Morro do Chapéu e Uibai); MRH Piemonte da Diamantina (Municípios de Jacobina, Miguel Calmon e Várzea do Poço); MRH Senhor do Bonfim (Municípios de Campo Formoso e Mirangaba) e MRH Baixo Médio São Francisco (Municípios de Xique-Xique e Sento Sé). Uma maior aproximação com as áreas em pesquisa, através da análise de dados secundários e em observações diretas, permite observar com clareza a pertinência dos argumentos de Andrade em relação ao conceito de MRH. Além disto, permite perceber ainda que a "*Região de Irecê*" apresenta especificidades, semelhanças e diversidades que qualificam e articulam entre si os municípios que a compõem. Tais qualificações/articulações são resultantes de identidades referidas fundamentalmente à organização da produção - compreendendo a dotação de recursos naturais, as condições de apropriação dos mesmos, as relações de trabalho e de mercado e, ainda, as resultantes dependências e polarizações.

(8) *Idem* pg 47.

Mediante tal perspectiva, a área em estudo (17 municípios) foi subregionalizada em quatro Sistemas de Produção, tendo como critérios e variáveis regionalizadores, os principais elementos que caracterizam a transição da economia predominantemente produtora de valores de uso para uma economia fundamentalmente produtora de valores de troca. Entre outros critérios, foram consideradas mudanças na pauta de produção, nas formas de organizar a produção, nas relações de trabalho, e variáveis edafo-climáticos.

Os Sistemas de produção identificados na "*Região de Irecê*" foram:

- a) Maciço do Feijão - correspondendo aos municípios de Canarana, Central, Ibititá, Irecê, Jussara e Presidente Dutra.
- b) Serrano - constituído pelos municípios de Barra do Mendes, Ibipeba, Uibaí e Gentio do Ouro.
- c) Jacobina - formado pelos municípios de Campo Formoso, Jacobina, Miguel Calmon, Mirangaba, Morro do Chapéu, Serrolândia e Várzea do poço.
- d) Beira Rio - formados pelos municípios de Sento Sé e Xique-Xique.

O clima nesta região é quente e semi-árido, típico do Nordeste, principalmente, do polígono das secas. As médias mensais de temperatura oscilam entre 19^oC e 28^oC. As chuvas anuais variam entre 500 e 750mm, concentrando-se nos meses de novembro a março.

1.2. A População

A Região de Irecê, em 1980, conforme pode ser visto na Tabela I, no Anexo, apresentou uma população total de 548.047 habitantes, crescendo no período de 1970-1980 a uma taxa geométrica média de 2,67% a.a. A população urbana (181.057 hab.) corresponde a cerca de 33% do total, todavia cresceu no mesmo período à elevada taxa de 4,53%a.a. Por sua vez, a população rural (336.996 hab.) cresceu muito moderadamente no período (1,01%a.a.). Observados em conjunto, estes dados revelam para esta região, o fenômeno generalizado na população brasileira: um acelerado processo de urbanização nos anos setenta.

A densidade demográfica em 1980 (8,79 hab/Km²) representa quase a metade daquela observada para o Estado da Bahia (16,88 hab/Km²) indicando que no interior da região existem espaços geoeconômicos ainda em processo de povoamento, conforme sugere o crescimento populacional na década de setenta.

A área da região (62.339 Km²) corresponde a cerca de 12% do território do Estado da Bahia. O maior Sistema de Produção, o Sistema de Jacobina com 24.611 Km² representa cerca de 40% da área total. O Sistema de Produção IV, o Sistema Beira Rio, com 23.599 Km² vem logo em seguida com 38% de área em estudo. Os dois restantes, o Sistema de Produção II, o Serrano e o Sistema de Produção I, o *Maciço do Feijão*, de extensões quase equivalentes, são bem menores (cerca de 7.000 Km² cada).

A densidade de população em 1980, variando de 24,00 hab/Km² no *Maciço do Feijão* para 3,14 hab/Km² no Beira Rio, por si só já indica o elevado grau de heterogeneidade presente na Região, revelando a necessidade de sub-regionalização.

CAPÍTULO 2

2. A FORMAÇÃO HISTÓRICA DO SEMI-ÁRIDO NA BAHIA - UM ESBOÇO -

2.1. Introdução

Por ter sido o cenário dos primeiros movimentos de ocupação, povoamento e valorização de terras no Brasil, a evolução histórica das estruturas econômicas do Nordeste tem sido objeto de estudo de numerosos pesquisadores, existindo pois, uma vasta literatura em torno do assunto.

Sobre o Brasil Colônia, notabilizaram-se os trabalhos de Roberto Simonsen⁽⁹⁾ e Caio Prado Jr.⁽¹⁰⁾, editados no século XX e Antonil⁽¹¹⁾ no século XVIII. Para um panorama geral, abrangente e cuidadosamente articulado, despontam as contribuições de Furtado⁽¹²⁾ e Buarque de Holanda⁽¹³⁾, para citar apenas alguns estudiosos do problema. Especificamente, sobre a formação histórica da economia no semi-árido não é vasta a bibliografia, posto que desde a gênese a "*economia sertaneja*" tem sido uma

(9) SIMONSEN, R. C. História Econômica do Brasil (1500/1820). 7ª Ed. São Paulo. Ed. Nacional/MEC, 1977.

(10) PRADO JUNIOR, C. História Econômica do Brasil 37ª ed. Ed. Brasiliense, São Paulo, 1976.

(11) ANTONIL, A. J. Cultura e Opulência do Brasil e suas Drogas e Minas. São Paulo. Itatiaia - Edusp, Col. Reconquista do Brasil Vol.70, 1982

(12) FURTADO, C. Formação Econômica do Brasil, 6ª ed. Rio de Janeiro Ed. Fundo de Cultura, 1964.

(13) BUARQUE DE HOLANDA, S. (ORG). História Geral da Civilização Brasileira.

atividade reflexa, dependente, inicialmente da economia açucareira e posteriormente, da dinâmica do café e da industrialização do Sudeste do país. Daí que a sua totalidade só pode ser apreendida do conjunto de relações que, historicamente, tem conformado a econômica brasileira.

Entretanto, não é esta a abrangência deste trabalho. Aqui pretende-se apenas construir apoios analíticos que permitam apresentar, descrever, analisar e compreender os processos sociais que constituíram, ao longo da história, o objeto desta pesquisa.

No que diz respeito à Bahia, vale registrar a presença do colonizador no litoral desde o descobrimento, apoiando-se no escambo com pau-brasil nas primeiras décadas do século XVI. Neste início confrontaram populações arborígenes dispersas e pouco densas, num estágio econômico anterior a organização urbana - vivendo de atividades extrativistas combinadas com uma agricultura extremamente rudimentar - constituindo, pois, um cenário que Andrade⁽¹⁴⁾, citando Kaiser⁽¹⁵⁾, denomina de "*espaço indiferenciado*". Mas, uma paisagem econômica com estas características não poderia fornecer suporte suficiente para valorizar os capitais que, na Europa, soterravam as estruturas feudais e buscavam, através da expansão ultramarina, constituir e reforçar as linhas de circulação de mercadorias do Antigo Sistema Colonial⁽¹⁶⁾.

Era imperioso, pois, para a acumulação capitalista, redefinir o espaço econômico. Como o atraso da civilização arborígene - que diferentemente da América Espanhola, não

(14) ANDRADE, M. C. de - O Processo de produção do espaço regional do Nordeste. 2ª ed. Recife. SUDENE. 1979. p. 11.

(15) KAISER, B. - Les divisions de l'espace géographique dans les pays sous - développés. Annales Geografic, Paris, 1966

(16) NOVAIS, F. A. - Estrutura e Dinâmica do Antigo Sistema Colonial. São Paulo Ed. Brasiliense. 1986 p. 13.

propiciou o entesouramento de metais preciosos - os portugueses tentaram reproduzir no Brasil, em escala ampliada, sua experiência colonizadora, iniciada no século XV nas recém descobertas Ilhas do Atlântico (Açores e Madeira). E o "espaço indiferenciado" vai se transformar para dar lugar aos "enclaves" das **plantation** açucareiras, constituindo-se em "região de especulação" (17), para valorização de capitais europeus no Brasil, logrando êxito em Pernambuco e na Bahia. Quais as principais características desta transformação?

Inicialmente, parece pertinente pensar a questão numa perspectiva histórica, o que remete para a necessidade de estabelecer períodos na análise. Na literatura corrente sobre a formação econômica no Brasil, a sucessão dos "ciclos econômicos" define os períodos, de forma que temos o ciclo do açúcar, do couro, do ouro, do algodão, etc. Esta periodização, muito fecunda para outras análises, no caso presente apresenta dificuldades. Seja por motivo de superposição dos períodos (a cana-de-açúcar existe até hoje onde o colonizador a implantou) ou porque alguns destes ciclos não tiveram maior expressão no semi-árido. Para uma retrospectiva panorâmica como se deseja neste capítulo - parece muito fértil a periodização assinalada por Freitas (18) para quem a evolução histórica dos sertões da Bahia apresenta três períodos básicos:

- a) Ocupação e Povoamento da Bahia e o Sertão em Particular:
Séculos XVI ao XIX.
- b) A Integração Econômica: 1890 - 1940.
- c) 1940/1970: A Economia de Mercado na Região de Irecê.

(17) ANDRADE, M. C. de, Op. cit. p. 11.

(18) FREITAS, A. F. G. et alii - O Sertão da Bahia (Aproximações para sua formação histórica. Seplante/CEPA Salvador, 1984.

Nesta perspectiva, serão realçados neste capítulo, os aspectos mais importantes da evolução⁽¹⁹⁾ histórica da ocupação econômica dos sertões baianos.

2.2. Ocupação e Povoamento da Bahia: o caso do sertão

Logo após o descobrimento, inicia-se na costa nordestina o escambo de pau-brasil entre os índios e os europeus (franceses, principalmente, portugueses). Embora não existisse nessa primitiva forma de circulação de mercadorias qualquer iniciativa organizada para incorporar economicamente as terras recém descobertas, Portugal instalou feitorias na costa para dar apoio ao escambo e, sobretudo, tentar criar condições para confrontar a permanente ameaça dos franceses que não estavam dispostos a acatar a bula papal que dividiu o Novo Mundo entre portugueses e espanhóis.⁽²⁰⁾

Entretanto, o escambo de pau-brasil - uma atividade litorânea - não provocaria desdobramentos na direção do semi-árido, limitando-se a iniciar o processo de exploração extrativista da Mata Atlântica na planície costeira.

Convencida da impossibilidade de manter a posse da colônia sem o desenvolvimento de atividades econômicas que efetivassem a

(19) Esta periodização aproxima-se bastante daquela encontrada em LEÃO, S. de D. - Evolução dos Padrões de uso do Solo Agrícola na Bahia. Recife - SUDENE, 1987.

(20) Sobre o assunto, o Rei Francisco I, da França, afirmaria, ironicamente, que "não conhecia a cláusula do testamento de Adão que reserva o novo mundo inicialmente para portugueses e espanhóis. Citado por PRADO JUNIOR, C. História econômica do Brasil São Paulo. 37^a ed. Ed. Brasiliense, s. d. p. 25.

ocupação territorial, a Coroa Portuguesa em 1534 dividiu o território brasileiro em 15 faixas paralelas no sentido litoral-
sertão, as chamadas **Capitanias Hereditárias**, cujos donatários foram escolhidos pelo rei e "gozarão de grandes regalias" enquanto "o Rei conservará apenas direitos de suserania semelhantes aos que vigoraram na Europa feudal".⁽²¹⁾ A política das capitanias apontava diretamente para a produção de açúcar - um produto raro na Europa, com um mercado ávido em expansão - aproveitando ainda a experiência portuguesa na colonização das Ilhas da Madeira e Açores no século anterior. Contudo, a produção açucareira exigia grandes investimentos além de escalas mínimas na produção, "circunstâncias que determinarão o tipo de exploração agrária adotada no Brasil: a grande propriedade".⁽²²⁾ Tais circunstâncias marcariam também a entrada do Brasil no conjunto formado pelas chamadas "colônias de exploração" no contraponto com as "colônias de povoamento" entre as quais a Nova Inglaterra é o protótipo exemplar.⁽²³⁾

A produção de açúcar inicia-se ainda no primeiro quartel do século XVI, pois há referências históricas que dão conta do envio do produto para Portugal já em 1526, partindo da Feitoria de Itamaracá, onde residiam treze europeus que já houvera assimilado padrões alimentares dos arborígenes, pois, cultivavam e consumiam a mandioca e o milho.⁽²⁴⁾ Entretanto, a colonização propriamente dita, a rigor só se iniciará em 1535, com a chegada do donatário

(21) PRADO JUNIOR. Op. cit. p. 32. Aliás para este autor entre os donatários "não figura nenhum nome da grande nobreza ou do alto comércio. São todos indivíduos de pequena expressão social e econômica". Por sua vez, LEÃO op. cit. p. 78, vai apoiar-se em SIMONSEN, R. C. - História Econômica do Brasil, 7ª ed. Nacional, 1977. p. 81 para afirmar que os doze donatários "foram selecionados dentre a nobreza mais rica de Portugal e a classe média... Alguns desses donatários já eram proprietários em Portugal, enquanto outros fizeram fortuna no comércio da Índia ou ocupavam altos postos administrativos ou militares".

(22) PRADO JUNIOR. Op. cit. p. 33.

(23) FURTADO Formação Econômica do Brasil. 22ª ed. São Paulo. Ed. Nacional, 1987. pp 25 - 31.

(24) ANDRADE, M. C. A Terra e o Homem no Nordeste. Contribuição ao Estudo da Questão Agrária no Nordeste 5ª edição. São Paulo: Atlas, 1988. p. 55. Este excelente trabalho do geógrafo pernambucano reconstituiu esta epopéia da colonização com grande riqueza de detalhes.

Duarte Coelho que deslocou-se para o novo mundo com a esposa, filhos e muitos amigos. Do Rei de Portugal, Duarte Coelho recebeu - além da capitania que estendia-se ao estuário do Rio Santa Cruz até a foz do Rio São Francisco - plenos poderes para "*doar sesmarias a pessoas cristãs*" e escravizar índios para "os trabalhos de produção açucareira e fainas domésticas, enquanto o comércio de pau-brasil continuou monopólio da Coroa.

O enclave açucareiro pernambucano foi construído lentamente. Ao falecer o donatário vinte anos depois, havia conquistado "*poucas terras em torno de Igarapé e de Olinda*" enquanto os combativos Caetés ainda "*constituíam-se em sérios obstáculos à colonização portuguesa*". (25) Os parentes de Duarte Coelho dariam seguimento à sua empresa.

Por sua vez, enquanto empreendimento privado, a capitania da Bahia constituiu-se em rotundo fracasso. Muito pouco pôde realizar seu enérgico donatário, o português Francisco Pereira Coutinho que veio a morrer em combate com os índios em 1546. Neste mesmo ano, a Coroa adquiriu, dos herdeiros do donatário, os direitos de posse e constituiu a **Capitania Real da Bahia**. Por esta época, já se desenhava o fracasso do bem definido sistema de Capitania Hereditárias. A hostilidade do ambiente, a resistência dos arborígenes, os problemas de suprimento de mão-de-obra em larga escala, as dificuldades de navegação agravada pela persistente e violenta ação de piratas, são os principais fatores determinantes do insucesso. O Rei de Portugal D. João III, reconhece a necessidade de reformular a política colonial Da p. 84

evoluir no sentido de melhor coordenar as atividades colonizadoras, organizar a cobrança de impostos, unificar a execução da justiça, aperfeiçoar o combate ao florescente contrabando para outras nações, principalmente, a França. Impunha-se o ajuste dos mecanismos da política colonial para assim realizar mais proveito da elevação dos preços do açúcar no

(25) ANDRADE, M. C. Op. cit. p. 56.

mercado europeu depois de 1530. Em consequência, sobrevêm a redução relativa dos poderes concedidos originalmente aos donatários, a escolha da Capitania Real da Bahia para sede de governo e a nomeação de Tomé de Souza como o primeiro governador do Brasil. Ele desembarcou em 29 de março de 1549 na Bahia, estimulou a construção de engenhos de açúcar, doou terras aos colonizadores de sua comitiva, importou gado bovino e outros animais domésticos, criando um clima de desenvolvimento econômico. No mesmo ano, fundou a cidade de Salvador para ser a capital da colônia e servir ainda de entreposto comercial.

A cidade de Salvador, já em fins de século XVI, era importante centro comercial da colônia. Além de ser a sede política-administrativa, na cidade de Salvador estava o mais importante porto de importação de gêneros alimentícios e manufaturados vindos da Metrópole, sendo também expressiva suas ligações com a África através do mercado de escravos, situação que se alonga no tempo até o advento da navegação a vapor, já no século XIX. Ao longo deste tempo, o porto de Salvador constituiu-se em ponto de parada obrigatória da navegação entre a Europa e as Índias, e também dos navios que faziam o tráfico negreiro com a África. Com a *"abertura dos portos às nações amigas"* em 1808, cresce ainda mais a importância da Bahia, como entreposto comercial nos circuitos mercantis da relação com a Metrópole.

O comércio com o sertão baiano até meados do século XIX era realizado através do porto de Cachoeira em condições muito precária. As mercadorias embarcadas em Salvador iam até Cachoeira, de onde eram transportadas para a Chapada Diamantina em lombo de burros, que no retorno, levavam diamantes e carbonatos na direção de Salvador.⁽²⁶⁾ Como era proibido criar gado em um raio inferior a 100 Km de Salvador, já a partir do final do século XVII, inicia-se a ocupação dos sertões através

(26) FREITAS, A.F.G. de - O Sertão da Bahia - (Aproximações para sua história. Seplante/CEPA. Salvador, 1984. p. 46 e seguintes.

das fazendas de pecuária.

Com a descoberta de ouro na Chapada Diamantina em 1724, expande-se o povoamento dos sertões baianos, num processo ainda vinculado ao porto de Salvador, que ampliou consideravelmente seu circuito comercial de gado e ouro, estendendo-se até Minas Gerais e o Piauí, de onde convergiam rotas comerciais que se estendiam da fronteira com Pernambuco na linha de Juazeiro, Sento Sé, Pilão Arcado e Jacobina, para onde convergiam também as rotas comerciais vindas de Goiás e Minas Gerais. A rota que vinha do norte de Minas através de Lençóis, na Chapada Diamantina, alcançava Feira de Santana, onde se interligava com a rota comercial que vinha do Vale do São Francisco em Minas Gerais.

Com base no sistema de sesmarias, a ocupação e povoamento dos sertões na Bahia encontrou na pecuária a atividade econômica que sustentaria a expansão para o interior. Inicialmente, a cata ao ouro e outros minerais preciosos. Depois os currais da pecuária, e a produção de gêneros de subsistência (feijão, milho e mandioca, principalmente) onde as condições se apresentavam mais favoráveis, lastreavam a fixação de populações rarefeitas em pequenas povoações ao longo das rotas comerciais. Um povoamento problematizado pelas distâncias, pois as sesmarias no Nordeste eram superiores a vinte léguas, chegando não poucas a 50 léguas, quando no Centro-Sul do país, não passavam de três léguas lineares na margens dos rios.

A maior parte da área de nosso estudo está compreendida pelas sesmarias pertencentes à família Guedes de Brito que se estendiam de Morro do Chapéu na Chapada Diamantina até os nascentes do Rio das Velhas, 160 léguas na direção de Minas Gerais. Ao Norte de Morro do Chapéu, em 1655, Bernardo Vieira Ravasso recebia 10 léguas de sesmaria, em torno de onde hoje estão os municípios de Jacobina e adjacentes.

Para a Bahia Colonial como um todo, há registros de que o

segundo Francisco Dias D'Ávila, filho de Garcia D'Ávila, teria sido o bandeirante mais notório. Por ordem do Governador Geral em 1692, ele mandou um grupo de homens para enfrentar a federação dos índios Acroás vindos do Piauí, Pernambuco e Maranhão para invadir o Sertão de Rodelas na área das Corredeiras do São Francisco. Na condição de Mestre de Campo dos Auxiliares da Casa da Torre, ele levou consigo "*900 homens do seu regimento, 200 Índios mansos, 100 mamelucos, um corpo de 150 escravos, um comboio de munição de boca e guerra e vários missionários para abrir um caminho até o Maranhão*".(27)

Nesta Bandeira, os domínios da Casa da Torre, o Castelo dos D'Ávila, foram estendidos até Jacobina e mais adiante pelas duas margens do Rio São Francisco através de lutas contra os índios, missionários e sesmeiros.

Ainda no final do século XVII, assume importância o papel desempenhados pelos "*Sertanistas Contratados*", bandeirantes paulistas apoiados pelo governador para descobrir novas terras e principalmente subjugar os índios Cariris e Jês. Neste processo, merece registro especial o bandeirante Pedro Barbosa Leal que saiu de Salvador em 1696, explorando o Monte Pancaré e a Serra de Jacobina, onde, posteriormente, descobriu ouro, iniciando o ciclo deste metal na Bahia.

Aliás, Jacobina foi povoada, inicialmente, pelos franciscanos da Missão Santa Luz, em 1697, a partir da aldeia dos índios Payayazes, recebendo o nome de "*Agrícola Cidade de Santo Antônio de Jacobina*". A descoberta de ouro em 1703 vai estimular a ocupação e povoamento de parcelas do município. Já no final do século XVII, o Vale do São Francisco era tido como muito promissor do ponto de vista da mineração. Durante os séculos XVIII e XIX foram descobertas minas de ouro em Assuruá, Gentio do

(27) PEARSON, D. - O Homem do Vale do São Francisco. MINTER, SUVALE, Rio de Janeiro, 1972 Tomo I p. 247. Este autor apoia suas informações em BARRROS, F. B. de - Bandeirantes e Sertanistas Baianos, Salvador, 1920.

Ouro e Santo Inácio e de diamantes em Lençóis, Jacobina, Campo Formoso, Xique-Xique e Morro do Chapéu. Em Jacobina, a mineração do ouro começa a declinar no final do século XIX. Em Xique-Xique, o declínio da extração do ouro só vai acontecer no século XX.

Na área em estudo, até o final do século XVIII, existiam apenas freguesias ou povoados, destacando-se Jacobina que teve sua origem no século XVII, fundada por bandeirantes paulistas e portugueses. O povoado foi elevando-se a vila em 1720 e tornou-se cidade em 1880. Já Morro do Chapéu há referência histórica às suas minas de prata ainda no século XVI.⁽²⁸⁾

Durante o século XVIII, Morro do Chapéu notabilizou-se, na área em estudo, pela atividade da pecuária extensiva e como ponto de passagem de gado e centro de convergências de rotas comerciais que ligavam a Chapada Diamantina até Salvador. Morro do Chapéu só em 1864 passaria a cidade.

O município de Irecê, de importância fundamental nos tempos recentes, teve sua fundação já no século XIX, por retirantes da seca do município de Macaúbas, na Chapada Diamantina. Irecê só em 1926 vai se tornar cidade, desmembrando parte da área de Morro do Chapéu.

O povoamento da área em estudo foi bastante lento até o século XX, quando vai mudar o padrão demográfico. Viana⁽²⁹⁾ no final do século passado, fez o registro da evolução populacional dos municípios então componentes da área em estudo, conforme pode-se perceber na sequência.

(28) *Idem*, p 182.

(29) VIANNA, F.V. - *Memória Sobre o Estado da Bahia*. Salvador, Tipografia do Diário da Bahia, 1893. p. 101/104. Apud FREITAS et alli, *op. cit* p. 79.

Tabela 1

População Residente nos Municípios da Região de Irecê em 1872 e 1892

Município	1872	1892
Campo Formoso	3.800	5.162
Gentio do Ouro	4.322	5.798
Jacobina	26.928	36.108
Morro do Chapéu	7.419	9.970
Sento Sé	6.684	8.967
Xique-Xique	15.746	21.117
T o t a l	64.959	87.122

FONTE: VIANA, F. V. APUD FREITAS, et all op. cit. p. 79

Jacobina e Xique-Xique eram então os municípios mais importantes e populosos da área em estudo, devido às suas favorecidas condições de entrepostos comerciais e a ocorrência e exploração de recursos minerais.

2.3. A Integração Econômica: 1880 - 1940

A integração econômica do semi-árido aos circuitos do capital mercantil, então dominantes no Estado da Bahia, apresentava-se problematizada pela interação de duas fortes condicionantes: a grande distância do litoral e a precariedade dos meios de transportes. Só os metais preciosos, devido ao elevado valor específico e a pecuária bovina, cujo principal

produto, o boi de quatro anos, porque conseguia caminhar até o litoral - enfrentavam vantajosamente as difíceis condições de transporte para alcançar os mercados litorâneos.

Com o advento da navegação a vapor no Rio São Francisco, no final do Século XIX, eleva-se o nível da integração das populações ribeirinhas de Pirapora em Minas Gerais até Juazeiro da Bahia - um trecho navegável de mais de 1000 km. Estas populações agora vão intercambiar mercadorias, abrindo-se um ciclo de expansão do comércio ao longo do Rio.

Outro fator muito importante para a integração dos sertões baianos foi a construção da estrada de ferro Bahia - São Francisco iniciada em 1872. Ao trecho Salvador/Alagoinhas concluído desde 1863, são acrescentados as estações de Serrinha (1880), Santa Luz (1884), Queimadas (1886), Itiuba e Senhor do Bonfim (1887), todas cidades importantes nas cercanias da área em estudo. Finalmente, em 1896 é inaugurada a estação de Juazeiro, integrando-se com a navegação fluvial florescente no rio São Francisco. Para a área em estudo, é de importância crucial a construção do Ramal de Jacobina, concluído em 1919, permitindo integrar grande parte da Região de Irecê aos circuitos comerciais que fluíam nos dois sistemas de transporte.

A área onde hoje situa-se a Região do Irecê guardava desde o século XVIII, níveis internos de integração econômica, originados e dinamizados pela interdependência de suas partes. A mineração em Jacobina era uma atividade demandante de gêneros alimentícios, força de trabalho e mercados para seus produtos. Xique-Xique na margem direita do Rio São Francisco, constituía na época, importante área de mineração do Rio São Francisco na Bahia. Gentio do Ouro, também na margem direita do grande rio a 100 Km de distância, cresce em importância econômica devido a exploração de metais preciosos, principalmente o ouro.

No espaço circundado pelas três áreas de mineração

(Jacobina, Xique-Xique e Gentio do Ouro) predominam solos cambissolos eutróficos, com textura média e argilosa, de boa aptidão agrícola, apresentando elevado poder de retenção de umidade. Estes solos, situados no hoje denominado Maciço do Feijão, recebeu levas de pequenos agricultores, fugindo da seca, atraídos pela proximidade das áreas de garimpo e pela fertilidade da terra. De outubro a janeiro cultivavam feijão, milho e mandioca. De fevereiro a setembro trabalhavam no garimpo, onde vendiam a parte não consumida da produção. Esta curiosa associação da agricultura de alimentos com a mineração vai permitir desenhar ao longo do tempo, uma configuração fundiária marcada por pequenos produtores nestas terras, o que vai permitir ao Maciço do Feijão desempenhar importante papel na primeira metade do século XX, posto que sua agricultura já iniciara sua trajetória para a produção de valores de troca no final do século XVIII.

A integração dos dois sistemas de transporte (ferrovias e fluvial) foi particularmente importante por ter permitido o alargamento da base produtiva dos sertões. Produtos como feijão, milho, café, fumo, farinha de mandioca, açúcar, rapadura, cera de carnauba, carne, couros e peles, peixe salgado, entre outros, antes de circulação restrita, passam a movimentar o comércio com o Norte de Minas e com a cidade do Salvador. Todavia, até 1940, a área em estudo como um todo não houvera definido um perfil onde predominasse a agricultura comercial. O Maciço do Feijão era uma exceção.

A vitória da Revolução de 1930 vai lançar as bases para um reordenamento político institucional no sertão baiano, "revertendo a correlação de força em favor do executivo estadual". Entretanto após diluir um esboço de resistência, um jogo de alianças políticas vai restituir aos antigos coronéis parte expressiva do poder antes exercido. É exatamente este jogo de alianças políticas que vai marcar a presença do Estado na região no pós 1930. A economia agrícola, era fundada na unidade

de produção praticamente autárquica do lado do consumo intermediário - fabricava quase todos os bens de produção que demandava. Não estruturava demandas por políticas agrícolas que apoiassem sua produção. Esta situação só iria modificar-se, substancialmente, no pós-guerra.

Resumindo, no período 1880 -1940 a integração econômica da Região de Irecê foi fortemente apoiada pela construção da Estrada de Ferro Bahia-Juazeiro articulada com a navegação fluvial no Rio São Francisco, permitindo ampliar a circulação de mercadorias e abrir caminho para uma agricultura predominantemente produtora de valores de troca.

2.4. O Advento da Economia de Mercado: 1940 - 1970

Como resultado das alianças políticas entre o poder central e os remanescentes coronéis do sertão baiano, a Assembleia Constituinte de 1946, aprova um artigo que garante ao Vale do São Francisco uma participação (1%) no orçamento da União com a finalidade de erradicar a malária daquela área, construir a hidroelétrica de Paulo Afonso e a rodovia Ipirá/Baixa Grande/Mundo Novo/Morro do Chapéu/Irecê/Central/Xique-Xique. Em 1947 estes recursos foram alocados em vários ministérios e em 1948 é institucionalizada a Comissão do Vale do São Francisco - a CVSF - com a finalidade de promover o desenvolvimento econômico do Vale do São Francisco.

Sem pretender discutir os critérios para estabelecer as prioridades de investimentos, dir-se-ia que é CVSF foi responsável pela execução de numerosas obras de infraestrutura e serviços de energia elétrica, rodovias, abastecimento de água potável, controle de doença infecto-contagiosas no Vale do São

Francisco. Estas obras iriam permitir uma elevação dos níveis de integração econômica, naturalmente associados a um movimento de urbanização com o crescimento dos principais polos urbanos que mais se beneficiaram destas obras: Irecê e Xique-Xique e posteriormente Jacobina. Além destes municípios, também Campo Formoso e Miguel Calmon foram interligados à rede nacional telegráfica. Desta forma, desde a nascente na Serra da Canastra em Minas Gerais até a foz em Sergipe, o Vale do São Francisco conheceu a influência modernizadora da CVSF. Assim, através das Residências Agrícolas, a CVSF leva até a Região projetos de assistência técnica, serviços de mecanização agrícola, distribuição de sementes e outros similares. Na região em estudo, a cidade de Irecê e depois Jacobina foram sedes da antiga CVSF.

O advento das rodovias substituindo tropeiros e mulas, principalmente a Estrada Xique-Xique/Ipirá, é sem dúvida, o elemento fundamental que vai reordenar o processo de produção nesta área, abrindo à economia agrícola regional, mercados antes não integrados por dificuldades de acesso até a década dos anos quarenta.

A diversificação da malha rodoviária do Estado da Bahia nos anos cinquenta e a falta de investimento na via fluvial de navegação do Rio São Francisco, interagem para reduzir a importância de Xique-Xique como polo regional para reforçar posições de Irecê e Jacobina, mais próximos do centro dinâmico da economia - a cidade de Salvador.

A área de influência de Jacobina, ao transitar para uma economia produtora de valores de troca, vai concentrar recursos na pecuária, no garimpo, na produção de alimentos, sisal, algodão, etc. Na área de influência de Irecê surge com força uma produção triconsorciada (feijão-milho-mandioca), com a predominância de pequenos produtores que ao longo dos anos cinquenta, praticavam uma mecanização com tração animal. Esta mecanização animal inicialmente sob a influência da CVSF e depois do Sistema Nacional de Crédito Rural - nos anos sessenta,

transita para uma mecanização com tratores que vai se consolidar nos anos setenta.

Resumindo, na Região de Irecê, salientam-se duas sub-regiões - o Maciço do Feijão e o Sistema Jacobina - separados pela Serra do Tombador que é também o divisor de água entre a Bacia do São Francisco e as bacias menores (rios Vaza Barris, Itapicuru, Paraguaçu e de Contas) que drenam a parte oriental da Bahia e desaguardam no Oceano Atlântico, ainda no Estado da Bahia.

Estas duas subregiões, apesar de confinantes, tiveram a produção do espaço marcadas por atividades econômicas diferentes, resultando em estruturas econômicas também diferenciadas. Os outros dois, o Sistema Serrano e o Sistema Beira-Rio, configuram produções espaciais também distintas. No primeiro, a predominância de solos arenosos, com baixo poder de retenção de unidade e reduzidos níveis de fertilidade natural, certamente limitou sobremaneira, a fixação de comunidades camponesas que pudessem estabelecer uma agricultura comercial para oferecer bens de troca com a economia das minas de Gameleira de Acuruá, hoje distrito, pouco expressivo economicamente, do município de Gentio do Ouro. Alias, o município de Barra do Mendes é a contraprova desta relação, pois nele, apenas na metade onde predominam os solos calcários foi possível observar diretamente a distribuição fundiária semelhante àquela encontrada no Maciço do Feijão, ou seja, marcada pela expressiva presença de pequenos estabelecimentos.

A mesma observação pode ser feita para o Sistema Beira Rio. Apenas na parte do município de Xique-Xique confinante com o Maciço do Feijão, onde os solos são calcários, pode-se observar a predominância da distribuição fundiária mais igualitária. A extensa área de terra que vai daí até do Rio São Francisco, ainda hoje caracteriza-se por pequenos núcleos de população muito rarefeita, levando o geógrafo Manuel Correia de Andrade⁽³⁰⁾, a registrar o espaço ali produzido na categoria "Áreas com Baixa Ocupação do Solo" (Sento-Sé e Xique-Xique). Ali são mais

(30) ANDRADE. M. C. de Sertão Sul, op. cit. p. 40.

rigorosos as adversidades edafoclimáticas. Além dos solos excessivamente arenosos, prejudicando a retenção da umidade, são mais baixos os índices pluviométricos (inferiores a 500 mm por ano) e mais desfavorável a distribuição anual da precipitação pluviométrica. A temperatura mais elevada (máxima absoluta superior a 40°C) contribui para aumentar a hostilidade do ambiente ao homem. Todavia, domina a "pecuária ultra-extensiva em campo aberto", sistema de criação de animais da tipologia proposta por Andrade⁽³¹⁾. Ali, a palavra Sertão, corruptela de "desertão", usada desde a época colonial com a conotação demográfica, encontra seu sentido mais profundo.

Ainda em Xique-Xique e Sento-Sé, às margens do Rio São Francisco, antes da construção da Barragem de Sobradinho, concluída em 1976, predominou uma pequena agricultura de vazante, aproveitando o humus deixado pelo movimento das enchentes do grande rio. Esta atividade produzindo, basicamente, arroz, milho e feijão, era complementada pela pesca artesanal aproveitando a generosa psicossidade do Rio e suas lagoas. Quando a Barragem de Sobradinho formou o gigantesco lago, desapareceram estas atividades. A pesca no Lago de Sobradinho exige outros tipos de embarcação e tecnologia de pesca não conhecida pelos antigos moradores ribeirinhos. Além disto, a oscilação da linha d'água do lago é comandada pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco (a CHESF) visando unicamente a produção de energia, dificultando a instalação de lavouras na margem do lago.

Tomando estes quatro sistemas como referência espacial, torna-se necessário examinar as formas particulares de espaço produzidas pela modernização capitalista da agricultura, iniciada no meio da década dos sessenta e consolidada na década seguinte.

(31) ANDRADE, M. C. de - L'élevé dans le Nord - Est du Brésil. Le Cahiers d'Outre Mer, Bordeaux, 21 (94): 56-77 oct./dec. 1968 - p. 8-11.

CATÍTULO 3

3. A Modernização da Agricultura no Semi-árido: o caso da Região de Irecê na Bahia.

3.1. Introdução

A modernização da agricultura brasileira inscreve-se no conjunto amplo de transformações sociais, econômicas e políticas (na sociedade brasileira), que Florestan Fernandes intitularia de Revolução Burguesa no Brasil. Esta, teria sua gênese com o surgimento do Estado Nacional burguês e a República em 1889, desenvolver-se-ia ao longo da chamada industrialização restringida a partir de 1930, da industrialização pesada a partir de 1956 e marcaria os contornos da evolução da sociedade brasileira até nossos dias.

Viria exatamente da indústria, os estímulos para modernizar a agricultura. Assim, no final dos anos sessenta, no Brasil já se instalara fábricas de tratores, fertilizantes, defensivos e outros insumos modernos, constituindo uma estrutura industrial que exigia uma agricultura efetivamente consumidora de produtos industriais e também fornecedora de matérias - primas e alimentos para processamento industrial. Portanto, a ampliação do mercado interno, das relações mercantis intersetoriais, seria o principal e subjacente objetivo da modernização capitalista da agricultura brasileira. E, é exatamente por esta razão que, para uma compreensão abrangente e profunda desta questão, faz-se necessário uma análise que também dê conta dos processos de

formação e operação das indústrias fornecedoras de máquinas e insumos modernos situados à montante da agricultura, bem como, do parque industrial processador de produtos agrícolas, localizado à justante da agricultura - os chamados complexos agroindustriais. Neste sentido, um dos estudos mais importantes sobre o assunto foi realizado por Kageyama para o período 1960-1980, cuja tese central assinala que o modelo de crescimento imposto a agricultura brasileira, baseado na modernização capitalista, tem efeitos profundamente heterogêneos espacialmente, marcado pela elevação do patamar técnico, intensificação da exploração da terra e o aumento da produtividade (32).

No Nordeste brasileiro este processo ficou restrito a algumas culturas litorâneas (cana-de-açúcar e cacau, principalmente), algumas poucas bacias leiteiras do **hinterland**, esporços e isolados perímetros de irrigação oficial ou privada nos vales úmidos do semi-árido e outras ocorrências pontuais como as culturas de soja no Oeste e do feijão em Irecê, ambas na Bahia.

Para Carvalho, são três os principais fatores de atraso da agricultura nordestina: a) a estrutura fundiária, b) a dominância do capital comercial e c) o sentido que o primeiro dá para o segundo fator. Referindo-se, especificamente, ao sertão semi-árido, ele acentua a estrutura agrária concentrada e a perversa estrutura de comercialização como os problemas básicos da agricultura e principais fontes do seu atraso (33). Para reforçar seus argumentos e contrapondo-se aos que invocam a seca como causa do atraso do semi-árido, o autor estima que 9% dos estabelecimentos e aproximadamente 73% das terras do semi-árido

(32) KAGEYAMA A.A Modernização, produtividade e emprego na agricultura brasileira - Uma Análise regional. Tese de doutoramento . UNICAMP 1986.389 p.

(33) CARVALHO, J.O. - O Nordeste semi-árido: questões de economia política e de política econômica. Tese de Doutorado - UNICAMP/Campinas, 1985.p.148.

encontram-se livres dos rigores da sêca ou pelo menos dispõem de condições para tanto (34).

Carvalho aponta a presença do progresso técnico na agricultura do semi-árido, limitado apenas às médias e grandes propriedades (35). Recomenda, finalmente, generalizar o uso de progresso técnico, na proporção que a sociedade for se transformando.

Para ele, a reinvenção de relações de produção ditas pré-capitalistas tem muito a ver com o grau de conservantismo que permeia os interesses da sociedade oligárquica que ainda hoje domina o Nordeste (36).

Tal reinvenção certamente contrapõe-se à generalização da revolução burguesa, na forma como ela é vista por Fernandes, para quem, "*sem a universalização do trabalho assalariado e a expansão da ordem social competitiva, como iríamos organizar uma economia de mercado em bases monetárias e capitalistas?*" (37)

Teoricamente, o avanço das relações capitalistas na agricultura foi estudado por muitos marxistas, sendo Kautsky e Lênin (38) os que ganhariam maior notoriedade. Enquanto Kautsky desenvolveu seus estudos analisando principalmente o campesinato alemão na última metade do século XIX, Lênin vai estar preocupado inicialmente com a atrasada Rússia Czarista do período pós-

(34) Idem. p.196.

(35) Idem. p. 133

(36) Ibidem. p. 154.

(37) Fernandes, F. A revolução burguesa no Brasil, Ed, Zahar, 1975. p. 20.

(38) KAUTSKY, K. A questão agrária Ed. Proposta. São Paulo, 1980 e LENIN, V. I. - O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia. Ed. Abril Cultural, S. Paulo, 1982 e também Capitalismo e Agricultura nos Estados Unidos. Ed. Debate, SP, 1980.

revolução de 1861. Estes autores desenvolveram seus estudos simultaneamente, porém só após ter sua obra na editoração é que Lênin conheceu a recém publicada obra de Kautsky (1899) . Então Lênin incorporaria em sua obra apenas um comentário bastante elogioso sobre a obra de Kautsky. Afinal, não seria naquele momento que estes célebres estudiosos explicitariam suas famosas divergências. Suas idéias centrais sobre os desdobramentos do capitalismo no campo, ao menos nestas obras, não seriam divergentes.

A contribuição mais expressiva de Kautsky, para desvendar a intimidade do desenvolvimento capitalista na agricultura, refere-se à compreensão das diferentes formas, dimensões e articulações entre as unidades de produção. Sempre apoiado nos estudos de Marx, semelhantemente a Lênin, ele refuta a superfície total das explorações agrícolas como estatística esclarecedora do maior ou menor grau de relações capitalistas em suas atividades, para privilegiar a **intensidade do uso de capital e o assalariamento** como principais elementos definidores do caráter capitalistas das explorações agrícolas. Em consequência, quando Kautsky refere-se à grandes e pequenas explorações não está tratando de comparar superfícies totais de unidades de produção (39). Kautsky assinala ainda que na indústria, as economias de escalas são mais expressivas que na agricultura. Entretanto, mesmo nesta, existem objetivas vantagens da grande exploração em relação à pequena exploração. Tais vantagens se manifestam na menor importância relativa da superfície não cultivada, na economia da mão-de-obra, de animais e de instrumentos, na utilização integral de todos os objetos, no maior e mais eficiente emprego de máquinas com o qual não conta a pequena exploração. A grande exploração pode ainda beneficiar-se da divisão do trabalho em braçal e intelectual, da maior possibilidade de trabalhar sob a direção de agrônomos, conta ainda com superioridade na comercialização de insumos e produtos e ainda maiores facilidades para obter financiamento em

(39)KAUTSKY, Op. cit. p. 168

melhores condições. Enfim *"a grande exploração pode beneficiar-se com as vantagens da cooperação metódica de numerosas pessoas tendo em vista um resultado preciso"*.⁽⁴⁰⁾ Para ele, quando posta em concorrência com a grande exploração, a pequena exploração lança mão do excesso de trabalho (pelo aumento exaustivo das jornadas diárias e recrutamento do trabalho infantil) e da insuficiência de consumo para exercitar uma resistência desesperada ao desaparecimento que a evolução capitalista lhe aponta como tendência. Kautsky discute a fundo esta questão ; lança mão de dados e argumentos para mostrar que não trata-se de uma trajetória linear. Ao contrário, constitui um processo complexo, marcado por especificidades, por singularidades resultantes das condições históricas e de competição presentes em cada caso. Assim, mais que na indústria, na agricultura as articulações entre a pequena e a grande exploração constituem conjuntos de relações complexas. Kautsky via na questão da mão-de-obra, o principal limite ao crescimento das grandes explorações em detrimento das pequenas explorações: *"Esta produção de braços diminui sensivelmente onde a grande exploração se desenvolve à custa da pequena. Onde a pequena empresa perde muito terreno, a grande começa a dar rendimentos cada vez menores e recua"*.⁽⁴¹⁾ Na sequência, ele vai apoiar-se em dados empíricos, sempre da agricultura germânica, para mostrar o fenômeno inverso: onde a pequena exploração aumenta significativamente, tal processo, ele mesmo, recria as condições para desenvolver-se a grande exploração . Para mostrar a coerência destas situações antagônicas com os princípios marxistas, Kautsky cita uma crítica de Karl Marx a uma obra de Emile de Girardin . Nesta crítica, Marx refere-se a movimentos de estrutura produtiva nas agriculturas da França e da Inglaterra. Tais movimentos vão do parcelamento à concentração e depois percorrem o caminho inverso, levando Marx a afirmar : "Isto mostra, de modo indiscutível que a

(40) *Idem*, p. 116

(41) *Ibidem*, pp. 182-183

agricultura deve passar indefinidamente da concentração à subdivisão e inversamente, enquanto subsistir a organização da sociedade burguesa. (42)

Finalmente, um outro aspecto da obra de Kautsky é relevante para o âmbito deste trabalho. Após por em relevo as leis gerais do desenvolvimento capitalista na agricultura, principalmente, a tendência geral para a concentração e centralização de capitais, ele interroga-se: "*Então, a quem interessa manter a pequena exploração na sociedade capitalista?*"

A relevância da pergunta no contexto deste trabalho justifica-se, pois; os Programas de Desenvolvimento Rural Integrado - os PDRI's - subjacente e explicitamente às vezes, são definidos como políticas de governo dirigidas para formação de uma "*classe média rural*". E, recentemente foram "*redefinidos*" pelo Projeto Nordeste que os rotulou de Programas de Apoio ao Pequenos Produtores Rurais(PAPP). Entretanto, desde 1976 a Região de Irecê é palco deste tipo de ação estatal.

Para responder a pergunta acima formulada, Kautsky mergulha na história da civilização humana, lembrando que na "*antiga Roma decadente, considerações políticas levaram o Estado*" a manter o "*proletariado andrajoso*" por "*mais inútil que se tenha tornado*". Cita ainda o caso da aristocracia da Europa, que por mais "*supérflua e insolúvel*" que se tenha tornado, conseguiu, "*pela submissão ao poder absoluto dos príncipes, acomodar-se numa existência parasitária, sugando a sociedade até a medula*". *Unicamente uma revolução pôde suprimi-la*" (43).

Para Kautsky, no desenvolvimento capitalista, as frações

(42) A crítica de Marx está publicada no 48º fascículo da revista Neud Rheinische Zeitung (1850), conforme a incompleta citação bibliográfica de Kautsky (p. 184)

(43)KAUTSKY, Op. cit. p. 161

sociais constituídas pelos pequenos agricultores e pequenos industriais, estão tão aferrados à propriedade privada que apesar da situação de penúria que a sociedade capitalista lhes reserva, tendem a aliar-se à burguesia para, juntos, se oporem à trajetória revolucionária do proletariado. Por estas razões, para Kautsky, a manutenção das pequenas explorações atrasadas interessa a " políticos conservadores ", aos " terra-tenentes " e as vezes ao " Estado Moderno ".

Sempre preocupado com a questão dos mercados, Lênin considera a divisão social do trabalho, como base de todo o processo de desenvolvimento da economia capitalista e do capitalismo (44). Este, ao avançar nas relações de produção no campo, tende a promover a desintegração do campesinato, desdobrando-se na estrutura social através do desenvolvimento dos dois grupos extremos em detrimento dos grupos médios, dando origem à expansão de dois tipos novos de população rural:

- a) a burguesia rural ou campesinato rico : cultivadores independentes, os proprietários de estabelecimentos industriais\comerciais e empresas comerciais . Portanto, o campesinato rico associa agricultura comercial com empresas comerciais e essa combinação constitui o seu traço específico .
- b) o proletariado rural: operários assalariados que possuem um pequeno lote juntamente com os sem terra que são assalariados(45)

(44) LÊNIN, V. - O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia. Abril Cultural, SP. 1982, p. 14.

(45) Veja SILVA, J.F. G. (Coord.) - Diferenciação Camponesa e Mudança Tecnológica (O Caso dos Produtores de Feijão em São Paulo - UNICAMP/PROTAL, Campinas, 1982) onde esta definição é apresentada como " decomposição do campesinato " em oposição a " diferenciação do campesinato " - processo de transformação das unidades de produção (camponesas) em sentido ascendente ou descendente, tornando-as " mais ricas " ou " mais pobres ", porém mantendo os traços da produção camponesa como uso da força de trabalho familiar enquanto base de produção. p. 8.

Aliás, para Lênin, a eliminação de produtores médios não é particular da agricultura, constituindo parte da dinâmica do desenvolvimento da economia capitalista. Entretanto, para ele, a desintegração do campesinato cria mercado interno para o capital, pois o proletariado vai comprar mais que o camponês pobre; a formação e desenvolvimento da burguesia rural cria mercado de duas maneiras: 1) aumentando a demanda por meios de produção e 2) incrementando o consumo pessoal desta classe social, além de converter em capital os meios de produção acumulados.

Por outro lado, para Lênin os camponeses não constituem um modo de produção específico; eles materializam uma categoria social transitória. Porém, não é generalizado este entendimento da questão camponesa. Janvry⁽⁴⁶⁾ relata parte da discussão sustentada pelos populistas no fim do século XIX na Rússia, que segundo o autor teriam lançado e desenvolvido a idéia de um modo de produção - no sentido Althusseriano - constituído pelos camponeses. Chayanov, entre 1912 e 1925, participa ativamente do debate e lança as bases teóricas para analisar o interior das unidades da produção camponesa. Todavia, para Janvry, é errado afirmar que Chayanov tentou desenvolver a teoria do modo de produção camponês. Ele houvera tentado entender " o que são os camponeses no modo de vida organizacional " para afirmar depois que os camponeses constituem " blocos dos modos de produção capitalista, feudal ou natural " . Posições similares foram depois defendidas por Thorner e Stavenhagen⁽⁴⁷⁾. Janvry discute ainda as condições fundamentais para considerar-se o modo de produção camponês como tal, para na sequência, refurar esta idéia.

Para Janvry, os camponeses constituem uma fração transitória de classe dentro do capitalismo. Esta não é a opinião de

(46) JANVRY, A. The agrarian question and reformism, in Latin American, Baltimore and London. The John Hopkins University Press, 1981, p.99 e seguintes.

(47) Idem, p. 100.

Wilkinson, por exemplo, para quem Lênin teve que readaptar sua teoria da decomposição do campesinato à "*inflexível realidade não-transitória do camponês*".⁽⁴⁸⁾ Este autor analisou três projetos de PDRI's na Bahia : Serra do Ramalho, Paraguaçu e Irecê.

No primeiro caso, Wilkson examina o Projeto Especial de Colonização de Serra do Ramalho - O PEC/SR - localizado à margem direita do Rio São Francisco, perto de Bom Jesus da Lapa, distante 300 a 400 Km rio acima do centro da área ocupada pela Barragem de Sobradinho. O objetivo inicial do PEC/SR era assentar a população rural egressa da área da barragem em 1975. Embora o autor não aprofunde os aspectos históricos deste assentamento, a verdade é que os antigos moradores da área da barragem, sendo ribeirinhos - pescadores e agricultores de vazantes submetidos a elevado grau de isolamento cultural - foram assentados neste projeto distante 20 Km da margem do rio, configurando um quadro de profunda violentação contra aquela população que teve seu **modus vivendi** bruscamente descontinuado, sem qualquer indenização das terras desapropriadas (não eram "tituladas"), sendo indenizados apenas nas benfeitorias que eram inexpressivas devido ao tipo de economia semi-extrativista que praticavam. Além disto, a população desejava ser reassentada na borda do lago para tentar reconstruir ali as condições pretéritas de produção. Das 4.000 famílias da área da barragem que o PEC/SR tentou cooptar para o assentamento, apenas 900 aceitaram tal solução (muito provavelmente aquelas sem outra alternativa própria), sendo necessário "recrutar" famílias fora da área de Sobradinho. O PEC/SR recebeu, inicialmente, apoio institucional em resposta às pressões exercidas pela população, em parte organizada por setores da Igreja Católica, contra o desproporcional constrangimento que marcou a evacuação da população da área do

(48) WILKSON, J. - O estado, a agroindústria e pequena produção, Ed. HUCITEC/CEPA-BA. São Paulo/Salvador, 1986, p. 64.

reservatório (49).

Wilkison, então, refere-se às condições de laboratório oferecidas pela PEC/SR como sendo vantajosas para análise, quando elas mesmo, ao criarem uma situação em parte artificial, tendem a reduzir significativamente as possibilidades de generalização das conclusões do autor. Então, ao analisar o impacto da integração ao crédito oficial sobre o processo de trabalho na agricultura ele conclui que " a contratação de trabalho não pode ser encarada como transição a uma agricultura capitalista em pequena escala no interior do projeto ". Este é o eixo central da análise de Wilkinson, para quem o colono procura recuperar o controle familiar sobre o processo de trabalho, eliminando o trabalho assalariado em favor da mecanização, ao mesmo tempo estimulada pela crescente demanda da produção orientada pela extensão rural (50). Todavia, a mecanização parcial (leia-se preparo do solo e muito raramente o plantio) não é poupadora de mão-de-obra; antes expande os requerimentos do trabalho assalariado. Na verdade a aração e gradagem mecânica, no caso, não substitui qualquer operação manual, pois em suas ausências, o agricultor simplesmente não realiza operações substitutivas. Por outro lado, ele infere que a contratação de trabalho assalariado é uma consequência da intensificação simultânea do trabalho familiar e, por isso, não sinaliza um avanço na transição para a empresa capitalista. Sustenta ainda que a expansão e a elevação do *"consumo de fertilizantes, defensivos e sementes selecionadas"* - produtos agroindustriais mais a tendência para a mecanização, *"longe de refletirem um processo de acumulação agrícola, podem ser sustentados a uma remuneração igual ou inferior ao salário mínimo pelo mecanismo da produção subsidiada através do crédito*

(49) Veja, por exemplo, DUQUE, G. - Estratégia camponesa : ação de classe disfarçada. Encontro Realidade Nordeste, Campina Grande - Pb. 1980.

(50) WILKINSON, Op. p. 164.

oficial "(51).

Na verdade, Wilkinson não registra que ao comprar fora da unidade de produção, os serviços e insumos por ele citados, através ou não do crédito rural, o pequeno produtor está expandindo o consumo produtivo intermediário, ampliando a divisão social do trabalho e, portanto, avançando relações de produção capitalista no seu processo de trabalho.

Wilkinson analisa ainda o PIDERP - Programa Integrado de Desenvolvimento da Região do Paraguaçu, localizado na bacia do rio que lhe empreta o nome, cobrindo 49 municípios, atendendo produtores de 0-50 ha de área total do estabelecimento, constituindo um universo de cerca de 60.000 produtores com tal característica. Sua análise não é muito diferente daquela feita para o PEC/SR. Após examinar dados secundários e de uma pesquisa de campo realizada na área pela Unidade Técnica do POLONORDESTE, ele concluiu "*que o envolvimento do setor da pequena produção nas estruturas do crédito oficial produz uma dinâmica que tem as seguintes características: uma ruptura parcial para com a subordinação tradicional ao capital mercantil, reduzindo sua influência estritamente à esfera da comercialização (onde paradoxalmente sua influência é refortalecida); a eliminação da dependência da renda de fora da propriedade permitindo a criação de um produtor de tempo integral; um aumento na área cultivada acompanhado de uma intensificação do trabalho exigido para cada operação agrícola como consequência da influência da assistência técnica; um aumento no uso do trabalho assalariado; e finalmente uma tendência inicial para a tecnificação (tração animal e trator) e para melhorias nas unidades produtivas (cercas, compra de animais, reforma de edifícios e armazenagem)*".(52) Para o autor embora exista um "processo de semi-proletarização, na área

(51)Idea, p. 165.

(52)Ibden, pp. 131-2.

da pecuária", os beneficiários do crédito oficial não se configuraram como produtores capitalistas, e sim, produtores de tempo integral.

Santos Filho⁽⁵³⁾ também estuda o desenvolvimento rural integrado no Nordeste a partir da análise detalhada do PIDERP - Programa Integrado de Desenvolvimento da Região do Paraguaçu na Bahia. O estudo testa a hipótese "sustentada pelo Banco Mundial e, mais recentemente pelos formuladores do Projeto Nordeste" segundo o qual, a "promoção de uma agricultura MAIS EFICAZ" (leia-se modernização agrícola) com ênfase direta nos pequenos produtores com terra, terminaria criando um "cenário composto por pequenos capitalistas", com desdobramentos no mercado de trabalho cujo aumento de salário terminaria por beneficiar os trabalhadores sem terra. Utiliza o conceito de "diferenciação horizontal", popularizado por Sorj⁽⁵⁴⁾, o qual "determina a modernização tecnológica crescente de uma camada de produtores familiares, sem porém levar a uma utilização crescente do trabalho assalariado no estabelecimento, ao tempo em que os outros setores de pequenos produtores se pauperizam e se marginalizam economicamente". Na formulação deste conceito, Sorj está preocupado com a pequena produção rural do Sul do Brasil, mais especificamente, aquela vinculada diretamente à empresa/cooperativa monopolista (a produção de vinhos⁽⁵⁵⁾, carne suína e avicultura⁽⁵⁶⁾, soja e trigo⁽⁵⁷⁾ e outros) onde o produtor perdeu a autonomia em relação a pauta de produção,

(53) SANTOS FILHO, J. M. Diferenciação econômica e trabalho assalariado: uma análise de pequena produção rural nordestina sob o impacto de uma intervenção governamental. Tese de Doutorado, USP/FFA 1988 P. 12

(54) SORJ, B. - Estado e classes sociais na agricultura brasileira, Ed. Zahar, RJ, 198 p. 12

(55) Veja a rigorosa análise de SANTOS, J. V. T. dos - Colonos do vinho. Estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. Ed HUCITEC, SP 1984. p. 182

(56) Cf. SORJ, B. POMPERMAYER, M.J. e CORADINI, O.L. - Camponeses e agroindústria. Transformações sociais e representação política na avicultura brasileira. Ed. Zahar, RJ, 1982.119 p.

(57) BENETTI, M. D. Origem e formação do cooperativismo empresarial no Rio Grande do Sul. Uma análise do desenvolvimento da COTRIJUI, COTRISA e FECOTRIGO, F .E.E., Porto Alegre, RS, 1982, 170 p.

escala de operação, processo de trabalho, preços pagos e recebidos, etc. No caso destes produtores, a propriedade fundiária existe apenas formalmente, mesmo porque a renda fundiária é transferida liminarmente para a empresa/cooperativa monopolista.

Naquele trabalho, Santos Filho sustenta que as políticas rurais para o Nordeste brasileiro, de modo geral, são políticas de legitimação e compensação voltadas para objetivos ligados à unidade e segurança nacionais⁽⁵⁸⁾. Baseado em farta documentação, o autor mostra que o POLONORDESTE visou formar uma classe média rural. Discorda frontalmente de Wilkinson ao sustentar com a mesma base empírica que o POLONORDESTE não forma o assim chamado "agricultor de tempo integral", não produz a diferenciação ascendente e perpetua a pauperização, contribuindo para reduzir ou estagnar os salários e para a permanência da pobreza rural⁽⁵⁹⁾. Entretanto, o autor registra a diferenciação social ascendente restrita às áreas onde ocorre a irrigação nas margens do sub-médio São Francisco⁽⁶⁰⁾.

Com base em dados secundários e na mesma pesquisa de campo realizadas pela Unidade Técnica do Paraguaçu, Santos Filho assinala a ampliação do trabalho infantil e da mulher, como estratégia de sobrevivência " a nível do agente social " enquanto " a nível do capital " ela significa uma estratégia de acumulação, na medida que contribui para manter baixos os salários ⁽⁶¹⁾. Apoiando-se teoricamente em Kautsky, o autor registra a ação do Estado, no caso do POLONORDESTE, para

(58) SANTOS FILHO, Op. cit. p. 12.

(59) Idem, p. 119.

(60) Ibidem, p. 178.

(61) Ibidem, p. 122

"prolongar a agonia da pequena produção" (62), ao tempo que assinala o fracasso do programa de "fixação do homem ao campo" pois o mesmo antes expulsa em vez de atrair ou fixar população, sendo que nas áreas de pecuária este fenômeno é mais evidente (63).

A análise de Santos Filho aponta para existência da diferenciação social descendente e evidencia a existência da proletarianização de camponeses na área do PIDERP. Reitera a pequena probabilidade de diferenciação ascendente, pois, seu estudo revela grandes dificuldades interpostas ao "aburguesamento" de unidades de produção camponesa. Neste sentido ele registra apenas a existência de diferentes níveis de pobreza rural e a permanência da reprodução incompleta de unidades camponesas (64).

A análise de Santos Filho sobre o PIDERP é bastante rigorosa. Entretanto, algumas considerações devem ser formuladas no que diz respeito ao instrumental analítico utilizado. Além da já citada utilização do conceito de diferenciação horizontal, quando o próprio Sorj, no mesmo trabalho, situa a transformação das relações de produção na agricultura brasileira em três direções: a) depuração das relações de produção capitalistas nas grandes empresas agrícolas; b) fortalecimento de um importante setor de produtores familiares capitalizados; c) geração de uma massa de pequenos produtores pauperizados que ficam crescentemente marginalizados, pela sua baixa produtividade, dos grandes circuitos produtivos. Então, para Sorj (65), as duas primeiras "direções" predominam no Centro-Sul e a terceira no Nordeste. Na verdade, a "diferenciação horizontal" pela sua própria definição, aproxima-se muito da direção (b) que, no

(62) *Ibidem*, p. 132

(63) *Ibidem*, p. 150

(64) *Ibidem*, p. 155-6.

(65) SORG, 8. Op. cit. p. 13

Nordeste, pode ser observada apenas em reduzida escala nos esporços projetos de irrigação oficial que de forma alguma pode ser considerada predominante.

Então, ao analisar a modernização capitalista na Região do Irecê no Estado da Bahia, mesmo considerando as dificuldades de generalização da mesma no Nordeste brasileiro, este capítulo vai privilegiar o exame da evolução da economia regional na direção de uma agricultura comercial. Assim, sucintamente, serão analisados os níveis de rendimento da terra e produtividade do trabalho, a inserção no mercado financeiro, a ampliação do consumo intermediário e, conseqüentemente, a elevação do patamar tecnológico do processo de trabalho, visando tipificar os padrões de desenvolvimento agrário nos diferentes sistemas de produção.

Com este objetivo, a análise será conduzida no nível regional para identificar o sistema de produção que melhor tipifica o padrão de desenvolvimento agrário intensivo no uso de capital. No contraponto, os dados serão garimpados também para elucidar qual o sistema de produção que mais aproxima-se do padrão de desenvolvimento agrário com maior expansão horizontal da atividade econômica. Na sequência, estes dois protótipos serão analisados mais detalhadamente, visando melhor conhecer a dinâmica da produção em cada um deles.

3.2. Rendimento e Produtividade no Semi-árido:

Algumas notas -

Numa distribuição de frequência de abrangência regional, a média nem sempre é uma medida inteiramente representativa devido à amplitude da distribuição, resultante do grande número de fontes de variação. Entretanto, para os propósitos deste

trabalho, a média será utilizada como elemento comparativo entre sistemas de produção, com utilização restrita, apenas indicativa, dispensando pois, um tratamento estatístico mais elaborado.

Para comparar os rendimentos da terra será utilizada a média obtida pela razão entre o valor bruto da produção ⁽⁶⁶⁾(VBP) e o número de hectares da área explorada (ha.e.). O VBP, sendo de utilização corrente, dispensa definição. A área explorada, todavia, necessita melhor qualificação. Kageyama⁽⁶⁷⁾ utiliza os conceitos de "área trabalhada e área explorada" *para denotar as terras cultivadas com lavouras, pastagens plantadas e matas plantadas*". Uma conceituação fecunda para os propósitos daquele trabalho. Mas, para capturar com maior clareza os processos de "pecuarização" e do uso da terra como reserva de valor - presenças marcantes na modernização da agricultura do semi-árido - tornou-se reveladora a inclusão das pastagens naturais e matas naturais no conceito de área explorada. Se não houvesse esta razão maior, dir-se-ia ainda que a inclusão seria justificada pelas características extrativistas (madeira, lenha e carvão vegetal) e extensivas (pecuária bovina e de médios animais) ainda presentes na atividade econômica regional, principalmente nas áreas de vegetação natural remanescente que os Censos Agropecuários classificam de matas naturais ou pastagens naturais.

Para comparar a produtividade entre sistemas de produção será usada a razão VBP/Pessoal Ocupado na Agropecuária (POA).⁽⁶⁸⁾ Mesmo reconhecendo a relevância do conceito de equivalente-homem, neste trabalho optou-se pelo uso do conceito de POA, pois a

(66) Os valores financeiros serão sempre expressos em cruzeiros constantes de 1980, atualizados pelo IGP-DI da FIBGE.

(67) KAGEYAMA, A. Op. cit. p. 124

(68) População ocupada na agricultura (POA): "Todas as pessoas com ou sem remuneração que na data do Censo encontravam-se executando serviços ligados às atividades do estabelecimento rural". FIBGE: Censo Agropecuário do Estado da Bahia. 1980. p. XXIV

análise demográfica da região não revelou diferenças significativas nas distribuições etária e de sexo nos subconjuntos da população . Neste caso, o uso de equivalente-homem apenas introduziria suposições que, no contexto deste trabalho, seriam ociosas.

Examinando a distribuição da VBP/ha.e na Tabela 2, pode-se perceber uma evolução positiva, na região no sub-período 1970/1975, quando a variável cresceu de 1,60 para 1,83. Na sequência (1975/1980), manifesta-se uma redução para 1,22 em 1980. Em todos os sistemas de produção esta tendência decrescente manifesta-se com exceção única do Maciço do Feijão. Observando ainda a Tabela II no Anexo, pode-se perceber que em todos os espaços regionais ali referidos, o VBP é crescente entre 1975/1980. Significa, pois que a área explorada cresceu mais rapidamente que o VBP em três sub-áreas, principalmente no Sistema Jacobina, onde o acréscimo chegou a 441% em relação a 1975 .Contrapondo-se a esta tendência, o *Maciço do Feijão* apresenta em todo período (1970/80) um acréscimo de área explorada e um aumento ainda maior no VBP em valores reais.

A análise da produtividade indicada pela variável VEP/PDA, a partir da Tabela 2, revela uma tendência crescente em todos os recortes regionais (com exceção única do Sistema Jacobina no sub-período 1970/1975), mostrando-se, pois, consistente com os resultados obtidos por Kageyama para o Brasil e Macro-regiões. Portanto, também na Região de Irecê, a modernização capitalista da agricultura resultou em aumento da produtividade do trabalho. Estes resultados indicam entre outros aspectos, que foi possível aumentar o efetivo de pessoas ocupadas na agropecuária, frente a um crescimento comparativamente maior do VBP, mediante a mudança do patamar tecnológico, como será visto adiante.

No interior da Região , entre os Sistemas de Produção, percebe-se a flagrante superioridade do *Maciço do Feijão* (Cr\$ 38.510,00 por pessoa ocupada em 1980). Uma produtividade superior

aquela observado na região e no Estado da Bahia.

Tabela 2

Evolução do Valor Bruto da Produção por hectare explorado e por Pessoa Ocupada na Agricultura. Sistemas de Produção, Região de Irecê e Estado da Bahia.

Sist. de Produção Região e Estado	1970		1975		1980	
	VBP/ha exp*	VBP/Pes.Ocup.	VBP/ha exp*	VBP/Pes.Ocup.	VBP/ha exp*	VBP/Pes.Ocup.
Maciço do Feijão	2,40	14,13	2,09	15,88	3,57	38,51
Sistema Serrano	1,75	6,62	2,01	11,16	1,28	23,41
Sistema Jacobina	0,52	13,84	1,78	10,89	0,72	23,86
Sistema Beira-Rio	0,36	2,46	1,39	9,22	1,14	17,90
Região de Irecê	1,6	10,51	1,83	14,33	1,22	26,72
Bahia	0,77	6,16	3,21	23,95	6,23	32,99

Fonte. Dados Brutos da FIBGE

* Compreende a área com lavouras, pastagens e matas.

3.3. As Ligações com os Mercados

A transição de uma economia predominantemente produtora de valores de uso para uma agricultura comercial pode ser observada, ente outras maneiras, pelo rastreamento das ligações com os mercados.

O avanço da produção de valores de troca provoca a ampliação da divisão social do trabalho, resultando na expansão do consumo intermediário de mercadorias para produzir mercadorias. A monetização do processo de produção leva os agentes econômicos a ampliarem suas ligações com o mercado de dinheiro, conforme pode ser percebido ao examinar a Tabela 3, onde o crescimento da razão financiamento/área explorada (0,20 para 0,49 para a Região) indica que o crédito rural expandiu-se mais rapidamente que a área explorada, revelando o fortalecimento das ligações dos produtores com o capital financeiro. Estas ligações podem ser captadas com maior intensidade examinando na mesma Tabela 3 a razão financiamento/POA que no período 1970/80 saltou de Cr\$ 1,48 para Cr\$ 10,65 por pessoa ocupada na agropecuária no conjunto da Região. No interior da Região, o *Maciço do Feijão* revelou-se mais exposto ao endividamento, de modo que a relação Cr\$/POA chegou a 1980 com o expressivo valor de Cr\$ 22,34 por pessoa ocupada, sugerindo que nesta área a modernização capitalista da agricultura manifestou-se com maior intensidade. A participação dos juros e despesas bancárias no total das despesas mostrou-se crescente, aumentando de 2,1% em 1970 para 7,9% em 1980, no total da Região. Esta participação crescente é bastante reveladora, pois deve-se levar em conta que as despesas totais experimentaram extraordinária expansão no período, saltando de 6,44 para 14,50 (medidas em Cr\$/POA) no conjunto da Região, indicando o crescimento da monetização do processo produtivo. No interior da Região, o *Maciço do Feijão* revela-se, também por esta estatística, como o Sistema de Produção que mais foi exposto aos estímulos da modernização, chegando ao final da década com Cr\$ 24,80 por pessoa ocupada.

Tabela 3

Evolução das relações financiamento/área explorada (Cr\$ 1000/ha), financiamento/pessoal ocupado na agropecuária (Cr\$/pessoa), juros e despesas bancárias/total das despesas (Cr\$/Cr\$) segundo Sistema de Produção, a Região de Irecê e o Estado da Bahia.

lha

Sistema de Produção Região e Estado	Financiamento por Área Explorada			Financiamento por 1000 Pessoas Ocup.			Juros e Desp. Banc. por Total das Despesas		
	1970	1975	1980	1970	1975	1980	1970	1975	1980
* Maciço do Feijão	0,44	0,91	3,23	2,60	6,85	22,34	2,9	7,5	8,3
* Serrano	0,25	0,41	2,21	0,41	2,21	4,55	0,8	5,7	9,0
* Jacobina	0,14	0,43	0,14	1,29	4,09	4,44	1,7	4,9	5,0
* Beira Rio	0,05	0,30	0,82	0,29	2,00	12,89	0,8	4,9	12,5
* Região de Irecê	0,20	0,54	0,49	1,48	4,37	10,65	2,1	6,0	7,9
* Bahia	0,21	0,67	1,22	1,66	5,32	6,40	3,2	3,6	5,0

Fonte: FIBGE (dados brutos)

A monetização do processo produtivo, pode ser percebido ainda na relação Despesas Total/Pessoal Ocupado na agropecuária (Tabela 4). Na Região, entre 1970/1980, esta razão evolui de Cr\$ 6.440,00 para Cr\$ 14.150,00 por pessoa ocupada na agricultura. Também nesta relação o *Maciço do Feijão* revela-se mais exposto à modernização da agricultura, chegando a 1980 com um nível de despesa igual a Cr\$ 24.800,00 por pessoa ocupada, de longe, a subárea com maior monetização do processo produtivo. A relação Despesa Total/Área Explorada mostrou-se cadente na Região, sobretudo no Sistema Jacobina, indicando crescimento maior da atividade econômica pela expansão da área explorada.

A ampliação do consumo intermediário pode ser observada

através da participação, na despesa total, dos chamados insumos modernos: adubos, corretivos, sementes e mudas, defensivos agrícolas, medicamento para animais, rações e sal mineral (Tabela 5). Esta participação indica a maior ou menor ligação dos produtores com a indústria voltada para agricultura e, também, o aprofundamento tecnológico do processo produtivo na agricultura. Na região, os insumos modernos quase triplicaram sua participação na despesa total da agropecuária, saltando de 6,34% em 1970 para 17,15% em 1980. Nesta estatística, aparece na Tabela 5 o Sistema Serrano com dados muito elevados, apresentando grande inflexão em 1975. As observações diretas na área e as demais estatísticas apuradas sobre a modernização da agricultura nesta sub-área não respaldam estas informações censitárias.

O uso de fertilizantes, conforme pode-se observar na Tabela 5, cresceu significativamente no período 1975/1980 em toda região em estudo.

Tabela 4

Evolução das relações entre a despesa total (em Cr\$1.000,00 de 1980), a área explorada, o pessoal ocupado na agropecuária e o valor dos insumos, segundo os Sistemas de Produção, a Região de Irecê e o Estado da Bahia 1970 - 1975 - 1980.

Sistema de Produção Região e Estado	Despesa Total por Área Explorada			Despesa Total por 1000 Pessoas Ocup.			Valor dos Insumos por Total das Despesas (%)		
	1970	1975	1980	1970	1975	1980	1970	1975	1980
■ Maciço do Feijão	1,43	1,23	3,58	8,47	9,29	24,80	4,13	8,76	18,84
■ Serrano	0,97	0,66	0,34	3,60	4,24	6,24	20,51	13,94	19,97
■ Jacobina	0,74	0,70	0,31	6,80	7,51	10,05	6,46	9,11	13,64
■ Beira Rio	0,44	0,49	0,63	3,01	3,21	12,98	7,28	10,24	19,05
■ Região de Irecê	0,85	0,86	0,65	6,44	6,93	14,15	6,34	9,35	17,15
■ Bahia	0,78	1,39	2,96	6,29	11,01	15,53	12,40	13,82	19,35

Fonte: FIBGE (dados brutos)

Tabela 5

Percentagem de estabelecimentos que utilizaram fertilizantes, defensivos, práticas de conservação de solos e irrigação segundo os Sistemas de Produção, a Região de Irecê e o Estado da Bahia 1975-1980.

Sistema de Produção Região e Estado	Uso de Fertilizantes (%)		Uso de Defensivos (%)		Uso de Práticas de Conservação de Solos (%)		Uso de Irrigação (%)	
	1975	1980	1975	1980	1975	1980	1975	1980
■ Maciço do Feijão	1,7	1,6	10,8	19,9	2,7	0,3	0,1	0,2
■ Serrano	0,3	0,5	34,0	53,4	0,3	1,8	1,6	0,8
■ Jacobina	1,9	4,8	45,0	47,6	0,8	2,0	2,4	2,8
■ Beira Rio	0,7	2,9	7,6	18,9	0,3	1,0	1,2	3,0
■ Região de Irecê	1,4	3,2	27,3	35,4	1,2	1,4	1,4	2,0
■ Bahia	13,30	19,0	52,3	57,78	3,8	4,3	2,9	3,3

Fonte: FIBGE (dados brutos)

Obs.: O Censo Agropecuário de 1970 não levantou os dados desta tabela.

Todavia, no conjunto e em qualquer de suas partes componentes, são baixíssimos os percentuais de estabelecimentos que utilizam a adubação, mesmo tomando como referência o Estado da Bahia, onde este percentual evoluiu de 13,30 para 19,00% entre 1975/1980. Na realidade, a fertilização artificial do solo não constitui prática generalizada na área em pesquisa. No *Maciço do Feijão*, o Sistema de Produção de agricultura mais desenvolvida, a fertilidade natural dos solos encontra-se ainda em patamares elevados e os produtores de feijão, de modo geral, não utilizam esta prática. Apenas 1,6% dos estabelecimentos recenseados utilizavam fertilizantes em 1980. Entretanto, uma pesquisa

realizada pela EMATER-BA⁽⁶⁹⁾, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Bahia, realizada em 1985, dá conta que em uma amostra de 433 produtores assistidos por este serviço, 27,9% usavam adubação orgânica na Região. Já o uso de defensivos é crescente e mais expressivo que a adubação, chegando a 1980 com um percentual de 35,4% dos estabelecimentos da Região, defendendo suas plantações e rebanhos com a utilização de pesticidas (Tabela 5). Destacam-se neste aspecto, o Sistema Serrano (53,4%) e o Sistema Jacobina (47,6%). Na verdade os médios e grandes pecuaristas utilizam generalizadamente vermifugação e controle de ectoparasitos nos seus rebanhos.

A conservação dos solos não é uma preocupação significativa para a quase totalidade dos produtores da Região. Apenas 1,4% dos estabelecimentos, em 1980, realizavam alguma prática conservacionista (Tabela 5). Os dados indicam, portanto, que a modernização capitalista no semi-árido não despertou nos produtores uma consciência que apontasse para a preservação do meio ambiente. Também não é expressivo o uso de irrigação na área em estudo até 1980, onde apenas 2,0% dos estabelecimentos utilizam esta prática.

A mecanização parcial do processo produtivo foi a marca principal da tecnologia introduzida na Região, através do crédito rural. Desta maneira, apesar da enorme expansão da área explorada, o número de tratores cresceu mais, resultando na evolução positiva da relação número de tratores/1000 ha.e (Tabela 6). Muito expressiva, porém, foi a evolução da razão número de tratores/POA que entre 1970/1980, cresceu de 0,55 para 10,34, puxada, principalmente, pela mecanização parcial da produção no *Maciço do Feijão* que chegou ao final da década com 26,67 tratores por 1000 pessoas ocupadas na agropecuária. Todavia, observações diretas feitas no *Maciço do Feijão*, dão

(69)EMATER-BA - Estrutura técnica, econômica e social dos pequenos agricultores atendidos pela EMATER-BA, na Região do PDRI-Irecê - Bahia, 1985, 266 p.

conta que na mecanização ali introduzida, predominaram o preparo do solo e plantio e, somente uma restrita parcela de produtores conseguiu mecanizar a capina e colheita, implicando no crescimento da sazonalidade dos requerimentos de mão-de-obra.

Tabela 6

Evolução da relação entre o número de tratores, a área explorada e o pessoal ocupado na agricultura segundo os Sistemas de Produção, a Região de Irecê e o Estado da Bahia, 1970-1975-1980

Sistema de Produção Região e Estado	Número de Tratores por1000 hectares explorados.....			Número de Tratores por1000 pessoas ocupadas.....		
	1975	1980	1980	1975	1980	1980
	* Maciço do Feijão	0,93	1,99	8,74	5,94	15,02
* Serrano	0,11	0,31	0,17	0,39	1,97	3,08
* Jacobina	0,04	0,18	0,14	0,43	2,76	4,53
* Beira Rio	0,31	0,13	0,37	2,55	0,81	5,73
* Região de Irecê	0,32	0,70	0,47	0,55	5,67	10,34
* Bahia	0,09	0,22	0,96	8,63	1,73	5,02

Fonte: FIBGE (dados brutos)

3.4. A Expansão das Pastagens

A pecuária bovina, como foi visto anteriormente, é uma atividade econômica remanescente da colonização do semi-árido, tendo constituído-se no principal eixo do processo de ocupação e valorização econômica da maior parte do espaço sertanejo no Nordeste.

Apartir da segunda metade deste século, a pecuária bovina no Nordeste vai constituir atividade prioritária da ação de governo destinada à Região, conforme registra Sampaio et alli: "Assim, a tendência que se nota na parte dos programas (de governo) é a de reforçar o movimento de pecuarização no Sertão seco. Certamente, pelo menos em parte, como resultado disso, é que se registra o crescimento constante, pelo menos desde 1950, da área relativa e absoluta ocupada com pastagem no Nordeste" (70).

Na Região de Irecê, o fenômeno da pecuarização manifestou-se com intensidade. Desta forma, observando-se as Tabelas IV e V do Anexo pode-se perceber que no período 1970-1980, as pastagens plantadas evoluíram de 126.834 ha para 316.225 ha. As pastagens naturais de decresceram de 574137 ha para 556.330 ha no mesmo período. Todavia, cabe observar que a pecuária extensiva na área em estudo, também se desenvolve sobre as matas naturais que, no período, evoluíram de 308.594 ha para 612.332 ha no total da área recenseada.

Conforme pode-se perceber na Tabela 7, a participação das pastagens naturais na área explorada, na Região e no período 1970/1980, decresceu de 45,22% para 10,75%, enquanto nas pastagens plantadas, o movimento foi ascendente: de 9,95% para 56,66%. Este movimento encontra explicação na oferta relativamente alta de crédito rural no país. Porém, seria muito difícil sua ocorrência, não fosse a introdução de variedades de gramíneas mais resistentes à estiagem e com níveis de produção mais elevados em termos de massa foliar, como é o caso do capim **Buffel Grass** - uma espécie aperfeiçoada na Nova Zelândia e com bons padrões de adaptação ao semi-árido. Como resultante deste processo, o efetivo do rebanho bovino na Região evolui de 378.671 cabeças em 1973 para atingir 480.124 cabeças em 1981. (Tabela V do Anexo). Na mesma tabela pode-se perceber que a pecuarização não é um fenômeno generalizado nos Sistemas de Produção que

(70) SAMPAIO, Y et alli. Política agrícola no Nordeste: intenções e resultados - Brasília, Binagri, 1979. p 320.

compõem a área em estudo. Assim, na área do Sistema Beira-Rio houve um crescimento moderado do efetivo de bovinos (de 53.014 em 1973 para 71.994 cabeças em 1981). No sistema Jacobina, verificou-se um crescimento do efetivo bovino, muito expressivo em termos absolutos (de 193.467 em 1973 para 295.945 cabeças em 1981). No Sistema Serrano o efetivo ficou praticamente estacionário, enquanto no *Maciço do Feijão* foi expressiva a redução no efetivo bovino (de 92.257 em 1973 para 69.467 cabeças em 1981), afirmando, estatisticamente, a especialização da área na produção de feijão.

Esta evolução do rebanho bovino foi lastreada pela introdução de melhoramento do manejo, conforme sugerem os dados sobre a evolução das pastagens sobre a área explorada na Tabela 7. No interior da Região, percebe-se que o movimento no sentido de substituir pastagens naturais por pastagens plantadas, foi mais dinâmico nos sistemas Serrano, Beira-Rio e Jacobina. Neste último, as pastagens plantadas constituem mais da metade da área explorada em 1980.

Tabela 7

Participação percentual das pastagens naturais e das pastagens plantadas na área total explorada segundo os Sistemas de Produção, a Região de Irecê e o Estado da Bahia. 1970-1975-1980

Sistema de Produção Região e Estado	Pastagens Naturais por			Pastagens Plantadas por		
Área Explorada.....		Área Explorada.....		
	1970	1975	1980	1970	1975	1980
* Maciço do Feijão	41,17	24,47	18,99	2,85	3,19	4,47
* Serrano	46,65	33,96	10,22	11,47	6,68	44,81
* Jacobina	55,39	37,18	7,06	19,91	22,15	66,21
* Beira Rio	12,84	15,32	27,41	3,57	5,08	42,83
* Região de Irecê	45,22	29,78	10,75	9,95	12,76	56,66
* Bahia	30,33	36,14	58,56	22,83	19,80	4,12

Fonte: FIBGE (dados brutos)

3.5. O Mercado de Trabalho

Outra vertente de importância fundamental para caracterizar a produção capitalista de mercadorias é a emergência, constituição e dinamismo do mercado de trabalho assalariado⁽⁷¹⁾.

Na agricultura brasileira, mesmo nas regiões mais desenvolvidas, são precários os registros sobre a contratação de mão-de-obra. Os Censos Agropecuários, todavia, publicam as despesas com salários e com empreitadas e, também o número de trabalhadores assalariados temporários e permanentes empregados no dia do Censo Agropecuário.

Os resultados assim apurados para o trabalho assalariado permanente podem ser observado na Tabela 8, onde percebe-se que a categoria mais que quadruplicou no período o seu contingente para o total da Região. Todavia, apesar de um crescimento elevado de sua participação no POA no período 1970/1980, os trabalhadores permanente não são numericamente expressivos, posto que representavam, em 1980, apenas 3,6% do POA.

Os dados revelam ainda que o emprego de trabalhadores permanentes é relativamente mais numeroso no *Maciço do Feijão*, e no Sistema Jacobina, nos quais observa-se o desenvolvimento de relações capitalistas de produção mais avançadas entre os Sistemas de Produção aqui estudados.

(71) LENIN (1980). op. cit, p. 37.

Tabela 8

Número absoluto e percentagem de Empregados Permanentes na População Ocupada na Agropecuária, segundo cada Sistema de Produção, no Conjunto da Região Irecê e no Estado da Bahia. 1970-1975 e 1980.

Sistema de Produção Região e Estado	1970		1975		1980	
	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
■ Maciço do Feijão	940	1,7	1.191	2,1	2.999	4,8
■ Serrano	160	0,9	157	0,9	103	1,0
■ Jacobina	2.082	2,9	2.022	2,8	4.316	3,8
■ Beira Rio	117	1,7	368	1,1	963	2,5
■ REGIÃO	2.001	2,1	3.750	2,1	8.481	3,6
■ BAHIA	34.275	4,4	147.265	5,8	220.250	8,3

Fonte: FIBGE (dados brutos)

Tabela 9

Número absoluto e percentagem de Empregados Temporários na População ocupada na Agropecuária, segundo cada Sistema de Produção, no conjunto da Região Irecê e no Estado da Bahia. 1970-1975 e 1980.

Sistema de Produção Região e Estado	1970		1975		1980	
	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
■ Maciço do Feijão	9.589	16,9	14.336	25,7	19.786	31,5
■ Serrano	2.107	11,5	955	5,5	3.411	16,9
■ Jacobina	13.255	18,4	8.136	12,7	21.426	19,0
■ Beira Rio	2.405	9,2	2.049	5,9	5.761	14,5
■ REGIÃO	27.356	15,8	26.478	14,7	50.384	21,4
■ BAHIA	182.459	8,6	241.655	9,6	363.010	13,3

Fonte: FIBGE (dados brutos)

Por sua vez, o emprego temporário, em 1980, apresenta-se bastante expressivo no conjunto da Região (21,4% da POA), conforme pode-se observar na Tabela 9, superando largamente sua participação no Estado da Bahia (13,3% da POA). Sua evolução mostrou-se dinâmica no período 1970-1980 apesar de uma pequena inflexão em 1975. No interior da Região os Sistemas de Produção do *Maciço do Feijão* e de Jacobina, despontam novamente, revelando que nestas sub-áreas, a consolidação do mercado de trabalho assalariado está indicando maior avanço de relações capitalistas na produção agropecuária, principalmente no primeiro, onde os empregados assalariados, em 1980, já constituem 31,5% do Pessoal Ocupado na Agropecuária.

As despesas com Salários e com Serviços de Empreitada constituem gastos com mão-de-obra e também indicam laços que os produtores estabelecem com o mercado de trabalho assalariado. Somados, estes dois componentes vão perfazer mais da metade das despesas totais na agropecuária da Região, em 1980 (Tabela 10 e 11).

Quando o produtor decide pagar salários, ele vai exercer maior controle do processo de trabalho, posto que aluga força de trabalho. Quando contrata empreitada ele compra o serviço da força de trabalho e neste caso, o operário rural vai ter relativo controle do processo de trabalho o que, na Região, redundou em maior extensão da jornada de trabalho para compensar os baixos níveis de remuneração prevalecentes.

Enquanto os serviços de empreitadas cresceram levemente sua participação na despesa total (de 18,9% para 19,4%), os salários recuaram (de 38,4% para 32,4%) no período 1970-1980. Em valores reais, as despesas, com salários mais que dobravam e as despesas com Serviços de Empreitada mais que triplicaram, indicando que na Região, o mercado de trabalho assalariado foi dinâmico no período estudado. Neste processo de constituição do mercado de trabalho, destacam-se o *Maciço do Feijão* e Sistema Jacobina com as maiores

participações do trabalho nas despesas e também com a maiores folhas de salários e serviços de empreitada no período estudado.

Tabela 10

Despesas com Salários e sua participação nas Despesas Totais Segundo os Sistemas de Produção, a Região Irecê e o Estado da Bahia. 1970-1975 e 1980.

(Em 1000 Cr\$ de 1980)

Sistema de Produção Região e Estado	1970		1975		1980	
	1000 Cr\$	%	1000 Cr\$	%	1000 Cr\$	%
* Maciço do Feijão	218.549	45,5	518.494	36,5	447.000	30,5
* Serrano	27.677	42,1	73.317	30,1	37.118	29,5
* Jacobina	150.017	31,9	541.706	39,7	420.252	37,1
* Beira Rio	252.180	32,3	160.875	41,3	146.738	28,4
* REGIÃO	427.461	38,4	1.244.392	37,9	1.079.070	32,4
* BAHIA	4.408.575	33,1	27.719.879	37,0	14.626.638	35,4

Fonte: FIBGE (dados brutos)

Tabela 11

Despesas com Serviços de Empreitadas e sua participação nas Despesas Totais, Segundo os Sistemas de Produção, a Região Irecê e o Estado da Bahia. 1970-1975 e 1980.

(Em 1000 Cr\$ de 1980)

Sistema de Produção Região e Estado	1970		1975		1980	
	1000 Cr\$	%	1000 Cr\$	%	1000 Cr\$	%
* Maciço do Feijão	155.722	32,4	96.392	18,6	349.487	22,4
* Serrano	7.906	12,0	8.466	11,5	26.330	20,9
* Jacobina	41.905	8,6	56.563	10,4	200.357	17,7
* Beira Rio	5.333	6,8	5.315	4,8	70.024	13,6
* REGIÃO	210.866	18,9	166.761	13,4	648.198	19,4
* BAHIA	2.279.977	17,0	4.633.307	16,7	6.815.322	16,5

Fonte: FIBGE (dados brutos)

3.6. O Valor dos Bens no Semi-árido

Os Censos Agropecuários agrupam em duas categorias, os bens recenseados nos estabelecimentos agropecuários. Os bens imóveis: terras, prédios residências e para fins sociais e instalações e outras benfeitorias. E, outros bens: culturas permanentes e matas plantadas, animais de criação e de trabalho, máquinas e instrumentos agrários, veículos e outros meios de transportes. São grandes agregados que representam investimentos de capital constante, tratados como estoque, cuja passagem para obtenção de fluxos de capital exigiria suposições para cálculo de depreciações de investimentos, evolução de rebanhos heterogêneos e outras complicações que terminariam contribuindo pouco para o objetivo de comparar os Sistemas de Produção do ponto de vista da intensidade do uso de capital e os correspondentes padrões agrários de desenvolvimento capitalista. Por esta razão, o tratamento desta variável foi assemelhado aos anteriores: tomou-se o valor total dos bens para calcular a razão entre esta grandeza e a área explorada e, também, em relação ao pessoal ocupado na agropecuária. Os resultados, assim obtidos, podem ser observados na Tabela 12.

Inicialmente, deve-se registrar que a Região de Irecê quando comparada com o Estado da Bahia, através da relação entre o valor dos bens e a área explorada, reitera aquela observação que perpassa todo este trabalho: o semi-árido é um agricultura com baixos níveis de investimento de capital.

Tabela 12

Relação entre o Valor Real dos Bens, a Área Explorada e o Pessoal Ocupado na Agropecuária Segundo os Sistemas de Produção, a Região de Irecê e o Estado da Bahia.

Sistema de Produção Região e Estado	Valor dos Bens (Cr\$ 1000) por			Valor dos Bens por		
Área Explorada (ha).....		POA.....		
	1970	1975	1980	1970	1975	1980
* Maciço do Feijão	10,63	13,96	39,27	63,27	105,93	271,58
* Serrano	9,87	11,42	7,40	36,69	74,17	135,38
* Jacobina	6,55	20,14	5,47	63,09	192,59	183,12
* Beira Rio	6,32	8,18	9,35	43,40	54,55	147,45
* Região de Irecê	7,78	15,58	8,92	57,33	127,79	145,53
* Bahia	13,07	32,26	67,50	105,07	256,88	220,72

Fonte: FIBGE (dados brutos)

Mesmo no *Maciço do Feijão*, onde verificou-se a expansão vertiginosa da mecanização parcial do processo produtivo, o valor dos bens por ha explorado (Cr\$ 39.270,00 por ha) apresenta-se muito distante do nível observado para o Estado da Bahia (Cr\$ 67.500,00 por ha). Todavia, neste estudo, o *Maciço do Feijão*, de longe, é o Sistema de Produção com maior nível de inversões nos bens dos estabelecimentos agropecuários. Neste Sistema, a razão aqui observada é mais de quatro vezes superior a qualquer outro Sistema de Produção da área em estudo.

No contraponto, o Sistema Jacobina, onde no período de 1970-1980, verificou-se a maior expansão do efetivo bovino e a maior taxa de expansão de área explorada, apresenta a menor razão entre o valor dos bens e a área explorada, sugerindo que a expansão da área explorada pode ter forte componente especulativo.

Também a relação valor dos bens/POA apresenta-se mais relevante no *Maciço do Feijão*, seguido do Sistema Jacobina, onde foram obtidos os maiores coeficientes. No ano de 1980, comparados com o Estado da Bahia (Cr\$ 220.728,00 por POA), Maciço do Feijão apresenta um coeficiente significativamente mais elevado (Cr\$ 271.580,00 por POA), enquanto o Sistema Jacobina apresenta uma razão bastante inferior (Cr\$ 183.120,00 por POA) àquela observada no total do Estado.

3.7. Conclusão

Ao examinar a modernização capitalista do semi-árido na Região de Irecê na Bahia, foi admitida a priori que este processo desenvolveu-se restringidamente face à localização da Região no Nordeste do Brasil, onde conforme estudos anteriores⁽⁷²⁾ e observações diretas, a modernização da agricultura não atingiu generalizadamente, os patamares observados no Sudeste e no Sul.

Um outro eixo desta análise objetivou dar conta dos padrões agrários que desenvolveram-se no interior da Região nos diferentes Sistemas de Produção, posto que este é um capítulo auxiliar para identificar onde o capital se desenvolveu mais intensivamente e em que Sistema de Produção, o desenvolvimento capitalista produziu o espaço para atividades extensivas na utilização de capital.

A orientação teórica aqui observada, privilegiou as ligações com os mercados e a adoção de tecnologias ditas modernas, através da construção de uma série de indicadores de uso generalizado nos estudos da modernização da agricultura.

(72) KAGEYAMA, A. Op. cit.

Analisando a expansão do Valor Bruto da Produção, crescente em todos os Sistemas de Produção, quando relacionados com a área explorada, as razões assim obtidas mostraram-se decrescentes em três Sistemas de Produção, revelando-se crescente apenas no *Maciço do Feijão*. A evolução da área explorada, crescente em todas as sub-áreas em estudo, revelou-se particularmente importante no Sistema de Jacobina, onde desenvolveu-se uma pecuária extensiva, embora com uso crescente de insumos modernos e pastagens plantadas.

Os indicadores antes examinados, confirmam as observações de campo realizadas, para explicitar com clareza que no *Maciço do Feijão* desenvolveu-se uma lavoura com elevado, porém parcial, nível de mecanização, muito acima dos patamares observados no Estado da Bahia.

Portanto, os resultados obtidos e as observações diretas realizadas, dão conta que na modernização capitalista da Região de Irecê, prevaleceram dois padrões de desenvolvimento agrários, que embora coexistindo não pouca vezes nas mesmas sub-áreas, revelaram-se fortemente predominante em dois Sistemas de Produção. Desta maneira, o Maciço do Feijão, no período analisado, apresentou as características de um padrão de desenvolvimento agrário centrado no uso intensivo de capital enquanto a sub-região de Jacobina, apresentou um padrão de desenvolvimento agrário centrado na expansão horizontal da atividade econômica com baixos níveis de investimento de capital.

Pelas razões acima exposto, estes dois Sistemas de Produção serão examinados mais detalhadamente na sequência deste trabalho.

4. ESTRUTURA FUNDIÁRIA

- ALGUMAS ANOTAÇÕES AUXILIARES.

Inicialmente, caberia esclarecer que esta parte do trabalho não vai examinar níveis de aprofundamento das relações capitalistas. Pretende-se apenas estudar, comparativamente, a distribuição do tamanho dos estabelecimentos agropecuários, a condição de posse da terra e a distribuição dos produtores diretos segundo as categorias utilizadas pela FIBGE, no *Maciço do Feijão* e no Sistema Jacobina, para subsidiar as análises subsequentes. Para este fim, serão utilizados os dados dos Censos Agropecuários da FIBGE nos anos de 1970, 1975 e 1980. Nestes Censos, a categoria estabelecimento agropecuário diz respeito aquelas unidades de administração onde se realizam atividades agropecuárias, independentemente da condição legal que caracteriza cada produtor. Resulta desta conceituação que numa mesma propriedade, explorada por exemplo, parte pelo dono e parte por um arrendatário, a FIBGE considera, neste caso, a existência de dois estabelecimentos agropecuários. Já as áreas confinantes, desde que estejam sob a mesma administração, são consideradas como um único estabelecimento. As parcelas não confinantes, exploradas em conjunto por um mesmo produtor, são considerados como um único estabelecimento nos Censos Agropecuários de 1975 e 1980, quando localizadas no mesmo setor censitário e sob administração única. Resulta desta diferença conceitual uma redução no número de estabelecimentos recenseados entre 1970 e 1975 que não se expressa na realidade. Todavia, como este estudo é comparativo entre diferentes áreas e não entre diferentes períodos, espera-se que tais diferenças nas duas áreas observadas não sejam expressivas para o conjunto do trabalho.

Observando a Tabela 13, de início, pode-se perceber que o Sistema de Produção Jacobina apresenta, em 1970, 18.171 estabelecimentos agropecuários, número que chega ao final do período (1980) em 24.637. Somente no período 1975/1980, deduz-se

um acréscimo de 39,0% no número de estabelecimentos, cifra esta que também se repete para o acréscimo da área recenseada. Os dados revelam, pois, que no Sistema Jacobina, a fronteira agrícola mostrou-se em expansão no período. Já no Maciço do Feijão (Tabela 14), o número de estabelecimentos apresenta uma moderada redução entre 1970/1980 e um discreto acréscimo (9,5%) entre 1975/1980. Neste último sub-período, houve mesmo uma redução da área recenseada (-5,8%) resultando numa redução (-13,9%) da área média dos estabelecimentos. Por conseguinte, as informações sugerem que, no Maciço do Feijão, a fronteira agrícola apresenta-se em fase de consolidação, no período estudado.

Examinando o comportamento da área média dos estabelecimentos nas duas sub-áreas (Tabelas 13 e 14), pode-se perceber que no Sistema Jacobina, os estabelecimentos com área superior a 1000 ha respondem, quase com exclusividade, pelo expressivo crescimento da área média naquela sub-região (346% no conjunto). Sabe-se que no Sistema Jacobina, os estabelecimentos maiores dedicam-se mais frequentemente à pecuária bovina. Portanto, estes dados apresentam rigorosa coerência com aqueles observados no exame da evolução das pastagens. No contraponto, o Maciço do Feijão apresenta uma redução da área média em todos os estratos de área superiores a 100 ha no sub-período 1975/1980, não obstante, o expressivo crescimento do número de estabelecimentos nos estratos de maior frequência (menos de 50 ha). Desta forma, o estrato de 2 a menos de 5 ha cresce 13,8% enquanto o menor estrato (0 a menos de 2 ha) aumentou sua frequência em 60,1%, indicando uma tendência ao parcelamento fundiário. Nas condições de produção do Maciço do Feijão, só excepcionalmente, os produtores podem viabilizar sua reprodução social em áreas menores de 5 ha⁽⁷³⁾. Portanto, o crescimento dos estratos inferiores sugere que os produtores diretos em processo de decomposição social estariam buscando formas de reprodução

(73) O módulo fiscal do Inca é igual a 35 ha.

social fora de sua unidade de produção, como indicam os elevados crescimentos das razões salário/área explorada e salário/POA, visto anteriormente. Por sua vez, a fragmentação do solo nos estratos inferiores indica sua utilização predominantemente para domicílio e ocupação parcial da força de trabalho secundária, conforme sugere Kautsky.⁽⁷⁴⁾

Quanto à distribuição percentual do tamanho dos estabelecimentos, percebe-se forte concentração dos estratos inferiores a 50 ha em ambos os Sistemas de Produção, sendo ligeiramente superior a frequência destes estabelecimentos no *Maciço do Feijão* nestes estratos (Tabelas 15 e 16). Todavia, no *Maciço do Feijão*, os estabelecimentos com área inferior a 50 ha ocupam uma área relativa maior que no Sistema Jacobina. Inclusive, no sub-período relevante (1975/1980), onde os dados não apresentam restrição conceitual, a participação relativa destes estratos na área recenseada é crescente no *Maciço do Feijão* (28,1 para 31,9%) e decrescente no Sistema de Produção de Jacobina (20,5 para 19,9%). Os estratos maiores, evidentemente, apresentam tendências contrárias: a área relativa dos grandes estabelecimentos reduz-se no *Maciço do Feijão* e aumenta no Sistema de Jacobina, ou seja, a intensidade de uso de capital na agricultura tende a reduzir a área total nos estabelecimentos no *Maciço do Feijão*, enquanto o padrão agrário de desenvolvimento assentado na expansão horizontal das pastagens tende a aumentar o tamanho dos grandes estabelecimentos no Sistema de Jacobina. Tais evidências empíricas guardam coerências com as leis gerais do desenvolvimento capitalista na agricultura observadas por Lenin⁽⁷³⁾ no início século XX⁽⁷⁴⁾.

(74) KAUTSKY, K Op. cit pp 187 e seguintes.

(73) LENIN, V.I. Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos: novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura. São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1980, p.18.

(74) Deve-se ter presente a ressalva de que Lenin, neste aspecto teórico, refere-se sempre à área cultivada e nunca à área total do estabelecimento.

Tabela 13

Distribuição dos Estabelecimentos Rurais, Segundo os Estratos de Área - 1970-1975-1980. Sistema de Produção iii: Campo Formoso, Jacobina, Miguel Calmon, Mirangaba, Morro do Chapéu, Serrolândia e várzea do poço.

ESTRATOS DE ÁREA TOTAL	Nº DE ESTABELECIMENTOS (a)			ÁREA TOTAL (Ha)			ÁREA MÉDIA (b)		
	1970	1975	1980	1970	1975	1980	1970	1975	1980
				<u>DADOS ABSOLUTOS</u>					
Menos de 2 ha	3.318	2.785	3.631	3.470	3.204	4.138	1,0	1,2	1,1
De 2 a menos de 5 ha	3.095	3.075	4.789	10.142	10.398	16.438	3,3	3,4	3,4
De 5 a menos de 10 ha	2.395	2.323	3.822	17.707	17.247	27.911	7,4	7,4	7,3
De 10 a menos de 20 ha	2.478	2.409	3.247	35.682	34.607	45.595	19,4	14,4	14,4
De 20 a menos de 50 ha	3.699	3.638	4.679	117.883	116.577	150.723	31,9	32,0	32,2
SUB-TOTAL	14.985	14.230	20.213	184.889	182.033	245.805	12,4	12,8	12,2
De 50 a menos de 100 ha	1.596	1.683	2.147	115.492	122.243	154.793	72,4	72,6	72,1
De 100 a menos de 200 ha	816	945	1.111	113.156	130.990	154.199	138,7	138,6	138,8
De 200 a menos de 500 ha	565	638	824	167.486	195.596	250.814	296,4	305,6	304,4
De 500 a menos de 1000 ha	142	151	224	98.740	100.965	154.803	695,4	663,6	691,1
1000 ha e mais	67	76	118	140.441	158.000	276.747	2.096,1	2.078,9	2.345,3
SUB-TOTAL	3.186	3.493	4.424	635.320	707.794	991.356	199,4	202,6	
TOTAL	18.171	17.723	24.637	820.199	889.828	1.237.199	45,4	50,2	224,1

FONTE: FUNDAÇÃO IBGE, CENSO AGROPECUÁRIO DE 1970 BAHIA, CENSO AGROPECUÁRIO DE 1975 BAHIA, CENSO-AGROPECUÁRIO DE 1980 BAHIA.

ELABORADO PELA CAR.

(a) O TOTAL INCLUI OS ESTABELECIMENTOS SEM DECLARAÇÃO DA ÁREA.

(b) REPRESENTA A ÁREA TOTAL PELO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS.

Tabela 14

Distribuição dos Estabelecimentos Rurais Segundo os Estratos de Área - 1970-1975-1980. Sistema de Produção I: Canarana, Central, Ibititá, Irecê, Jussara e Presidente Dutra

ESTRATOS DE ÁREA TOTAL	Nº DE ESTABELECIMENTOS (a)			ÁREA TOTAL			ÁREA MÉDIA (b)			
	1970	1975	1980	1970	1975	1980	1970	1975	1980	
				<u>DADOS ABSOLUTOS</u>						
Menos de 2 ha	504	459	735	713	645	977	1,4	1,4	1,3	
De 2 a menos de 5 ha	2.931	2.213	2.519	10.195	7.837	8.840	3,5	3,5	3,5	
De 5 a menos de 10 ha	2.813	2.226	2.525	20.165	16.024	18.308	7,2	7,2	7,3	
De 10 a menos de 20 ha	2.264	1.912	2.219	32.365	27.289	30.089	14,3	14,3	14,2	
De 20 a menos de 50 ha	2.849	2.409	2.535	90.777	78.498	81.285	31,9	32,6	32,1	
SUB-TOTAL	11.361	9.219	10.433	154.215	130.293	139.579	13,6	14,1	13,4	
De 50 a menos de 100 ha	1.017	1.041	1.002	73.262	73.722	70.898	72,0	70,8	70,8	
De 100 a menos de 200 ha	585	598	580	80.852	82.681	80.033	138,2	138,3	131,0	
De 200 a menos de 500 ha	288	395	319	84.223	117.707	94.724	292,4	298,0	296,9	
De 500 a menos de 1000 ha	36	56	47	25.409	35.568	29.361	705,8	635,1	624,7	
1000 ha e mais	8	14	14	14.023	24.103	22.728	1.752,9	1.721,6	1.623,4	
SUB-TOTAL	1.934	2.104	1.962	277.769	333.781	297.744	143,6	158,6	151,8	
TOTAL	13.295	11.323	12.395	431.984	464.073	437.353	32,5	41,0	35,3	

FONTE: FUNDAÇÃO IBGE, CENSO AGROPECUÁRIO DE 1970 BAHIA, CENSO AGROPECUÁRIO DE 1975 BAHIA, CENSO-AGROPECUÁRIO DE 1980 BAHIA.

ELABORADO PELA CAR.

(a) O TOTAL INCLUI OS ESTABELECIMENTOS SEM DECLARAÇÃO DA ÁREA.

(b) REPRESENTA A ÁREA TOTAL PELO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS.

Tabela 15

Distribuição dos Estabelecimentos Rurais, Segundo os Estratos de Área - 1970-1975-1980. Sistema de Produção iii: Campo Formoso, Jacobina, Miguel Calmon, Mirangaba, Morro do Chapéu, Serrolândia e Várzea do Poço

ESTRATOS DE ÁREA TOTAL	Nº DE ESTABELECIMENTOS (a)			ÁREA TOTAL (Ha)		
	1970	1975	1980	1970	1975	1980
				DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL		
Menos de 2 ha	18,2	15,7	14,9	0,4	0,4	0,3
De 2 menos de 5 ha	17,0	17,4	19,4	1,2	1,2	1,3
De 5 menos de 10 ha	13,2	13,1	15,5	2,2	1,9	2,3
De 10 menos de 20 ha	13,6	13,6	13,2	4,4	3,9	3,8
De 20 menos de 50 ha	20,4	20,5	19,0	14,4	13,1	12,25
SUB-TOTAL	82,4	80,3	82,0	22,6	20,5	19,9
De 50 a menos de 100 ha	8,8	9,5	8,7	14,1	13,7	12,5
De 100 a menos de 200 ha	4,5	5,3	4,6	13,8	14,7	12,5
De 200 a menos de 500 ha	3,1	3,6	3,3	20,4	22,0	20,3
De 500 a menos de 1000 ha	0,8	0,9	0,9	12,0	11,3	12,5
1000 ha e mais	0,4	0,4	0,5	17,1	17,8	22,3
SUB-TOTAL	17,6	19,7	18,0	77,4	79,5	80,1
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: FUNDAÇÃO IBGE, CENSO AGROPECUARIO DE 1970 BAHIA, CENSO AGROPECUARIO DE 1975 BAHIA, CENSO-AGROPECUARIO DE 1980 BAHIA.

ELABORADO PELA CAR.

(a) O TOTAL INCLUI OS ESTABELECIMENTOS SEM DECLARAÇÃO DA ÁREA.

(b) REPRESENTA A ÁREA TOTAL PELO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS.

Tabela 16

Distribuição dos Estabelecimentos Rurais Segundo os Estratos de Área - 1970-1975-1980. Sistema de Produção I: Canarana, Central, Ibititá, Irecê, Jussara e Presidente Dutra

Cont.

ESTRATOS DE ÁREA TOTAL	Nº DE ESTABELECIMENTOS (a)			ÁREA TOTAL		
	1970	1975	1980	1970	1975	1980
				DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL		
Menos de 2 ha	3,8	4,0	5,9	0,2	0,1	0,2
De 2 menos de 5 ha	22,0	19,5	20,3	2,4	1,7	2,0
De 5 menos de 10 ha	21,2	19,7	20,4	4,7	3,5	4,2
De 10 menos de 20 ha	17,0	16,9	17,1	7,4	5,9	6,9
De 20 menos de 50 ha	21,4	21,3	20,5	21,0	16,9	18,5
SUB-TOTAL	85,4	81,4	84,2	35,7	28,1	31,9
De 50 a menos de 100 ha	7,6	9,2	8,1	17,0	15,9	16,2
De 100 a menos de 200 ha	4,4	5,3	4,7	18,7	17,8	18,3
De 200 a menos de 500 ha	2,2	3,5	2,6	19,5	25,3	21,7
De 500 a menos de 1000 ha	0,3	0,5	0,4	5,9	7,7	6,7
1000 ha e mais	0,1	0,1	0,1	3,2	5,2	5,2
SUB-TOTAL	14,6	18,6	15,9	64,3	71,9	68,1
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: FUNDAÇÃO IBGE, CENSO AGROPECUARIO DE 1970 BAHIA, CENSO AGROPECUARIO DE 1975 BAHIA, CENSO-AGROPECUARIO DE 1980 BAHIA. ELABORADO PELA CAR.

Entretanto, para dar conta com mais clareza de tais processos de transformação, das forças produtivas torna-se necessário examinar a conformação da força de trabalho. A distribuição dos estabelecimentos agropecuários segundo a condição do produtor é uma aproximação do perfil da força de trabalho com acesso à terra. Entretanto, caberia fazer algumas qualificações em torno da forma como a FIBGE distribui os responsáveis pelos estabelecimentos agro-pecuários nas categorias por ela utilizadas (Tabela 17). Na realidade, tais categorias de produtores não constituem sub-conjuntos disjuntos, posto que muitos produtores pertencem a dois ou mais sub-conjuntos. Ou seja, aqueles produtores cujas glebas de terra são de tamanho inferior ao mínimo para sua reprodução, não poucas vezes, vão buscar acesso à terra mediante outra condição, tornando-se proprietários, parceiros, ocupantes, ou arrendatários, simultaneamente. Nestas circunstâncias, ao declarar sua condição ao Censo Agropecuário, os produtores preferem fazê-lo como proprietário, não tendo oportunidade ou nem mesmo desejando, declarar uma outra condição, resultando uma superestimação do contingente naquela categoria.

Conforme pode-se perceber na Tabela 17, ao longo do período analisado, existe uma absoluta predominância de proprietários sobre as demais categorias, com percentuais superiores a 88%, excetuando-se apenas o *Maciço do Feijão* em 1975, quando os ocupantes chegam a 24,5%. Este último dado não encontra correspondência com as observações de campo realizadas para este trabalho, nem no comportamento deste dado estatístico no Censo posterior, nem tampouco no anterior, tudo levando a crer tratar-se de uma relação espúria. Portanto, os dados indicam não ser expressiva a participação de arrendatários, parceiros e ocupantes na área em estudo. Na mesma Tabela, percebe-se a distribuição da área recenseada entre as quatro categorias, sendo ainda maior a predominância dos proprietários (sempre superior a 92%) em todo período estudado. Desta forma, não existe grande diferenciação

entre os dois Sistemas de Produção no que diz respeito à condição do produtor, delineada a partir dos dados da FIBGE.

Tabela 17

Distribuição percentual do número de Estabelecimentos Agropecuários e da Área Recenseada segundo a condição do produtor no Maciço do Feijão e no Sistema Jacobina. 1970, 1975 e 1980.

Condição do Produtor	1970		1975		1980	
	Maciço do Feijão	Sistema Jacobina	Maciço do Feijão	Sistema Jacobina	Maciço do Feijão	Sistema Jacobina
DISTRIBUIÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS						
Proprietário	93,0	92,3	73,3	94,3	91,2	88,5
Arrendatário	5,0	0,4	0,3	0,0	1,0	3,0
Parceiro	1,1	0,2	1,9	0,1	2,7	1,2
Ocupante	0,8	7,0	24,5	5,6	5,0	7,4
DISTRIBUIÇÃO DA ÁREA RECENSEADA						
Proprietário	92,3	98,4	93,0	98,6	97,4	98,6
Arrendatário	1,1	0,2	0,1	0,0	0,3	0,3
Parceiro	0,2	0,1	0,3	0,1	0,9	0,2
Ocupante	0,1	1,2	6,6	1,3	1,4	0,9

FONTE: FIBGE (dados brutos)

Anteriormente, foi levantada a questão da dificuldade dos Censos Agropecuários darem conta da múltipla participação dos produtores quanto ao acesso à terra. Esta dificuldade é ampliada quando os produtores diretos são distribuídos por categorias de pessoal ocupado na agropecuária (POA), posto que as relações de trabalho podem ser e, geralmente são, mais efêmeras que as formas de acesso à terra, resultando na maior multiplicidade de participação de produtores nas diferentes categorias.

Todavia, observando a Tabela 18, percebe-se que as categorias **Responsável e Membros não Remunerados da Família (RMNRF)** somada às duas categorias de emprego, perfazem mais de 98% da POA em qualquer ano ou Sistema, indicando não serem expressivas as participações das categorias **Parceiro e Outras Condição**.

Por sua vez a categoria RMNRF apresenta percentuais superiores a 62% durante o período em qualquer sub-área, indicando maior expressão do trabalho familiar na constituição da força de trabalho na área em estudo. No interior de cada sub-área, no entanto, a participação do trabalho familiar tem evolução distinta: é oscilante no Sistema Jacobina e fortemente declinante no *Nacipo do Feijão*, onde caiu de 81% em 1970 para 62,7% em 1980.

Os dados da Tabela 18 mostram também pequena participação do emprego permanente, sendo sempre inferior a 5%, apesar de ser crescente em qualquer sub-área no período observado. Já o emprego temporário, mostra participação mais expressiva, principalmente no *Nacipo do Feijão*, onde é sempre crescente, praticamente, tendo duplicado entre 1970 e 1980. Em conjunto, os dados indicam a transição da economia assentada no trabalho familiar para uma economia fundada no trabalho assalariado, principalmente no *Nacipo do Feijão*, onde chega ao final do período com no mínimo 36,3% da força de trabalho confrontando relações capitalistas de produção substantivadas no assalariamento. Não obstante, deduz-se

que o trabalho familiar ainda continua sendo predominante na agropecuária da Região.

Analisadas as principais nuances da caracterização da área em estudo, parece pertinente observar como ali se expressam os principais elementos da organização da força de trabalho. Todavia, como são muitas as determinações da organização da força de trabalho que ganham conteúdo numa dimensão que transcende o âmbito da Região, é necessário analisar tais determinações, num contexto mais amplo para depois retornar componentes internos à força de trabalho e a Região para neste movimento cognitivo, aprender a dinâmica daquelas organizações.

Tabela 18

Distribuição percentual do pessoal ocupada na agropecuária por Sistema de Produção, segundo as Categorias em 1970, 1975 e 1980.

Condição do Produtor	1970		1975		1980	
	Maciço do Feijão	Sistema Jacobina	Maciço do Feijão	Sistema Jacobina	Maciço do Feijão	Sistema Jacobina
Responsável e Membros não Remun. da Família	81,0	77,9	79,9	84,0	62,7	76,7
Empregados Permanentes	1,7	2,9	2,1	2,8	4,8	3,8
Empregados Temporários	16,9	18,4	25,7	12,7	31,5	19,0
Parceiros	0,1	0,4	0,9	0,2	0,9	0,3
Outra Condição	0,3	0,4	0,4	0,3	0,2	0,3

FONTE: FIBGE (dados brutos)

5. ASSOCIATIVISMO NO BRASIL E NO NORDESTE

A transição para a democracia no Brasil dos anos oitenta, possibilitou relativo fortalecimento dos movimentos sociais. Ou, por assim dizer, ela mesma, a transição política, inscreve-se no conjunto de transformações que a sociedade brasileira conheceu na década. Os movimentos sociais "*enquanto forjadores de cidadania e espaço de construção da democracia*", configuram-se, pois, como "*possíveis práticas constitutivas da democracia*"⁽⁷⁹⁾.

No que diz respeito ao sindicalismo, foram significativos os avanços observados na organização dos trabalhadores de importantes ramos da economia, com ênfase nos subsetores mais modernizados, sendo exemplar o crescimento observado na luta dos metalúrgicos, principalmente, no Estado de São Paulo.

Também na agricultura, a escalada do crescimento do movimento sindical, mesmo observada em muitas unidades da federação, revela-se mais acentuada nos ramos dos complexos agroindustriais do Estado de São Paulo, onde a agricultura é praticada com maior intensidade de capital.⁽⁸⁰⁾

Mesmo tomando o caso do Brasil como contraponto em relação ao Primeiro Mundo onde o sindicalismo esteve em refluxo, Leôncio Martins Rodrigues assinala em trabalho recente que "*a década dos anos oitenta, em todos os sentidos, pode ser considerada bastante*

(79) GRZYBOWSKI, C. caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo. Ed. Vozes, Rio de Janeiro, 2ª Ed. 1987 p.13

(80) ALVES, F.J. da C. Modernização da agricultura e sindicalismo: lutas dos trabalhadores da Região Canavieira de Ribeirão Preto. Tese de doutoramento. UNICAMP, Campinas, São Paulo, 1991

promissora para o sindicalismo brasileiro". (81)

Quase ao final da década, em 1988, a FIBGE inseriu na Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar - PNAD - um questionário suplementar "que permitisse traçar o perfil do cidadão brasileiro no que se refere ao uso dos seus direitos civis, políticos e sociais" (82) incluindo, entre outros, o tema associativismo e participação política, cujos resultados serão utilizados como base empírica para contextualizar a análise de uma pesquisa direta, conduzida na região em estudo para caracterizar os níveis de associativismo da força de trabalho.

Os resultados da PNAD - 1988 mostraram-se reveladores conforme pode ser observado na Tabela 19. Apenas 13,77% da população ocupada no Brasil, com idade igual ou superior a 18 anos, era filiada a sindicatos de empregados em 1988. Um percentual muito baixo, se comparado com a Suécia (84%), Dinamarca (75%) ou Itália (47%). Porém no Brasil, o percentual de sindicalização mostra-se superior à França (11%) e não muito distante dos Estados Unidos (16%), que apresentam os menores percentuais entre os países do chamado Primeiro Mundo. (83) Entretanto, não se pode esquecer que a grande expressão relativa da economia informal, no Brasil, conspira contra comparações desta natureza, levando-as ao limbo de simples ilustrações, devido entre outros fatores à forte presença da categoria "autônomo" na força de trabalho. Contudo, observando-se a coluna de "não filiados", percebe-se que os elevados percentuais ali observados, sugerem níveis de associativismo muito baixos no conjunto da força de trabalho no Brasil.

(81) RODRIGUES, L.M. - A Crise do sindicalismo no Primeiro Mundo. Folha de São Paulo. Tendências/Debates, 22/03/92

(82) FIBGE - Participação político-social, 1988: Brasil e Grandes Regiões. Rio de Janeiro, 1990. p.XI

(83) Os dados sobre os Países do Primeiro Mundo são citados por Rodrigues, op cit. e referem-se ao ano de 1989.

Na mesma Tabela 19 pode-se perceber que no Brasil, a força de trabalho do setor industrial apresenta sempre níveis de associativismo superiores aos demais, não obstante o nível de integração da economia nos anos atuais permitir questionar análises a partir da divisão da mesma em três setores.

Observados em conjunto, os dados da Tabela 19 sugerem níveis de associativismo ligeiramente superiores no país, se comparados ao Nordeste. Constituem exceções as informações sobre sindicatos de empregados no setor primário, onde o Nordeste apresenta um percentual de sindicalização (13,86%) praticamente igual àquele observado no Brasil (13,30%). Nesta região do país, as políticas assistencialistas implementadas através dos sindicatos de trabalhadores rurais, aliadas aos esforços do Estado e da Igreja para cooptar a força de trabalho da agricultura, parecem ter sido mais intensa que em outras regiões, conforme será detalhado adiante. Porém os percentuais de "não filiados" em todas as categorias apresentadas na Tabela 19, revelam que no Nordeste são ligeiramente inferiores os níveis de filiação. Indicam ainda que o sindicato não representa uma significativa instância de encaminhamento de interesses dos membros da força de trabalho no Brasil nem tampouco na região Nordeste, qualquer que seja o setor da economia.

Tabela 19

Número e Percentual de Pessoas de 18 anos ou mais de idade ocupadas por filiação a Sindicato e Associação de Empregados segundo o Setor de Atividade

BRASIL / NORDESTE
1988

ÁREA E SETOR DE ATIVIDADE	PESSOAS OCUPADAS DE 18 ANOS OU MAIS DE IDADE						
	TOTAL	% DE FILIAÇÃO				NÃO FILIADOS	SEM DECLARAÇÃO
		TOTAL	SINDICATO DE EMPREGADOS	ASSOCIAÇÃO DE EMPREGADOS	SINDICATO E ASSOCIAÇÃO DE EMPREGADOS		
BRASIL							
TOTAL	51.732.445	17,58	11,72	3,81	2,05	82,30	0,12
SETOR PRIMÁRIO	11.299.592(21,84)	13,76	13,10	0,46	0,20	86,10	0,14
SETOR SECUNDÁRIO	12.491.989(24,15)	23,19	16,58	3,18	3,44	76,68	0,13
SETOR TERCIÁRIO	27.937.864(54,0)	16,61	8,99	5,44	2,18	83,27	0,12
NORDESTE							
TOTAL	13.351.930	14,79	11,12	2,44	1,23	85,03	0,18
SETOR PRIMÁRIO	4.993.590(37,40)	14,23	13,72	0,37	0,14	85,59	0,18
SETOR SECUNDÁRIO	2.240.199(16,78)	17,98	14,23	1,72	2,10	81,93	0,10
SETOR TERCIÁRIO	6.118.141(45,82)	14,08	7,88	4,39	1,80	85,71	0,21

Fonte: FIBGE/PNAD - 1988 - Dados básicos.

Por sua vez as associações de empregados - comparecendo com percentuais de filiação que no total da força de trabalho situam-se sempre inferiores a 4% em ambos as cortes regionais - não conseguiram preencher a lacuna que a fragilidade dos sindicatos evidencia na representação dos interesses da força de trabalho.

5.1. Associativismo e Instrução Formal no Brasil e no Nordeste

É geralmente aceito que o exercício da cidadania supõe o acesso à educação como estímulo e também como conquista inerente à própria condição de cidadão. Por outro lado, o grau de instrução como indicador universal do acesso à educação, guarda estreita correspondência com o acesso à informação, condição básica fundamental para a tomada de consciência da força de trabalho; consciência de seus interesses de classe no processo de formação de sua própria identidade social, condição para a assunção do papel de sujeito do processo de transformação da sociedade.

Considerando as precárias condições de acesso à escola para a maior parcela da força de trabalho no Brasil, tentarei discutir sumariamente a possível relação entre associativismo e instrução.

Observando a Tabela 20, que relaciona níveis de instrução com níveis de associativismo na força de trabalho, observa-se uma associação praticamente linear entre as duas variáveis. Desta forma, percebe-se que - os contingentes no Brasil e também no

Nordeste sem instrução ou com menos de um ano de estudo - representam os menores percentuais de filiação a sindicatos ou associações. Os percentuais de filiação crescem com o nível de instrução, até atingir no total, mais de 36% no Brasil e mais de 40% no Nordeste, no estrato superior da distribuição dos grupos por anos de estudo. Observa-se apenas uma exceção: os sindicatos no Nordeste têm filiação ligeiramente decrescente até a categoria 5 a 8 anos de estudo. Estes dados estão, provavelmente, refletindo o peso relativo do sindicalismo no Nordeste rural, onde os níveis de instrução são extremamente reduzidos.

Merece destaque o desempenho da filiação a associação de empregado - sempre crescente com o nível de instrução - o qual saindo de patamares muito reduzidos nos estratos inferiores, chega a superar a filiação a sindicatos de empregados em ambas as regiões nos níveis de maior escolaridade. No Nordeste, o último estrato (12 ou mais anos de estudo) apresenta um percentual de filiação (17,68%) que supera aquele observado para sindicatos (14,87%), sendo também que neste estrato o grau de filiação às duas instâncias (7,94%) apresenta-se significativamente elevados para os padrões observados até aqui.

Tabela 20

Número e Percentual de Pessoas ocupadas de 18 anos de idade ou mais por filiação a Sindicato e Associação de Empregados, segundo os anos de estudo.

BRASIL / NORDESTE

1988

ÁREA E ANOS DE INSTRUÇÃO	PESSOAS OCUPADAS DE 18 ANOS OU MAIS DE IDADE						
	TOTAL	% DE FILIAÇÃO				NÃO FILIADOS	SEM DECLARAÇÃO
		TOTAL	SINDICATO DE EMPREGADOS	ASSOCIAÇÃO DE EMPREGADOS	SINDICATO E ASSOCIAÇÃO DE EMPREGADOS		
BRASIL							
TOTAL	51.732.445	17,58	11,72	3,81	2,05	82,30	0,12
Sem instrução e menos de 1 ano	8.877.389(17,16)	12,73	10,98	0,77	0,28	87,79	0,18
1 a 4 anos	18.554.754(35,87)	13,30	10,73	1,70	0,88	86,59	0,11
5 a 8 anos	11.134.049(21,52)	16,46	11,43	3,21	1,81	83,41	0,13
9 a 11 anos	8.200.644(15,85)	23,36	13,25	6,35	3,76	76,49	0,14
12 a ou mais	4.843.334(9,36)	36,78	14,95	14,44	7,38	63,19	0,03
Não determinados e sem declaração	122.272(0,24)	21,65	11,74	6,21	3,69	78,18	0,16
NORDESTE							
TOTAL	13.351.930	14,79	11,12	2,44	1,23	85,03	0,18
Sem instrução e menos de 1 ano	4.746.704(35,55)	10,64	11,92	0,58	0,24	87,01	0,24
1 a 4 anos	4.364.208(32,69)	11,60	10,08	1,06	0,50	88,23	0,12
5 a 8 anos	1.947.085(14,58)	12,98	9,74	2,09	1,15	86,82	0,19
9 a 11 anos	1.653.219(12,38)	21,36	11,68	6,13	3,55	78,48	0,16
12 a ou mais	613.825(4,60)	40,41	14,87	17,68	7,94	59,44	0,15
Não determinados e sem declaração	26.889(0,20)	26,34	15,58	6,88	3,87	73,66	

FONTE: FIBGE/PNAD - 1988 - Dados básicos.

5.2. ASSOCIATIVISMO E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL E NO NORDESTE

Além da escolaridade, vários outros fatores podem estar associados ao maior ou menor grau de associativismo do contingente da força de trabalho. Uma variável que ganha relevo neste processo é, sem dúvida, a distribuição de renda. Se não por outros motivos, dir-se-ia que o rendimento mensal, ao indicar a participação de determinado grupo na apropriação da riqueza produzida, constitui-se de *per se*, elemento fundamental do conjunto de interesses do contingente da força de trabalho.

Na Tabela 21, pode-se observar o cruzamento entre os percentuais de filiação a sindicatos e associações de empregados e as classes de rendimento mensal das pessoas ocupadas, com idade igual ou superior a 18 anos, para o Brasil e para o Nordeste. Também, nesse caso, os dados sugerem uma estreita associação entre níveis de filiação e classes de rendimento mensal. Assim, no Brasil, os grupos que percebem menores níveis de rendimento mensal também apresentam os menores níveis de filiação a Sindicatos ou Associações de Empregados. Desta forma, no total de filiação, observa-se que o menor nível de rendimento mensal (1/2 Piso Nacional de Salário) apresenta o menor percentual de filiação igual a apenas um terço daquele observado no conjunto da força de trabalho, indicando que os trabalhadores que ganham menos, não vêm no sindicato e/ou associação de empregados uma promissora instância organizativa de seus interesses. As pessoas que ganham igual ou inferior a 2 vezes o Piso Nacional de

Salários, constituem 49,64% do grupo total estudado. Em qualquer estrato deste subconjunto, o percentual de filiação total é significativamente inferior àquele observado no conjunto total estudado. Portanto, são os grupos com maior rendimento mensal, apesar de numericamente muito inferiores, que contribuem mais significativamente para constituir os 17,58% da filiação total.

No Nordeste onde a distribuição de rendimentos observada na Tabela 21 concentra 69,72% das pessoas nos três estratos inferiores (igual ou inferior a 2 vezes o Piso Nacional de Salário) também percebe-se que são estes estratos que apresentam os menores percentuais de filiação, embora o percentual de filiação observado no estrato 1 a 2 vezes o PNS (15,34%) seja ligeiramente superior àquele observado no total do país (14,49%). No outro extremo da distribuição, o estrato com mais de 10 vezes o PNS, no Nordeste, apresenta o significativo percentual total de filiação de 42,71%. Neste estrato, todos os percentuais observados são significativamente superiores aos correspondentes valores dos demais estratos inferiores.

Tabela 21

Número e Percentual Total de Pessoas Ocupadas de 18 anos ou mais, por filiação a Sindicato e Associação de Empregados, segundo as Classes de Rendimento Mensal

BRASIL/NORDESTE

CLASSE DE RENDIMENTO MENSAL (Piso Nacional de Salário)	PESSOAS OCUPADAS DE 18 OU MAIS ANOS DE IDADE						
	TOTAL (ABS)	% DE FILIAÇÃO				NÃO FILIADOS	SEM DECLARAÇÃO
		TOTAL	SINDICATO DE EMPREGADOS	ASSOCIAÇÃO DE EMPREGADOS	SINDICATO E ASSOCIAÇÃO DE EMPREGADOS		
BRASIL TOTAL	51.732.445	17,58	11,72	3,81	2,05	82,30	0,12
Até 1/2	4.504.250(8,71)	5,85	5,50	0,27	0,07	93,97	0,18
Mais de 1/2 a 1	7.825.078(15,13)	8,75	7,91	0,64	0,20	91,06	0,19
Mais de 1 a 2	13.344.845(25,80)	13,08	10,02	2,35	0,70	86,77	0,15
Mais de 2 a 3	7.230.641(13,98)	18,09	12,54	4,08	1,46	81,83	0,08
Mais de 3 a 5	6.684.735(25,47)	25,47	16,18	6,27	3,02	74,47	0,05
Mais de 5 a 10	5.255.353(10,16)	31,46	18,24	8,28	4,94	68,48	0,06
Mais de 10	4.138.646(8,00)	37,62	18,39	10,29	8,94	62,35	0,03
Sem rendimento (1)	2.291.068(4,43)	4,36	4,23	0,10	0,02	95,55	0,09
Sem declaração	447.806(0,87)	16,84	11,52	3,17	2,14	81,80	1,36
TOTAL NORDESTE	13.351.930	14,79	11,12	2,44	1,23	85,03	0,18
Até 1/2	2.630.834(19,70)	6,59	6,19	0,28	0,11	93,24	0,17
Mais de 1/2 a 1	3.127.536(23,42)	11,23	10,34	0,68	0,22	88,56	0,21
Mais de 1 a 2	3.418.101(25,60)	15,34	12,77	1,95	0,62	84,49	0,17
Mais de 2 a 3	1.201.987(9,00)	20,06	14,91	3,85	1,30	79,78	0,16
Mais de 3 a 5	892.712(6,69)	26,34	16,00	7,17	3,17	73,55	0,10
Mais de 5 a 10	644.890(4,83)	28,87	14,99	8,70	5,27	70,91	0,13
Mais de 10	472.601(3,54)	42,71	19,06	12,74	11,19	56,96	0,05
Sem rendimento (1)	831.451(6,23)	4,51	4,51	-	-	95,41	0,08
Sem declaração	131.819(0,99)	16,38	11,56	2,91	1,91	81,56	2,06

FONTE: FIBGE/PNAD - 1988. DADOS BÁSICOS

Portanto, no Nordeste, semelhantemente ao que se observou para o Brasil, as pessoas com menores níveis de rendimentos mensal, também não vêm no sindicato ou na associação de empregados, uma instância organizativa promissora para conduzir seus interesses.

Em termos comparativos, dir-se-ia que no Nordeste, onde a distribuição dos rendimentos mensais apresentou-se mais fortemente concentrada, os grupos com maiores níveis de renda apresentaram maiores percentuais de filiação a sindicatos e associações de empregados, vis-a-vis àqueles observados no Brasil.

Por outro lado, seria pertinente indagar os motivos que levam as pessoas a filiarem-se a sindicatos ou associações de empregados. De imediato, têm-se que a finalidade básica de um sindicato tem como eixo fundamental a articulação, organização e defesa dos interesses dos associados. No caso dos empregados, a defesa do salário afigura-se como principal tarefa, posto que o mesmo representa a variável que melhor simboliza os níveis de vida e de consumo do corpo de associados. Todavia, no Brasil, como será visto, os sindicatos foram transformados em agências avançadas do Ministério do Trabalho e Previdência Social. Neste processo, foram disvirtuados de sua finalidade básica, transformando-se em postos de serviços médicos, odontológicos, jurídicos e previdenciários sob a tutela do Estado.

Se os sindicatos e associações de empregados não apresentam percentuais significativos de filiação, os dados da Tabela 22 mostram que também as associações comunitárias e os partidos políticos não conseguem, no Brasil nem tampouco no Nordeste, constituírem-se instâncias organizativas relevantes para organização e encaminhamento dos interesses dos produtores diretos. Somadas, as filiações às duas formas de organização, não atingem 17%, ficando, portanto, ainda menos expressiva a adesão a

estas entidades que o baixíma nível de filiação a sindicatos e associações de empregados.

São muitos os fatores que explicam o elevado percentual de não filiados àquelas instituições (83,00% para o Brasil e 90,22% para o Nordeste, no caso dos partidos políticos e associações comunitárias).

É particularmente reduzida a filiação da PO a partidos políticos (3,04% no Nordeste e apenas 2,54% no Brasil. Talvez a cultura plasmada ao longo dos séculos num país que desde sua gênese como nação, esteve submetido ao modo de produção capitalista, cujo ideário privilegia o individualismo como forma de realização de interesses, venha a ser a razão de ordem mais geral para explicar a reduzida adesão da força de trabalho a instâncias organizativas de seus interesses. Todavia, esta não é uma explicação suficiente nem tampouco útil.

Tabela 22

Número e percentual de pessoas de 18 ou mais anos de idade, por filiação a Partidos Políticos e Associações Comunitárias segundo as classes de rendimento mensal

CLASSE DE RENDIMENTO MENSAL (Piso Nacional de Salário)	PESSOAS OCUPADAS DE 18 ANOS OU MAIS DE IDADE						
	TOTAL (ABS)	% DE FILIAÇÃO				NÃO FILIADOS	SEM DECLARAÇÃO
		TOTAL	A PARTIDOS POLITICOS	A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA	PARTIDOS POLITICOS E ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS		
BRASIL TOTAL	82.514.891	16,84	2,54	13,06	1,24	83,00	0,16
Até 1/2	7.631.332(9,25)	0,93	1,52	7,95	0,53	89,80	0,18
Mais de 1/2 a 1	10.839.008(13,14)	11,08	2,14	8,36	0,59	88,71	0,20
Mais de 1 a 2	14.773.899(17,90)	14,62	2,82	10,79	1,01	85,21	0,16
Mais de 2 a 3	7.881.678(9,55)	77,50	3,32	13,53	1,65	81,40	0,09
Mais de 3 a 5	7.306.638(8,85)	22,67	3,92	16,70	2,04	77,28	0,05
Mais de 5 a 10	5.719.055(6,93)	29,89	4,22	22,59	3,09	70,03	0,07
Mais de 10	4.440.496(5,38)	41,50	4,31	33,06	4,13	58,47	0,03
Sem rendimento (1)	23.410.407(28,37)	12,82	1,42	10,87	0,53	86,96	0,22
Sem declaração	512.378(0,62)	20,22	3,22	15,70	1,30	78,72	1,06
TOTAL NORDESTE	21.767.272	9,55	3,04	5,77	0,74	90,22	0,22
Até 1/2	3.886.448(17,85)	62,59	1,73	4,23	0,30	93,55	0,19
Mais de 1/2 a 1	3.918.657(18,00)	7,69	2,81	4,37	0,51	92,06	0,25
Mais de 1 a 2	3.663.337(16,83)	10,84	3,86	6,03	0,95	88,99	0,17
Mais de 2 a 3	1.290.960(5,93)	14,98	5,97	7,49	1,54	84,85	0,15
Mais de 3 a 5	956.536(4,39)	17,81	6,73	9,23	1,86	82,10	0,10
Mais de 5 a 10	687.909(3,16)	22,04	6,40	12,27	3,39	77,84	0,13
Mais de 10	506.174(2,32)	33,56	7,71	22,18	3,68	66,39	0,05
Sem rendimento (1)	6.707.601(3,08)	6,45	1,68	4,56	0,22	93,27	0,28
Sem declaração	149.650(0,69)	13,27	4,42	8,56	0,31	84,91	1,82

FONTE: FIBGE/PNAO - 1988 - DADOS BÁSICOS

No caso dos partidos políticos é notoriamente conhecido o artificialismo do processo de criação e da própria dinâmica do sistema partidário. Também é do conhecimento geral, o tratamento autoritário, arbitrário não poucas vezes, que a questão tem recebido do Estado. Em relação a esta postura despótica, é exemplar o tratamento dispensado ao Partido Comunista Brasileiro, desde sua fundação em 1922. Contudo, partidos de orientação política menos ideologizada também têm sido atingido pela legislação repressiva criada pelas duas ditaduras que marcaram profundamente a vida política do país ao longo do século XX. Não obstante a estes percalcos, no âmbito institucional criado pela Constituição Federal outorgada pelo Governo Militar em 1967, surge o Partido dos Trabalhadores (PT) no final dos anos setenta, com o compromisso político de representar os interesses dos produtores diretos do Brasil. Não tem sido fácil a trajetória do PT. Apesar da cerrada oposição das classes dominantes, fortemente organizadas em suas associações de interesses ligados à produção, o Partido dos Trabalhadores tem aumentado sua expressão política, ampliando sua bancada nas instâncias legislativas do país, das unidades da federação e dos municípios. Nos anos oitenta e início dos anos noventa, o PT conseguiu, apesar de muitos problemas internos, aglutinar forças políticas para ganhar eleições municipais em algumas cidades importantes do país a exemplo de São Paulo, Santos, Campinas e Porto Alegre.

Além da "*cultura do individualismo*", outro fator importante para entender a baixa adesão da força de trabalho a entidades para representar seus interesses, tem se constituído a partir da ineficiência, talvez do descaso, como o Estado trata a educação no país. A ausência de uma eficiente política pública para o setor, tem traduzido-se em elevados percentuais de analfabetismo, associados, como foi referido anteriormente, aos menores níveis de filiação a sindicatos e associações de empregados e,

seguramente, também relacionados com a reduzida filiação a partidos políticos e associações comunitárias. (84)

5.3 Motivação para o associativismo

No questionário suplementar da PNAD-1988, foi incluída uma pergunta sobre os motivos de filiação das pessoas ocupadas com idade de 18 anos ou mais. A pergunta, cobrindo associação e sindicatos de empregados foi posteriormente cruzada com a participação/utilização dos serviços daquelas instituições.

Os resultados assim obtidos e convertidos em percentuais estão expostos nas Tabelas 23, 24, e 25. Na primeira, percebe-se que em ambas as áreas e também nos dois tipos de entidades, os serviços de Assistência Médica e Jurídica foram os mais demandados, principalmente, nos sindicatos do Nordeste. Neste caso, cerca de 70% dos filiados procuraram serviços médicos e/ou jurídicos, enquanto apenas 9% dos mesmos desenvolveram Atividade Política. Os dados são portanto, emblemáticos da transfiguração dos sindicatos em agências de uma política clientelista voltada para atender as necessidades primárias de uma população, cuja profundidade de suas carências não permite a escalada para o exercício da cidadania, nem mesmo nas instituições que, por sua própria finalidade, tem o papel de articular, conduzir e defender os interesses dos produtores diretos. No Brasil, tanto nas associações quanto nos sindicatos, a atividade política também não consegue atrair contingentes significativos de associados, posto que percentuais sempre superiores a 88% de seus membros nunca exerceram qualquer atividade política naquelas instituições. Tal nível de despolitização reflete a resultante de mais de duas

(84) Os dados disponíveis da PNAD - 1988 não permitiam o cruzamento da variável filiação a partidos e associações comunitárias com o grau de instrução formal.

décadas de regime repressivo e seu esforço de cooptação dos produtos diretos.

A Tabela 24 mostra o cruzamento da utilização/participação nos serviços das associações de empregados com os motivos de filiação às mesmas. Ele evidencia que do total de sócios que utilizaram Assistência Médica-Jurídica, mais de 90% se filiaram para obter aquele serviço, tanto no Nordeste, quanto no Brasil. Nos sindicatos estes percentuais são sempre superiores a 95%. (Tabela 25). Portanto, a grande predominância da procura por estes serviços não surge como uma demanda construída a partir de um trabalho interno realizado dentro do sindicato/associação. Ao contrário, seu fundamento primeiro é a situação de penúria que marca profundamente as condições de vida da população brasileira,

Tabela 23

Percentual de pessoas ocupadas de 18 anos de idade ou mais filiadas a Sindicatos ou Associação de Empregados segundo a utilização ou participação nas atividades - BRASIL, NORDESTE - 1988

Tipo de Sociedade e Área Utilização ou Participação nas Atividades	SINDICATO DE EMPREGADO		ASSOCIAÇÃO DE EMPREGADOS	
	BRASIL	NORDESTE	BRASIL	NORDESTE
Assistência Médica ou Jurídica	62,08	69,72	47,59	48,08
Atividade Esportiva ou Cultural	10,16	6,18	38,33	30,61
Atividade Política	11,61	9,01	11,11	12,21
Outras	12,00	24,02	32,36	18,63

FONTE: FIBGE/PNAD - 1988
Dados Básicos

Tabela 24

Pessoas ocupadas de 18 ou mais anos de idade e filiados a Associações de Empregados, por motivos pelos quais se filiaram (%), segundo a participação ou utilização nas atividades da Associação. BRASIL/NORDESTE - 1988

AREA E PARTICIPAÇÃO OU UTILIZAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO	TOTAL	MOTIVOS PELOS QUAIS SE ASSOCIARAM (%)			
		ASSISTENCIA MÉDICA OU JURÍDICA	ATIVIDADE ESPORTIVA OU CULTURAL	ATIVIDADE POLÍTICA	OUTRAS
BRASIL					
Assistência médica ou Jurídica	1.441.701	91,60	35,43	11,01	15,02
Atividade Esportiva ou Cultural	1.161.023	95,27	87,40	10,90	13,09
Atividade Política	335.602	45,07	38,19	83,13	18,18
Outras	490.131	32,36	21,93	10,94	87,77
NORDESTE					
Assistência Médica ou Jurídica	235.607	91,37	29,53	9,29	13,62
Atividade Esportiva ou Cultura	150.061	49,21	65,32	11,56	11,42
Atividade Política	59.841	28,74	24,52	83,81	18,42
Outras	91.383	26,46	11,93	10,44	89,08

FONTE: FIBGE/PNADE - 1988. DADOS BÁSICOS

agravadas pela degradação dos serviços públicos nos tempos recentes. Sobrepondo-se a esta situação carencial, surge uma política clientelista para transformar sindicatos e associações em instrumentos de controles sociais, expressão política da dominação de classes, cujo objetivo teleológico foi a tentativa desesperada de legitimar um Estado autoritário, erigido sobre os escombros da frágil democracia que o país conheceu no pós-guerra.

Tabela 25

Pessoas ocupadas de 18 ou mais anos de idade e filiados a Sindicatos de Empregados, por motivos pelos quais se filiaram (%), segundo a utilização ou participação nas atividades da Associação.

BRASIL/NORDESTE - 1988

AREA E PARTICIPAÇÃO OU UTILIZAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO	TOTAL	MOTIVOS PELOS QUAIS SE ASSOCIARAM (%)			
		ASSISTENCIA MÉDICA OU JURÍDICA	ATIVIDADE ESPORTIVA OU CULTURAL	ATIVIDADE POLÍTICA	OUTRAS
BRASIL					
Assistência médica ou jurídica	4.422.304	95,63	12,21	9,65	10,69
Atividade esportiva ou cultural	759.418	72,20	79,03	22,71	15,73
Atividade política	827.510	54,05	19,85	85,23	14,63
Outras	854.920	44,96	10,27	10,42	87,19
NORDESTE					
Assistência médica ou jurídica	1.149.403	97,00	39,24	5,12	12,23
Atividade esportiva ou cultural	101.909	80,81	78,10	21,21	27,15
Atividade política	148.571	51,53	19,58	74,27	21,71
Outras	231.102	57,28	11,60	7,00	88,93

FONTE: FIBGE/PNADE - 1988. DADOS BÁSICOS

Do pequeno contingente de sócios que participaram da Atividade Política (cerca de 11%) em ambos os tipos de instituição (Tabela 23), percentuais elevados se filiaram

motivadas pela política. Assim, percentuais sempre superiores a 83% apontaram a Atividade Política como motivo de filiação (Tabela 24 e 25). Constituem exceções os sindicatos do Nordeste onde o percentual chegou a 74,27% (Tabela 25). Provavelmente, são os grupos de sindicalistas que, nos anos oitenta, conseguiram renovar muitas diretorias através de um forte ativismo, sustentado numa militância que aponta para novos horizontes políticos - o novo sindicalismo.

Pelo exposto, pode-se perceber claramente que, observada em conjunto, a atividade associativista desenvolvida junto a associação de empregados e, principalmente sindicatos de trabalhadores, não configura uma relação social genuína e imanente do processo de evolução da sociedade brasileira/nordestina. Ao contrário, caracteriza uma relação espúria, adulterada em conteúdo e forma, por uma política de governo deliberada para legitimar um Estado autoritário frente a largos segmentos da população imersos em uma grave situação carencial.

Oliveira Vianna, Consultor Jurídico de Getúlio Vargas no Governo Provisório, já em 1947 registra com veemência a natureza exógena do associativismo e principalmente do sindicalismo no campo que "seria uma idéia intrusa e exótica, sem base na vida econômica daquelas populações e sem nenhum fundamento na história daquela gente"⁽⁸⁵⁾. Para este autor, o Brasil nunca conheceu a "luta de classes no sentido marxista da expressão".⁽⁸⁶⁾ Para sustentar sua original concepção, Oliveira Vianna aponta causas advindas da formação da histórica e da estruturação econômica do povo brasileiro; outras associadas à estruturação étnica racial e, por último, causas relacionadas com as condições tropicais do habitat.

(85) VIANNA, F.J de O. História social da economia capitalista no Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia; Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 1987. pp 109-110

(86) Id. p.99

À parte os dois tipos últimos de causas, pois parecem-me de pouca utilidade para este trabalho. Todavia, convém examinar detalhadamente os argumentos do autor relacionados com a formação histórica e a estruturação da economia brasileira.

Inicialmente, Oliveira Vianna hierarquiza as causas que explicam a inexistência de "antagonismo flagrantes", ou mesmo conflitos de forças nas "relações de trabalho de patrão com empregados" no Brasil. Desta forma, haveria as "causas gerais" que atravessam toda sociedade brasileira e as "causas particulares" que se prendem à formação e evolução da agricultura, do comércio e da indústria.

A primeira causa geral é a "índole mesma do nosso povo". Aqui o autor furta-se a uma discussão mais profunda: "Não queremos indagar como este traço nos veio, nem como se formou: constatamo-lo apenas"⁽⁸⁷⁾. A indulgência, a benevolência, a amizade e a gratidão, qualidades bem brasileiras formam o influxo subconsciente que regia e ainda rege as relações entre patrões e empregados. Esta parte da sua análise envereda pelo subjetivismo e não acrescenta muito.

A segunda causa geral é a preponderância da economia familiar e patriarcal. O autor aponta o pré-capitalismo patriarcal que dominou na Colônia, no Império e continua subsistindo principalmente "no espírito das elites endinheiradas, quer na indústria, quer no comércio, quer no vasto interior rural", atuando como redutor ou eliminador dos conflitos entre capital e trabalho.⁽⁸⁸⁾

A terceira causa apontada por Vianna é a pequena influência

(87) id. p. 101

(88) id. p. 102

do capitalismo bancário e monetário. Ao seu tempo, a economia brasileira, ainda sob a égide da industrialização restringida, era dominada por o que ele chamou de capitalismo de famílias ou pessoal basicamente constituído por "empresas pequenas e médias". Uma economia de status e não de lucro. Somada à "índole do povo" não apresentaria maior potencialidade de conflitos sociais. A última causa geral apontada por Vianna é a desorganização ou a inorganização da mesma trabalhadora. Aqui, o autor refere-se "fraqueza do espírito de solidariedade social, a quase ausência dos hábitos de cooperação profissional", razão pela qual nem o patronato nem tampouco o operariado teriam consciência de classe, dificultando a organização de classes ou a organização profissional.

A meu juízo, são relevantes para entender a fragilidade do associativismo, as causas que Vianna relaciona à predominância da economia familiar e patriarcal, bem como a pequena influência do capitalismo bancário e monetário. Afinal, nas áreas geográficas mais atrasadas, onde ainda hoje é dominante a economia familiar e patriarcal, são maiores as dificuldades enfrentadas por cooperativas e sindicatos para encontrarem adesão social significativa. No contraponto, onde o capitalismo financeiro/industrial mais se desenvolve, localizam-se os sindicatos mais combativos do país, a exemplo dos metalúrgicos do ABC, dos bancários e canavieiros de São Paulo.

5.4. Sindicato de Trabalhadores Rurais: instrumento de luta ou de cooptação?

No Brasil, durante o período colonial e o Império, a economia esteve fundada na escravidão, cuja abolição formal só vai ocorrer no alvorecer da República. Porém, já em 1850, quando foi abolido o tráfico negreiro, a classe dominante criou e

aprovou a Lei das Terras que garantia o monopólio da propriedade fundiária e, do ponto de vista legal, sancionava a existência de uma enorme legião de produtores despossuídos na agricultura. Este contingente vem aumentando até nossos dias, quando temos em torno de 12.000.000 famílias sem terras no Brasil, cuja habilidade primeira é exatamente o cultivo da terra.

A fascinante e crucial trajetória desta população rural está registrada através de numerosa e controvertida produção literária e científica, cuja análise escapa aos propósitos deste trabalho⁽⁸⁹⁾.

No momento, afigura-se como muito importante para nosso esforço analítico, compreender o papel desempenhado neste processo pelo sindicalismo enquanto forma de organização dos produtores diretos ou, mais especificadamente, indagar porque o sindicalismo de trabalhadores rurais não reflete o quadro de relações sociais derivado da produção do espaço agrário. Ou seja, perquerir quais as principais determinações do processo que, no Brasil, transformou quase a totalidade dos sindicatos de trabalhadores rurais em instrumento de cooptação da classe dominante.

Ou ainda perquerir até que ponto tal instituição constitui uma instância organizada adequada os cenários que emergem da conhecida heterogeneidade estrutural da agricultura no país; em que medida o sindicalismo sendo um movimento originado na Europa, conheceu as mediações necessárias para dar conta das especificidades que formações sociais particulares impõem à constituição da força de trabalho. Porém, antes desta discussão, é importante recuperar alguns traços do sindicalismo no país.

(89) A título de ilustração veja MARTINS, J. de S. Os camponeses e a política no Brasil; as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Vozes, Petrópolis, 1986; GUIMARÃES, A.P.. Quatro séculos de latifúndio, Fulgor, São Paulo, 1964. PRADO JÚNIOR, C. - Contribuição para a análise da questão agrária no Brasil. Revista Brasiliense, nº 28, março/abril de 1960, entre outros.

A legalização dos sindicatos de trabalhadores rurais no Brasil é um fenômeno recente. Somente nos anos sessenta a legislação sindical foi estendida ao campo, enquanto para o espaço urbano, ela inicia-se na primeira década do século XX. Evidentemente, a supressão da liberdade sindical não conseguiu impedir que os movimentos sociais no campo - desde o Quilombo dos Palmares até o Movimento dos Sem Terra hoje - abrissem caminho para seus atores construírem uma história de luta, sangue e insubmissão, uma trajetória, vale registrar, construída à margem da legislação modulada pelo Estado. Um percurso no qual o formalismo do associativismo oficial esteve quase sempre ausente ou em posição secundária.

Os limites precisos da liberdade sindical, sua inserção na sociedade envolvente, suas relações com o Estado, são determinações sem as quais não se consegue apreender o sentido do processo de desfiguração do sindicato de trabalhadores rurais no Brasil.

Uma desfiguração anterior à sua gênese, posto que o sindicalismo de trabalhadores rurais teve sua origem concebida como uma extensão do sindicalismo dos trabalhadores urbanos. Por esta razão, para a idéia central deste trabalho é fundamental recuperar os pontos mais importantes da história da liberdade sindical no país. Pois, conforme assinala Giannotti: "para entender, dentro do seu contexto, a história da liberdade, é preciso ter-se um quadro geral do sindicalismo desde sua origem até nossos dias". (90)

A construção deste "quadro geral" constitui a próxima tarefa. Na sequência, far-se-á o recorte da emergência e evolução do sindicalismo de trabalhadores rurais.

(90) GIANNOTTI, V. A Liberdade Sindical no Brasil. Ed. Brasiliense, São Paulo, 1987, p.71

5.4.1. Sindicalismo no Brasil - a trajetória de uma intervenção do Estado

Entre 1900 e 1930, verificam-se as primeiras manifestações importantes do movimento operário e da luta Sindical no Brasil. Sob a égide da Constituição promulgada em 1891 - atravessada por rigorosa ortodoxia liberal - o operariado urbano organiza as primeiras manifestações grevistas e são fundadas associações de ajuda mútua e sindicatos operários nos principais centros urbanos do país.

Nas primeiras décadas do presente século X, as duas principais correntes confrontam-se na tentativa de obter a hegemonia do movimento sindical no país. De um lado, os anarco-sindicalistas que abominavam o Estado e qualquer forma de Governo e circunscreviam a luta operária ao aspecto econômico. Do outro lado, os "sindicalistas" amarelos, muito estimulados pelo Estado, vão constituir a gênese do que, posteriormente, viria constituir o "pelegismo" no país.

A Revolução de 1930 - ponto de inflexão da trajetória do modelo primário-exportador para uma economia voltada para constituição do parque industrial brasileiro - vem redefinir a composição de forças políticas no seio das classes dominantes. A fração não exportadora da burguesia agrária liderou o arco de forças sociais constitutivas da Aliança Liberal, trazendo para a agenda política um projeto industrializante que pressupunha a centralização do poder pela União.

Todavia, a "Revolução sem revolução" ou o "reformismo pelo alto" como preferem outros, não operou uma ruptura na composição das forças sociais, no sentido de que os vencidos não foram esmagados. Ao contrário, a burguesia agrária-exportadora em parceria com o capital financeiro, apesar de derrotada em 1930,

vai constituir parcela importante dos agentes sociais que tocarão o projeto industrializante, presente na agenda política de Vargas desde as eleições de 1930. Mesmo os latifundiários não diretamente vinculados ao comércio exterior, os "coronéis" do mandonismo local, vencidas esparças resistências armadas⁽⁹¹⁾, são cooptados para a Aliança Liberal.

Apoiado em uma composição de forças marcada pela heterogeneidade, o projeto modernizante da Aliança Liberal teria seus limites recortados pelas contradições de interesses dos segmentos sociais que a constituíam. A liderança da burguesia agrária não exportadora e a posterior cooptação de outros segmentos agrários da classe dominante, também fundados no monopólio da terra, respondem pela exclusão liminar do campesinato e do incipiente operariado rural, marginalizados do esforço modernizante que se seguiu a 1930.

Do alto de sua esperteza política, Vargas e a Aliança Liberal desenhavam e implementavam políticas para dinamizar os interesses de seus aliados. Não-políticas, controle social, propaganda e forte repressão para conter os segmentos não aliançados ou abertamente dissidentes. Aliás, não poderia ser na ordem liberal que vicejaria o ambicioso projeto industrializante já anunciado por Vargas ainda candidato.

Deposto Washington Luiz, duas questões importantes emergem na agenda de governo: a diversificação do aparelho produtivo e ampliação da participação política. Duas pautas contraditórias, posto que o aparelho institucional herdado do Estado oligarca da República Velha não dispunha de meios para sustentar a passagem para um novo patamar de acumulação, e ao mesmo tempo fazer frente aos setores agrários exportadores que, derrotados em 1930, vão,

(91) As resistências mais importantes ocorreram em Lavras, na Bahia e em Princesa, na Paraíba, nas quais os "coronéis" Horácio de Matos e José Pereira, respectivamente, à frente de milhares de jagunços, levantaram-se em armas com propostas de secessão política. Veja bibliografia sobre estes episódios in MARTINS, J de S.. Os Camponeses e a Política no Brasil, op. cit. p. 48.

inicialmente, para a oposição cindindo a classe dominante. De resto, Vargas tinha ainda que conviver com o agressivo movimento das classes subalternas. Nestas, parte dos segmentos médios seriam cooptados pela propaganda nacionalista, atração de intelectuais orgânicos e ampliação do emprego no interior do aparelho do Estado, expandido para além de suas necessidades.

A classe operária - cujas lideranças já haviam tentado sem êxito, participar da oposição tenentista ao governo oligarca da República Velha nas eleições presidenciais que elegeram Júlio prestes em 1930 - através do Bloco Operário Camponês candidatou Minervino de Oliveira como representante da organização parlamentar do então ilegal Partido Comunista do Brasil (PCB). Era evidente que o nível de organização da classe operária, sua imersão nos processos correlatos de industrialização e modernização, não permitiriam sua liminar exclusão, a exemplo do que ocorreu com os camponeses. Não conviria aos vencedores o exercício de não-políticas. Fazia-se necessário, pois, na visão aliancista, incorporar parcialmente, parcela significativa do operariado industrial e outros segmentos urbanos emergentes do processo de industrialização.

Por outro lado, a repressão pura e simples ao movimento operário sindical - que recrudesecera no período 1917/1930 - não poderia dar o eixo de incorporação, senão por outra razão, porque não rimava com os anseios democratizantes conduzidos pela fração tenentista da Aliança Liberal. No Governo Provisório de Vargas, a repressão sobre o movimento operário só vai intensificar-se em 1935, conforme registra Harding: "em termos de direitos políticos dos líderes sindicais, o Estado Novo não se iniciou em 1937, mas em 1935, após a repressão do levante da ANL" (Aliança Nacional Libertadora).⁽⁹²⁾ Harding observa ainda que os efeitos da "desarticulação do sindicalismo de base livre" não se encerrava

(92) HARDING, T. F. The political history of organised labor in Brazil, Univ. Microfilms. A Xerox, Company, Ann Arbor, Michigan, 1971. Apud Viana, op. cit. p. 199

na esfera política. Usando dados colhidos por W. Deam, Harding acrescenta que a repressão sobre o operariado e seu movimento sindical não foi neutra quanto à taxa de acumulação de capital industrial. Ao contrário, a partir de 1933 a maior parcela da expansão da produção industrial resultou do incremento de produtividade, e não da elevação do emprego industrial, efeito este que Harding atribui à repressão sobre sindicatos.

Porém, quando a Aliança Liberal chega ao poder, "dentro ou fora da coligação vencedora, em 1930, nenhuma força é muito forte para submeter as demais, nem também demasiada fraca para se contentar com a submissão".⁽⁹³⁾

No plano abstrato, fazia-se necessário, pois, recorrer a uma estratégia de controle social centrada em valores supraclassistas, tais como nacionalismo e desenvolvimento econômico, no interior dos quais os interesses das classes dominantes poderiam ser travestidos, afigurando-se como universais.

No plano concreto, constituiu-se o aparelho econômico do Estado de forma centralizadora, dando lugar à elaboração de políticas econômicas de caráter nacional com elevado grau de estatização da luta econômica de classe, constituindo uma forma particular de intervencionismo econômico para viabilizar o projeto de industrialização do governo.⁽⁹⁴⁾ Neste contexto, as relações trabalhistas vão constituir objeto de legislação específica, revelando claramente o caráter tutelar do Estado sobre o mercado de trabalho. Também os aspectos previdenciários, a legislação sindical e a organização da Justiça do Trabalho, juntos, impõem uma feição fortemente corporativa ao conjunto de disposições legais sobre a questão, completando-se antes de 1945

(93) VIANA, op. cit. p. 111

(94) DRAIBE, S.. Rumos e metamorfoses. Estado e industrialização no Brasil: 1930/1960. Paz e Terra, São Paulo, 1985, p. 82

com a Consolidação das Leis Trabalhistas.⁽⁹⁵⁾

Ainda em 1930, é criado o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (Decreto nº 19.433, de 26 de novembro),⁽⁹⁶⁾ o chamado "Ministério da Revolução" como a não disfarçada idéia de uma política de conciliação entre o capital e o trabalho.

A Lei de Sindicalização (Decreto 19.770 de março de 1931) atrela os sindicatos ao estreito e vigilante controle do Ministério do Trabalho. Todavia, houve reação do operariado brasileiro, principalmente em São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, onde apenas 25% dos Sindicatos aceitarem as normas estabelecidas pela mencionada lei. Não podia ser diferente, pois esta Lei expunha os sindicatos ao controle financeiro do Ministério de Trabalho, proibindo o uso de recursos dos sindicatos para greves ou fins políticos. No espírito desta Lei, os sindicatos eram órgãos de cooperação e colaboração com o Estado. Limitava ainda a filiação de estrangeiros, proibia a filiação de funcionários públicos e impunha outras exigências tidas como descabidas pelos operários que a apelidaram de a "Súmula da Carta del Lavoro do fascismo italiano. Todavia, garantia o sindicato único por categoria, de forma que em 1935, os comunistas realizaram a Convenção Nacional de Unidade dos Trabalhadores com cerca de 300 delegados, representantes de mais de 500.000 trabalhadores. Nesta Convenção foi reorganizada a Confederação Sindical Unitária, "central única de todo o movimento operário no Brasil".⁽⁹⁷⁾ Eram tempos de agudas agitações populares. O governo Vargas ainda em processo de centralização de poder, responde ao clima de agitação popular com a extensão da legislação trabalhista, para todos os trabalhadores

(95) *Idea*, p. 93

(96) A data de criação do Ministério do Trabalho é 26/11/30 em VIANA, op. cit. p. 146, ANTUNES, op. cit. p. 58 e MUNAKATA, op. cit. p. 66. Curiosamente, nos precisos apontamentos de DIAS aparece o registro de 04/02/31. Ver DIAS, E. - História das lutas sociais no Brasil, Alfa-Omega, São Paulo, 1977 p. 314

(97) ANTUNES, op. cit. p. 01

urbanos, garantindo conquistas como a lei de férias, descanso semanal remunerado, jornada de oito horas, regulamentação do trabalho da mulher e do menor, entre outras.

Entre as principais tendências do movimento sindical, destacam-se os anarco-sindicalistas agrupados na Federação Operária de São Paulo e a Coligação dos Sindicatos Proletários fundada em 1934, reunindo os operários socialistas e os comunistas que estavam agrupados em torno da Federação Sindical Regional fundada em 1934 com influências no Rio de Janeiro e São Paulo, principalmente.

No plano político, também sob a influência do PCB, foi fundada em março de 1935 a Aliança Nacional Libertadora (ANL) - uma frente popular antimperialista para articular as lutas sindical, popular e política sob a liderança de Luís Carlos Prestes.

A mobilização popular em torno da ANL ameaçava redundar em desdobramentos no processo político, potencialmente, capazes de confrontar e romper os controles sociais que alicerçavam o governo da Aliança Liberal. A resposta não se fez esperar. Em 4 de abril de 1935, o governo criou por decreto a Lei de Segurança Nacional, proibindo o direito de greve e dissolvendo a Confederação Sindical Unitária, acusada de clandestina, pois fora criada à margem dos sindicatos oficiais. Na sequência, o chefe de polícia do governo Vargas decreta a ilegalidade da ANL, precipitando a insurgência armada dos comunistas sem o indispensável apoio da população.

A resposta do governo foi rápida. Intensificou a repressão, decretou Estado de Sítio, criou a Comissão de Repressão ao Comunismo, prendeu, deportou e matou lideranças sindicais, fechando ainda os sindicatos mais combativos. Era o Estado Novo chegando antecipadamente para reprimir os movimentos sindical e operário, extinguindo ainda a autonomia sindical.

Paralelamente, o Ministério do Trabalho intensifica os esforços para acelerar o processo de cooptação e controle de sindicalistas, aumentando a área de influência dos chamados "sindicalistas amarelos". Este processo estimulou o crescimento "peleguismo", uma praga que minaria os melhores esforços dos sindicalistas autênticos durante toda a ditadura varguista, com projeções subseqüentes até os dias atuais.

Todavia, o processo de formação de lideranças espúrias necessitava de maior suporte do Estado. No plano financeiro, em 1939, foi criado o Imposto Sindical - correspondente a um dia de trabalho de todo trabalhador do mercado formal - instituído à revelia dos pagantes. No plano institucional, o Governo cria a Comissão de Enquadramento Sindical (Decreto nº 1402). Esta comissão vai decidir, unilateralmente, quando e em que condições uma categoria profissional vai ser reconhecida como tal. Estavam dadas as condições, para o desenvolvimento do que BOITO JR chamou de "Sindicalismo de Estado".⁽⁹⁸⁾ Este autor consegue demonstrar rigorosamente que "a estrutura sindical torna os sindicatos ideológica e materialmente dependentes do Estado e independentes dos trabalhadores".⁽⁹⁹⁾ Este último aspecto é de interesse nuclear para este trabalho e deverá ser retomado adiante.

No momento, é necessário enfatizar que a estrutura sindical, entendida como o conjunto articulado de "relações que assegura a subordinação dos sindicatos (oficiais) às cúpulas do aparelho de Estado - do Executivo, do Judiciário ou do Legislativo"⁽¹⁰⁰⁾ "passou sem abalos, sem arranhões por meio século de nossa

(98) BOITO JR, A. - Reforma e persistência da estrutura sindical. in boito jr a.(org). o sindicalismo brasileiro nos anos oitenta. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1991, p. 50

(99) Ibidem, p. 85

(100) Idem, p. 50

história. É um caso único nas instituições vigentes".(101)

A necessidade de "reconhecimento oficial-legal" do sindicato no Brasil é a primeira instância constitutiva da estrutura sindical. Tal reconhecimento implica, liminarmente, a representação sindical outorgada, a unicidade sindical, as contribuições sindicais obrigatórias e a tutela da Justiça do Trabalho sobre a atividade sindical essencial, ou seja, aquela de caráter reivindicatório.

Boito Jr alude ainda ao que denominou "Modelo ditatorial de gestão e controle governamental sobre os sindicatos oficiais: estatuto padrão pormenorizado com exigência de despolitização e obediência ao governo, deposição das diretorias rebeldes, etc.".(102) O autor registra ainda a inexistência de vida sindical ativa nos sindicatos oficiais durante a vigência do modelo, resultando no completo domínio desses sindicatos pelos sindicalistas pelegos, sustentados por eleições facciosas.

Portanto, o modelo ditatorial de gestão dos sindicatos estende-se no tempo, na mesma medida dos regimes ditatoriais no Brasil do século XX, atravessa também o interregno democrático (1945-1964) ainda matizado pelo populismo, remanescendo algumas de suas características na Constituição de 1988.

Cobrando o período 1945-1964 existe uma vasta gama de trabalhos expressivos analisando a evolução sindical na sociedade brasileira. Entre muitas contribuições, além dos trabalhos já relatados, deve-se fazer referência à tese de livre docência de WEFFORT⁽¹⁰³⁾, na qual o sindicato é visto enquanto organização

(101) GIANNOTTI, op. cit. p. 09 - Para este autor estrutura sindical é o conjunto de normas de funcionamento e organização dos sindicatos

(102) BOITO JR, op. cit. p. 53

(103) WEFFORT, F. C. Sindicatos e política. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo. Tese de Livre docência. s/d

social, guardando distância, portanto, de muitas contribuições centradas nos aspectos jurídicos/institucionais da questão. Nesta perspectiva teórica, em WEFFORT o sindicato é visto como organização política. Deliberadamente ele vai privilegiar os aspectos conflitivos das relações sociais para caracterizar a orientação política dos grupos que "incidem sobre o problema sindical". Ao registrar a decadência e a crise do populismo neste período, o autor identifica o sindicalismo como um processo atravessado por tal decadência.

Além desta inferência, ao analisar o sindicalismo brasileiro no pós-guerra, Weffort ensina que, para apreender sua natureza, seu caráter, é mais fecundo o estudo de sua "origem mais ou menos excepcional" do que a análise de seus mecanismos internos de funcionamento. Considerando as circunstâncias históricas particulares que plasmaram sua emergência, o sindicalismo brasileiro dos anos 50 e 60 não poderia deixar de mostrar "as inconsistências que se achavam nas suas raízes", notadamente no período 1961-1964 quando a crise do sindicalismo aprofunda-se bastante, sendo todavia obscurecida pela crise mais ampla do sistema político.

Pelas razões acima expostas, Weffort privilegia a diade autonomia/heteronomia tendo como objeto o comportamento operário e sindical no contexto das classes sociais. Todavia, seu trabalho vai além, ao criticar a teoria da modernização, a teoria marxista clássica e a teoria da dependência. Para melhor registrar a natureza heterônoma do movimento sindical do período, cita o trabalho de Gusmão: "Para conseguir facilmente seus intentos de manejar a seu sabor os líderes empoleirados nos postos sindicais, preferia o Ministério que eles fossem portadores de certas fraquezas dizendo-se constantemente, nos corredores e anticâmaras palacianas, que as falhas ou defeitos dos dirigentes de classe, sua pouca ou nenhuma influência e seu reduzido ou inexistente prestígio junto às massas era uma necessidade para o governo, porque assim sua permanência nos cargos eletivos ficava à mercê

do apoio que lhes dessem os poderes públicos".(104)

Dando sequência a esta ordem de idéias, Weffort cita Moraes Filho para registrar que ainda no Governo Dutra (1946-50) chega à exaustão a primeira tentativa do sindicalismo populista no Brasil: "os sindicatos ficaram sem eleições no período 1945/50, quando parte expressiva dos mesmos estavam sob intervenção. Em julho de 1950, cerca de 234 sindicatos permaneciam sob intervenção federal".(105)

Ainda sobre o interregno democrático de 1945/64, surgiu em 1989 o rigoroso estudo de Benevides. O trabalho analisa o sindicalismo brasileiro no pós-guerra, centrando na interface partido/sindicato, mais especificamente, para tratar da relação do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) com o movimento sindical. Após registrar a grande influência do nacionalismo como pano de fundo do movimento sindical de então, credita ao PCB ponderável parcela desta orientação: "É claro que essa coloração verde-e-amarela das lideranças sindicais devia-se, em grande parte, à influência dos comunistas"(106) e, sobretudo, por militares ferrenhos nacionalistas que se inquietavam com a agitação operária e sindical.

Com relação ao PTB, Benevides registra ainda a ambiguidade no plano doutrinário e o peleguismo no plano de atuação concreta, pontos salientes de qualquer avaliação rigorosa que se faça da atuação deste partido junto ao sindicalismo. Cita fontes do PTB, com diferentes visões, tais como os depoimentos de Duque Estrada e Nelson Omega que julgam necessária e útil a prática do

(104) GUSMÃO, Cupertino - Do bojo do Estado Novo, Rio de Janeiro, s/ ed., 1945, p. 172. apud Weffort, op. cit. p. II.7

(105) MORAIS FILHO, E. de. O Problema do sindicato único no Brasil, RJ, s/ ed., 1952, p. 291 e seg. Apud Weffort, IV.9

(106) BENEVIDES, M.V. O PTB eo trabalhismo; partido e sindicato: 1945-1964. Brasiliense, CEDEC, São Paulo. p. 152

peleguismo para o enfrentamento do PTB com os comunistas. Parte do PTB, neste período vai desenvolver convivência velada com a corrupção: "...a hostilidade explícita da direção partidária às propostas de moralização dos Institutos e demais órgãos da Previdência Social (ver oposição do grupo de Ivete Vargas e Newton Santos ao então ministro Almino Affonso).⁽¹⁰⁷⁾

Fiel à sua gênese queremista,⁽¹⁰⁸⁾ o PTB tenta reforçar tutela estatal sobre os sindicatos e a maioria de sua direção aceitava os princípios do Estado Novo sobre a necessidade de "proteção do trabalhador, contra o capitalismo, por um Estado justo e protetor". O Estado Benefactor, nas palavras de Werneck Viana. Por esta razão, o PTB defendia o atrelamento dos sindicatos ao Ministério do Trabalho, bem como, a restrição ao direito de greve, considerando-as legais ou ilegais em função do "bem público", identificado este último com os interesses do Estado.⁽¹⁰⁹⁾

Na verdade, Vargas fundara o PTB para tentar incorporar as camadas médias urbanas emergentes do processo de industrialização⁽¹¹⁰⁾, ao tempo em que oferecia ao crescente operariado industrial uma alternativa partidária para reduzir o campo de ação do clandestino Partido Comunista Brasileiro. Este, por sua vez, concentrava esforços na área rural, onde, como será visto adiante, abriam-se promissoras alternativas de mobilização política na avaliação dos comunistas.

Não só o PTB, mas toda a estrutura partidária, e a própria

(107) *Idem*, p. 150

(108) O queremismo surgiu das hostes getulistas no início de 1945. Pretendia a permanência e depois o retorno de Getúlio Vargas ao poder, com o slogan "Queremos Getúlio".

(109) BENVIDES, *op cit* p. 154

(110) ALMEIDA, M.H.T. de - O sindicalismo brasileiro entre a conservação e a mudança. VI Encontro Anual da ANPOCS. Friburgo, 1982 (mimeo)p.10

ordem constitucional foram abruptadamente interrompidas com o golpe militar que tomou o poder em 1964⁽¹¹¹⁾. O movimento sindical foi particularmente atingido entre 1964 e 1970, o Ministério do Trabalho apoiando-se em legislação sindical remanescente do Estado Novo interviu em 536 entidades sindicais, destituindo diretorias e nomeando interventores. Cêrca de 80% destas intervenções ocorreram nos dois primeiros anos de implantação do regime militar, atingindo 18,7% dos sindicatos, 42% das federações e 82% das confederações. Neste mesmo período, 108 dirigentes sindicais e representantes políticos dos trabalhadores perderam seus mandatos e foram punidos ainda com a suspensão dos direitos políticos por 10 anos.

Com o avanço da abertura democrática no final dos anos 70, as novas lideranças paulatinamente foram ampliando seu espaço no movimento sindical, chegando à fundação da CUT - Central Única dos Trabalhadores - no I Congresso Nacional da Classe Trabalhadora, realizado com apoio das Prefeituras de São Bernardo do Campo, São Caetano e Diadema em 1983. Uma facção dissidente fundou a CGT - Central Geral dos Trabalhadores.

A CUT reuniu os sindicalistas combativos, "(ex-autênticos)", os "militantes das oposições sindicais, da esquerda católica e dos pequenos grupos de orientação marxista, leninista, ou trotskista. Na CGT ficaram os dois partidos comunistas, o MR-8, os sindicalistas ligados ao PMDB e ainda os dirigentes mais próximos do sindicalismo norte-americano, liderados por Magri, Presidente do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo⁽¹¹²⁾. Devido a sua própria heterogenia, a CGT fragmentou-se rapidamente, perdendo muito de sua anterior expressão. Luis Antonio Medeiros, ex-aliado de Magri, rompe com a CGT e vai fundar a Força Sindical, já em 1991, depois de uma trajetória

(111) Apartir de 1964, devido a extensão da legislação sindical do campo no ano anterior, farei apenas uma sumária resenha do movimento sindical urbano.

(112) id. 35

política sinuosa.

Além das centrais mencionadas, existe ainda USI, União Sindical Independente, fundada em 1985 em São Paulo. Propondo um sindicalismo apolítico, restrita ao comércio, a USI é uma central extremamente moderada. Em 1989, reunindo 1500 delegados, esta central realizou seu primeiro congresso reunindo 1500 delegados. Na verdade, ela não chega a existir como central, tendo sido criada pelas federações e confederações ligadas ao comércio.

As centrais refletem a fragmentação que hoje apresenta-se como característica importante do movimento sindical, emergindo, em parte, das próprias divisões ideológicas que marcam os partidos políticos que estiveram presentes no movimento sindical no país. Mais recentemente, com a maior participação na luta trabalhista, de segmentos da classe média (profissionais liberais, professores e os funcionários públicos), certamente aumentam a tendência à dispersão em várias centrais, pois aumenta também a heterogeneia entre os trabalhadores, não só devido aos valores, atitudes e visão do mundo diferentes entre os segmentos, mais também porque surgem elementos dispersantes no lado patronal, com quem os trabalhadores vão negociar seus interesses (setor público e setor privado).

Passado o período punitivo, a repressão arrefeceu e o movimento sindical experimentou um processo de reativação, embalado pelo descontentamento originado por uma política econômica de corte recessivo e uma política salarial restritiva. O epicentro deste processo já localiza-se entre os trabalhadores das grandes empresas metalúrgicas do Centro-Sul (São Paulo e Minas Gerais). Emergiu para o centro do debate uma forte crítica sobre a condução do movimento sindical no passado recente. Uma dissidência do PCB criticou a condução que o partido tentou impor ao movimento sindical, acusando-o de valorizar excessivamente as alianças partidárias durante o período populista, resultando em posições sindicais moderadas, tendendo para a acomodação e

distanciamento da base.

No final dos anos sessenta, o grande contingente de trabalhadores metalúrgicos, fortemente concentrados, descontentes com a política econômica, principalmente, com os salários, conduzidos por lideranças progressistas que propunham o enfrentamento com o regime autoritário, protagonizaram duas explosões grevistas (Contagem e Osasco) que foram também violentamente reprimidas. Em dezembro de 1968, com o Ato Institucional nº 5 a Junta Militar que assumira o governo fez recrudescer o "autoritarismo exacerbado" estrangulando o movimento sindical. Porém, não fechou os sindicatos. Estes continuaram a exercer o papel assistencialista participando apenas formalmente do ritual de homologação anual dos acordos salariais coletivos cujos termos eram impostos pelo governo. Deste modo, no início da transição democrática, as lideranças autênticas e combativas, juntamente com as correntes de esquerda, contaram com uma infraestrutura administrativa e recursos para financiar atividades que dinamizaram a ação efetivada dos sindicatos (greves, encontros, reuniões, conferências, publicações, etc.).

Ainda sob o regime autoritário, com as cassações dos dirigentes ligados ao PCB e PTB, sem muito alarde, vão se formando novas lideranças sindicais "não vinculadas ao janguismo e disposta a encontrar seu espaço na vida política e econômica". A estes vão se juntar alas progressistas da Igreja Católica que voltam-se cada vez mais, para os movimentos populares e também para o sindicalismo⁽¹¹³⁾. Inicialmente, foi no ABC paulista que esta conjunção ganhou mais força. Posteriormente, expande-se para outras áreas de S.Paulo e do Brasil.

(113) RODRIGUES, L.M. - As tendências políticas na formação das centrais sindicais. In 80ITO JR(org) O sindicalismo brasileiro nos anos oitenta. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1991. p.14

5.4.2 A Emergência do Sindicalismo no Campo

A dominância do modelo primário-exportador que durante mais de quatro séculos marcou a História do Brasil, fez-se presente na origem da legislação sobre sindicalismo. Desta forma, a primeira lei sobre o assunto datada de 1903, objetiva salvaguardar interesses do patronato rural. Todavia, não é a área rural que vai construir o espaço privilegiado da fase anarco-sindical que marcou o movimento sindicalista das três primeiras décadas no Brasil do Século XX. Não obstante, Navarro registra a existência, efêmera e não oficial, de dois sindicatos de trabalhadores rurais (STR) no Estado da Bahia já nos anos 30: o de Caravelas fundado em 1932, "congregando estranhamente proprietários e trabalhadores e o de Pirangi (atual Itajuípe) fundado em 1934 que, sendo fortemente reprimido, desapareceu em 1937.

Na verdade, o messianismo e o cangaço canalizaram a insatisfação camponesa até 1940. A partir dos anos cinquenta, os sindicatos e principalmente, as ligas camponesas vão dominar a cena, sem extinguir àquelas anteriores formas de organização e luta. (114)

Nos anos cinquenta, movidos por diferentes propostas políticas, o PCB, as ligas camponesas, a Igreja Católica e segmentos do PTB alojados no Ministério do Trabalho e na Previdência Social, desenvolveram ingentes esforços para ampliar influências junto ao campesinato e suas formas de organização. (115)

(114) NAVARRO, Z. Movimentos rurais no Sudeste da Bahia. (1955/1964) in Cadernos do CEAS, nº 85. 1983. p. 15

(115) MARTINS, J. de S. Os camponeses e a política no Brasil. As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Ed. Vozes, Petrópolis, 1986, p. 67

O PCB pretendia ampliar suas bases no campo no contexto de uma revolução democrática burguesa para extirpar os "restos feudais" e viabilizar transformações sociais profundas através da aliança operário-camponesa de inspiração leninista. Já nos anos vinte, através do Bloco Operário-camponês, o PCB tenta abrir caminho naquela direção. Nos anos quarenta, o Partidão organizou várias ligas camponesas, mas a partir de 1947 foi fortemente atingido por violenta repressão do Estado Novo que desarticulou parcela importante do trabalho no campo, prendeu e exilou vários quadros de sua direção, limitando a ação partidária à então inconveniente clandestinidade. Mesmo a margem da lei, os comunistas rearticulam parcela de seu trabalho no campo e em agosto de 1954, o PCB assessorou a fundação da ULTAB - União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil com a finalidade de congregar as associações de trabalhadores já existentes, organizar novas associações ou sindicatos, postulando a unidade sindical e a prestação de assistência jurídica. Com a ULTAB estavam lançadas as sementes da CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, fundada em 1963 com ponderável influência do PCB.

Já as ligas camponesas do Nordeste surgidas nos anos cinquenta, particularmente em Pernambuco e na Paraíba vão escrever o "capítulo mais importante da história contemporânea do campesinato brasileiro".⁽¹¹⁶⁾ Em 1955, foi fundada a associação de foreiros denominada Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco, depois denominada Liga Camponesa. Rapidamente o movimento alastrou-se para outras áreas, surgindo ligas camponesas em quase toda a Zona da Mata e Agreste do Nordeste. No início, as ligas camponesas foram apoiadas pelo PCB. Durante toda sua trajetória enfrentaram cerrada oposição da Igreja Católica. Na verdade, as ligas emergiram de uma situação particular para um

(116) MARTINS, J. S. op. cit. p. 76

contexto específico. Particular no sentido de que sua origem está associada à tentativa de proprietários de engenhos de cana-de-açúcar, os quais com a queda do preço do produto nos anos 30 e 40, haviam tornado-se absenteístas e arrendadas terra dos engenhos aos foreiros para praticarem uma policultura de subsistência com receitas reduzidas. Com a elevação do preço do açúcar no mercado internacional, a renda capitalista da terra torna-se mais atraente aos proprietários dos engenhos que o fôro pago pelos camponeses. Aqueles tentam a expulsão sumária destes e as ligas camponesas vão constituir a forma principal de organização da resistência camponesa. Este processo estava envolucrado por um contexto específico, pois na segunda metade dos anos cinquenta o Nordeste atravessava um período particularmente difícil devido às secas inclementes e muito frequentes, havendo uma corrente de opinião pública apontando o latifúndio improdutivo como principal responsável pela vulnerável estrutura da economia regional. A Igreja Católica constituía parcela ponderável desta corrente de opinião pública. Afinal, foi um manifesto nascido de um encontro de bispos católicos sobre as secas, na cidade de Natal em 1955, que sensibilizou o Presidente Juscelino Kubstchek a desencadear o processo que criaria a SUDENE em 1956, uma exigência da burguesia nordestina que não aceitava mais soluções paternalistas e apontava para uma "política efetiva de desenvolvimento econômico".(117)

À medida que o PCB concentrava seus esforços na fundação de STRs para apoiar a luta dos asslariados, as ligas ampliavam seu raio de ação. Inicialmente, as ligas tentaram transformar-se em STRs. Desistiram aconselhados por Francisco Julião, advogado da Liga do Engenho Galiléia. Julião via nas exigências de reconhecimento dos STRs pelo Ministério do Trabalho um entrave burocrático de necessidade discutível e possibilidades reduzidas, pois os trabalhadores rurais no Brasil de então, não gozavam do direito de sindicalização. Mais simples era instituir a Liga como

(117) *Idem*, p. 77

sociedade civil de direito privado, bastando para isto obter o registro no cartório mais próximo. Assim foi feito. Portanto, as ligas camponesas construíram sua trajetória à margem da estrutura sufocante do sindicalismo de Estado e apartir de estímulo autoctones.

Quanto ao papel da Igreja Católica na ampliação da estrutura sindical rural nos anos cinquenta, seria necessário salientar a sua permanente disposição de contrapor-se aos movimentos do PCB, patrocinada pela então majoritária corrente conservadora tipificada, na zona rural do Nordeste, pelos padres Crespo e Melo. São notórias suas ligações com o IBADE - Instituto Brasileiro de Ação Democrática - instrumento importante no financiamento das atividades que prepararia o Golpe Militar de 1964. A AP-Ação Popular - juntamente com JAC, Juventude Agrária Católica representavam dissidências internas da igreja conservadora porém sem grande expressão nos anos cinquenta.

A Reforma Agrária defendida pela Igreja Católica nos anos cinquenta estava assentada na elevação da produtividade nos latifúndios e prévia indenização em dinheiro das terras sobrantes a serem desapropriadas pelo valor de mercado, o que certamente seria um excelente negócio para os grandes proprietários fundiários, se existissem fundos para financiar uma política de tal envergadura.

Por sua vez os segmentos do PTB alojados no Ministério do Trabalho e na Previdência Social não tiveram participação direta expressiva na ampliação do sindicalismo no campo nos anos cinquenta. Sua ação limitou-se a apoiar, logisticamente, a expansão do sindicalismo oficial, principalmente, nos anos sessenta, mais especificamente no governo Goulart. (118)

Apesar das orientações divergentes das instituições que lhes

(118) *Idea*, p. 81

davam assessoria e apoio, os movimentos sociais no campo e, o sindicalismo rural, em particular, vão experimentar avanços significativos no interregno democrático (1945-1964).

Na verdade, no período que se estende de 1953 a 1964 foram realizados por trabalhadores rurais, cerca de 27 congressos, encontros, conferências e similares. Alguns tiveram repercussão nacional, outros regionais, enquanto outros tantos limitaram-se ao âmbito municipal.⁽¹¹⁹⁾

O primeiro grande encontro foi realizado em 1953 - a 1ª Conferência Nacional de Trabalhadores Agrícolas onde duas principais decisões foram tomadas: a criação de alguns sindicatos e a decisão de fundar uma "entidade nacional que organizasse os trabalhadores rurais e orientasse as suas lutas". Para tanto foi convocada uma segunda conferência. Antes de tal conferência, na cidade de Limoeiro - Pernambuco, em agosto de 1954, as ligas camponesas e sindicatos do Nordeste tentaram realizar o 1º Congresso Nordestino de Trabalhadores Rurais, visando forçar o reconhecimento oficial daquelas organizações. Não obstante o país estar vivendo num período democrático, a política tentou fechar violentamente o Congresso dos Trabalhadores. Estes "reagiram e expulsaram a polícia".⁽¹²⁰⁾ Vale lembrar que apesar de fascinar lideranças autênticas, o reconhecimento oficial de sindicatos rurais postulado naquele naquele congresso, na opinião de Boito Jr,⁽¹²¹⁾ é o primeiro e mais fundamental passo para a construção da estrutura sindical viciada que sustenta o chamado sindicalismo de Estado, uma chaga que tem alimentado o peleguismo até nossos dias. Ademais, as Ligas Camponesas nunca foram oficialmente reconhecidas pelo Ministério do Trabalho já que eram sociedades

(119) SIGAUD, L. Congressos Camponeses (1953-1964), in Reforma Agrária, v.11, nº 06, Campinas, nov/dez de 1981. p.3

(120) SIGAUD, L. op. cit. p.3

(121) BOITO JR, op. cit. p.

assentadas juridicamente no Código Civil - o que não impediu que elas fossem a mais autêntica e expressiva manifestação das lutas camponesas do Nordeste no período 1945 - 1964. Entretanto, reforçar o trabalho de criação das ligas foi a principal decisão deste 1º Congresso Nordestino de Trabalhadores Rurais.

A 2ª Conferência em agosto de 1954, reuniu representações de trabalhadores rurais de São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco, Goiás, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Distrito Federal, Ceará, Mato Grosso, Espírito Santo, Alagoas, Pará, Paraíba e Rio Grande do Norte, num total de 307 delegados. Além de fundar a ULTAB, este encontro aprovou uma Carta de Direitos e Reivindicações onde constavam direitos civis, reforma agrária, previdência e seguro social, além de reivindicações específicas de trabalhadores da lavoura canavieira, do cacau do Sul da Bahia, assalariados agrícolas, mulheres lavradoras e trabalhadoras agrícolas. Os trabalhadores aprovaram ainda neste encontro o início de uma campanha para coletar cinco milhões de assinaturas pela reforma agrária. (122)

Também muito importante na história da organização dos trabalhadores do Brasil foi o I Congresso de Camponeses de Pernambuco, realizado em Recife em setembro de 1955. Reunindo três mil camponeses, este Congresso elegeu um Presidente para as Ligas Camponesas, terminando por realizar uma passeata na capital pernambucana.

Em 1956, quando foi fundada a Liga Camponesa da Galileia, no município de Vitória, a mais conhecida e combativa entre todas, já havia no país 56 sindicatos de trabalhadores rurais fundados, com base no Decreto 7.038 de novembro de 1944. (123) Neste período recrudescer a polêmica em torno da Reforma Agrária.

(122) SIGAUD, L. op. cit. p. 5

(123) SINGAUD, L. op. cit. p. 54

Na Constituição Federal de 1946, as bancadas ruralistas impuseram o Artigo 141, que estipulava a indenização prévia em dinheiro para qualquer desapropriação com finalidade de reforma agrária. Uma exigência que, na prática, inviabilizava uma reforma agrária massiva - reivindicação histórica das organizações dos trabalhadores rurais. A discussão desta questão dominou a 13ª Conferência Nacional da ULTRAB, realizada em setembro de 1959. Neste encontro, um balanço do movimento dos trabalhadores apontou a existência de 122 organizações independentes da Confederação Brasileira que congregava o patronato da agricultura. Por esta época, registrou-se a existência de nove organizações⁽¹²⁴⁾ de âmbito regional e 50 sindicatos representando cerca de 6.500 trabalhadores rurais. "Esses eram sinais seguros de que o movimento dos trabalhadores rurais crescia" (125)

A Conferência posicionou-se pela reforma do Artigo 141 da Constituição, propondo indicar o pagamento correspondente ao valor fiscal da propriedade na indenização por desapropriação. Como se sabe, ainda está para acontecer uma reforma fiscal que leve os proprietários a pagar, sobre o patrimônio fundiário, qualquer imposto significativo. Entre outras reivindicações, o encontro inscreveu a necessidade de um estatuto que assegurasse proteção jurídica ao trabalhador e a defesa do direito de livre organização dos trabalhadores.

A Conferência de 1959 sugeriu ainda a realização do 19º Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil que teve lugar em Belo Horizonte entre 15 e 17 de novembro de 1961, reunindo "entre 1600 e 1800 delegados de todo o país. Estiveram presentes não apenas dirigentes experientes, como

(124) SIGAUD, L. op. cit. p. 4

(125) *Idem*, p. 5

também trabalhadores de fazenda sem passado de movimento. Definido como a Assembléia Constituinte dos trabalhadores rurais, o Congresso teve grande repercussão no país".(126)

A intempestiva renúncia do Presidente da República em agosto de 1961 vem acirrar um quadro de tensões sociais no campo, onde a terra já se fizera mercadoria com a dominância de relações capitalistas na agricultura dos estados mais desenvolvidos da federação.

A transição de relações de trabalho atrasadas condição de parceria, morador, foreiro entre outras) para o assalariamento capitalista, ao provocar a expulsão da força de trabalho para além dos limites da propriedade fundiária capitalista, acirrou contradições, dando lugar à emergência de novas formas de luta, aprofundando ainda o debate sobre a Reforma Agrária e estendendo a discussão do tema para segmentos sociais urbanos com possibilidades de formar opinião pública. O Movimento dos Agricultores sem Terra (MASTER) surge com expressão e ao lado, das Ligas e da ULTRAB conseguem estender o movimento dos camponeses para todo Nordeste, Sudeste e Sul do país.

João Goulart assumiu a Presidência da República ainda em agosto de 1961. Com poderes restringidos por um parlamentarismo desfigurado, fruto espúrio de um acordo para levantar o veto inconstitucional de militares descontentes e forças políticas conservadoras que se opunham à posse de Goulart, um político que já fôra Ministro do Trabalho e duas vezes eleito Vice-Presidente da República, com trânsito no sindicalismo da época.

Após o Congresso de Belo Horizonte (novembro de 1961), o Governo tenta ampliar sua base de sustentação através de intenso trabalho nas hostes sindicais. Acelerou o processo de reconhecimento dos STRs, de modo que em março de 1963, o

(126) Idem p. 6

Congresso Nacional aprovou o Estatuto do Trabalhador Rural, estendendo ao campo o sindicalismo rural e a legislação trabalhista. Em julho de 1963, a cidade de Natal sediou a 1ª Conferência Nacional dos Sindicatos Rurais com participação de mais de 400 dirigentes sindicalistas assessorados pela ULTAB e Igreja Católica. Desta reunião surgiu um manifesto pedindo a aplicação do Estatuto do Trabalhador Rural, respeito aos direitos de sindicalização, criação da previdência rural e a realização da Reforma Agrária. Neste encontro criou-se uma comissão para tratar da fundação da CONTAG.

O 1º Congresso Nacional de Trabalhadores na Agricultura, realizado na cidade do Rio de Janeiro, em dezembro de 1963, fundou a CONTAG com participação de 263 Sindicatos reconhecidos, 480 em processo de reconhecimento e 29 Federações com 16 já devidamente reconhecidas.

Neste Congresso as divergências internas foram administradas e a chapa única para a primeira diretoria da CONTAG contou com a unanimidade dos votos, assegurando a unidade do Movimento dos Trabalhadores Rurais. (127)

Na prática, o movimento dos Trabalhadores Rurais, ganhava força. Em novembro de 1963 200.000 trabalhadores rurais paralizaram todos os engenhos de Jaboatão em Pernambuco, quando houve quatro assassinatos de lideranças sindicais em confronto com a Polícia. A greve alastrou-se para todo o Estado. Na Paraíba, Pernambuco, Minas Gerais e Goiás houve invasões de terras. Em Goiás, os trabalhadores rurais se reuniram com 29 lideranças sindicais e decidiram ocupar as terras improdutivas, desde que suas assembleias assim o decidissem. (128)

(127) Idem, p. 8

(128) BANDEIRA, M. O governo Goulart; as lutas sociais no Brasil - 1961/1963 - 6ª edição; Rio de Janeiro; Civilização Brasileira, 1983, p. 155

Goulart determinou à SUPRA - Superintendência da Reforma Agrária - a elaboração da minuta de um Decreto que permitisse desapropriar as terras às margens de rodovias federais e açudes públicos para distribuí-las com trabalhadores rurais.

O Decreto deveria utilizar prerrogativas constitucionais asseguradas ao Presidente da República e era uma tentativa de contornar a barreira criada com a resistência do conservador Congresso Nacional, aferrado à manutenção do Artigo 141 da Constituição que dificultava a Reforma Agrária. A questão agrária torna-se um impasse entre o Governo Federal e o Congresso Nacional provocando o entrave de todas as reformas de base propostas por Goulart.

No dia 13 de março de 1964, uma multidão de 200.000 pessoas em comício convocado pelos sindicatos e outras organizações, assistiram Goulart anunciar, através de decretos, importantes medidas como o tabelamento dos aluguéis de imóveis desocupados, a encampação das refinarias particulares, e ainda a desapropriação das terras às margens de rodovias e açudes públicos.

O golpe militar de 1964 foi um hiato no processo de construção da identidade do campesinato brasileiro, enquanto sujeito coletivo. Todavia, ao emergir, nos anos quarenta, na cena política da sociedade brasileira, o campesinato ingressa na história, deixando muito claro que não poderá mais ser posto à margem no projeto de construção desta sociedade. Não foi esta a percepção da tecno-burocracia que encastelou-se no poder naquela oportunidade. A violenta repressão desencadeada contra os movimentos sociais no campo e na cidade desmobilizou os trabalhadores. " Sedes de Ligas e de sindicatos foram fechados e vasculhados; as lideranças perseguidas, muitos foram presos, muitos outros assassinados; outros ainda conseguiram escapar do cerco e se exilar no exterior..."(129). Houve ocupações militares

(129)MEDEIROS, L.S. de Historia dos movimentos sociais no campo. Rio de Janeiro:FASE, 1989. 216p. p.86

nas áreas de conflitos, com muitas prisões de trabalhadores rurais.

No poder, os militares de imediato revogaram o decreto que abria a possibilidade de desapropriar terras às margens das rodovias, e criaram um grupo de estudo para gerar proposições para uma reforma agrária. Daí, surgiu o Estatuto da Terra (novembro de 1964), com dois eixos centrais: desenvolvimento rural e reforma agrária. O primeiro dava a direção da modernização conservadora da agricultura que foi implementada nos anos seguintes. A reforma agrária ficou apenas na retórica e esta parte do Estatuto da Terra transformou-se em letra morta.

Logo após o golpe, os militares determinaram a intervenção na CONTAG e em muitos STR's. O interventor da CONTAG, o paulista José Rotta, ligado a Circulos Operarios de linha cristã, reorganizou seis federações e, em 1965, uma eleição legitimou a diretoria interventora.

Em 1966, foi realizado em congresso de trabalhadores rurais sob o patrocínio do Governo Federal para estudo e esclarecimento do Estatuto da Terra do Estatuto do Trabalhador Rural. As conclusões deste encontro apontam a sobrevivência de algumas bandeiras anteriores ao golpe, apesar da resistência organizada estar esfacelada.

Nos diversos governos militares que se seguiram, as lutas no campo, com os avanços e recuos, intensificaram-se, pois os seus fatores causais foram aprofundados pela natureza das políticas agrícolas e agrárias do Estado⁽¹³⁰⁾.

Já em 1967, José Francisco da Silva, egresso do movimento sindical da Zona da Mata em Pernambuco, organiza numa chapa de oposição ao interventor da CONTAG e ganha a eleição por diferença

(130) id. p.91

de apenas um voto. Defesa dos "diretos", demanda por reforma agrária e previdência rural são as bandeiras através das quais o grupo de Zé Francisco vai tentar organizar os trabalhadores rurais. Um trabalho penoso devido a fatores internos (divergências políticas entre os trabalhadores) e outros tantos como a fraude eleitoral, muitas vezes com a participação das Delegacias Regionais do Trabalho.

A Lei de Valorização da Ação Sindical (1980) e o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (1971) vão formalizar o esforço do Estado para cooptar os trabalhadores e seus sindicatos. Assistência médica e odontológica, empréstimos para construção e reforma de sedes sindicais, escolas, colônia de férias, campos de esportes, clubes recreativos, hospitais, creches, ambulatórios, bolsas de estudo e assistência previdenciária são os principais ingredientes que vão induzir a grande maioria dos STR para uma inversão funcional marcada por visível heteronomia.

Além disto, as políticas sociais, através dos STR's vão provocar uma poliferação de sindicatos, num contexto de desmobilização dos trabalhadores, contribuindo para aumentar a heterogeneidade já existente.

O II Congresso de Trabalhadores Rurais em 1973, realizado em Brasília, aprofundou a discussão do Estatuto da Terra. A enorme repressão sobre a sociedade brasileira não conseguiu impedir que a reforma agrária irrompesse como um dos principais temas do encontro.

No plano objetivo a luta dos trabalhadores rurais dispontava na defesa dos direitos conquistados e na permanência na terra. Na Zona da Mata de Pernambuco, as demanda pela efetivação das conquistas trabalhista anteriores ao golpe militar e a mensuração das tarefas do processo produtivo davam o norte do movimento camponês.

A luta pela terra tinha no avanço pelos canaviais através do Pralcool, na expulsão de camponeses para construção de barragens, no avanço da "pecuarização" no Nordeste, fontes permanentes de tensão social e realimentação dos conflitos. Na assessoria dos camponeses e suas organizações, a CPT - fundada em 1975 - assume um papel relevante. Surgida na Amazônia, rapidamente se espalhou pelo território brasileiro. Em 1979 já contava com 15 regionais. Suas ações são dirigidas prioritariamente para áreas conflituosas.⁽¹³¹⁾ É através da CPT que os trabalhadores rurais conseguem fazer a crítica a hegemonia da CONTAG que não conseguia fazer a grande maioria dos STR sair da posição puramente assistencialista para se transformar em porta-voz dos trabalhadores rurais.

O III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, realizou-se em Brasília em 1979, já sob a égide da abertura "lenta e gradual" do regime político. Com 1600 dirigentes sindicais presentes, o encontro reafirmou a bandeira da reforma agrária, ampla, massiva, imediata e sob a direção dos trabalhadores. Pede ainda uma legislação mais efetiva que o Estatuto da Terra⁽¹³²⁾.

Nos anos oitenta, a I CONCLAT - Conferência Nacional da Classe Trabalhadora e as subsequentes criações da CUT - Central Única dos Trabalhadores e CGT - Confederação Geral dos Trabalhadores desempenham papel relevante para a reorganização dos sindicatos e do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais, o MSTR. As greves no campo, iniciada pelos canavieiros de Pernambuco em 1979, repetiram-se nos anos seguintes, marcando uma nova postura do movimento dos camponeses.

Se em Pernambuco, as greves obedeciam os limites legais, em São Paulo, os canavieiros deste 1976, efetivavam paralizações

(131) Id. p. 113

(132) id. p. 117

curtas e repentinas, sem considerar o ritual burocrático estabelecido em lei. Foi em Guaíba na Região de Ribeirão Preto "onde sequer a discussão da pauta de reivindicações da campanha salarial em curso tinha sido feita, onde não tinha trabalho da CPT e onde nem mesmo havia sindicato que as "mobilizações mais intensas conduziram à greve de 1984". O movimento grevista alastrou-se por toda a zona canavieira e citrícola do Estado e trouxe algumas vitórias para os trabalhadores.

Com o advento da Nova República renovam-se as esperanças dos trabalhadores rurais. O Congresso dos Trabalhadores Sem terra em 1985, reuniu 1500 delegados em Belo Horizonte e aprovou várias resoluções sobre a reforma agrária, inclusive a desapropriação de todas as propriedades com área superior a 500 hectares. Ao receber as resoluções do encontro o Ministro Nelson Ribeiro enfatizou a tese da "Reforma Agrária onde o homem está". O Governo Federal elaborou o Plano Nacional de Reforma Agrária - o PNRA. O mesmo ministrou anunciou o PNRA no IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais. No PNRA, a reforma agrária aparecia como prioridade da Nova República e seria conduzida conforme preconizada no Estatuto da Terra que seria atualizado. As terras seriam desapropriadas pelo valor declarado para o imposto fundiário⁽¹³³⁾. O PNRA era um documento que avançava significativamente no tema. Provocou forte reação dos latifundiários que se articularam em torno dos sindicatos patronais, fundaram a UDR (União Democrática Ruralista) e pressionaram o frágil governo de José Sarney. O PNRA foi desfigurado num curto espaço de tempo, através do Plano Nacional de Desenvolvimento Rural frustrando as esperanças dos trabalhadores rurais. Também foram frustrantes as derrotas dos trabalhadores rurais na Assembleia Constituinte de 1987/1988 e nas eleições presidenciais de 1989. Nos anos noventa, os movimentos sociais rurais entram em visível declínio.

(133) id. p. 133

5.5. Cooperativismo - Um Modelo sem Mediações

Assim como o sindicalismo, também o cooperativismo surgiu na Europa, durante o desenvolvimento do capitalismo industrial, como forma de sobrevivência da classe operária, exposta às condições de extrema miséria, com jornadas de quatorze horas para adultos, havendo muitos casos onde crianças de apenas nove anos eram submetidas a jornadas de 06 às 18 horas. Todas as formas de associações profissionais eram proibidas em nome da "liberdade do trabalho", surgindo daí uma das significações do termo "liberalismo".

Mais que uma estratégia de sobrevivência, o cooperativismo europeu surge como um projeto político. Conforme assinala Rios⁽¹³⁴⁾ "não se pretende superar apenas os males do capitalismo: pretende-se eliminar o próprio regime econômico que os provoca". Para este autor, um pesquisador arguto inteiramente dedicado ao estudo da temática, existiram duas perspectivas de integração setorial do cooperativismo da Inglaterra do século XIX. A perspectiva ascendente, cujo exemplo mais acabado é oferecido pelo trabalho do socialista utópico Roberto Owen: partindo de uma comunidade agrícola para tratar do beneficiamento da produção, adentrando ainda o setor de serviços, inclusive educação, numa perspectiva cooperativista. Owen defendia, já nesta época, um movimento sindical único.

Na perspectiva descendente, a ação cooperativista parte do consumo para chegar até ao setor agrícola. Neste caso, é também muito notório o trabalho do Dr. William King que entre 1827 e 1830 fundou em torno de três centenas de cooperativas de consumo.

(134) RIOS, G. S. L. O que é cooperativismo. Ed. Brasiliense. São Paulo, 1987. p. 21 e seguintes

Na perspectiva descendente, situa-se a mais celebrada experiência dos primórdios do cooperativismo: tratava-se da cooperativa de consumo dos 28 tecelões de Rochdale em 1844, cujos princípios foram "fossilizados" numa "rígida doutrina, desvinculados do seu contexto original" para ser o guia do cooperativismo em várias partes do mundo, em diferentes períodos da história do capitalismo, sem quaisquer mediações que se abrissem a uma dimensão histórica.

O capitalismo não foi superado na Inglaterra pelo movimento cooperativista como pretendiam seus predecessores. Porém sua face mais cruel para a classe proletária, terminaria sendo aplacada em parte, pois o movimento cresceu muito, chegando a ser importante no abastecimento do país, com ramificações dispendendo de "bancos, fábricas, plantações, jornais e cooperativas de consumo" que ajudaram a modernizar o comércio. Além disto, o cooperativismo está associado à origem do importante Partido Trabalhista da Inglaterra.

Na França, as idéias cooperativistas nas primeiras décadas do século XIX, em outra realidade histórica, vão reproduzir uma evolução distinta, expressando-se pelo chamado "socialismo associacionista ou utópico", caracterizado pelo nostálgico desejo de retorno à terra - enquanto laboratório natural - contraposto à empresa industrial urbana em expansão. Charles Fourier foi o expoente desta corrente e concebeu o "falastério", uma "comuna ideal, onde o trabalho, livremente consentido, é racionalmente repartido de acordo com as aptidões de cada um". As cooperativas de produção agrícola com uma organização do trabalho igualitária, seriam a forma de constituição de comunas agrícolas autosuficientes, na utopia daqueles socialistas franceses. Algo em parte semelhante àquilo que os socialistas sionistas viriam posteriormente a constituir, no atual Estado de Israel, com a denominação de Kibutz.

Desta forma, em Paris, havia em 1823 em torno de 12.000 pessoas filiadas às associações de ajuda mútua. Apoiadas, ideologicamente, pelo socialismo associacionista, na sequência, foram fundadas muitas cooperativas operárias de produção que foram de grande utilidade para as respectivas categorias profissionais e, de certo modo, para toda a classe operária. (135)

No capitalismo retardatário da Alemanha do século XIX, o cooperativismo encontrou numerosos adeptos. E também uma análise teórica profunda na Questão Agrária de Karl Kautsky. Enfatizando o estudo comparativo entre pequenas e grandes explorações no desenvolvimento capitalista da agricultura, Kautsky investiga acuradamente se "as vantagens da grande exploração cooperativista são acessíveis ao camponês". De início, registra que "em parte alguma as condições prévias da organização cooperativa se acham menos desenvolvidas do que entre os camponeses. (136) Nesta ordem de idéias, o autor registra o isolamento como consequência do gênero de vida dos camponeses, provocando reduções em seus horizontes, ao tempo em que os priva de experiências similares à administração de uma cooperativa. (137) Sempre tecendo o pano de fundo de sua análise nas interfaces das ciências política, econômica e sociológica, Kautsky registra que nos lugares onde as tradições do regime patriarcal são mais arraigados, os camponeses são mais refratários a associações. Nos Estados policias - onde a opressão secular dos poderosos eliminou os hábitos de uma democracia - a ausência de liberdade política constitui-se obstáculo ao bem-estar dos camponeses que manifestam maior grau de rebeldia ao entendimento e, por conseguinte, produzem-se situações com severos obstáculos ao cooperativismo. Em consequência, assinala que a formação de cooperativas é "muito

(135) *Ibidem*, p. 24

(136) KAUTSKY, *op. cit.* p. 137

(137) Valeria lembrar que no Maciço do Feijão, a forma de ocupação territorial em pequenas comunidades não favorece o isolamento conforme foi registrado no capítulo 2.

mais fácil para os grandes proprietários. Estes, menos numerosos e dispendendo de mais tempo, podem apoiar-se nas relações pessoais e comerciais que, geralmente, dispõem, para aproveitar vantagens das organizações em sociedades que, na maioria dos casos são inacessíveis aos pequenos proprietários fundiários.

Kautsky concorda com Hecht quando este afirma a grande utilidade das cooperativas de crédito para os grandes proprietários na Alemanha. Para os pequenos lavradores são mais úteis as cooperativas de crédito pessoal, pois possibilitam acesso ao crédito do grande capital, mediante operações em grupo, com redução de custos administrativos e menor nível de risco, posto que a garantia real é oferecida pela cooperativa de crédito. Aliás, esta é a forma de cooperativa de importância ímpar para aquele autor, como veículo de progresso econômico dos camponeses, progresso no sentido do capitalismo. São progressos de alto valor econômico. Porém, mesmo estas, não prosperam com frequência, levando Kautsky a indagar sobre a possibilidade de generalizar tais experiências sem uma "séria e penosa aprendizagem" para a grande massa da população agrícola. Na sua opinião, "discute-se vivamente ainda hoje, sobre qual a forma de organização que mais convém ao caráter particular da agricultura".(138)

A observação do autor continua atual, pois o avanço da tecnologia, ao lado do aprofundamento das relações capitalistas, têm sobreposto ao "caráter particular da agricultura" uma multiplicidade de segmentos sociais detentores de interesses entrelaçados, às vezes opostos, cuja articulação está a exigir um permanente e renovado esforço para viabilizar formas de organizações com possibilidade de dar conta de tal diversidade de interesses.

No Brasil, com a liberdade de associação garantida na

(138) KAUTSKY, op. cit. p. 139

Constituição de 1891, surgiram as primeiras cooperativas. A Associação Cooperativa dos Empregados da Companhia de Limeira, São Paulo, fundada em 1891; a Cooperativa Militar de Consumo do Distrito Federal, fundada em 1894; a Cooperativa de Consumo de Camaragipe, Pernambuco, fundada em 1895 e a Cooperativa de Consumo dos Empregados da Companhia Paulista, Campinas, São Paulo, fundada em 1897, foram as primeiras existentes no Brasil. (139)

Há registro de que em 1906 surgiram as primeiras cooperativas agrícolas no país. Todavia, só na década de 20 surgiram cooperativas agrícolas que prosperaram na esfera da comercialização de produtos de abastecimento, cultivados principalmente por imigrantes nas terras degradadas pelas plantações de café, nas cercanias de centros urbanos, onde as cooperativas constituíram-se alternativa mais atraente que o sistema de comercialização existente. Destas, a Cooperativa Agrícola de Cota é o exemplo mais eloquente. (140)

A Revolução de 1930 e o subsequente Estado de Compromisso, vão encontrar o Brasil em efervescência política, com a emergência de reivindicações das classes subalternas urbanas, muitas das quais apontavam para problemas de carestia. Além disto, a industrialização nascente impunha a necessidade de baixar o custo de produção e reprodução da força de trabalho para permitir avançar o processo de acumulação capitalista num contexto de baixos salários na zona urbana.

Por outro lado, o cooperativismo, enquanto doutrina e prática, de per se, não tem potencial para levantar a questão da propriedade fundiária e das relações de trabalho, pedras angulares da pauta de interesses dos latifundiários instalados

(139) FLEURY, M.T.L. Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil. Ed. Global, São Paulo, 1983, p. 44

(140) *Ibidem*, p. 45

retardatariamente na Aliança Liberal. Esta convergência de fatores favoráveis, somados à experiência cooperativista dos anos vinte, levaram o Estado a fortalecer sua postura centralizadora na direção do cooperativismo. Até então, as cooperativas existentes no Brasil eram constituídas sob a forma de sociedades anônimas, com liberdade operacional, em conformidade com a ordem liberal envolvente, lastreada pela Constituição de 1891.

Em 19 de dezembro de 1932, o Decreto 22.239 definia o balizamento das cooperativas brasileiras segundo os Princípios de Rochdale: (a) adesão livre; (b) gestão democrática, (c) taxa limitada de juros do capital social, (d) distribuição das sobras proporcionalmente às operações associado/cooperativa e (e) singularidade de voto. Outras disposições deste Decreto enquadravam as cooperativas em uma "forma jurídica sui generis ... não podendo os estatutos conter disposições que as infringjam". (141)

No ano seguinte, o Decreto 23.611 revoga a Lei 979 de 05.01.1903 e abre possibilidades para a existência de consórcios profissionais cooperativos. Em 1934, o Decreto Lei 24.647 institui a controvertida figura do cooperativismo sindicalista no Brasil, obrigando as cooperativas a vincularem-se a sindicatos profissionais. O golpe final no livre cooperativismo vem com o Decreto 6.980 de 12.03.1941 que institui o regulamento da fiscalização e controle das cooperativas através do Ministério da Agricultura. Segue-se uma confusa sucessão de decretos e leis com revogações e modificações - porém sempre mantendo o caráter autoritário que marcou o primeiro período Vargas - até os extertores da ditadura, quando em 19.12.1945, o Decreto-Lei 8.401 revoga os decretos-leis 5.893 e 6.274, revigorando o Decreto 22.239 de 19.12.1932.

(141) CPE/SUPLANTEC-BA. Estratégias de sobrevivência do pequeno produtor rural - cooperativismo. Salvador - 1980 - mimeo. Não paginado.

A partir de 1932, o movimento cooperativista no Brasil recebeu forte estimulação do Estado, que ao lado do controle e fiscalização, desenvolvia uma ação paternalista, apoiando a distribuição de crédito agrícola nas cooperativas, principalmente para médios e grandes proprietários fundiários. Entre 1937 e 1946, o Governo Federal orientou, através dos Governos Estaduais, uma política de criação e estruturação dos DACs - Departamento de Assistência ao Cooperativismo - para prestar assistência técnica, difundir a doutrina cooperativista e disciplinar as cooperativas nos seus aspectos normativos. Os DACs não tiveram condições de desempenhar sua missão a contento, devido, principalmente, à expansão desordenada do sistema cooperativista que, em 1960, já contava no Brasil com um total de 4.627 cooperativas e 1,4 milhões de associados. Somente no Nordeste, havia neste anos 1410 cooperativas e 432 mil associados. (142)

As cooperativas agrícolas foram objeto de ação especial das políticas do Estado populista. Aquelas situadas no Sul/Sudeste do país, multiplicaram-se, expandindo seu número de apenas 15 em 1935 para 800 em 1950 e 1.247 em 1960. (143)

Todavia, só no Estado de São Paulo, no final da década dos anos 40, das 193 cooperativas registradas, 103 estavam paralisadas. Foram muitas as razões do fracasso destas cooperativas. Para Fleury, havia "um denominador comum: não correspondiam as necessidades reais daquele grupo de produtos". Assim, os cafeicultores já contavam com uma centenária estrutura de comercialização, os produtores de farinha de mandioca preferiam processar seus produtos em fabriquetas próximos ao local de produção e pertencentes a pequenos empresários/produtores, "desistindo da idéia de cooperativa". As cooperativas que alcançaram êxitos, reunia produtos ligados

(142) SUDENE. Plano para fortalecimento das cooperativas do Nordeste. Recife. 1976. Vol. I, p. 63.

(143) FLEURY, M.T.L. op. cit, p. 48, apud

diretamente ao abastecimento como batata, ovos, tomate, legumes, hortaliças, aves, cebola e leite.

"O que se observa, portanto, é que as cooperativas que realmente correspondiam ao projeto de um grupo de produtores, visando melhorar suas condições de sobrevivência no mercado, conseguiram ir por diante."(144)

O período 1945-64 não apresentou mudanças significativas na legislação, nem tampouco na relação do Estado com o movimento cooperativista. A política de incentivos especiais ao cooperativismo atravessa, portanto, o período populista, provavelmente, devido sua interface com a política econômica voltada para o mercado interno.

Com o advento dos governos militares em 1964, a política econômica vai ser reorientada para estimular a concentração e centralização de capitais, especialmente, na área financeira. Através do Decreto-Lei nº 59, de 21.11.1966, o Governo Federal extingue as cooperativas de crédito rural que operavam com as elites agrárias locais. Uma providência que, evidentemente, vai favorecer o capital bancário no plano econômico-financeiro e reduzir o espaço político do poder local. Em consequência, foram extintas 511 cooperativas de crédito rural no Brasil, 217 das quais localizadas no Nordeste. Outras medidas, no período, vão extinguir algumas isenções fiscais que as cooperativas, gozavam como parte da política de fomento do cooperativismo, herdada do primeiro governo Vargas. O Decreto-lei nº 59 criou, ainda, o Fundo de Desenvolvimento Cooperativista, com recursos alocados ao Banco Nacional de Crédito Cooperativista, e o Conselho Nacional de Cooperativismo, responsável pela política cooperativista nacional. Coerentemente com o corte autoritário dos governos militares pós-64, o Decreto 59 delegou a responsabilidade da fiscalização das cooperativas de crédito ao Banco Central, das

(144) PINHO, D. Cooperativismo e desenvolvimento econômico, Boletim nº 289, FFCL/USP, São Paulo, 1963

cooperativas habitacionais ao BNH, enquanto as demais cooperativas seriam fiscalizadas pelo Incra. (145)

Vale lembrar que na metade dos anos sessenta, estava iniciando-se o período relevante da chamada "modernização" capitalista da agricultura brasileira", conforme foi visto no capítulo 3. Significava pois, que a agricultura já era parte de um complexo agroindustrial em fase acelerada de consolidação. Impunha-se, assim, a necessidade de ajustar o cooperativismo aos reclamos de uma agricultura consumidora de insumos industriais e ofertante de produtos com características adequadas ao processamento industrial e às exigências do mercado internacional, devido à crescente, inclinação da política econômica para privilegiar as exportações. A ênfase da intervenção de governo no cooperativismo vai se mover das políticas de integração e controle social para as políticas de expansão da atividade econômica.

Nesta perspectiva, os ministérios da Agricultura, Fazenda, Planejamento e Interior elaboraram projeto que transformou-se na Lei 5.764, de 16 de dezembro de 1971 que "define a política nacional de cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas e das outras providências", a qual está em vigor até hoje. Esta lei restabeleceu as atividades das cooperativas mistas, abriu a possibilidade das cooperativas voltarem a operar com terceiros, considerou-as sociedades que não produzem rendas, por isto, isentou-as de Imposto de Renda e Imposto de Circulação de Mercadorias. Aboliu a necessidade de autorização prévia para constituição e funcionamento, permitindo ainda que as cooperativas fixassem, através de critérios internos, a sua área de atuação e a admissão de novos sócios. (146)

(145) SUDENE. Plano de fortalecimento das cooperativas do Nordeste. op. cit. p. I.67

(146) FLEURY, M.T.L. Cooperativas ... op. cit. p. 50

6. ORGANIZAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NA REGIÃO DE IRECÊ

6.1. Introdução

Ao iniciar este capítulo, algumas qualificações se impõem como necessárias para maior clareza na descrição e análise dos resultados da pesquisa de campo empreendida na área em estudo.

Desta forma, vale lembrar que antes da modernização conservadora na Região de Irecê, ali existira uma sociedade predominantemente produtora de valores de uso, plasmada por uma divisão social do trabalho incipiente, cuja unidade fundamental não era a vila nem tampouco a cidade, mas, o lar enquanto unidade de produção quase autárquica, produzindo na agricultura os alimentos e exercitando uma manufatura domiciliar para produção primitiva de instrumentos de trabalho, utensílios domésticos, vestuário e calçados. O pequeno excedente econômico, objetivado na forma milho, feijão e mandioca na agricultura e utensílios de barro, couro e madeira na manufatura, era vendido nas feiras livres das vilas e povoados das cercanias.

Já no início do século XVIII, com a descoberta e exploração do ouro na área em estudo (Jacobina, Xique-Xique e Gentil do Ouro) uma parte da Região - O Maciço do Feijão - constituída por solos cambissolos eutróficos com elevada aptidão agrícola devido ao grande poder de retenção de umidade e elevados níveis de fertilidade natural, inicia a emergência de uma agricultura comercial complementar à atividade de mineração, com a qual desenvolve laços comerciais, iniciando precocemente a escalada rumo à produção de valores de troca.

Em consequência, aumenta a população no Maciço do Feijão, uma sub-área com cerca de 7.000 Km² enquanto a área total da

Região vai além de 62.000 Km² .

Com o refluxo da produção de ouro, ainda no final do século XVIII, o Maciço do Feijão já conheceu uma agricultura mercantil, voltando-se para a produção de feijão e milho, assentada na pequena e média unidade de produção agrícola, com elevada densidade populacional para os padrões regionais. Desta forma, nos primeiros anos da modernização conservadora, o Maciço do Feijão já apresentava a mais elevada densidade demográfica da Região (18,90 hab/Km² em 1970) seguida de longe pelo Sistema de Produção de Jacobina (8,09 hab/Km²).

A generalização de relações mercantis na área em pesquisa é substancialmente ampliada com o advento da modernização conservadora da agricultura, cujo marco inicial situa-se em meados dos anos sessenta, conforme foi visto. No plano concreto, os agentes sociais constituem três parcelas básicas em relação à esfera da produção: (1) os camponeses já expropriados vão constituir o sub-conjunto dos assalariados; (2) os camponeses que emergiram como capitalistas vão ampliar o sub-conjunto dos empresários; (3) os camponeses remanescentes permanecem semi-integrados na produção de feijão, principal produto da agricultura da Região. Nesta última parcela, os estratos inferiores sempre estarão expostos a níveis crescentes de fragilização, resultantes da generalização da produção de mercadorias, dando sequência à diferenciação e à decomposição do campesinato na área em estudo. Obviamente, estes grupos, ao se moverem no cenário da produção, criam e desenvolvem interesses antagônicos fincados na divisão do excedente econômico. Reversivamente, compartilham interesses associados à ampliação do nível de atividade econômica, e à disponibilidade de infraestrutura social condizente com um mínimo padrão de qualidade de vida compatível com o exercício da cidadania. Caberia indagar: que forma de organização poderia dar conta de tal diversidade de interesses?

6.2. A Força de Trabalho e suas Organizações (147)

Para os camponeses semi-integrados na produção de feijão a Cooperativa de Irecê (COOPIRECÊ) apresenta-se como uma alternativa, basicamente, para o Maciço do Feijão. Nas comunidades rurais do Maciço do Feijão muitas associações de produtores mediatizam os serviços da Cooperativa, tentando alcançar as unidades de produção de menores proporções. Na sub-região de Jacobina, como será discutido adiante, as associações de produtores são menos numerosas e não dispõem de uma unidade centralizadora para a interlocução com o Estado - o principal polo antitético desta instância organizativa.

As associações comunitárias, em princípio, não diferenciam seus filiados a partir de critérios fundados na esfera da produção. Como o próprio nome indica, privilegiam a comunidade rural, o bairro periférico, enfim, os moradores de determinada aglomeração humana com interesses comuns.

Os sindicatos de trabalhadores rurais (STRs), prisioneiros de uma legislação coercitiva, sobretudo até a promulgação da Constituinte de 1988⁽¹⁴⁸⁾ e por outro lado, expostos a uma deliberada política de governo que os transformava em agências governamentais prestadoras de serviços públicos, configuram por esta via, uma inversão funcional nos seus objetivos.

Os STRs apresentavam também problemas estruturais sérios. Inicialmente, pode-se fazer referência à emergência da questão do enquadramento sindical, posto que abrigam em suas fileiras categorias sociais como assalariados, semi-assalariados,

(147) A parcela do patronato, organizado nas associações comerciais, clube dos diretores lojistas, sindicatos rurais, clubes de serviços e outros, não constitui objeto de pesquisa neste trabalho.

(148) A constituição de 1988 abriu a possibilidade de criação de sindicatos específicos por categoria de trabalhadores rurais em um mesmo município.

camponeses, empresas familiares e até mesmo capitalistas. Na verdade, não é este o espírito da legislação de 1962 que estendeu ao campo o direito de sindicalização dos trabalhadores rurais. Esta forma de enquadramento sindical - imposta pelo regime militar - determina que podem filiar-se aos STRs além de produtores sem acesso à terra (assalariados permanentes e temporários), produtores com precária acesso à terra (parceiros, foreiros e ocupantes) e produtores com acesso formal à terra, desde que possuam estabelecimento rural com área igual ou inferior a três módulos fiscais.

Esta forma de enquadramento sindical resulta na constituição de quadros sociais heterogêneos no interior do STRs, criando dificuldades para a definição de um conjunto de interesses que permita estabelecer a unidade na luta dos associados por melhores condições de vida. Ao acolher pequenos produtores e também produtores já despossuídos, o STR internaliza uma contradição que, não poucas vezes resulta em oposição de interesses dentro do seu quadro social. Uma contradição que a modernização conservadora da agricultura agudizou bastante, principalmente no período 1965/1980, ao ampliar o contingente de assalariados no campo. É justamente onde floresceu a agricultura mais moderna do país. o Estado de São Paulo, que tal contradição manifesta-se com maior força. Conforme registra Alves:⁽¹⁴⁹⁾ "existem inúmeros exemplos que evidenciam a dificuldade de se organizar e conduzir a luta dos trabalhadores assalariados, através dos sindicatos onde existem as duas categorias, assalariados e pequenos proprietários". O autor cita o exemplar caso do Oeste paulista, na área produtora de algodão.

Na área em estudo, a Igreja Católica, tem presença marcante principalmente na sub-região de Jacobina onde são numerosas as Comunidades Eclesiástica de Base (CEBs). Outras religiões atraem muitas famílias, principalmente, no Maciço do Feijão, sem

(149) ALVES, F. J. da C. Modernização da agricultura e sindicalismo: lutas dos trabalhadores assalariados rurais da Região Canavieira de Ribeirão Preto. Tese de Doutorado, Instituto de Economia da UNICAMP, Campinas, 1991.

contudo, transcender as preocupações espirituais.

Em 1980, a Fundação Centro de Pesquisas e Estudos, CPE/SEPLANTEC, realizou pesquisa no município de Irecê, quando, entre outras, informações foi levantado o nível de associativismo dos "pequenos produtores" rurais - aqueles que produzem em estabelecimentos rurais com área total inferior ou igual a 50ha.

Sorteados através de uma amostra aleatória simples, 183 produtores foram entrevistados para obtenção de resultados com um intervalo de confiança superior a 95%.⁽¹⁵⁰⁾ Apenas 3 produtores eram filiados à COOPIRECÊ (1,64%). Todavia, 57,78% relevaram pretensões de vir a associar-se àquela cooperativa.

Maior frequência na amostra da pesquisa da CPE foi obtida pela filiação ao Sindicato de Trabalhadores Rural: 28,97%. Porém entre os não sindicalizados, 62,75% pretendiam filiação para receber assistência médica. Outros 22,23% pretendiam fazê-lo para obter assistência médica e aposentadoria.

Entre outras conclusões da pesquisa, afigura-se como muito importante a referência ao associativismo informal "para levar adiante a atividade agrícola apesar das condições adversas do mercado". Caracterizando-o como uma relação horizontal entre produtores de condições semelhantes, os pesquisadores viram no associativismo informal potencialidades para transcender a área produtiva, podendo auxiliar na esfera extra-econômica, "representando papel importante na solidariedade vicinal e no lazer". Porém, para que o associativismo informal possa objetivar-se, é necessário que o produtor disponha de tempo livre para o seu exercício. E, sua crescente vinculação aos mercados atua exatamente no sentido de reduzir seu tempo livre, expropriá-lo e proletarizá-lo como força de trabalho subordinada ao capital.

(150) CPE/SEPLANTEC. O pequeno produtor: um trabalhador para a capital. Estudo da subordinação da pequena produção através das organizações rurais na Bahia. Um estudo de caso em Irecê. vol. 2. Salvador 1980. 272 p. tab. ilustr. p. 19.

Uma outra pesquisa na Região de Irecê foi desenvolvida por EMATER-BA/CAR⁽¹⁵¹⁾ durante o período setembro/83-agosto/84, tendo "como objetivo básico fazer uma análise global do comportamento dos pequenos agricultores atendidos pela EMATER-BA". Foram aplicados 466 questionários em Unidades de Produção com área total compreendida entre 0-50ha de uma amostra aleatória a partir do cadastro dos produtores atendidos pela EMATER-BA. Especialmente, a pesquisa atingiu 14 municípios da Região de Irecê, distribuídos nos quatro Sistemas de Produção que constituem a área básica deste trabalho. Os resultados obtidos devem ser vistos com reserva, pois não obstante a amostra ser aleatória, o cadastro de produtores assistidos pela EMATER-BA é constituído pela parcela mais receptiva ao trabalho de extensão rural a qual atinge apenas uma pequena fração do universo dos produtores, deixando de fora os produtores despossuídos e com acesso precário à terra.

Todavia, os resultados assim obtidos por Sistemas de Produção são apresentados na Tabela 26. Nela, pode-se perceber que na Região, apenas 2,36% do público da EMATER-BA é filiado a cooperativas. Uma cifra praticamente insignificante, principalmente, se se considerar que os produtores assistidos pela extensão rural estão mais expostos ao discurso oficial daquela agência governamental que enfatiza o papel da cooperativa como órgão de apoio à modernização da agricultura e à integração dos produtores a uma economia de mercado.

Na verdade, os clientes da EMATER-BA parecem mais interessados na assistência médico-odontológica, jurídica e previdenciária que o Estado oferece através dos sindicatos conforme indica o relativamente elevado percentual de filiados (30,06%) na Região.

Por sua vez a elevada "participação" em igrejas (46,78%) encontrada pelos pesquisadores na área em estudo, não é um dado

(151) EMATERBA/CAR. Estrutura técnica econômica e social dos pequenos agricultores atendidos pela EMATERBA na Região do PDRI-Irecê, Estado da Bahia. Salvador, 1985.

muito esclarecedor posto que trata-se de uma população com elevado grau de fanatismo religioso, na qual grassa o misticismo e a esperança de soluções mágicas para os problemas do cotidiano. Uma esperança que muitas religiões presentes na área acariciam e estimulam.

Olhando para dentro dos Sistemas de Produção, através dos dados da pesquisa EMATER-BA/CAR, não se percebe diferenciação entre os mesmos no que diz respeito a sindicatos. Sustentada por determinações exteriores, a atração que os STRs podem exercer sobre os produtores não parece influenciada pelo padrão de desenvolvimento agrário predominante em qualquer dos sistemas de produção. Além disso, há que se considerar a existência de fatores inerentes à formação histórica da força de trabalho que certamente afetam sua adesão social e níveis de solidariedade.

Tabela 26

Distribuição dos agricultores segundo a filiação a organizações, por Sistema de Produção - 1985

REGIÃO DE IRECE													
SISTEMA DE PRODUÇÃO E REGIÃO	Nº DE INFOR- MANTES	SINDICATO		COOPERATIVA		IGREJA		CLUBE		OUTROS		NENHUMA	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
MACIÇO DO FEIJÃO	282	113	40,07	7	2,48	158	56,03	19	6,74	11	3,90	59	20,92
SISTEMA JACOBINA	51	20	39,22	1	1,96	5	9,80	2	3,92	1	1,96	27	52,94
REGIÃO DE IRECE	466	182	39,06	11	2,36	218	46,78	31	6,65	16	3,43	141	30,26

FONTE: EMATERBA/CAR, op. cit. p.187. Dados Básicos

6.3. Categorias de Produtores e Associativismo

Tentando estabelecer um diagnóstico inicial para o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural, (PAPP) foi realizada em 1985, uma pesquisa de campo na região de Irecê. Tal pesquisa tinha vários objetivos, posto que o PAPP propunha várias linhas de atuação. É, particularmente, do interesse deste trabalho a parte da pesquisa que tentou conhecer a estrutura social dos produtores e seus níveis de associativismo, apartir de categorias analítica, fundadas no processo produtivo, conforme definidas⁽¹⁵²⁾ a seguir:

ASSALARIADOS - quando a reprodução social da unidade familiar de produção decorre exclusivamente do assalariamento.

SEMI-ASSALARIADOS - são incluídas nesta categoria os produtores que mesmo mantendo a unidade de produção familiar, trabalham como assalariados em outros estabelecimentos rurais ou atividades urbanas

CAMPONESES - as unidades que utilizam trabalho familiar, podendo também utilizar assalariados temporários, em caráter complementar

EMPRESAS FAMILIARES - as unidades que utilizam trabalho familiar e assalariados permanentes, podendo utilizar ou não trabalho assalariado temporário.

CAPITALISTAS - as unidades que não utilizam trabalho familiar na atividade agropecuária e utilizam trabalho assalariado permanente e/ou temporário.

(152) Estas categorias analíticas foram utilizadas com pequenos modificações, em SILVA, J. G. da (Coord.) Diferenciación campesina y câmbio tecnológico: el caso de los productores de frugal en S. Paulo, Campinas, UNICAMP/IICA/PROTAL, Set. 1982 v. 2 pp 61/63

OUTROS - aposentados, pensionistas e indigentes.

Com relação ao levantamento dos níveis de associativismo dos produtores, a pesquisa foi desenvolvida em duas instâncias básicas complementares:

a) Entrevistas estruturadas com dirigentes de sindicatos, cooperativas e associações de produtores, além de lideranças religiosas.

b) Questionários diretos para levantar níveis de associativismo dos produtores a sindicatos patronais e de trabalhadores, cooperativas, associação de produtores e grupos de igreja. No mesmo questionário foi levantado o percentual de utilização de serviços das entidades com referência precisa a crédito rural, compra de instrumentos de trabalho, fornecimento gratuito de insumos, assistência médica-odontológica, assistência jurídica, assistência técnica, fornecimento de alimentos e medicamentos, outros serviços e nenhum serviço. O mesmo procedimento foi utilizado para levantar os "interlocutores preferenciais para discussão dos problemas de trabalho e da comunidade", segundo a categoria analítica.

Foram aplicados 263 questionários na Região de Irecê. Destes, 121 no Maciço do Feijão e 68 no Sistema Jacobina, mediante uma amostragem que combinou critérios aleatórios e intencionais. Aqui caberia informar que o cadastro utilizado foi o Mapa de Domicílios Rurais da SUCAM - Superintendência de Campanhas do Ministério da Saúde. Portanto, a unidade amostral foi o domicílio rural e não a unidade de produção como é utilizado, habitualmente, em pesquisas desta natureza.

A distribuição amostral dos produtores na Região de Irecê e nas duas sub-regiões objeto desta parte do trabalho está exposta na Tabela 27, onde pode-se perceber que a categoria Camponeses

constitui a maior parcela na Região de Irecê (41,06%) e no Maciço do Feijão (47,11%). No Sistema de Produção Jacobina a categoria Semi-assalariados comparece com o maior percentual (35, 29%), seguido da categoria Campones com (25,00%).

Os Assalariados e Semi-assalariados, cujas parcelas na amostra somadas chegam a 44,49% no total da Região, comparecem no Maciço do feijão com apenas 35,54% enquanto no Sistema de Produção Jacobina representam 63,23%. A leitura singela dos dados revela que quase dois terços dos domicílios rurais da amostra no Sistema Jacobina, abrigam chefes de família despossuídas ou em processo de decomposição rumo à proletarização. A menor percentagem de chefes de família nestas categorias no Maciço do Feijão está indicando melhores condições de reprodução social da produção assentada no trabalho familiar, conforme sugere a maior porcentagem da categoria Camponeses nesta sub-região.

Todavia, quando a análise é conduzida através do emprego temporário e permanente com os dados da FIBGE, nos quais a unidade amostral é o estabelecimento rural, a realidade desvelada apresenta-se distinta, conforme foi mostrado nas Tabela 18 e Tabela 9. Dando o devido desconto, posto que ali os últimos dados são de 1980, pode-se perceber na soma das duas tabelas que, quando medido como parcela da população ocupada na agricultura (POA), o emprego é mais expressivo no Maciço do Feijão (36,3%) que no Sistema Jacobinal (22,8%). A divergência nos dois conjuntos de informações em relação ao mercado de trabalho aponta a essência da questão: o contingente maior da força de trabalho assalariada no Maciço do Feijão é constituída por trabalhadores em permanente migração circular, originária dos estados nordestinos (Paraíba, Pernambuco e Ceará, principalmente).

Tabela 27

Distribuição amostral dos produtores na Região de Irecê no Maciço do Feijão e no Sistema de Produção Jacobina segundo a categoria social
Bahia - 1985

CATEGORIA SOCIAL	REGIÃO IRECÊ		SISTEMA DO MACIÇO DO FEIJÃO		SISTEMA JACOBINA	
	ABS	%	ABS	%	ABS	%
ASSALARIADOS	40	15,21	18	14,88	19	27,94
SEMI-ASSALARIADOS	77	29,28	25	20,66	24	35,29
CAMPONESES	108	41,06	57	47,11	17	25,00
EMP. FAMILIAR	07	2,66	06	4,96	-	-
CAPITALISTAS	06	2,28	04	3,31	02	2,94
OUTROS	25	9,51	11	9,09	06	8,82
TOTAL	263	100,0	121	100,0	68	100,0

FONTE: PESQUISA DE CAMPO - 1985

No contraponto, a bovinocultura, principal atividade agropecuária do Sistema Jacobina emprega mais trabalhadores residentes na fazenda (vaqueiros e administradores) enquanto a produção de feijão no Maciço já utiliza substancialmente trabalhadores residentes na periferia das cidades e vilas (boias-frias), os quais escapam liminarmente da amostragem que utiliza o domicílio rural como unidade amostral e apresentam elevada probabilidade de comparecer na amostragem do Censo Agropecuário.

Retornando à Tabela 27, pode-se perceber que as categorias Empresas Familiares e Capitalistas aparecem na amostra com participações muito reduzidas. Mesmo somadas, não chegam a 5% no

total da área. Todavia, no caso das Empresas Familiares -- ausentes na sub-amostra do Sistema Jacobina e com participação maior no Maciço do Feijão que na área total -- os dados parecem sugerir, nesta última sub-área, melhores condições de reprodução social, vis-avis a área total e principalmente em relação ao Sistema Jacobina, corroborando a indicação observada acima para o caso dos assalariados.

Silva utilizando categorias analíticas muito semelhantes àquelas trabalhadas nesta pesquisa, também em dados CROSS-SECTION, em 1981, estudou a produção de feijão em Itacaré-São Paulo. São muitas as diferenças metodológicas entre os dois trabalhos, principalmente porque aqueles autores utilizaram a unidade de produção agropecuária como unidade amostral. Em consequência, não aparece a categoria Assalariados. Também a categoria Outros não se faz presente, pois os casos de rentistas, pensionistas e comerciantes foram descartados (em número de 20 questionários num total de 139). Por estas razões, os dados apresentados a seguir são apenas ilustrativos, pois, a rigor, não são comparáveis com as informações coletadas na Região de Irecê.

Tabela 28

Participação das Categorias na Amostra de Produtores
Itacaré - 1981

CATEGORIAS	ABS	%
SEMI-ASSALARIADOS	15	12,6
CAMPONESES	75	63,0
EMPRESAS FAMILIARES	21	17,6
CAPITALISTAS	08	6,7
TOTAL	119	99,9

FORTE: Silva (Coord) op. cit. p. 65

Conforme pode-se perceber na Tabela 28, os dados revelam a absoluta predominância da categoria Camponeses em Itacaré (63,0% do total). Parece significativo que as Empresas Familiares somadas aos Capitalistas representem praticamente o dobro do

percentual de Semi-Assalariados. Apenas para ilustração, vejamos como ficaria a distribuição das categorias na produção de feijão em Irecê, na ausência das categorias Assalariados e Outros.

Tabela 29

Distribuição Parcial das Categorias de Produtores no Maciço do Feijão.
Bahia - 1985

CATEGORIAS	ABS	%
SEMI-ASSALARIADOS	25	27,17
CAMPONESES	57	61,96
EMPRESAS FAMILIARES	06	6,52
CAPITALISTAS	04	4,35
TOTAL	92	100,00

Fonte: Simulação da Tabela 25, excluindo os Assalariados

Conforme pode ser visto na simulação da Tabela 29, nestas condições, o contingente de Semi-Assalariados seria muito superior ao dobro da soma das categorias Empresas Familiares e Capitalistas. Os dados sugerem, portanto, que os produtores de feijão de Irecê estariam mais expostos ao processo de diferenciação para baixo, enquanto os produtores de feijão de Itararé parecem mais expostos ao processo de diferenciação para cima. No primeiro caso, prevalece a tendência à proletarização; no segundo, domina a tendência à formação de uma classe média rural.

Em Irecê, levando em conta que a organização dos produtores diz respeito às condições de trabalho e de vida, tentou-se verificar em que medida os produtores procuravam seus núcleos de associativismo para discutirem os problemas de trabalho e da comunidade. Os resultados da consulta estão expostos na Tabela

30. Observando pela linha do total, percebe-se que 57,04% dos produtores entrevistados preferem a Família para tratar os problemas do trabalho e da comunidade. Os Vizinhos, com 32,74% constituem a segunda maior frequência. Somadas as duas frequências chegam a 89,79%, revelando o grande isolamento que permeia os grupos sociais residentes na Região de Irecê. A Reunião na Associação recebeu a frequência de 12,17% muito superior à pequena frequência da variável Reunião no Sindicato (apenas 3,81%) e à inexpressiva frequência da Reunião na Cooperativa (0,76%). Os dados evidenciam a pouca expressão das formas convencionais de organização dos produtores no trato dos problemas do trabalho e da comunidade, principalmente entre as três categorias analíticas mais numerosas: Assalariados, Semi-Assalariados e Camponeses.

Tabela 30

Interlocutor Preferencial Para Discussão dos Problemas de Trabalho e da Comunidade Segundo Categoria Social
Região de Irecê - 1985

- Em percentagem -

CATEGORIA	INTERLOCUTOR PREFERENCIAL									
	FAMÍLIA	VIZINHOS	IGREJA	REUNIÃO DO SINDICATO	REUNIÃO DA COOPERATIVA	REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO	REUNIÃO DA ESCOLA	REUNIÃO COM TÉCNICOS	AUTORIDADES LOCAIS	OUTROS
ASSALARIADOS	67,75	32,50	2,50	2,50	-	2,50	-	-	7,50	12,50
SEMI-ASSALARIADOS	54,55	32,47	2,60	5,20	1,30	12,99	-	14,29	-	22,03
CAMPONESES	58,33	33,33	0,93	1,85	0,93	13,89	-	13,89	10,19	19,44
ENP. FAMILIAR	57,14	14,25	-	-	-	-	-	-	-	28,57
CAPITALISTAS	16,67	33,33	-	16,67	-	16,67	-	-	33,33	33,33
OUTROS	52,00	36,00	8,00	8,0	-	20,00	4,0	28,00	-	4,00
TOTAL	57,04	32,70	2,29	3,81	0,76	12,17	0,38	12,56	5,71	17,87

FONTE: PESQUISA DE CAMPO-1985

Também a Igreja (2,29%) e a Reunião da Escola (0,38%) não mostraram-se significativas enquanto instâncias de integração social no cotidiano dos grupos pesquisados. As Autoridades Locais aparecem com uma percentagem também muito pequena (5,71%), indicando que o poder formal não tem uma presença significativa junto aos grupos sociais pesquisados. Já a Reunião com Técnicos, apresentando uma frequência de 12,56% na amostra pesquisada, revela o grau de exposição dos produtores ao trabalho dos extensionistas rurais e assistentes sociais que na Região executam os programas de desenvolvimento rural integrado, financiados pelo Banco Mundial em parceria com o Governo Federal do Brasil.

É importante destacar que os dados da Tabela 30 revelam o elevado grau de marginalização social a que estão submetidos os Assalariados. Este grupo apresenta as menores frequências de interlocução com a Igreja, a Cooperativa e o Estado (técnicos, autoridades locais e escola). Seus níveis de interação social estão restritos praticamente à família e à vizinhança, configurando, na pesquisa, o processo de exclusão social imposto pela chamada modernização conservadora da agricultura.

Apenas para ilustração, a Tabela 31 apresenta os resultados sobre associativismo na produção de feijão em Itacaré-São Paulo, levantados por SILVA, em 1981. Percebe-se à primeira vista, a elevada participação das Empresas Familiares e, principalmente, dos Capitalistas na filiação à cooperativas sugerindo significativa integração dos produtores. Também o sindicato patronal aparece com percentuais significativos de filiação nestas categorias. Os dados sobre a categoria Camponeses (14,7% filiados ao Sindicato patronal e 10,7% ao STR) revelam o sério problema do enquadramento sindical que estimula a formação de corpos de filiados heterogêneos, do ponto de vista dos interesses dos trabalhadores rurais. Os Semi-Assalariados filiam-se apenas ao SIR e em percentagem próxima àquela obtida para o Brasil. A ausência de filiação desta categoria a sindicatos patronais e

cooperativas indica a pequena significação da mesma, enquanto produtores de mercadorias, para expressar a venda da força de trabalho como forma de reprodução social na trajetória da proletarianização.

Tabela 31

Distribuição dos Produtores de acordo com a sua filiação a sindicatos e cooperativas.
Itararé - SP, 1981 (percentagem)

CATEGORIA	SINDICATO PATRONAL	SINDICATO DE TRABALHADORES	COOPERATIVAS
SEMI-ASSALARIADOS	0,0	13,3	0,0
CAMPONESES	14,7	10,7	9,3
EMPRESAS FAMILIARES	19,0	0,0	52,4
CAPITALISTAS	28,6	0,0	71,45

FONTE: SILVA (Coord) 1981, p. 80 - Pesquisa de Campo

Por outro lado, sabe-se que a filiação a sindicatos, associações de produtores, associações comunitárias e organizações similares, em princípio, pode indicar maior consciência do produtor direto em relação à percepção da força coletiva de sua categoria profissional, segmento ou classe social. Reversivamente, pode significar maior grau de adesão do produtor e de suas organizações, aos mecanismos de cooptação, envolvidos nas políticas públicas de saúde e previdência que, no horizonte de tempo desta pesquisa, descaracterizaram tais organizações para transformá-las em postos avançados da estrutura

de poder e dominação, objetivando o controle social da população excluída do desenvolvimento capitalista na agricultura. A Região de Irecê não constitui exceção. Tendo sido objeto especial de intervenção estatal nos anos setenta e oitenta, apresenta agora resultados de pesquisa coerentes. Na Tabela 32, pode-se perceber que no total da área 40,74% dos entrevistados são filiados aos STRs. No ano anterior, na Região, com uma metodologia distinta, a pesquisa EMATER-CAR (1984) encontrou um percentual de filiação a STRs igual a 39,06% (Tabela 26), indicando pois, a consistência dos dados obtidos nesta pesquisa.

De outra parte, para o total da região Nordeste, conforme foi visto na Tabela 19, a FIBGE através da PNAD-1988 encontrou um percentual de filiação a sindicatos de empregados, no setor primário, de 13,72% para o Nordeste e 13,10% para o Brasil. A maior taxa de filiação encontrada na área em estudo, que foi, como vimos, objeto de concentração da intervenção estatal através do Polonordeste e do Projeto Nordeste entre outros, está indicando os resultados produzidos por tal concentração, que conseguiu atrair para os STRs grande contingentes de produtores diretos, motivados pela oferta de serviços médico-odontológicos, conforme indicado na Tabela 33. Todavia, o percentual de utilização destes serviços (34,29%) entre os produtores entrevistados na pesquisa está ainda muito inferior àquele observado para o Brasil e para o Nordeste, indicando a dramática carência de serviços que marca a área rural do semi-árido baiano.

Pode-se perceber na Tabela 32 que, no interior da Região de Irecê, o Sistema de Produção Jacobina apresenta percentual de filiação a STR's (64,71%) bastante superior àquele observado no Maciço do Feijão (27,77%). Tal resultado apresenta-se a primeira vista contraditório, posto que as forças produtivas avançaram mais no Maciço do Feijão. Em viagem à área em estudo foi feita a

consistência desta aparente contradição. No processo de amostragem da pesquisa, os municípios polarizados por Irecê e Jacobina foram escolhidos aleatoriamente. No Sistema Jacobina foi sorteado o minúsculo município de Miguel Calmon, onde existiu um trabalho de filiação sindical que cobriu, praticamente, o universo de produtores do pequeno município na metade dos anos setenta, resultando que neste município o percentual de produtores filiados ao STR encontrado na pesquisa foi superior a 42, resultando em superestimação da média do Sistema de produção.

Por sua vez, a utilização de serviços pelos filiados observados na Tabela 33 corrobora as observações comentadas para o Brasil: um predomínio absoluto da assistência médico-odontológica na dinâmica dos STRs da área em estudo. Dos produtores filiados no Maciço do Feijão, cerca de 70% são clientes da assistência médico-odontológica dos STRs. No Sistema de Produção de Jacobina este percentual é ainda mais elevado: cerca de 74% dos associados dos STRs utilizam a assistência médico-odontológica daquelas organizações. Estas observações indicam com clareza que, nestas áreas, os STRs também foram prisioneiros da heteronomia que marcou a estrutura sindical no país desde os anos 30 até os tempos recentes.

A filiação à cooperativa na área em estudo é praticamente inexpressiva (0,53%) sendo que na área do Sistema de Produção de Jacobina, nenhum dos 68 produtores entrevistados eram cooperados. No Sistema de Produção do Maciço do Feijão apenas 0,88% dos produtores da mostra era constituída por cooperados, indicando a baixa capilaridade da cooperativa.

Tabela 32

Filiação a Entidades Segundo Categoria Social nos Sistemas de Produção do Maciço do Feijão e de Jacobina

Bahia - 1985

Sistema de Produção e Categoria Social	Unidades Familiars	FILIAÇÃO (%)				
		Sindicato Patronal	Sindicato Trabalhador	Coopera- tiva	Assoc. Produtores	Grupo Igreja
MACIÇO DO FEIJÃO	121	7,94	27,77	0,88	10,74	5,79
ASSALARIADOS	18	-	22,22	-	5,56	-
SEMI-ASSALARIADOS	25	12,00	16,00	4,00	12,00	-
CAMPONESES	57	8,77	33,33	-	14,04	8,77
EMP. FAMILIARES	6	-	16,67	-	-	-
CAPITALISTAS	4	25,00	25,00	-	25,00	25,00
OUTROS	11	-	-	-	-	-
JACOBINA	68	-	64,71	-	1,47	-
ASSALARIADOS	19	-	57,89	-	-	-
SEMI-ASSALARIADOS	24	-	63,33	-	4,17	-
CAMPONESES	17	-	64,71	-	-	-
EMP. FAMILIARES	-	-	-	-	-	-
CAPITALISTAS	2	-	-	-	-	-
OUTROS	6	-	33,33	-	-	-
TOTAL	189	4,76	40,74	0,53	7,41	3,70

FONTE: PESQUISA DE CAMPO - 1985

Conforme será detalhado adiante, no Maciço do Feijão os produtores diretos sem terra ou proprietários de pequenas glebas, são atendidos pela cooperativa através de uma ação mediada pelas associações comunitárias. Estas comparecem na amostra com 10,74% dos produtores entrevistados, contra apenas 1,47% observado no Sistema de Produção de Jacobina. Como as associações comunitárias são localizadas e têm área de atuação circunscrita a pequenas vilas ou povoados, portanto mais expostas ao controle local, é previsível que as mesmas estejam menos subordinadas aos fatores determinantes da heteronomia que marca a ação sindical no Brasil e, em particular, na área pesquisada. Porém, desde já, é importante registrar que muitas associações comunitárias foram fundadas de cima para baixo, por técnicos burocratas do Estado, ou por políticos ligados à classe dominante, com a finalidade precípua de receber verbas consignadas nos projetos de intervenção do Estado que exigem, não poucas vezes, a intermediação de organizações não-governamentais, papel para o qual muitas associações se prestaram, de forma acritica.

A assistência jurídica é outro serviço oferecido pelos STRs da Região de Irecê, usando recursos a eles repassados pelos projetos de intervenção do Estado.

O Polonordeste e depois o Projeto Nordeste destinaram recursos específicos para os STRs contratarem advogados para assistirem seus associados em questões trabalhistas e, principalmente, em questões fundiárias. Foi realizada uma consulta aos arquivos das Juntas de Conciliação e Julgamento do Ministério do Trabalho e dos STRs para tentar completar as informações sobre os dados observados na Tabela 33. Porém, pôde-se observar que tais arquivos não se prestam para obtenção de

informações sobre o tema de interesse da pesquisa. Não obstante, na Tabela 33 percebe-se que 4,23% do total de produtores entrevistados na Região de Irecê utilizaram assistência jurídica dos STRs. As entrevistas estruturadas com informantes privilegiados apontaram para as questões fundiárias como a causa maior da procura de assistência jurídica pelos produtores. As questões trabalhistas, em menor proporção, respondem pela segunda causa. No Maciço do Feijão, onde a estrutura fundiária é mais consolidada, apenas 2,49% dos produtores entrevistados utilizaram este serviços dos STRs, muito provavelmente para resolver questões trabalhistas.

No Sistema de Produção de Jacobina, onde, como veremos, são mais frequentes as disputas fundiárias e a ocorrência de grilagem, 7,35% dos produtores da amostra procuram os serviços jurídicos oferecidos pelos STRs.

Finalmente, vale registrar que, na região de Irecê, 62,43%, dos produtores entrevistados não utilizaram qualquer serviço das organizações referidas na Tabela 33. No Maciço do Feijão (74,38%), bem como no Sistema de Produção de Jacobina (41,18%), o conjunto de produtores diretos à margem de suas organizações formais é bastante significativo, tornando-se atual a expressão cunhada por Kautsky: "discute-se vivamente sobre qual a forma de organização que mais convém ao caráter particular da agricultura". (153)

(153) KAUTSKY, op. cit. p. 139

Tabela 33

Utilização de Serviços nas Entidades Segundo Categoria Social nos Sistemas de Produção do Maciço do Feijão e de Jacobina

Sistema de Produção e Categoria Social	Unidades Familiares	Utilização de Serviços (%)								
		Crédito	Compra Insumos	Insumos Grátis	Assis. Méd. e Odontol.	Assist. Jurídica	Assist. Técnica	Medicam. e Alim.	Outros	Compra Insumos
<u>MACIÇO DO FEIJÃO</u>	121	-	1,65	-	19,01	2,49	0,83	3,31	10,74	74,38
ASSALARIADOS	18	-	-	-	16,67	-	-	-	-	77,78
SEMI-ASSALARIADOS	27	-	4,00	-	12,00	-	-	11,11	16,00	76,00
CAMPONESES	57	-	1,75	-	19,30	3,51	1,75	4,00	12,28	75,44
EMP. FAMILIARES	6	-	-	-	16,67	-	-	-	-	83,33
CAPITALISTAS	4	-	-	-	25,00	25,00	-	-	50,00	50,00
OUTROS	11	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<u>JACOBINA</u>	68	-	-	-	48,53	7,35	-	-	9,82	41,18
ASSALARIADOS	19	-	-	-	47,37	-	-	-	-	47,37
SEMI-ASSALARIADOS	24	-	-	-	62,50	8,33	-	-	21,05	33,33
CAMPONESES	17	-	-	-	52,94	17,67	-	-	11,76	41,18
EMP. FAMILIARES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CAPITALISTAS	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTROS	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	189	-	1,06	-	34,92	4,23	0,53	2,12	10,05	62,43

FONTE: PESQUISA DE CAMPO - 1985

6.4. Os Sindicatos de Trabalhadores Rurais na Região de Irecê e a FETAG-BA.

A Região de Irecê conta com vinte STRs, conforme pode-se perceber nas Tabelas 34 e 35 a seguir. Todos são filiados à FETAG-BA e nove destas entidades receberam a Carta Sindical do Ministério do Trabalho, uma herança esdrúxula do Estado Novo que sobreviveu até ser abolida pela Constituição Federal de 1988.

Todos municípios da área em estudo contam com STR. O STR mais antigo é o de Jacobina (fundado em 29/11/70) seguido do STR de Irecê (07/02/71) e do STR de Presidente Dutra(21/03/71). Todos os demais foram fundados após a Lei Complementar Nº 11, de 25/03/71, que cria o PRORURAL - Programa de Assistência ao Trabalhador Rural e estabelece condições para realizar convênios entre o STR e o FUNRURAL. Este diploma legal "asfaltou" o caminho que conduziu a quase totalidade dos STRs para transformarem-se em postos avançados da Previdência Social Rural. Os STRs fundados antes da Lei Complementar Nº 11, a exemplo daqueles acima nominados, não fugiram a tão insólito destino, pois, as políticas do regime militar para cooptar as entidades sindicais iniciaram sua implantação antes de 1971, a exemplo do - PEBE - Programa Especial de Bolsas de Estudo⁽¹⁵⁴⁾ para associados e funcionários de sindicatos.

O atendimento médico-odontológico, a distribuição de remédios e o encaminhamento da documentação de aposentadorias, passaram a constituir um apelo muito forte para os STRs da Região que, de resto, confrontavam e ainda confrontam, uma população com extrema carência de serviços e, até mesmo, de alimentos.

(154) Apenas para dar uma idéia da dimensão do PEBE na Bahia, consta nos relatórios de atividades da FETAG-BA que em 1977 foram distribuídas 3.170 bolsas de estudo no valor de Cr\$ 1.585.000,00 através de 100 STRs. Dois anos depois o número de bolsas de estudo distribuídas chegou a 3700.

Tabela 34

Sindicatos de Trabalhadores Rurais do Maciço do Feijão.
Bahia - 1993.

SEDE	FUNDAÇÃO	CARTA SINDICAL	FILIAÇÃO
CENTRAL	16/08/74	29/09/76	14/10/77
CANARANA	14/06/71	18/04/72	01/04/74
IBITITA	11/05/87	-	20/10/89
JUSSARA	11/02/76	25/10/74	03/12/80
IRECÉ	14/02/71	03/05/73	16/06/74
PRESIDENTE DUTRA	21/03/71	11/01/72	28/12/74
A. DOURADA	17/07/87	12/09/88	10/04/89
SÃO GABRIEL	08/06/92	-	15/03/93
JOÃO DOURADO	22/09/89	-	13/03/90
LAPÃO	04/10/86	-	03/10/91

FONTE: FETAG-BA. Livro de Registro dos Sindicatos.

Tabela 35

Sindicatos de Trabalhadores Rurais do Sistema de Jacobina
Bahia - 1993.

SEDE	FUNDAÇÃO	CARTA SINDICAL	FILIAÇÃO
MORRO DO CHAPÉU	15/07/79	-	13/03/90
MIGUEL CALMON	20/06/71	16/11/72	29/11/73
CAMPO FORMOSO	21/02/81	-	13/03/90
MIRANGABA	12/08/77	-	03/12/80
JACOBINA	29/11/70	14/08/73	04/06/74
VARZEA NOVA	11/08/85	-	14/03/91
SERROLANDIA	04/07/71	11/03/74	10/12/74
OUROLANDIA	16/07/89	-	23/10/91
QUIXABEIRA	26/08/89	-	14/04/90
MIRANGABA	12/08/77	-	03/12/80

FONTE: FETAG-BA. Livro de Registro dos Sindicatos.

De resto, a própria FETAG-BA que, juntamente com políticos representantes do poder local - participou ativamente da fundação da grande maioria dos STRs desta e de outras regiões,⁽¹⁵⁵⁾ não fugiu a prestação daqueles serviços, nem tampouco da heteronomia a que foi conduzida a estrutura sindical dos trabalhadores rurais. Neste aspecto é muito ilustrativo o texto de um dos relatórios da FETAG-BA: "Assim amparados pelos Governos da Revolução de 1964, queremos mostrar a estes irmãos que agora os trabalhadores rurais poderão dispor de um serviço social e médico que se não está na sua plenitude, pelo menos lhes garante aposentadoria, assistência médica e hospitalar, bem como assistência dentária."

"O FUNRURAL, órgão criado pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social, veio trazer para nossos irmãos do campo nova esperança... e nós como representantes desses humildes, temos que ajudar o Governo a socorrer esses trabalhadores."

"Foram feitas 3144 guias de internamento em Salvador, gastam-se Cr\$ 15.038 em transporte. As despesas com ambulância, controladas só a partir de outubro, com diárias, despesas em geral, gasolina e lubrificantes chegaram a quantia de Cr\$ 9.689,00; com remédios Cr\$ 25.615,93.⁽¹⁵⁶⁾

Apesar da dominância de forças conservadoras, a FETAG - e não poucos dos seus STRs filiados - não se constituiu, no período, num bloco monolítico. No seu interior sempre existiram pessoas abnegadas que, mesmo enfrentando a rigorosa vigilância dos órgãos de repressão do regime militar, propugnavam pelos legítimos interesses dos trabalhadores rurais e não perdiam oportunidade para denunciar, dissimuladamente, a expropriação dos

(155) SILVA, P.P. da - Energia e conflito. A construção de hidroelétricas e movimentos sociais no campo. Dissertação de Mestrado - UFBA. Salvador, 1990. p.100

(156) FETAG-BA. Relatório de atividade de 1975. Salvador, Bahia, s.d. 24 p. mimeo. p.10

camponeses e a convivência de autoridades, conforme pode-se perceber no mesmo documento antes mencionado, na parte que trata do Departamento Jurídico: "Foi um tanto surpreendente o declínio de litígios trabalhistas no âmbito de nossa atuação. Mas, aumentaram os litígios fundados na propriedade e, sobretudo, na posse e uso da terra, o que retarda os resultados do nosso trabalho porque os litígios relacionados com a terra são de competência da Justiça Civil, que é lastimavelmente morosa".(157) Portanto, não é sem razão que os trabalhadores rurais repetidas vezes têm levantado como bandeira de luta, a criação da Justiça Agrária.

E, na sequência, no mesmo documento o Departamento Jurídico da FETAG-BA, disfarçadamente, levanta a bandeira da reforma agrária: *"Ainda assim, onde nossa presença foi possível, não ocorreu, que saibamos, um único despejo, o que é animador, tendo em vista que todas as ações que contestamos e que se relacionam com a terra, visam exatamente evitar que nossos jurisdicionados sejam afastados de suas glebas"*(158)

Nos anos seguintes, com a *"distensão lenta e gradual"* cresce no interior da FETAG a expressão dos grupos progressistas, de forma que já em 1979, a situação interna era diferente daquela observada no início da década, quando a entidade dos trabalhadores rurais da Bahia foi objeto de intervenção do Governo Federal (08/10/71) que conseguiu através de eleições manipuladas, com autorização da Delegacia Regional do Trabalho, eleger uma diretoria cujo presidente, Esteves Nunes de Almeida, foi reeleito em junho de 1975, para um mandato de três anos, o qual conseguiu renovar pela última vez, em eleições realizadas em 1978. Todavia o Relatório de Atividades da FETAG de 1979 já não se constituía em laudação ao Governo Militar,

(157) Idem, p.23a

(158) Ibidem, p.23b

conforme o trecho que se segue, onde é comentado o período de intervenção: "A preocupação maior era respaldar o movimento militar de 1964 e, principalmente, o Governo de Médice quando esta entidade (a FETAG) através da Diretoria da época, distribuiu fotografias emolduradas daquele general, como um benfeitor dos trabalhadores, procurando atribuir ao mesmo os benefícios previdenciários e assistenciais já promulgados em lei desde 31/03/63 - Lei 4214 - Estatuto do Trabalhador Rural"

Apesar de mudanças no discurso, a FETAG durante os anos oitenta, como de resto a estrutura sindical rural, esteve imersa na burocracia da distribuição de documentos relacionados com a Previdência Social e Funrural como evidência o crescimento das guias de internamento hospitalar que já no ano de 1983 (o último ano que consegui levantar) chega a elevada cifra 25.455 internações.

Neste contexto, não causa surpresa que o movimento sindical na área em estudo seja marcado pelo assistencialismo. Como projeção de uma estrutura maior, sua expressão geral não encontra sua lógica de determinação na configuração objetivada em padrões de desenvolvimento agrário de recorte sub-regional. Estes, seguramente, vão marcar as manifestações associativistas genuínas, imanentes ao cotidiano dos produtores diretos da área em estudo.

FAVERO, um cuidadoso cronista de sua época, relata que teve alguma dificuldade de localizar a "sede do sindicato" na cidade de Irecê, até o momento em que algum informante anônimo lhe fez ver que "o FUNRURAL" foi o nome pelo qual a maioria da população se referia ao prédio onde funcionava o STR de Irecê.⁽¹⁵⁹⁾ Para ele, os STRs do *Maciço do Feijão* apresentam dois modelos básicos: aqueles que apresentam modelo assistencialista e dependente dos políticos locais, implantados em 1971, sem mudanças

(159) FAVEIRO, C.A. Entre bengalas e campos de tensões... op. p. 162

significativas no próprio quadro de diretores a exemplo de Irecê e Central. O outro modelo, onde o principal representante é o STR de Jussara, representa aqueles que foram "tomados por novas lideranças camponesas - geradas no processo de modernização da agricultura local - que os conduziram para a esfera de influência do ESTADO/COOPIRECÊ e das Associações Comunitárias", onde submergiram e perderam suas identidades. O autor refere-se ainda ao importante fato do "novo sindicalismo" não ter se manifestado no Maciço do Feijão; a seu ver devido a dois fatores combinados:

a) ao pouco dinamismo das lutas camponesas na área... "sufocadas pela onda desenvolvimentista aí fortemente presente. Enquanto os camponeses de outras regiões da Bahia debatiam-se em lutas sangrentas, especialmente em torno da questão da terra", no Maciço do Feijão e "possivelmente em outras áreas, a voz mais altissonante provinha de um segmento de camponeses fundado em outras peculiaridades,... e que viam diante de si a perspectiva de ingresso em um novo patamar tecnológico, o que os arrancaria de sua situação de pobreza".

b) O segundo fator, continua Faveiro, "decorre da não existência" no Maciço do Feijão "de canais de articulação entre as lutas locais dos setores mais empobrecidos do campesinato e os espaços mais amplos... com destaque para o papel da Igreja (enquanto canal de articulação, JBA). Isto facilitou para que os sindicatos se reproduzissem na sua forma tradicional e sem muitos percalços". (160)

Apesar de sua observação perspicaz, o autor não registrou que os camponeses ali residentes são - eles e suas lutas - resultantes de determinações anteriores à "onda desenvolvimentista" formada no impulso ideológico da modernização capitalista da agricultura e que a "pouca expressão e dinamismo dos movimentos ou lutas camponesas" do Maciço do Feijão não podem

(160) *Idem*, p.166

ser explicados somente pela ideologia da modernização da agricultura embora sejam fortemente condicionados pelas formas em que se configuraram os espaços sociais resultantes do confronto dialético entre as leis de movimento do capital na agricultura e as estruturas econômicas e sociais pré-existentes.

Com relação ao "*segundo fator*", é sempre útil lembrar que a presença da Igreja - de sua ala progressista, no Maciço do Feijão - foi registrada pelo autor já no ano de 1972. Todavia, a Igreja progressista cedo compreendeu que seria mais estratégico concentrar esforços no Sistema Jacobina, onde os conflitos fundiários já assumiam contornos violentos ainda na década de setenta, intensificando-se ao longo da modernização conservadora.

Os arquivos e registros do STR de Irecê não são mais organizados que os do STR de Jacobina. Todavia, o seu livro de registro de associados assinala a existência de mais de 12.000 associados, incluindo os que morreram ou migraram. A mesma cifra número de associados quites eram 2.000 em 1980 e em 1991 reduziu-se para apenas 150, constituídos na sua maioria por idosos e aposentados. (161)

É um sindicato assistencialista, sem programa de atividades, na prática hoje o sindicato se reduz a um aparelho burocrático, com assistência crescentemente precária. Não existe qualquer articulação com os movimentos mais visíveis dos camponeses da região. Para os diretores do sindicato, no entanto, ele significa além de tudo um "*emprego*". (162)

O Sindicato de Trabalhadores Rurais de Jacobina (STRJ) não se afasta do padrão geral prevalecente na região. Fundado em 1970, o STRJ tem cerca de 2000 fichas de associados. Entretanto,

(161) *Ibden*.

(162) *Ibden*, p.169

este numero parece longe de significar o número real de sócios, pois não existe exclusão das pessoas que decidiram se desligar, migraram ou mesmo faleceram. Na verdade, esta STR é inteiramente dominado por um pequeno grupo de pessoas chefiadas pelo Sr. Antonio Alves, um vereador com várias legislaturas, sempre eleito por partidos conservadores e que utiliza o sindicato para distribuir favores, geralmente patrocinados pelo FUNRURAL, na forma de pensões e aposentadorias, consultas médicas, consultas e tratamento dentário sumário (extrações) e também para mediar querelas entre associados.

Na entrevista com este senhor, podemos perceber sua habilidade no diálogo, lastreada por um conhecimento profundo da Região e das populações que ali residem. Na sua visão, o STRJ presta grande serviço aos associados na homologação informal de acordos entre patrões e empregados, antes de recorrerem a Justiça do Trabalho. Acordos que não são muitos - ele faz questão de enfatizar, pois, são poucos os empregadores.

A mediação do STRJ é mais frequente nas disputas entre vizinhos pequenos proprietários. Todavia, às vezes estas disputas terminam envolvendo grandes proprietários fundiários, como é o caso do problema do uso de água no pequeno Vale de Caatinga do Moura. Ali, existe o aproveitamento de águas de uma nascente de pequena vazão para a prática centenária e rudimentar de uma irrigação por inundação, conduzida por duas dezenas de microprodutores de hortaliças e marmelo, para produção artesanal de doces. A CODEVASF construiu, então, a Barragem de Caatinga do Moura para armazenar e regularizar a vazão da água, visando triplicar a área irrigada. Porém como a CODEVASF sempre foi "balkanizada" por um grupo de grandes proprietários fundiários, a barragem foi construída "dentro de uma grande propriedade fundiária" e próximo a outras grandes e médias propriedades à montante. Para irrigar suas terras na caatinga (tudo indica que tenha sido o principal objetivo da barragem) estes grandes proprietários instalaram 15 bombas com dutos de 8 polegadas, que

permanecem ligadas por 24 horas todos os dias"(163). Esta captação impede a passagem da água para camponeses que cultivam pequenas glebas irrigadas a jusante, pois os últimos anos sendo de pouca chuva, não encheram ainda a barragem.

Esta prática egoísta dos grandes fazendeiros afrontou centenárias regras comunitárias de utilização da água através da Tapagem da Vovó.(164)

Então os camponeses procuraram o STR de Jacobina e a EMATERBA para discutir a pendência. Houve uma reunião cuja ata segue transcrita na íntegra:

(163) ALBUQUERQUE, L. C. Sistema de produção III: Jacobina. Salvador, CAR, 1984. p. 27

(164) Prática pela qual cada campones barra o curso d'água durante certo tempo até inundar sua gleba desobstruindo depois para que o próximo possa fazer o mesmo, sucessivamente, até que todos utilizem o pequeno curso d'água.

SINDICATOS DOS TRABALHADORES RURAIS DE JACOBINA: CÓPIA
AUTÊNTICA DA ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA
13 DE JULHO DE 1983, ENTRE PEQUENOS E GRANDES
PLANTADORES DE ALHO DO VALE DE CAATINGA DO
MOURA.

Aos 13 dias do mês de Julho do ano de 1983, na sede social desta entidade, às 14 horas, com a presença de técnicos da EMATERBA da região de Jacobina, e grandes e pequenos produtores de alho da vila de Caatinga do Moura, Lagoa, Boa Vista, etc., reuniram-se com o fito especial de encontrarem uma solução com referência à distribuição de água para molhar roças dos lugares acima citados; visto a má distribuição e a estiagem; além da barragem que está sendo construída na área, a qual está também retendo água. Houve um grande debate, chegando a seguinte conclusão: **a)** A bomba do Sr. Aderbal Mesquita da Silveira, que estava sendo ligada todos os dias, esta passará a ser ligada todas as noites, das 18 hs às 6 da manhã. Desta maneira a água fica livre diariamente. **b)** Que a barragem não retenha água, seja esta bombeada para o leito do rio, até que chova, isto deve ser feito de imediato. **c)** Fica estabelecido a partir desta data voltar a maneira antiga na distribuição de água. **d)** Quando a pessoa fizer uso da água e notar que é suficiente, deixar que esta siga para abastecer seu irmão que também é filho de Deus. Vejam o exemplo que dá o pessoal de Taquarendi, onde é menor o volume de água e todos são servidos, tendo muito mais bombas em funcionamento. **e)** A Tapagem da Vovó deve permanecer com água dividida, nunca fechada, como vinha acontecendo. Houve participação de Diretores do sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jacobina, apenas como mediadores.

E como nada mais houvesse a tratar foi mandado lavrar esta ata que depois de lida e achada conforme, vai por mim assinada, juntamente com os presentes.

Jacobina (BA), 13 de julho de 1983.

Como pode ser percebido, o STR de Jacobina omitiu-se por trás de uma pseudo mediação que apenas serviu-lhe de biombo, para enconbrir suas relações com a classe dominante. Apenas dois dos grandes e médios proprietários fundiários cumpriram o acordo efetivado no sindicato. Alias, os maiores proprietários não se representaram na reunião. Na sequência, com a continuidade do problema, os camponeses se reuniram e, numa noite de escuro, quebraram todas as bombas e equipamentos dos grandes proprietários. Alguns destes recorreram a justiça que não pôde incriminar mais de 100 participantes da revolta e a questão está ainda sendo estudada pela Câmara de Vereadores de Jacobina, enquanto os camponeses continuam usando o tradicional sistema de Tapagem da Vovó.

Na consulta que foi feita aos arquivos do STR de Jacobina, pode-se perceber em muitos documentos que registram suas ações, a predominância da omissão, sempre travestida da pseudo-mediação, como se a direção pretendesse agir como um "juiz de paz". É exemplar o acordo mediado pelo STR cujos termos seguem transcrito na íntegra:

"DECLARAÇÃO"

Eu, Manuel Basílio Virgínio, brasileiro, 48 anos, residente no Sítio Calunga, declaro para os devidos fins de direito, que vou morar na casa de propriedade do Senhor João Malaquias, no citado povoado e tomar conta do Sítio, no mesmo local. Vou trabalhar como caseiro, podendo plantar culturas temporárias criar cão e galinhas.

Todos os implementos e sementes, etc. ocorre por conta do proprietário e não terei ordenado.

Também não pago aluguel, nem água, nem luz. O criatório não sofre meia. Fica claro e evidente que não sou empregado. E, como estou em pleno acordo, mandei datilografar este documento que assino em 3 (tres) vias para um só efeito, dando assim por certo o que assinei acima.

Jacobina, 04/12/88

MANUEL BASÍLIO VIRGINIO

TESTEMUNHAS:

1. _____

Tabelionato de Notas
Reconheço a firma

2. _____

O Carimbo do STR de Jacobina no documento acima transcrito, sela sua condição de entidade heterônoma que perdeu inteiramente a noção de representação de interesses dos camponeses.

As ações e omissões dos demais STR's na Região de Irecê são, com maior ou menor grau de aproximação, semelhantes aos dois casos relatados. Constitui exceção o STR de Várzea Nova, onde a virulência e a forma de eclosão de conflitos fundiários nos anos oitenta provocaram uma reação imediata dos camponeses que terminaram por envolver o STR local. Tratarei deste caso adiante. Aqui, vale registrar o imobilismo dos STR's em torno das questões que afetam a reprodução social dos camponeses.

Muito frequentemente, a literatura sobre o assunto tem examinado a questão sindical no Brasil, relacionando a fragilidade do sindicalismo à legislação desfavorável, à repressão e às políticas implementadas pelo Estado para cooptar as classes dominadas e suas organizações. São fatores conspícuos, cuja importância não pode ser obscurecida.

Porem, são condicionantes gerais que atravessam a questão sindical em todo o Brasil e, alguns deles, estiveram ou estão presentes em vários países capitalistas.

Por outro lado, não tem sido uniforme a resposta oferecida por operários e camponeses nos vários países, nem tampouco no Brasil, frente a tais condicionantes gerais. Por esta e outras razões, torna-se inteiramente pertinente indagar sobre fatores internos, específicos dos processos de constituição e reprodução social da força de trabalho que estariam determinando respostas diferenciadas aos estímulos daqueles condicionantes gerais mencionados.

Oliveira Vianna conforme foi visto, ao tratar " as causas gerais" para não existirem, no Brasil antagonismos flagrantes "nas relações de trabalho de patrão com empregados " refere-se à "desorganização ou inorganização da massa trabalhadora". Assinala que nos campos " em vez de se organizarem autonomamente, organizam-se em torno do proprietário rural, do senhor de engenho o que impediu a emergência e constituição deste estado puramente

de conflitos, que encontramos na história da Europa".

Tratando das "causas particulares" da "ausência de conflitos trabalhistas" na agricultura, o autor alinha seis razões básicas:

1) Excesso de terras. Até a abolição da escravidão, durante o período colonial e o Império, o latifúndio pôde separar a área de cultivo do proprietário que era trabalhada pelos escravos e a área inculta ou de floresta que em parte, era cedida gratuitamente a "moradores", inquilinos, sítiantes e "agregados mediante pequeno foro". Não havia necessidade de utilizar " a população livre " como instrumento de trabalho ou de produção. Não existiu, portanto, base material para a existência de conflitos de trabalho entre latifundiários e a população livre durante a escravidão.

2) A organização ainda patriarcal da nossa população rural. Aqui, o autor assinala que os pequenos e médios proprietários bem como as populações sem terra, não se organizaram socialmente em "coorporações" especiais e autônomas a exemplo do que ocorrera na Europa. No Brasil, estes segmentos da população organizam-se verticalmente, em forma de pirâmide, tendo no topo o senhor de engenho ou de cada grande domínio. Tal forma de organização, levou cada fazenda, engenho ou equivalente, a formar um "grupo complexo estratificado verticalmente - o único e autônomo, e exclusivo". Em tais grupos, os operários livres não associavam-se à seus pares de outras fazendas para formarem qualquer entidade de classe. Isolados, incorporavam-se ao clã do domínio, cujo chefe era obedecido e garantia-lhes segurança.

3) Organização do trabalho sob o sistema de escravidão do negro. Nestas circunstâncias a população livre tornou-se marginal à estruturação dos trabalhos da fazenda ou do engenho e "anulou por este lado as possibilidades e oportunidades de conflitos, tão frequentes no velho mundo feudal europeu".

4) Falta de organização profissional das classes proletárias dos campos. O autor argumenta que nunca existiu, no Brasil, ambiente histórico-social para florescer as "coorporações dos ofícios" medievais e os grêmios " peninsulares", embora fossem trazidos para aqui desde o primeiro século da colonização. "Somos um povo de classes sociais e econômicas em estado atomístico". Até 1888, porque o braço escravo era o suporte de trabalho do latifúndio, depois disto, "porque nunca foi compelido a isto por nenhuma pressão social ou econômica".

5) O clima tropical e a facilidade de vida nos trópicos. Aqui, Oliveira Vianna refere-se à generosidade da natureza na oferta de alimentos e na pequena exigência de agasalhos (vestuário e residência) enveredando para uma discussão pouco significativa.

6) Ausência do espírito capitalista nos campos. Fiel a sua forma ção Weberiana, Oliveira Vianna refere-se a inexistência de fenômenos de "capitalismo técnico e psicológico" naquela época e hoje. Assinala ainda a "estrutura pré-capitalista da nossa velha nobreza senhorial da Colonia e do Império, de cuja ausência do espírito capitalista derivou-se a clã patriarcal e o "capitalismo de família" .

Estas formulações de Vianna foram escritas em 1947. Deste então, o país conheceu um intenso processo de industrialização, significativos avanços do capital financeiro dominando parte expressiva da economia, e uma modernização capitalista da agricultura. Nenhum destes processos, devido a natureza do modo de produção que os presidiu, conseguiu inteira generalização no território brasileiro. Subsistem imensas áreas no Brasil, onde os reflexos daqueles processos são pontuais, tornando atual parte expressiva das observações do autor.

Na região em estudo, atuaram com muita força, fatores tais como o "excesso de terra" a "organização patriarcal" e a "falta de espírito capitalista". Para a Bahia, além destes, há que se fazer referência ainda a presença marcante da economia escravista.

Na região de Irecê, como de resto, em todo o sertão do Nordeste, as imensas sesmarias foram muito importantes na ocupação e povoamento, reproduzindo fielmente o processo descrito por Vianna ao tratar o "excesso de terras" como fator atenuante do potencial de conflitos entre os latifundiários e a população livre. De certo modo, só a modernização conservadora da agricultura, no século XX, ao transformar a terra em mercadoria, mudaria substancialmente o quadro descrito pelo autor.

A "organização patriarcal do clã" tem resistido até hoje na Região, sendo muito importante para explicar a formação social conhecida na Bahia como o Fundo de Pasto, palco de boa parte dos conflitos fundiários que serão tratados no penúltimo capítulo.

Por sua vez, a "falta de espírito capitalista" domina o imaginário do agente social imerso numa economia predominantemente produtora de valores de uso, como o caso da Região de Irecê até muito recentemente. É possível que apenas uma pequena parcela do campesinato - as empresas familiares - tenham conseguido romper esta nuance de sua formação social.

Além dos fatores internos associados à constituição e reprodução social da força de trabalho, seria pertinente indagar ainda, em que medida, o abrandamento de condicionantes gerais, tais como a repressão com a abertura democrática e a legislação desfavorável frente à Constituição de 1988, puderam significar

desdobramentos efetivos para romper a fragilidade do sindicalismo na região de Irecê.

Antes de mais nada, caberia lembrar que a recência destes processos, principalmente da Constituição de 1988, não permite ao investigador um distanciamento no tempo, suficiente para observar a cristalização de tendências de longo prazo. Toda via, pode-se afirmar que no que diz respeito aos conflitos trabalhistas, o quadro não apresenta mudanças substantivas, posto que a Justiça do Trabalho ficou à margem dos mencionados processos. Com relação aos conflitos fundiários, como se sabe, a discussão sobre a Reforma Agrária na Assembléia Nacional Constituinte em 1987 e 1988, acirrou as animosidades pré-existentes e produziu a organização e resistência de médios e grandes proprietários fundiários em torno da UDR. Este processo desdobrou-se na área em estudo através da ostensiva demonstração de força por parte de grileiros e será tratado no capítulo sobre a acumulação primitiva.

A abertura democrática, a rigor, não produziu profundas mudanças na Região de Irecê, pois, os mecanismos de dominação de classe ali operantes, são anteriores ao regime militar, e continuam existindo, tendo sido mesmo reforçados com a modernização da agricultura. Das organizações formais do campesinato ali existentes, apenas a COOPIRECÊ - Cooperativa Mista Agrícola de Irecê Resp. Ltda - beneficiou-se daquele processo, implementando ações no sentido de integrar parcialmente numa parcela do campesinato através das associações de produtores e da irrigação comunitária. Dos vinte sindicatos existentes, dezenove continuaram dominados por uma casta de burocratas alheios aos problemas dos camponeses.

Tabela 36

Número de Conflitos Fundiários e Assassinatos de Camponeses. Dioceses de Irecê e Bonfim e Estado da Bahia: 1981-1990.

Ano	Conflitos			Assassinatos		
	Irecê	Bonfim	Bahia	Irecê	Bonfim	Bahia
1981	-	-	17	-	-	-
1982	03	03	38	-	-	-
1983	-	-	60	-	-	19
1984	-	04	52	-	01	16
1985	-	04	57	-	-	10
1986	-	04	38	-	02	16
1987	-	04	50	-	02	18
1988	01	12	71	-	03	14
1989	01	07	68	01	-	08
1990	-	03	67	-	02	13
TOTAL	05	41	518	01	10	101

PONTE: CPT - Comissão Pastoral da Terra

A violência no campo recrudescceu, conforme pode-se inferir examinando a Tabela 36. Ali estão alinhados os dados da CPT para o Estado da Bahia e as Dioceses de Irecê e Bonfim, as quais contêm os Sistemas de Produção do Maciço do Feijão e Jacobina, respectivamente.

Na diocese de Bonfim existiram apenas 11 conflitos fundiários na primeira metade dos anos oitenta, número que quase triplicou entre 1986-1990. Os assassinatos de camponeses por questões de terra também demonstram eloquentemente a escalada vertiginosa da violência rural naquela área. Um processo que

generalizou-se no país. Na Bahia, na primeira metade dos oitenta foram observados 224 conflitos fundiários. Este número aumentou no período 1986-1990, atingindo a cifra de 294 conflitos (Tabela 36).

Se nas regiões mais atrasadas a abertura do processo político desdobrou-se com o recrudescimento da violência mediante a polarização de interesses antagônicos em torno da posse da terra, nos maiores centros urbanos, no entanto, o fim da censura e da repressão política abriu os meios de comunicação e as organizações progressistas da sociedade civil puderam denunciar os crimes praticados contra os camponeses, através da imprensa, em seminários e ainda em duas comissões parlamentares de inquérito no legislativo baiano.

Os frutos da democracia não ficaram só nisto. A própria FETAG, depois da intervenção do governo militar em 1971, "elegeu" a diretoria interventora em 1973, 1975 e 1977. Em 1979 foi eleita, em eleições limpas, uma diretoria de transição. Nos anos oitenta, assessorada pela Igreja Católica, a FETAG, ampliou sua capilaridade através do incremento das delegacias sindicais, organizações de base que em muitas regiões da Bahia puderam fazer a ligação entre os camponeses e as assessorias da FETAG⁽¹⁶⁵⁾ para uma prática sindical renovada em defesa da terra para os camponeses, direitos trabalhistas para os assalariados melhores condições de vida para os que trabalham no campo.

(165)NASCIMENTO, A.D. Peasant social movement and rural worker's trade union in Bahia. (1972-1990). Tese de doutoramento. Universidade de Liverpool, 1993, p. 303.

6.5. AS COOPERATIVAS NA REGIÃO DE IRECÊ

INTRODUÇÃO:

A Região de Planejamento de Irecê corresponde a 1,30% da área total e 1,79% da população do Estado da Bahia. Conforme pode-se perceber na Tabela 37, são cinco as cooperativas de produção na Região, congregando, 4.318 associados em 1988. Portanto, ali estão 4,03% das cooperativas de produção agregando 7,37% dos cooperador do Estado da Bahia.

Estas cooperativas são sediadas nos municípios de Presidente Dutra, Central, Irecê, Campo Formoso e Jacobina. As três primeiras têm suas sedes localizadas no Maciço do Feijão e as duas últimas no Sistema de Produção de Jacobina.

As duas primeiras a rigor nunca chegaram a funcionar, "não conseguindo romper o cerco imposto pela potência da Cooperativa de Irecê", (166)

O material bibliográfico sobre estas cooperativas é bastante escasso. São documentos de finalidade operacional e só raramente analíticos. As visitas para coleta de informações junto a diretores, associados e técnicos ajudaram a superar a deficiência dos arquivos destas organizações. Esta deficiência de documentação, relativamente é menor na Cooperativa de Irecê, provavelmente, devido a seu maior dinamismo conforme será visto na seqüência.

(166)()FAVERO, C. A. Entre Bengalas e Campos de Tensões, as Organizações Camponesas da Bahia. UFBA. - F.F.C.H. Dissertação de Mestrado. Salvador, Maio - 1991 , p.180

Mediante convênio entre a SUDENE e Assocene - Associação de Orientação à Cooperativas do Nordeste, contando com a colaboração da OCB - Organização das Cooperativas do Brasil, foi realizada uma ampla pesquisa objetivando conhecer o estado atual das cooperativas agropecuárias do Nordeste, visando selecionar aquelas mais estruturadas para apoiar o Projeto Nordeste na Região. (167)

Tabela 37

Cooperativas de Produção por Regiões de Planejamento
Situação e nº de Associados - 1988

REGIÕES DE PLANEJAMENTO	ATIVAS	INATIVAS	Nº DE COOPERATIVAS	Nº DE ASSOCIADOS	PRODUTOS PRINCIPAIS
SALVADOR	3	1	4	777	Cana, ranicultura.
LITORAL NORTE	9	2	11	1.800	Feijão, milho, leite, hortifrutigranjeiros, laranja, abacaxi, amendoim.
LITORAL SUL	22	1	23	15.247	Cacau, cravo, carne bovina, pesca, piaçava.
NORDESTE	19	5	24	7.198	Tomate, melão, cebola, feijão, farinha, sorgo, maracujá, diamantes.
PARAGUAÇU	28	2	30	13.656	Leite, feijão, milho, farinha, café, mamona, sisal.
SERRA GERAL	19	0	19	5.904	Arroz, algodão, feijão.
SUDESTE	5	5	10	3.776	Café, cacau, hortifrutigranjeiros, leite, carne.
SOBRADINHO	1	1	2	85	Melão, cebola, tomate, peixe.
IRECÊ	5	0	5	4.318	Feijão, mamona, farinha, alho, sementes.
OESTE	13	1	14	5.784	Feijão, milho, arroz, soja, farinha, carne.
TOTAL	124	18	142	58.545	

FORTE: OCB. Apud Aragão, G. A. - Agroindústria e Cooperativismo na Bahia. Salvador, UFBA. Dissertação de Mestrado, 1988

(167) SUDENE/ ASSOCENE. Perfil das Cooperativas Agropecuárias do Nordeste. Assocene/ OCB. Recife, 1984 - P.95

O universo da pesquisa incluiu todas as cooperativas do Nordeste, com exceção daquelas ligadas ao DNOCS e as cooperativas de eletrificação rural, cujas características particulares não se mostraram adequadas ao objetivo do estudo. Desta forma, foram pesquisadas 607 cooperativas nos nove estados do Nordeste, perfazendo 89% do total com registro no INCRA. A análise dos dados colhidos nos respectivos balanços e mediante questionários, não incluiu 299 cooperativas "por terem uma atuação distinta (médicos, dentistas, transporte, artistas, etc.)"

Das 222 cooperativas analisadas, sete eram do Tipo Central e 215 do Tipo Singular. Destas últimas 59,07% eram cooperativas de Revenda seguidas de longe pelas Cooperativas de Agroindústria e Cooperativa Agrícolas. A partir do faturamento, as cooperativas singulares foram classificadas em cinco categorias: revenda, agrícola, agroindústria, pecuária e irrigação. Das Cooperativas analisadas tres estão na Região de Irecê. Destas, apenas a Cooperativa Agrícola Mista de Irecê - COOPIRECÊ - foi classificada como agrícola, posto que as demais não fazem comercialização dos produtos dos seus cooperados. A Cooperativa Mista Agropecuária de Mineração do Centro Norte Baiano - COPENORTE - de Campo Formoso e a Cooperativa Mista Agropecuária de Jacobina Resp. LTDA - COOMAJ - de Jacobina, foram classificadas na categoria Revenda.

As médias obtidas pela consolidação dos dados levantados para as 215 cooperativas singulares estão expressos na Tabela 38, coluna 1, para designar o que se denominou "Cooperativa Singular Típica" do Nordeste. A coluna 2 da mesma Tabela vai expressar as médias obtidas pelo mesmo processo para designar a "Cooperativa Singular Típica do Estado da Bahia" representando as 41 unidades pesquisadas no Estado. Na coluna 3 e 4 pode-se observar as médias obtidas para as 19 cooperativas singulares de revenda e 14 cooperativas singulares agrícolas, respectivamente, pesquisadas no Estado da Bahia. Finalmente nas colunas 5, 6 e 7 pode-se observar os dados obtidos para as cooperativas de Irecê, Jacobina e Campo Formoso.

PERFIL SOCIAL

Examinando a Tabela 38 pode-se perceber que a COPENORTE, situada no município de Campo Formoso, no Sistema de Produção de Jacobina é a menor das três cooperativas que são objeto de análise. Com apenas 399 associados, seu quadro social representa apenas 59,20% da média obtida para as cooperativas de revenda e 30,82% da média obtida para as cooperativas agropecuárias do Estado da Bahia.

A participação dos associados - medida pela presença na última assembléia geral ordinária - é muito pequena nas três cooperativas, não chegando em nenhuma delas à metade do quorum médio obtido para as cooperativas da Bahia nem a um quarto da mesma estatística para o Nordeste.

O conjunto de indicadores financeiros (itens 03 a 08 e 10) revelam que as três cooperativas são organizações menores que as médias respectivas da Bahia e do Nordeste. Localizadas no semi-árido, estas entidades têm menor expressão econômica que suas similares situadas em áreas de lavouras agroindustriais como a cana-de-açúcar do litoral, o cacau do Sul da Bahia ou mesmo o café do Sudeste Baiano.

Das três cooperativas singulares, somente a COOPIRECÊ aplicou em repasse no ano de 1982. O repasse corresponde ao crédito rural adiantado ao associado para custear a produção, sendo de grande alcance pelos benefícios que pode gerar, libertando o associado do capital usurário e vinculando-o ao capital bancário que - não obstante os elevados e crescentes custos financeiros - ainda apresenta vantagens expressivas frente à forma de capital que substitui. Todavia mesmo na COOPIRECÊ, o valor de Cr\$ 23.000.000,00 (Vinte e três milhões de cruzeiros) de dezembro de 1982, constitui cifra inferior à média do Nordeste

(CR\$ 27.061,00) e mais distante ainda daqueles obtidos para o Estado da Bahia, principalmente, para as cooperativas agrícolas.

Com recursos próprios (Custeio Aplicado) nenhuma das três cooperativas adiantou capital para sus associados, como de resto nenhuma cooperativa agrícola da Bahia realizou este tipo de operação.

Finalmente, o número de funcionários, à primeira vista, revela que a COOPIRECÊ é maior que suas duas similares, apresentando ainda uma maior razão faturamento/funcionário.

PERFIL ECONÔMICO-FINANCEIRO

Na Tabela 38, a soma dos itens 11, 12 e 13 vão constituir o Ativo Circulante (14) que compreende os créditos ou direitos adquiridos pela Cooperativa a curto prazo (inferior a 360 dias), constituindo um indicador relativamente eficiente do movimento da Cooperativa posto que agrega o dinheiro em caixa, títulos a receber, adiantamentos, duplicatas a receber, adiantamento por conta da produção, bens de produção de vendas e consumo, etc. Neste importante indicador econômico-financeiro, a COOPIRECÊ apresenta uma cifra (CR\$ 75.486.000,00) superior à soma daquelas correspondentes às duas outras cooperativas singulares, revelando que aquela cooperativa está numa escala de operação muito superior às duas outras similares. Entretanto, a COOPIRECÊ quando comparada com as cooperativas da Bahia revela-se, neste particular, muito inferior à média geral do Estado (CR\$ 141.673,00) e ainda mais distante da média corresponde às cooperativas agrícolas no Estado da Bahia (CR\$ 277.508.000,00). Na verdade, as médias correspondentes às cooperativas agrícolas estão fortemente ponderadas por valores altos correspondentes a cooperativas ligadas às lavouras de maior densidade econômica.

como é o caso do complexo de cooperativas ligadas ao cacau ou aos citros em Santo Antonio de Jesus, no Recôncavo Baiano, ou mesmo a Cooperativa Mista dos Projetos de Irrigação do Médio São Francisco nos Chapadões do Alto Rio Grande, entre outras.

No Realizável a Longo Prazo (15) percebe-se que a Cooperativa de Jacobina apresenta valor superior às médias obtidas para o Nordeste, para as cooperativas de revenda, para o total das cooperativas no Estado da Bahia e também superiores aos valores obtidos para as outras duas cooperativas. Como este item informa sobre os créditos da cooperativa a longo prazo (superior a 360 dias), comparando com o item 19 - Exigível a longo prazo que informa os débitos ou obrigações contraídas pela cooperativa com prazo superior a 360 dias, percebe-se que neste horizonte de tempo, a Cooperativa de Jacobina deve quantia muito superior à seus créditos. Além disto, conforme ressaltam os autores da pesquisa: "De maneira geral as Cooperativas não usam em seus Balanços uma Provisão para Devedores Duvidosos, distorcendo assim os indicadores 12 e 15". (168)

O Permanente - indicador 16 - corresponde aos investimentos realizados para viabilizar o sistema operacional da cooperativa. Neste particular, a COOPIRECE apresenta cifra muito superior à média nordestina, baiana e de suas similares na Bahia, com um total superior a CR\$ 271.000.000,00 (Duzentos e setenta e um milhões de cruzeiros) investidos em armazéns para feijão, e milho e mamona, veículos automotores, conjunto para irrigação comunitária, instalações para seus escritórios e entrepostos. A COOPIRECE apresenta-se mais aparelhada que suas similares.

O Patrimônio Líquido - indicador 24 - representa a diferença entre o Ativo e Passivo, cujo resultado pertence aos associados. Também neste caso, as cifras apresentadas na Tabela 38 são reveladoras: a COOPIRECE efetivamente está num patamar muito

(168) SUDENE/ASSOCENE. OP CIT P. 15

superior às Cooperativas de Jacobina e Campo Formoso. No indicador 25 - Capital de Giro Próprio Absoluto percebe-se que ela está devedora (CR\$ 73.261.000,00). Como é por demais conhecido, o aprofundamento das relações capitalistas na agricultura resulta no aumento do endividamento dos agentes produtivos.

A Liquidez Imediata 27 em todas as médias, bem como nas 3 cooperativas apresenta-se baixa, revelando que ativos de curto prazo não é o forte da contabilidade das cooperativas. Todavia, a COOPERATIVA DE JACOBINA apresenta-se com a Liquidez Imediata em nível crítico: para cada cruzeiro do passivo circulante ela tem apenas CR\$ 0,40 (quatro centavos de cruzeiro) disponível.

Também na COOPIRECE a liquidez imediata apresenta-se muito baixa: para cada cruzeiro do passivo circulante, apenas esta disponível CR\$ 0,07 (sete centavos de cruzeiros).

A pesquisa realizada pelo PRONACCOOP,⁽¹⁶⁹⁾ usando dados de 1976 apresentava para a COOPIRECE numa liquidez imediata de 0,46 e numa liquidez geral de 1,40. Portanto, naquela data, para pagamento de todos os débitos com terceiros, para cada cruzeiros devido, ela dispunha de CR\$ 1,40 (Um cruzeiros e quarenta centavos). Uma situação bem mais confortável, portanto.

Quanto ao Capital Social Realizado - indicador 30 - que revela a participação do capital integralizado em relação ao subscrito, a Cooperativa de Jacobina (0,89) apresenta-se com um índice superior ao Nordeste e às Cooperativas da Bahia, enquanto a COOPIRECE (0,52), abaixo da COPE NORTE (0,62) de Campo Formoso, apresenta uma relação distante das médias ali observadas, revelando que o associado em Irecê não se predispõe muito a colocar recursos próprios à serviço da cooperativa. Mas, esta

(169) PROGRAMA NACIONAL DE COOPERATIVISMO, I (PRONACCOOP - 1976/79) Projeto Diamantino de Cooperativismo - PRODICOOP. Salvador: INCRA, 1978. p 44.

relação vem evoluindo favoravelmente na COOPIRECÊ, pois em 1978 o Capital integralizado representava apenas 7% do capital subscrito, "devido à escassa participação do associado à (SIC) vida social". (170) Neste caso, o aumento do capital social realizado não pode ser creditado a maiores níveis de participação do associado na COOPIRECÊ. Afinal, o quorum na Última Assembleia Geral Ordinária (indicador 2) foi baixíssimo (0,74). Todavia, neste período, conforme será discutido depois, a CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco tornou-se sócia da Cooperativa, passando para mesma a propriedade da sede onde funcionava, grandes instalações para armazenagem de cereais, uma usina de beneficiamento de algodão e outros equipamentos e instalações, elevando o nível de capitalização - indicador 31 - para além das médias das cooperativas do Nordeste e da Bahia, distanciando-se, particularmente, da Cooperativa de Jacobina, onde este indicador apresenta-se muito baixo (0,21)

PERFIL OPERACIONAL

Kautsky - que parece ter sido menos feito às estatísticas e à contabilidade do que Lenin - se examinasse dados de verificação do faturamento de cooperativas com estrutura semelhante àquela apresentada na Tabela 38, registraria a aderência daquele perfil de faturamento com as suas observações teóricas assinalados na Questão Agrária. Das três cooperativas singulares, apenas a COOPIRECÊ realiza a comercialização da produção. Para Kautsky, a uniformidade do produto a ser comercializado pela cooperativa é um dos grandes problemas a ser enfrentado. "A desigualdade das mercadorias se manifesta mais intensamente numa sociedade de venda, formada de um grande número de pequenos camponeses, os

(170) COOPIRECÊ. Relatório anual de 1978. Apual CPE/SEPLANTEC. Estratégias de sobrevivência do pequeno produtor.OP. C.7 Não paginado.

quais produzam de maneiras diferentes e nas circunstâncias mais diversas, do que numa sociedade composta apenas de algumas grandes explorações, todas agindo racionalmente. (171)»

No caso da Reynolda todas as três cooperativas operam esta seção (Kautsky denomina sociedades de compra para aquisição em comum), "elas progridem depressa... podem desenvolver uma atividade muito útil. Trata-se de uma situação simples. O mercado é conhecido". São os próprios associados que compram bens de consumo de produção. "Os fornecedores da sociedade não são pequenas explorações disseminadas, mas empresas da grande indústria ou de grandes explorações agrícolas". Tendo ainda a grande vantagem de preservar o camponês de falsificação. (172)»

A comercialização do feijão pela COOPIRECÊ só se tornou possível depois que o Estado realizou pesquisas e produziu uma semente melhorada precoce para adaptar-se ao curto período de chuvas, com elevado grau de uniformidade no produto final. A COOPIRECÊ controla a distribuição de semente, garantindo significativa uniformidade da variação no produto final. Ainda assim, pode-se perceber que o Faturamento da Comercialização - indicador 34 - apresenta uma média para as cooperativas agrícolas 7 vezes maior do que aquele obtido pela COOPIRECÊ. Dois fatores pesam nesta diferença. Primeiro, a safra de feijão 81/82 em Irecê foi fustigada pela seca. Segundo, o peso significativo na média do faturamento das cooperativas que comercializam a safra do cacau no Sul da Bahia, do algodão herbáceo no Vale do Iuíú, e da soja no Oeste da Bahia, todos produzidos com sementes melhoradas através de pesquisas realizadas pelo Estado e cujos produtos apresentam elevado grau de uniformidade. Já a média obtida para o total das cooperativas no Nordeste - inferior à metade da média estadual da Bahia - fica influenciada pela predominância numérica

(171) KAUTSKY, K OP. Cit P. 140

(172) *Idem*, p.14

das cooperativas ligadas à comercialização do algodão arbóreo⁽¹⁷³⁾ que, no sertão dos estados nordestinos, é uma cultura decadente, lastreada em relações de produção atrasadas, cujas cooperativas, geralmente, são formadas e dominadas por grandes proprietários fundiários do sistema pecuária-algodão-lavouras de subsistência.

Ainda na Tabela 38, o indicador 38 - Faturamento Global do Exercício - esta a revelar que a COOPIRECÊ apresenta um movimento de bens e serviços superior ao dobro da Cooperativa de Jacobina e mais de nove vezes àquele observado na Cooperativa de Campo Formoso. No indicador seguinte, o Faturamento Global do Exercício Anterior, a COOPIRECÊ apresenta uma performance superior, mais distanciada ainda das duas outras cooperativas. Deste modo, em 1981 o faturamento da Coopirecê apresentou um montante superior a 456 milhões de cruzeiros, muito acima dos valores do mesmo ano apresentado na referida Tabela. Neste ano (1981) foi comercializada a super safra de feijão do ano agrícola 80/81 e é provável que a COOPIRECÊ tenha obtido uma relação comercialização/faturamento superior a 0,53 indicando na Tabela 38 para o ano da COOPIRECÊ para aumentar sua participação na comercialização da safra.

O indicador 36 - Outras Receitas Operacionais - está revelando o impacto positivo nas finanças da COOPIRECÊ, obtido através do setor de mecanização cujos serviços são muito solicitados por associados e produtores em geral. Devido ao curto período chuvoso, é imperioso ter celeridade no preparo do solo para conseguir colher em 80 a 90 dias. A tecnologia recomendada na região utiliza aração e gradagem do solo antes do plantio. Só os maiores produtores detêm lastro econômico para comprar tratores - que são alugados após preparar as terras pertencentes aos donos dos tratores. Resulta que os produtores que não têm tratores são atendidos com retardo, provocando, não poucas vezes, frustrações de safra nas áreas plantadas com atraso. As máquinas

(173) SUDENE/ASSOCENE. Perfil das cooperativas agropecuárias do Nordeste. OP. Cit. P. 17

da COOPIRECÊ atendem prioritariamente seus associados para evitar a frustração da safra pelo motivo mencionado.

Quanto às Despesas Financeiras - indicador 43 - percebe-se na Tabela 38 que a Cooperativa de Jacobina apresenta montante superior Cr\$ 15,9 milhões, acima, portanto, da média estadual para cooperativa do tipo Revenda. Este resultado, está indicando um perfil de endividamento desfavorável. Como a Cooperativa de Jacobina movimenta Cr\$ 89.344.000,00 no exercício, resulta pois uma taxa de juros real de 17,20% indicando problemas na administração financeira da entidade. (174)

No Resultado à Disposição da Assembleia Geral Ordinária (AGO) em 1982, apenas a COPEORTE de Campo Formoso apresentou números positivos, o mesmo acontecendo com a média geral do Nordeste. Observe-se que as médias referidas à Bahia apresentaram-se sempre negativas. Todavia, a COOPIRECÊ distanciam-se com um valor negativo 13 vezes menor que a média das cooperativas agrícolas do Estado. É sabido que numa cooperativa não tem como objetivo dividir sobras ao final do exercício, todavia a persistência de resultados negativos certamente influirá na imagem da organização junto à comunidade e no próprio quadro de associados. No caso da COOPIRECÊ que comercializa, principalmente o feijão, seu desempenho é fortemente marcado pela frustração ou êxito da safra agrícola. Conforme mostra a Tabela 38 no indicador 45 - Resultado à Disposição no Ano Anterior - a COOPIRECÊ apresentou um valor positivo e mais de quatro vezes superior à média das cooperativas agrícolas do Estado da Bahia.

A Rentabilidade do Faturamento (52), a Rentabilidade do Patrimônio Líquido (54), Retorno do Investimento (55) e o Crescimento Real do Resultado (57) dependem sempre do Indicador Resultado à Disposição da AGO, que sendo negativo nas duas

(174) Esta situação evoluiu muito desfavoravelmente para a Cooperativa de Jacobina, de forma que em abril de 1987 os bens da Cooperativa estavam indo a leilão por questões trabalhistas. O presidente do Rotary emprestou Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros) na época para evitar a homologação da sentença judicial.

principais cooperativas analisadas produzem resultados também negativos para os indicadores acima mencionados.

Do exposto pode-se deduzir que na Região de Irecê, a COOPIRECE constitui a entidade mais importante na área do cooperativismo. Sua atração transcende o Maciço do Feijão para adentrar os municípios-sede das demais cooperativas. Resolvi analisar em detalhes a documentação existente e concentrar parte significativa das entrevistas estruturadas naquela cooperativa. Não obstante, farei uma rápida apreciação sobre a Cooperativa de Jacobina para situar, *en passant*, a trajetória daquela entidade.

Tabela 38

Perfil das Cooperativas Agropecuárias do Nordeste, da Bahia, de Irecê, Jacobina e Campo Formoso 1981/1982

PERFIL SOCIAL	NORDESTE 215 Cooperat. (1)	ESTADUAL 41 Cooperat. (2)	REVENDA 19 Cooper. (3)	AGRICOLA 14 (4)	COOPIRECE Irecê (5)	COOMAJ Jacobina (6)	COPEORTE C. Formoso (7)
01. Números de Associados Total	1.070	785	674	1.061	1.750	2.000	399
02. Número de Associados Últ. AGO	93	50	43	59	13	18	21
03. Capital Int. por Associado 22:01	11	35	16	51	3	14	1
04. Faturamento por Associado 38:01	243	519	140	641	76	32	33
05. Valor do Custeio Aplicado	9.764	3.510	705	-	-	-	-
06. Valor do Repasse Aplicado	27.861	47.428	587	137.910	23.000	-	-
07. Custeio por Assoc. Benef.	972	18	10	-	-	-	-
08. Repasse por Assoc. Benef.	268	975	25	2.817	1.210	-	-
09. Número de Funcionários	20	28	20	27	20	14	6
10. Faturamento por Funcionário	12.987	14.590	4.637	25.397	6.646	4.560	2.222

(Continua)

LEGENDA

- (1) Médias de 215 cooperativas das 5 categorias no Nordeste
- (2) Médias de 41 cooperativas das 5 categorias no Estado da Bahia
- (3) Médias de 19 cooperativas de revenda no Estado da Bahia
- (4) Médias de 14 cooperativas agrícolas no Estado da Bahia
- (5) Dados da Cooperativa Agrícola Mista de Irecê
- (6) Dados da Cooperativa Mista Agropecuária de Jacobina
- (7) Dados da Cooperativa Mista Agropecuária de Mineração do Centro Norte Baiano

(Continuação)

PERFIL ECONÔMICO-FINANCEIRO	NORDESTE 215 Cooperat. (1)	ESTADUAL (2)	REVENDA (3)	AGRÍCOLA (4)	COOPIRECT Irecê (5)	COOMAJ Jacobina (6)	COPEHORTE C. Formoso (7)
11. Disponibilidade	11.996	13.991	5.611	22.759	9.835	1.451	766
12. Crédito de Func. e Financ.	69.794	92.761	15.756	217.923	23.243	14.609	-
13. Bens de Venda e/ou Financiam	39.662	34.922	34.501	36.827	42.408	31.595	4.367
14. Ativo Circulante (11+12+13)	121.451	141.673	55.869	277.508	75.486	47.655	5.133
15. Realizável a Longo Prazo	20.054	26.327	7.226	62.345	11.176	31.866	-
16. Permanente	84.362	127.591	141.612	113.827	271.627	33.556	362
17. Total do Ativo/Passivo	225.867	295.591	204.707	453.681	358.289	113.077	5.495
18. Passivo Circulante	83.066	105.691	48.297	197.252	136.7390	41.117	2.749
19. Exigível a Longo Prazo	57.735	73.528	58.547	116.485	23.1840	48.227	-
20. Capital de Terceiros (18+19)	140.801	179.219	106.844	313.737	159.9236	89.344	2.749
21. Capital Social Subscrito	13.503	36.092	15.075	58.993	9.639	32.052	566
22. Capital Social Integralizado	11.307	27.580	10.527	53.798	4.991	28.624	352
23. Reserva (24-22)	73.759	88.793	87.336	86.146	193.375	(4.891)	2.394
24. Patrimônio Líquido (17-20)	85.065	116.372	97.864	139.944	-	23.733	2.746
25. Capital de Giro Próprio (24-16)	703	(11.219)	(43.748)	26.117	23.000	(9.823)	2.384
26. Índice de Cap. de Giro Próp. (24:16)	1,01	0,91	0,69	1,23	-	0,71	7,59
27. Liquidez Imediata (11:18)	0,14	0,13	0,12	0,12	1.210	0,04	0,28
28. Liquidez Corrente (14:18)	1,46	1,34	1,16	1,41	20	1,16	1,87
29. Liquidez Geral (14+15:20)	1,00	0,94	0,59	1,08	6.646	0,89	1,87
30. Capital Social Realizado (22:21)	0,84	0,76	0,70	0,91	20	0,89	0,62
31. Capitalização (24:17)	0,38	0,39	0,48	0,31	6.646	0,21	0,50
32. Endividamento (20:17)	0,62	0,61	0,52	0,69	6.646	0,79	0,50

(Continua)

PERFIL OPERACIONAL	NORDESTE 215 Cooperat. (1)	ESTADUAL (2)	REVENDA (3)	AGRICOLA (4)	COOPFASCE Irecê (5)	COOPAJ Jacobina (6)	COPEORTE C. Formoso (7)
33. Faturamento Revenda	58.341	74.801	69.571	86.857	42.351	63.153	13.323
34. Faturamento Comercialização	73.807	196.195	16.756	485.830	69.867	-	-
35. Faturamento Agroindústria	104.267	93.665	1.056	3.692	-	-	-
36. Outras Receitas Operacionais	20.308	41.260	6.743	101.193	20.694	-	9
37. Receitas Não Operacionais	3.433	1.545	571	2.716	-	866	-
38. Faturamento Global do Exerc.	260.156	407.466	94.697	680.288	132.912	63.846	13.332
39. Fat.Global do Exerc.Anterior	125.224	188.699	55.883	358.275	456.229	72.783	7.589
40. ICM	11.787	12.567	1.264	19.954	1.200	705	181
41. FUNRURAL	1.861	4.448	172	10.235	275	704	-
42. Encargos Sociais	2.976	3.181	2.108	3.758	4.500	338	381
43. Despesas Financeiras	22.308	32.510	12.136	70.953	-	15.989	1.088
44. Resultado à Disposição AGO	4.790	(2.584)	(4.037)	(6.956)	(96.733)	(21.689)	2.625
45. Resultado à Disp.Exerc.Ant.	4.868	2.754	(60)	4.586	19.327	(13.122)	778
46. Part.Revenda s/Fatur. Global	0,22	0,18	0,73	0,13	0,32	0,99	1,00
47. Part.Comerc. s/fatur. Global	0,28	0,48	0,18	0,71	0,53	-	-
48. Part.Agroind.s/fatur. Global	0,40	0,23	0,01	0,01	-	-	-
49. Part.Outras Rec.s/Fat.Global	0,08	0,10	0,07	0,15	0,16	-	-
50. Part.Rec.n/Op.s/Fat. Global	0,01	-	0,01	-	-	0,01	-
51. Part.Desp.Fin. s/Fat.Global	0,09	0,08	0,13	0,10	-	0,25	0,08
52. Rentabilidade do Faturamento	0,02	(0,01)	(0,04)	(0,01)	(0,73)	(0,34)	0,20
53. Part.Cred.Func.eFin.s/Fat.Gl	0,27	0,23	0,17	0,32	0,17	0,23	-
54. Rentabilidade do Patrim.Liq.	0,06	(0,02)	(0,04)	(0,05)	(0,49)	(0,91)	0,96
55. Retorno do Investimento	0,02	(0,01)	(0,02)	(0,02)	(0,27)	(0,19)	0,48
56. Crescimento Real do Fat.Gl.	0,03	0,07	(0,16)	(0,06)	(0,85)	(0,56)	(0,12)
57. Crescimento Real do Result.	(0,51)	(1,46)	(32,06)	(1,75)	(3,51)	0,17	0,69

FDNTE: SUDENE/ASSOCENE: Perfil das Cooperativas Agropecuárias do Nordeste, op. cit. p. 7 e seq.

6.5. A COOPERATIVA DE IRECÊ E A REPRODUÇÃO CAMPONESA NO MACIÇO DO FEIJÃO

Fundada em 17 de abril de 1970, através de uma iniciativa da Secretaria de Agricultura do Estado da Bahia, a COOPIRECÊ não tem sua gênese ligada a um movimento partindo das necessidades dos seus cooperados. Naquele ano, o INDA (Instituto de Desenvolvimento Agrário) atual INCRA, autoriza o funcionamento da COOPIRECÊ que tinha então apenas 63 sócios.

A área de atuação da COOPIRECÊ corresponde aos municípios de Irecê, Central, Jussara, Ibititá, Canarana e Presidente Dutra, João Dourado, América Dourado, São Gabriel e Lapão - que juntos compõem o Maciço do Feijão; e ainda os municípios de Xique-Xique, Ibibipeba, Barra do Mendes, Cafarnaum, Uibaí, Morro do Chapéu e Souto Soares, todos na Região de Irecê.

Nos dois primeiros anos, a COOPIRECÊ encontrou dificuldades para sair do papel e por pouco não foi figurar na extensa relação de cooperativa natimortas no INCRA.

Em 1972, um religioso italiano, o padre Enzo, vai atuar na Região de Irecê. Trata-se de uma figura muito carismática e entusiasmada pelas idéias cooperativistas que vicejavam na sua terra natal. O Padre animou seus fiéis com um trabalho participativo para fundar uma cooperativa. Examinadas as exigências da burocracia estatal para este fim, optou-se por ganhar tempo, tentando dinamizar a COOPIRECÊ que então estava agonizando, quase em latência. De início, a COOPIRECÊ recebeu em seu quadro social grandes, médios e pequenos produtores e ainda produtores sem terra.

A idéia era fazer funcionar uma cooperativa de bens de consumo e produção, visando reduzir os elos da cadeia de intermediação para conseguir melhores cotações na ponta do

consumo e preços agrícolas remuneradores para os produtores diretos. No início, a cooperativa teve que enfrentar sérios problemas na área de comercialização da mamona - que apresentava problemas de preços manipulados por oligopocônio de porte nacional. A COOPIRECÊ conseguiu reunir a produção de mamona de muitos agricultores em um depósito improvisado, obtendo preços mais altos e uma repercussão favorável junto a opinião pública em geral, e particularmente, junto aos bancos oficiais.

Um dos maiores problemas na comercialização das safras na Região é a grande atomização da produção, dispersa em milhares de glebas com acesso precário, através de estradas vicinais mal conservadas. Desta situação aproveitam-se os intermediários, geralmente caminhoneiros de estados nordestinos, autônomos ou a serviço de grandes negociantes de cereais na sede do município de Irecê. Estes agentes conseguiam impor preços de forma quase unilateral. Para oferecer resposta a tal situação a COOPIRECÊ logo cedo tenta com recursos do Banco Nacional de Crédito Cooperativo, do Banco do Brasil S/A e do BNB - Banco do Nordeste do Brasil, financiar a expansão de uma rede de entrepostos para tentar racionalizar a convergência da produção. O então distrito de Lapão recebeu o entreposto da COOPIRECÊ em fevereiro de 1972; a cidade de Ibititá também em fevereiro de 1972. Em junho de 1973 foi a vez do distrito de Canal; em janeiro de 1974 foi instalado o entreposto do distrito de Gabriel; em maio de 1974 foi a vez de instalar o entreposto da cidade de Central e finalmente em maio de 1976 foi instalado o entreposto de Irecê. (175)

FAVERO⁽¹⁷⁶⁾ assinala três períodos na vida da COOPIRECÊ. Os sete anos iniciais constituem o primeiro período, marcado por

(175) FUNDAÇÃO DE PESQUISAS E ESTUDOS DA BAHIA. Estratégia de sobrevivência. op.cit.p.23

(176) FAVERO, A.C. op cit p.184

sucessivas crises. A Cooperativa não tinha estrutura para comercializar a safra de seus associados, nem para oferecer uma alternativa de comercialização frente aos canais tradicionais organizados pelos intermediários que, na prática, impunham preços em condições muito severas, principalmente aos produtores diretos que não dispunham de armazenagem, nem acesso às políticas de comercialização. Vale dizer, para a grande maioria dos produtores, a safra tinha que ser comercializada no início ou antes disso, ainda na "folha" e, na condição de tomadores de preços e severo juro usurário.

Nos anos setenta, as condições da infraestrutura física de armazenamento expandiram-se bastante com novas construções de unidades armazenadoras, existindo armazens da CASEB, SAMBRA, Indústrias Coelho, INBASA, COOPIRECÊ e uma ampla rede de depósitos pertencentes a outros segmentos da iniciativa privada. Não obstante, em 1978, a capacidade estática de armazenagem da Região de Irecê era de apenas 36.634 toneladas, insuficiente portanto para atender a uma produção de grãos de 200.986 toneladas naquele ano. (177)

Até 1977 a COOPIRECÊ privilegiou a seção de revenda, sempre mais fácil de operacionalizar em condições precárias de infraestrutura. A direção da cooperativa, sabia ser difícil, senão impossível, enfrentar com êxito a concorrência de agentes mais estruturados e com tradição na comercialização da safra.

Apartir de 1977, em meio a profunda crise financeira na COOPIRECÊ, devido a escassez de capital de giro, conforme pode-se perceber na Coluna de Fundo do Reserva da Tabela 38 - a companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco(CODEVASF) indicou um

(177) EMATERBA. Levantamento de realidade agrícola da Região de Irecê. Irecê-BA.1990.p.29

técnico de nível superior do seu quadro para presidir a COOPIRECÊ. Desde o início este presidente impõe uma administração racional e austera, marcada por fortes traços empresariais e modernizantes, reduzindo o quadro de pessoal, descentralizando o atendimento aos associados para dinamizar os entrepostos existentes; criou gerências e departamentos para agilizar o processo decisório através da delegação de competência, conseguindo recuperar parte da credibilidade da cooperativa junto a comunidade e, principalmente, junto aos agentes do capital financeiro. Convém registrar que os salários do técnico da CODEVASF, presidente da COOPIRECÊ e engenheiro agrônomo, continuaram a ser integralmente pagos pela autarquia do Ministério do Interior, configurando uma transferência unilateral do Estado para a Cooperativa. Além disto, ao associar-se em 1976, a CODEVASF incorporou ao patrimônio da cooperativa uma indústria de beneficiamento de algodão, uma unidade de beneficiamento de sementes, uma pocilga e um armazem⁽¹⁷⁸⁾.

Este acréscimo de patrimônio, formal porque na prática a cooperativa já utilizava estas instalações - vai ajudar a resolver um dos problemas maiores da COOPIRECÊ, pois, para obter financiamento os bancos exigiam garantias reais, limitando as possibilidades da COOPIRECÊ no acesso ao capital bancário, numa conjuntura de juros limitados e inflação alta e crescente, desdobrando-se em generosos subsídios para o crédito rural. Uma posição favorável que seria bem aproveitada como veremos adiante.

Todavia "a generosidade" da CODEVASF não seria gratuita. A partir desta gestão a cooperativa reforça substancialmente seu papel de instrumento de subordinação do campesinato e de aprofundamento da modernização conservadora na agricultura da

(178) Idem, p.55

Região da Inocê. Não obstante, com a incorporação dos bens mencionados, o capital integralizado - eleva-se de 9,27% para 43,33% do capital subscrito em 1977 - correspondendo neste ano a uma cifra superior a CR\$ 3,6 milhões de cruzeiros. Desta forma, a COOPIRECE que em 1976, teve títulos protestados em cartório⁽¹⁷⁹⁾, em 1977 consegue reverter a situação difícil do ano anterior. Após reuniões sucessivas com produtores e garantes de bancos, com participação financeira dos associados conseguiu a direção da cooperativa levantar a importância de Cr\$ 500.000,00 utilizada para introduzir 150 toneladas de semente de feijão na Região. *"Os benefícios prestados puderam ser amortizados pelo fato de, sendo semente de boa qualidade, ter dado condições de grande número de produtores aderir ao PRDAGRO, nos financiamentos de custeio agrícola, como também pelo bom comportamento da variedade na região e, finalmente por ter proporcionado à cooperativa uma sobra líquida de CR\$ 300.000,00"*⁽¹⁸⁰⁾. Apartir desta operação bem sucedida, a COOPIRECE conseguiu um empréstimo junto ao Banco do Nordeste do Brasil S/A na ordem CR\$ 7,8 milhões de cruzeiros para adquirir máquinas e insumos que já no ano seguinte geraram uma receita global na ordem de CR\$ 7,0 milhões de cruzeiros. Além disto, o Estado, através do Governo Federal ajudou a amortizar 47% dos débitos da entidade, correspondente a CR\$ 6,8 milhões de cruzeiros.⁽¹⁸¹⁾

Nos anos seguintes a COOPIRECE consegue aumentar o volume de produtos agrícolas comercializados, conforme pode-se perceber na Tabela 39 a seguir.

(179)Ibidem, p. 30

(180)COOPIRECE - Relatório de atividades da administração. Junho/77 a março/78. IN FUNDACÃO DE PESQUISAS E ESTUDOS, op.cit.p.31

(181)Ibidem, idem.

Tabela 39

Comercialização agrícola na COOPIRECÉ

1977/1979

PRODUTOS	1977		1978		1979	
	TON	VALOR	TON	VALOR	TON	VALOR
FEIJÃO	1017	10.450	1.427	9.399	5.569	76.489
MILHO	-	-	-	-	1.423	4.216
MANIÓCA	263	1.203	738	2.818	3.880	5.613

FONTE: Fundação de Estudos e Pesquisas, op.cit.p.24

A bem da verdade, deve-se esclarecer que a procura por sementes melhoradas recebeu dois apoios institucionais de grande apelo junto aos produtores: tornou-se exigência obrigatória para obtenção do crédito agrícola de custeio e também para cobertura através do seguro agrícola do capital do agente financeiro.

A expansão vertiginosa desta procura tornou necessária a implantação de uma unidade beneficiadora de sementes na COOPIRECÉ, aumentando a integração daquela entidade ao processo de modernização da agricultura na Região.

Além da substancial ajuda do Estado já mencionada, a COOPIRECÉ também recebeu, significativo aporte de recursos financeiros da Comissão Intereclesiástica de Coordenação para Projetos de Desenvolvimento (ICCD), com sede na Holanda a partir de 1978. Não está disponível o montante do investimento a fundo perdido realizado pela ICCD. Apenas como ilustração na Tabela 40, pode-se perceber o crescimento expressivo na coluna "Outros Fundos" em 1978 e 1979, onde eram registrados os mencionados recursos.

Tabela 40

Saldo do Fundo de Reserva, FATES e Outros Fundos da COOPIRECE em Cruzeiros Correntes.

ANO	F.DE RESERVA ^(a)	FATES ^(b)	OUTROS FUNDOS ^(c)
1975	6660	3.624	25.500
1976	126648	123612	146.836
1977	-	6699	90.724
1978	-	6699	3.953.535
1979	-	6699	4.044.529

Fonte: Fundação de Estudos e Pesquisas, op. cit. p.51

Não só o apoio da Codevasf e da ICCO marcou significativamente o segundo período da COOPIRECE que se estende até 1984. Também o Banco do Brasil, Banco do Nordeste do Brasil e Banco Nacional de Crédito Cooperativo financiaram, neste segundo período, seguidos projetos e programas visando dinamizar as atividades da COOPIRECE. Alguns projetos eram de investimento em infraestrutura, principalmente armazens; meios de produção, sobretudo, tratores, implementos e veículos automotores. Outros projetos financiaram o custeio da produção dos associados e a comercialização através das políticas de crédito rural e de preços mínimos. Além das políticas convencionais de preços mínimos, a Cooperativa operou também com a Compra Antecipada da Produção - a CAP. Nesta variante da política do Governo Federal para o setor, os pequenos e mini-produtores eram reunidos em

(a) FUNDO DE RESERVA corresponde a um mínimo de 10% das sobras líquidas do exercício para reparar as perdas e atender ao desenvolvimento das atividades da Cooperativa (obrigatório por lei).

(b) FUNDO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA EDUCACIONAL SOCIAL - destina-se a prestar assistência aos associados e seus familiares, sendo constituído por um mínimo de 5% das sobras líquidas do exercício.

(c) Outros Fundos: São recursos sem destinação vinculada (opcional).

grupos de vinte pessoas, através do trabalho de assistência técnica interno da COOPIRECE e dos técnicos da EMATERBA, para negociarem em grupo a compra antecipada da produção pelo Banco do Brasil. Parte da produção negociada através da CAP era destinada ao INAM-Instituto Nacional de Alimentação - que doava a merenda escolar na Região.

Também muito importante para a Cooperativa foram as diferentes formas de intervenção do Governo Federal na zona rural, nas quais a Região de Irecê constituiu-se em espaço privilegiado. Assim, o Projeto Sertanejo, o Proterra e, principalmente o Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado da Região de Irecê, o PDRI-Irecê, através de diferentes linhas de atuação, sempre procuraram fazer da Cooperativa um instrumento importante para os alcances de seus objetivos. Estes projetos destinaram recursos para diferentes públicos e atividades. Todavia, a modernização capitalista da agricultura foi o desagradouro das intensões e objetivos dos mesmos. O mais importante deles, o PDRI-Irecê, iniciou suas ações em 1977, financiado através da parceria do Governo Federal com o BID, objetivava formalmente " a remoção ou atenuação dos fatores restritivos ao desenvolvimento das atividades dos pequenos produtores rurais, indispensáveis à melhoria de seu padrão de vida e ingresso na economia de mercado." Ou como diria Grzyzowski et alii, o PDRI-Irecê objetivava " mobilizar toda a capacidade produtiva das unidades familiares na direção da produção para o mercado ".⁽¹⁸²⁾ Para consecução deste objetivo, o PDRI Irecê utilizou a extensão rural e o crédito agrícola como instrumentos principais da sua ação. Desta forma, no ano agrícola 1980/81 dos 9.530 produtores da EMATERBA na Região de Irecê, 3.583 eram mutuários do crédito rural do Banco do Brasil. Portanto, o atendimento da extensão rural está vinculado ao crédito rural, que foi dirigido para produtores com possibilidade

(182)GRZYBOWSKY, C.et alii. Os infortúnios da boa intenção. Projeto Sertão Irecê/IBRIL. IN:Proposta(Revista da Fase).Rio de Janeiro, no.31, out.1986 pp.33-40

de oferecer garantias mas, excluindo, na prática, a legião de produtores sem terra.⁽¹⁸³⁾ Além disto, o crédito e a extensão rural operam sempre seletivamente com agricultores receptivos à introdução de mudanças tecnológicas imbutidas nos "pacotes" que dão o sentido da modernização conservadora da agricultura.

Outro trabalho importante para a COOPIRECÉ no segundo período de sua existência (1977/1984) foi o Projeto Bambuí. Suas ações foram concentradas no Maciço do Feijão entre 1978 e 1982. Com recursos a fundo perdido, doados pela ICCO e geridos pela COOPIRECÉ, previa a perfuração de poços artesianos e a instalação de 30 sistemas comunitários de abastecimento de água para "pequenos produtores"⁽¹⁸⁴⁾. Uma categoria analítica muito problemática de ponto de vista teórico-metológico, posto que sob a denominação de "pequenos produtores" são agrupados segmentos sociais da pequena produção familiar com características distintas e interesses muitas vezes contraditórios, cujos antagonismos tendem a explicitar-se com o aprofundamento da vinculação daqueles grupos aos mercados, o que implica em dinâmicas distintas em suas relações frente ao capital.

Como o Projeto Bambuí propunha que os sistemas de abastecimento de água fossem geridos por associações comunitárias formadas por "pequenos produtores" beneficiários do investimento e agrupados em torno da COOPIRECÉ, surgem logo as primeiras dificuldades de gestão.

Na avaliação de Grzybowski et alli, a COOPIRECÉ até 1982 não teve "forças sociais capazes de sustenta-la" com tais objetivos

(183)Esta questão é discutida com grande riqueza de detalhes em OUEDA, O. A extensão rural no Brasil: da anunciação ao milagre da modernização agrícola. Tese livre docente. ESALQ/USP. São Paulo, 1967 201p.

(184)O conceito extremamente vago de "pequenos produtores", referido ao tamanho de área total do estabelecimento rural, domina o jargão dos projetos governamentais e também aqueles ligados a organizações não governamentais, como é caso do Projeto Bambuí. A questão já foi abordada no capítulo 3.

e "foi atropelada pelo tipo de desenvolvimento da agricultura regional e pela estratégia do Estado na intensificação da modernização capitalista da agricultura regional. (185) Contraposta a uma dinâmica maior, determinada em escala nacional, fora de seu contexto, a COOPIRECÊ passou a ser um instrumento subsidiário e complementar, tendo sua importância reduzida, mesmo como empresa, ficando dependente da estratégia do Estado na Região.

Dos 30 sistemas de abastecimento comunitários propostos no Projeto Bambuí, apenas nove foram efetivamente instalados. Entretanto, as falhas do projeto são mais visíveis do ponto de vista metodológico do que no alcance numérico de metas físicas. A própria escolha das comunidades - cujos critérios passaram por carência de água, formação de um grupo que "comunitariamente operasse e mantivesse o sistema de abastecimento" e a "existência de um líder que assumisse a responsabilidade de organização de tal grupo" (186) - foi feita incorporando equívocos metodológicos difíceis de superação durante o funcionamento do Projeto.

Os sistemas de abastecimento foram instalados em povoados rurais ou próximos a eles. Os maiores - Lagedo do Pau d'Arco e Palmeiras - reúnem mais de 150 famílias cada. Os demais são pequenos povoados de 50 a 70 famílias (Milho Verde e Lajedão), havendo outras com 25 famílias ou menos (Segredo, Entrocamento, Baixão dos Paraibanos, Baixa do Caroã, Cassiano e Eliseu). Para Grzybowski estes povoados não constituem comunidades no "sentido social" e considera-los como tal foi um erro crucial do Projeto Bambuí. Os poços não estão servindo a comunidade, mas a um grupo que se associa ao líder, geralmente um sócio da COOPIRECÊ, que recebe as contribuições para manter em operação os sistemas de abastecimento. "No geral, foi o líder que "doou" a área do poço e

(185) Grzybowski et alii, op-cit. p.37

(186) Projeto Bambuí. Relatório de atividades desenvolvidas (01/10/76 a 20/05/77). Anísio Grzybowski et alii, op. cit. p.41

o grupo que se formou em sua volta revelou a sua função de chefe de um clã familiar". (187)

Em muitos casos boa parte dos mutuários deixaram de pagar suas cotas e foram excluídos da "comunidade do poço". Outros com maiores recursos produtivos ou financeiros, assumiram as cotas dos excluídos. E o sistema que fora pensado "democrático e mobilizador" foi transformando-se em instrumento de afirmação da supremacia de uns e a exclusão de outros, ajudando a "consolidar a tendência à privatização dos poços". Esta exclusão não se dá sem consequências sérias. Em Milho Verde por exemplo, as famílias excluídas do sistema passaram a buscar água a 6km, num poço do POLONORDESTE.

Noutro povoado (Baixão dos Paraibanos), depois de muitas discussões em assembleias, decidiu-se pela existência de duas categorias de beneficiários, diferenciados pelo valor da mensalidade. Os sócios principais, pagando na ocasião da entrevista (setembro/82) cr\$500,00 por mês são alguns proprietários aparentados entre si e os demais (pagando cr\$50,00/mês são os meeiros. Outros poços hoje são praticamente privatizados como é o caso de Lagedo.

Atualmente, há exceções. O caso de Palmeiras é uma delas. Ali já existia a Associação Beneficente de Palmeiras (ABP). A equipe do Projeto tentou formar um novo grupo apartir de um associado da COOPIRECÊ para implementar o sistema de abastecimento. Os moradores aparentemente consentiram, pois era grande a necessidade de água, obtiveram o poço e passaram a reivindicar o controle do sistema pela associação. Houve resistência da direção do Projeto, mas o controle para a Associação e hoje Palmeiras é, entre todos

(187) GRZYBOWSKI, op. cit. p. 41

os sistemas, aquele que conseguiu algo mais próximo de uma administração comunitária e onde não ocorrem os problemas citados acima. Ressalta-se que tal coisa acontece porque a associação "contrariou a orientação geral do projeto e sobrepôs à organização desta, sua própria organização e experiência. Infelizmente a água do poço é salobra..."(189) e seu uso é restrito.

Para Grzybowski et alii, certos componentes ideológicos que marcaram o Projeto Bambuí desde sua gênese nunca puderam ser superados. Os principais elementos são :

1) A visão de comunidade rural como um conglomerado homogêneo de pequenos e médios produtores.

2) A idéia de que organiza-los comunitariamente era o mesmo que educa-los para torna-los cooperados, membros ativos de uma cooperativa de pequenos produtores.

3) A idéia de que a ação comunitária era o meio para construção de tal cooperativa e de que os sistemas de abastecimento de água seriam meios eficientes de educação comunitária e, portanto de construção da cooperativa enquanto agregação de pequenos produtores.

4) A vinculação entre cooperativa e comunidade já estava disponível no interior da cooperativa, nas pessoas dos cooperados, que foram então tomados como representantes, líderes de suas comunidades.

Durante a segunda fase da COOPIRECE foram realizados

(189)Idea, p.43

significativos esforços para romper as barreiras interpostas à comercialização para tentar realizar os produtos de seus associados. Na Região, sabe-se que os pequenos proprietários fundiários, parceiros e ocupantes são os mais expostos às severas condições de comercialização que lhes impõem os grandes proprietários fundiários, os atravessadores, grandes comerciantes e no caso da plantação de mamona, a multinacional SAMBRA que domina a comercialização, industrialização e exportação do produto.

Embora o Governo Federal ofereça preços mínimos para o produtor, a forma que esta política toma na região apresenta-se desvantajosa para o produtor, pois os preços mínimos sempre estão cotados abaixo dos preços de mercados. A tal política vai significar apenas um reforço de caixa para os agentes da comercialização acima mencionados.

Wilkinson após registrar que a COOPIRECE preocupava-se então quase que exclusivamente com a revenda de insumos agrícolas e produtos de consumo, faz referência as dificuldades enfrentadas para adentrar o processo de comercialização, no qual a cooperativa tinha apenas um papel muito tímido. Para o autor, uma enorme dívida (cr\$ 4 milhões em maio de 1978) contraída por gerência inadequada no passado, dificultava os passos da COOPIRECE na comercialização agrícola.⁽¹⁸⁹⁾ Talvez isto tenha contribuído para que os preços de pesticidas e fertilizantes na região, entre 1977 e 1980 tenham crescido 571% enquanto os preços médios pagos pelos três principais produtos (feijão, milho e mamona) aumentaram apenas 401% no mesmo período.⁽¹⁹⁰⁾

(189) WILKINSON J. Uma avaliação de programas governamentais para produtores de baixa renda - Bahia-Salvador. Comissão Estadual de Planejamento Agrícola da Bahia, 1982 p.69

(190) WILKINSON, J. O estado, a agroindústria e a pequena produção. Op. cit. p.124

Especificamente, em relação a comercialização da mamona, Wilkinson aponta como grande dificuldade para a COOPIRECÊ a ação da rede de comercialização então comandada pela SAMBRA - uma multinacional com tradição em todo o Nordeste. Esta empresa mantém uma estrutura de entrepostos distribuídos na Região, explorados por intermediários por ela financiados.

Ao oferecer um preço mais alto à cooperativa que o intermediário oferece ao produtor, a SAMBRA parecia acenar com a intensão não revelada de centralizar na cooperativa a sua rede de comercialização da oleaginosa. Na direção oposta dos interesses da SAMBRA, a COOPIRECÊ desenvolvia grandes esforços, através de sua direção, tentando implantar uma indústria de transformação do produto. Uma alternativa que o autor julgou improvável, inclusive citando que a mais poderosa Central de Cooperativas do Cacau, vinha tentando a muito tempo implantar a sua indústria, sem contudo conseguir êxito frente ao vendaval de pressões exercidas pelo capital agroindustrial.⁽¹⁹¹⁾ O tempo mostraria o acerto da previsão de Wilkinson e a idéia da agroindústria não prosperou.⁽¹⁹²⁾

Na verdade, os problemas de comercialização agrícola no Nordeste transcendem de muito os axiomáticos postulados de teoria tradicional dos preços, para encontrar explicação na interface da economia política com a sociologia do poder local. No caso particular do Maciço do Feijão, os atores que personificam a figura sempre citada do intermediário ou atravessador, são as

(191) WILKINSON, J. Uma avaliação de programas... op. cit. p. 70

(192) Quando elaborávamos a parte final deste relatório, o jornal A TARDE de 29/09/1993 publicava uma nota informando a assinatura de um convênio para reativar as linhas de financiamento para plantio e custeio da mamona em Irecê. O convênio movimentará inicialmente US 2,5 milhões e foi assinado pelo Banco do Brasil, COOPIRECE e a Boley do Brasil, numa indústria esmagadoura, multinacional com planta sediada em Salvador que substituiu a SAMBRA na comercialização da mamona em Irecê.

mesmas pessoas que exercem ou dão suporte a existência e ao exercício do poder local. Apenas para melhor compreender as dificuldades encontradas pela COOPIRECÊ para fazer frente aos robustos interesses interpostos nos fluxos da comercialização agrícola, vamos resumir os principais nuances daquele processo.

Examinando dados da pesquisa EMATERBA (1980), pode-se perceber que, juntos, caminhoneiros e donos de depósitos comercializam a produção de mais de 82% dos produtores do Maciço do Feijão. (Tabela 41). Salienta-se também, naquela Tabela, a pálida performance das políticas de preços do Governo Federal, atingindo apenas 0,49% dos produtores. Por outro lado, apresenta-se inexpressivo o percentual de produtores que comercializam através dos Agentes da Indústria. Na verdade, estes últimos atuam muitas vezes através dos Bodegueiros e dos Donos de Depósitos que constituem, na prática, întrepostos da indústria esmagadora que recebia forte apoio de crédito oficial para a comercialização através da política de preços mínimos.

Tabela 41

Distribuição dos produtores segundo a utilização de agentes da comercialização agrícola.

MACIÇO DO FEIJÃO - 1980

AG. DE COMERCIALIZAÇÃO	... PRODUTORES ENTREVISTADOS ...	
	ABS	%
CAMINHONEIRO	764	41,44
COOPIRECÊ	27	1,47
BODEGUEIRO	208	11,23
PREÇO MÍNIMO	9	0,49
DONO DE DEPÓSITO	760	41,22
AGENTE DA INDÚSTRIA	14	0,76
FEIRA LIVRE	62	3,37
TOTAL	1.844	100,00

Fonte: pesquisa de campo EMATERBA (Dados Brutos).

6.5.2. A Coopirecê e a Irrigação Comunitária

A experiência obtida pela COPIRECÊ como executora de projetos de irrigação comunitária em 1984 e, sobretudo, em 1985, credenciou aquela instituição para ampliar sua atuação como força social aglutinadora das associações comunitárias dos "pequenos produtores". Suas ações, até então mais voltadas para atender interesses de médios e grandes produtores, são reconvertidas para priorizar o trabalho com produtores com acesso precário à terra ou mesmo já despossuídos.

Alem da experiência mencionada, também outros fatores contribuíram para reforçar esta nova orientação. A própria "cultura ideológica" da maioria dos técnicos do PDRI-IRECÊ em favor de posições progressistas, apontava, insistentemente, para ações destinadas a atender interesses dos segmentos sociais excluídos do processo de modernização da agricultura. Por outro lado, em 1984, a direção da COPIRECÊ em meio a grande dificuldade para recompor dívidas vencidas com as instituições financeiras, necessitou de notas promissórias assinadas por seus associados. Nesta situação difícil, foram os "pequenos produtores" que atenderam aos dramáticos apelos da direção da cooperativa e, solidariamente, assinaram a documentação que permitiu romper o impasse.

Por sua vez a SUDENE, em uma das muitas reformulações do PAPP, em 1986, institucionalizou o **Projeto Irecê-BID: Segmento de irrigação**, o qual daria uma chancela mais significativa aos já mencionados esforços da CAR para instrumentalizar a COPIRECÊ e transforma-la na executora dos projetos e programas de irrigação pública na região.

O **Projeto Irecê-BID**, correspondente as atividades de irrigação do PAPP na região, formalizou uma programação

plurianual (1986-1990), propondo atingir uma meta de 3000 ha irrigados por 6050 famílias, movimentando recursos na ordem de US\$ 35 milhões, dos quais um montante superior a US\$ 14 milhões foram destinados a investimentos. O projeto justificava a "decisão de atribuir a implantação da proposta à COOPIRECÊ... a partir do empenho de efetivamente aproximar a aplicação dos recursos públicos dos beneficiários", a necessidade de fortalecimento de um organismo regional de desenvolvimento dos produtores e finalmente, a centralização das atividades (planejamento, implantação de perímetros, assistência técnica, extensão, crédito, fornecimento de insumos e comercialização) em uma única instituição.⁽¹⁹³⁾ O documento enfatizou ainda a maior flexibilidade da COOPIRECÊ e sua capacidade administrativa-financeira para gerir todas as atividades inerentes a proposta de irrigação de forma ágil, viabilizando a consecução de metas e objetivos. Por último, o Projeto Irecê-BID registra ainda a predominância de "pequenos produtores" e produtores sem terra no quadro social da cooperativa, como credencial importante, somada ao fato de seu Conselho Fiscal ser inteiramente constituído por presidentes de associações comunitárias de pequenos produtores rurais, o que confere àquela instituição uma maior capilaridade para fazer chegar as comunidades carentes os benefícios do PAPP.

O documento refere-se ainda à constatação de que os resultados obtidos até então pelo PDRI-Irecê, não correspondem as expectativas nem tem favorecido o segmento da pequena produção, e às vezes com efeitos contrários, ao desorganizar as tradicionais formas de convivência do homem com as condições naturais da área,⁽¹⁹⁴⁾ citando como efeitos negativos, o endividamento do pequeno produtor em decorrência do incentivo ao crédito bancário, a desarticulação das culturas de subsistência e os correspondentes reflexos na alimentação e na saúde da população

(193) SUDENE/CAR Projeto Irecê-BID, Segmento de irrigação, Salvador, 1986. Mimeo. Não paginado.

(194) *Idea*

meta. Também são relatadas as promissoras condições técnicas para irrigação com água subterrânea para o êxito do Projeto, a ser coordenado pela CAR/SEPLANTEC e executado pela COOPIRECE. O Projeto preconiza a utilização ao máximo da suportabilidade dos solos, alocando um maior número de famílias por área irrigada para a obtenção de maior eficiência dos dinheiros públicos através da irrigação comunitária. Uma boa intenção que, como veremos, terminaria por dificultar a possibilidade de reprodução social dos camponeses nas unidades de produção comunitárias dos perímetros de irrigação.

A irrigação comunitária é vista no Projeto como uma alternativa do uso do dinheiro público mais eficiente que as periódicas *"frentes de trabalho"* que caracterizam a intervenção do Estado na questão das secas. Estas *"frentes de trabalho"*, continua o documento, somente em 13 municípios da Região de Irecê em 1983, empregou 754720 pessoas recebendo meio salário mínimo cada. Esta experiência custou ao Estado US\$ 23 milhões de dólares e os resultados positivos deste tipo de intervenção *"são desconhecidas desde quando não se criou, efetivamente, estruturas permanentes visando as futuras secas que inevitavelmente afetarão a região e os produtores"*. (195)

O Projeto Irecê-BID é um documento tecnicamente bem elaborado, fazendo uso do acervo de pesquisas, estudos e experiências da intervenção estatal na Região. Preconiza o acesso a terra e a solução dos problemas fundiários - o calcanhar de Aquiles dos programas especiais - como preliminar para instalação dos sistemas de irrigação ou dos investimentos. Desta forma, o acesso à terra e a solução dos problemas fundiários serão resolvidos através de compra, permuta de terras por investimentos, desapropriação e/ou cessão de terra por período nunca inferior a 10 anos.

(195) *Ibidem*

Por outro lado, as comunidades participariam da escolha do local a ser instalado o perímetro de irrigação e da seleção dos produtores beneficiados, através de critérios por ela estipulados que contemplassem a situação carencial e as possibilidades físicas de desenvolver as culturas mediante o uso de irrigação e mão-de-obra familiar.

A proposta do Projeto Irecê-BID tenta dar conta de um processo educativo, enfatizando a organização e a participação dos produtores, buscando construir um *"Modo de gestão empresarial visando a auto-gestão, preferindo o emprego de tecnologias simplificadas com redução do uso de mecanização"*.

As associações comunitárias existentes ou em formação, seriam rearticuladas para o exercício da auto-gestão nos perímetros irrigados.

O objetivo geral do Projeto refere-se explicitamente à finalidade *"de assegurar a produção de alimentos e uma renda permanentes aos produtores, independentes das condições climáticas predominantes na região e assegurando uma maior capacidade do homem conviver com a seca e sua conseqüente fixação no campo, reduzindo o fluxo migratório para os centros urbanos e garantindo-lhe melhoria de vida"*.⁽¹⁹⁶⁾

As metas do Projeto Irecê-BID, como foi visto, prevêm a implantação de 3003,5 ha de irrigação para beneficiar 6050 famílias. No geral, daria uma média de 0,5 ha/família. No **Plateau de Irecê**⁽¹⁹⁷⁾ foram previstos instalar 330,0 ha de irrigação para beneficiar 1570 famílias (média de 0,21 ha/ família). Desde já, percebe-se a exiguidade da área irrigada por família.

(196) *Idea*

(197) O Plateau de Irecê é uma sub-região caracterizada por solos calcáreos, compreende todo o *Maciço do Feijão* e partes dos municípios de Xique-Xique, Morro do Chapão, Campo Formoso e Barra dos Mandes.

Dada as características de pequenas área irrigadas, os técnicos da CODPIRECÊ e do Projeto Irecê-BID, cedo compreenderam a necessidade de simplificação dos estudos e roteiros do projetos, prescindindo várias fases de estudo tais como pré-viabilidade, viabilidade e projetos executivos, como normalmente são realizados para projetos de dimensões e complexidades maiores. As experiências iniciais mostraram com clareza que os pequenos projetos deveriam ser elaborados e implantados diretamente pelas instituições executoras, sem requerer contratação de consultorias e empreiteiras. Após identificadas as possibilidades e restrições para implantação de um projeto, são realizados estudos pedológicos expeditos, análise de água e levantamento topográfico, seguindo-se a elaboração do projeto executivo, adotando-se roteiros simplificados, assegurando-se, entretanto, a viabilidade técnica e econômica do investimento.

Do ponto de vista do associativismo, as diretrizes e estratégias da irrigação comunitária na região de Irecê tiveram origem na tradição dos adjutórios e mutirões regularmente utilizados pelas populações do semi-árido nordestino.

A receptividade da população foi logo manifesta. Os técnicos não conseguiram atender a totalidade da demanda por projetos. Na Região de Irecê, multiplicaram-se rapidamente as associações comunitárias formalizadas e não-formais, principalmente no *Maciço do Feijão*. No final de 1988, já havia estudos de viabilidade para projetos de irrigação em 41 comunidades, que beneficiariam 907 famílias com 421,9 ha a serem irrigados. Deste total, 28 já atingiam a fase de projeto executivo concluído. (198)

Organizações não-governamentais como o MOC - Movimento de Organização Comunitária (ligado à Igreja Católica) - e o grupo da Gameleira de Assuruá que defende uma agricultura alternativa não

(198) CAR. PROGRAMA DE APOIO AO PEQUENO PRODUTOR RURAL. Plano Operativo - 1989. Diagnóstico sintético. NIMCO.

predadora dos recursos naturais não renováveis, engajaram-se contribuindo notadamente na capacitação de futuros irrigantes. Todavia, muitos problemas tiveram que ser enfrentados. No caso específico da capacitação foram muitas as dificuldades causadas pelas interrupções na programação, conforme registra um insuspeito relato da experiência, obtido em reunião de produtores e técnicos envolvido no processo: *"ao se analisar a programação realizada vimos que 70% das ações foram executadas por associação de produtores (grupo Gameleira de Assuruá) e por organizações educativas (MOC/Grupo Garra). Se por um lado o ocorrido mostra as possibilidades existentes a nível regional de articulação com estruturas educativas da sociedade, por outro indica as dificuldades das instituições governamentais de executarem de forma contínua uma Programa de Ação, principalmente com os impasses gerados neste período pela reforma administrativa, com greves e demissões"*. (199)

Também no público-meta surgiram problemas no sentido de que os produtores não se sentindo *"donos das áreas"* onde trabalhavam, tendem a comportamentos próprios de assalariados (jornada de trabalho fixa de 8 horas). Por sua vez os produtores queixavam-se do autoritarismo dos técnicos, comprometendo o relacionamento entre eles. (200)

No seminário de avaliação realizados por técnicos e camponeses, duas questões básicas e embricadas foram enfatizadas. Primeiro: apesar de suas áreas muito reduzidas, os perímetros trabalhavam com nível alto de capacidade ociosa, devido a insegurança na comercialização. Havia perímetros com utilização de capacidade em nível inferior a 20% (Riacho). A segunda questão diz respeito à própria comercialização. Havia situações em que o intermediário oferecia preços ao produtor superiores àqueles

(199) SECRETARIA DA REFORMA AGRÁRIA, RECURSOS HÍDRICOS E IRRIGAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA. Relatório do seminário de avaliação e programação da capacitação de irrigantes, Irecê, agosto de 1989. P.3.

(200) Idem p.5

praticados através da COOPIRECÊ. É fácil compreender que a possibilidade de sonegação de impostos - muito praticada pelo intermediário e fechada à cooperativa - aumenta a margem de manobra dos atravessadores. Além disto, na comercialização de hortifrutigranjeiros é muito importante a regularidade da oferta, o que leva algumas vezes os intermediários a fazerem aquisições acima do patamar de preços que assegura toda a extensão de sua margem de lucro, porém garantindo com regularidade suas quotas no mercado. Por último, a COOPIRECÊ - como de resto as cooperativas em geral - ao adentrarem o processo de comercialização, vão confrontar interesses estabelecidos no processo de comercialização, elevando o grau da concorrência, provocando uma posição incômoda para os outros agentes de comercialização, que tentam desacreditar a cooperativa perante os seus associados, através da temporária prática de dumping.

Nos dados da Tabela 41 a participação da COOPIRECÊ na comercialização mostrou-se bastante limitada. Apenas 1,47% dos produtores entrevistados na pesquisa comercializam através da cooperativa. Todavia, os pesquisadores viram "reflexos positivos devido a participação da Cooperativa no sistema de comercialização dos produtos agrícolas, senão pelo volume de produção por ela comercializada mas, e principalmente, pela sua forma atuante como instrumento de sustentação de melhores, preços para os produtos, dentro do mercado local".(201)

No segundo semestre de 1979, a Comissão Estadual de Planejamento Agrícola - a CEPA, então coordenadora do PDRI-Irecê, contratou a FUNDEC - Fundação de Desenvolvimento Cooperativista de Belo Horizonte para realizar, na COOPIRECÊ, uma auditoria das demonstrações financeiras (Balanço Patrimonial de Sobras e Perdas) referentes ao exercício financeiro de 1978. A FUNDEC deslocou para Irecê um especialista para desenvolver o trabalho contratado. A auditoria produziu um relatório detalhado,(202)

(201)ENATERBA. Levantamento da realidade...op.cit.p.60

(202) FUNDEC. Cooperativa Agrícola Mista de Irecê Responsabilidade LTOA. Coopirecê. Belo Horizonte, 1980. 89p. tab. ilustr.

onde encontra-se uma análise criteriosa da contabilidade da cooperativa. Entre outras conclusões, apontou que a escrituração da **COOPIRECÊ** não se prestava para uma auditoria na extensão necessária, não mantinha controle sobre os estoques, o Balanço Geral e a respectiva Demonstração de Resultados não foram levantados na íntegra de acordo com a escrituração contábil, contrariando o artigo 176 da lei 6404/76. A auditoria afirmou a relevância do procedimento em desacordo com os princípios de contabilidade geralmente aceitos e concluiu que as Demonstrações Contábeis do Balanço de 31/12/78 não representava adequadamente a Situação Patrimonial da **COOPIRECÊ**, nem o resultado de suas operações coorespondentes.

Entre outros dados, a **FUNDEC** levantou o número de assembléias gerais e a presença de associados. Deste modo, no período compreendido entre 21/05/77 a 01/11/79 foram realizadas 16 assembléias gerais extraordinárias e nenhuma ordinária. A frequência a estas assembléias é, no geral, muito reduzida. O maior quorum foi 138 associados para um colegiado de 1634 sócios, havendo registro de assembléia com apenas 10 sócios. Nas 16 assembléias houve uma média de 36,6 sócios, uma frequência pouco significativa para uma sociedade com mais de 1500 membros. A dispersão geográfica dos associados em 1978, mostra que 49,96% deles residem no município de Irecê e 85,33% no *Maciço do Feijão*. Apenas 0,35% residiam no Sistema Jacobina.

Já no final do segundo período da trajetória da **COOPIRECÊ**, em 1982, o **PDRI-Irecê**, através de suas equipes de campo, assessores especializados e funcionários da cooperativa, realizou sucessivas reuniões para reflexão e avaliação dos diferentes segmentos que compunham as ações do projeto na Região. No que se refere a **COOPIRECÊ**, houve consenso em relação à observação de que a entidade apresentou um grande progresso em termos administrativos e até um fortalecimento econômico. Não ocorreu, todavia, a esperada dinamização do seu quadro social, através da participação efetiva do pequeno produtor da Região na

Cooperativa.(203) Para melhor conhecer as razões do distanciamento do público-meta, foi realizado um estudo pontual, através do qual o projeto deveria desenhar e operacionalizar uma proposta de educação e ser executada por uma equipe composta por dois sociólogos e um assistente social que o PDRI contratou, treinou através da OCEC - Organização das Cooperativas do Estado do Ceará - e colocou a serviço da COOPIRECÊ para trabalhar com educação cooperativista.

Foram aplicados 340 questionários junto a pequenos produtores(204) clientes ou não do projeto, no *Maciço do Feijão*. O estudo não obedeceu a uma técnica de amostragem rigorosa. A distribuição espacial da amostra foi determinada em função dos povoados assistidos pelo projeto, onde o extensionista rural local escolheu intencionalmente dois produtores típicos por cada povoado. A determinação do número de questionários por município levou em conta a dispersão da força de trabalho na região. Por esta razão, os municípios de Irecê, Canarana e Ibititá, onde concentram-se as maiores parcelas da força de trabalho, receberam maior atenção dos extensionistas rurais e maiores números de questionários.

Na Tabela 42, pode-se perceber que apenas 5,59% dos entrevistados eram sócios da COOPIRECÊ, revelando a reduzida integração do segmento cooperativismo com a extensão rural e a presença rarefeita do quadro social da entidade no universo do pequeno produtor no *Maciço do Feijão*. Em Central e Canarana, municípios mais distantes de Irecê - o município pólo do sistema - não foram entrevistados sócios da cooperativa, enquanto o pequeno município de Jussara apresentou a maior participação de associados (10,00%) na amostra.

Outra pergunta do questionário indagava a visão do entrevistado sobre a utilidade da COOPIRECÊ, através de múltipla

(203) PDRI-Irecê. Estudo sobre as necessidades de serviço de cooperativismo do pequeno produtor na Região de PDRI-Irecê. Assessoria de Apoio ao Cooperativismo. Salvador, dezembro de 1982. Mimeo. Não paginado.

(204) Para o PDRI-Irecê são pequenos produtores aqueles cuja a área total do estabelecimento é igual ou inferior a 50 hectares para agricultores ou igual ou inferior a 100 hectares no caso de pecuaristas.

escolha, admitindo-se mais de uma resposta. Os resultados assim obtidos estão na Tabela 43, onde percebe-se que os entrevistados vêm a COOPIRECÊ positivamente, posto que as respostas D (não serve para nada) e C (só serve aos "grandes") não tiveram aceitação e somadas suas frequências com repetição não chegam a 5% do total de respostas.

A maior frequência foi observada na resposta: "vende material agrícola para nossa lavoura" (35,80%) revelando a correta percepção dos produtores, visto que a COOPIRECÊ, historicamente, tem se afirmado no setor de revenda como um posto avançado no fornecimento de insumos e máquinas para modernização da agricultura na região de Irecê.

Tabela 42

Distribuição dos Questionários Aplicados por Municípios Junto a Produtores Sócios e Não-sócios da COOPIRECÊ

MACIÇO DO FEIJÃO / REGIÃO DE IRECÊ - 1982.

Município	Número ou Questionário	ASSOCIADO		NÃO-ASSOCIADO		SEM RESPOSTA	
		ABS	%	ABS	%	ABS	%
Canarana	63	-	-	63	100,00	-	-
Central	38	-	-	38	100,00	-	-
Jussara	40	4	10,00	36	90,00	-	-
Irecê	97	8	8,25	86	88,66	3	3,05
Ibititá	56	3	5,36	53	94,64	-	-
Presidente Dutra	46	4	8,70	42	91,30	-	-
TOTAL	340	19	5,59	318	93,53	3	0,88

Fonte: PDRI-Irecê - Pesquisa de Campo.

Tabela 43

Total de respostas e distribuição percentual para a pergunta:
"para que serve a COOPIRECÊ?"

MACIÇO DO FEIJÃO / REGIÃO DE IRECÊ - 1982".

Município e Sub-região	Total de Respostas	PERCENTUAIS						
		A	B	C	D	E	F	G
Canarana	70	27,14	12,86	-	-	27,14	7,14	27,14
Central	50	30,00	10,00	-	-	40,00	14,00	6,00
Jussara	48	20,83	10,42	-	-	47,92	-	-
Irecê	106	23,58	14,15	2,83	0,94	30,19	13,21	14,04
Ibititá	63	6,35	12,70	3,17	6,35	46,03	-	23,40
Presidente Dutra	58	17,24	12,07	12,07	-	29,31	22,41	6,90
Maciço do Feijão	395	21,22	12,40	3,04	1,27	35,80	9,87	14,68

Fonte: PDRI-Irecê -> Pesquisa de Campo.

Legenda:

- A - Compra nossa produção.
- B - Recebe nossa produção.
- C - Só serve aos "grandes".
- D - Não serve para nada.
- E - Vende material agrícola para nossa lavoura.
- F - É uma sociedade de pessoas com a finalidade de prestar serviços a seus associados sem visar lucros.
- G - Não sei.

Também a resposta A (compra nossa produção) apresentou-se frequência elevada (21,22%) revelando que os produtores estão informados da possibilidade de comercializar sua produção através

daquela entidade. A rigor, a comercialização na COOPIRECÉ não tinha ainda "deslanchado" no início dos anos oitenta conforme foi analisado anteriormente. Todavia, sua simples presença na esfera da comercialização, mesmo operando com quantidades pequenas, é de grande utilidade para quebrar parte do poder de barganha da estrutura de intermediação.

A pergunta anterior tenta levantar a figura representada pela COOPIRECÉ no imaginário dos produtores da região. A pergunta seguinte, cujas as respostas estão na Tabela 44, pesquisou quais os serviços mais utilizados pelos produtores dentre aqueles oferecidos pela entidade. A resposta de maior frequência revela que 42,65% dos entrevistados nunca utilizaram qualquer serviço da cooperativa. Portanto, a entidade tem uma margem intensiva considerável para ampliar seu raio de ação junto aos pequenos produtores da região. Todavia, também a elevada frequência da resposta uso de sementes fiscalizadas (34,70%) revela a grande aceitação do programa de sementes desenvolvido pela COOPIRECÉ.

Entre os demais serviços, apenas o fornecimento de implementos e insumos agrícolas revelou-se significativamente utilizado (19,76%), provavelmente devido à generalizada aceitação da mecanização agrícola na Região, principalmente, na fase do preparo do solo e plantio. A compra de produção e desconto no preço do produto com 4,34% das respostas cada um, estão a revelar que a COOPIRECÉ necessitava ampliar sua atuação na oferta destes serviços. Finalmente, crédito subsidiado e assistência técnica e armazenagem da produção comparecem com frequências pouco significativas, indicando a necessidade de investir nestes serviços.

Do exposto sobre esta parte do levantamento, pode-se inferir que, no final do segundo período, a COOPIRECÊ apresentava uma atuação tópica que a levaria a uma crise crônica com manifestação aguda no ano agrícola 1983/1984, quando inicia-se o terceiro período de sua trajetória.

Uma outra outra parte do estudo tentou levantar a escala ordinal dos serviços que os produtores gostariam que a COOPIRECÊ oferecesse. O produtor enumeraria os 5 primeiros serviços por ordem de prioridade, em uma escolha dirigida para 21 alternativas. Entre estas, em ordem decrescente de frequência, apareceram: (1) compra da produção a preço compensador, (2) garantia de preços em época oportuna, (3) desconto nos preços dos produtos agrícolas, (4) máquinas para alugar, (5) máquinas e equipamentos para vender e (6) armazenamento da produção. Estas alternativas concentraram 60,4% do total de respostas. Vale registrar que 20 alternativas de respostas propostas na pesquisa, remetiam direta ou indiretamente para a modernização capitalista da agricultura, revelando com clareza o conteúdo ideológico dos formuladores do estudo. A última alternativa - outros serviços - apresentou um resultado surpreendente para a expectativa dos pesquisadores: 30% dos entrevistados solicitaram poços tubulares para consumo familiar e produtivo da água - de longe, o mais importante fator limitativo do potencial de expansão das atividades agrícolas no *Nacipo do feijão*.

Tabela 44

Total de Respostas e Distribuição Percentual para a pergunta: *que serviços o Sr. recebe da COOPIRECE?*

Município	Total de Respostas	PERCENTUAIS						
		A	B	C	D	E	F	G
Canarana	69	24,63	4,35	1,45	5,80	1,45	2,90	59,42
Central	48	27,08	2,29	12,50	-	-	-	37,50
Jussara	49	55,10	22,45	-	-	-	2,04	20,41
Irecê	122	36,88	21,31	1,64	6,56	0,82	3,28	29,51
Ibititá	66	27,27	12,12	1,51	6,06	-	1,51	51,51
Presidente Dutra	61	39,34	11,47	8,20	3,28	4,92	-	31,15
Nação do Feijão	415	34,70	19,76	4,34	4,37	0,96	1,92	42,65

Fonte: PDRI-Irecê -> Pesquisa de Campo.

Legendas:

- A - Sexta fiscalizada.
- B - Implementos e insumos agrícolas.
- C - Compra da produção.
- D - Descontos nos preços do produto.
- E - Arazenagem da produção.
- F - Crédito subsidiado e assistência técnica.
- G - Nenhuma.

Na Região de Irecê, entre 1976 e 1983 foram perfurados 130 poços tubulares e implantados 90 sistemas simplificados de abastecimento de água através do POLONORDESTE. Estes recursos hídricos, praticamente, não foram utilizados para a irrigação até 1983. Para o ano agrícola 1983/84, foi prevista a perfuração de

93 poços tubulares e instalação de 65 sistemas de abastecimento de água com recursos do PAPP - Programa de Apoio ao Pequeno Produtor. Este Programa previa a implantação de 700 poços tubulares com sistemas de abastecimento de água e irrigação para 1500 produtores no segmento Recursos Hídricos, a um custo U\$ 11,4 milhões em cinco anos. (205)

Em setembro de 1983 foi realizado um Seminário de Avaliação - com a participação de técnicos do Projeto e lideranças comunitárias - que observou não estarem sendo alcançados os objetivos de melhoria na condição de vida do público-meta, nem tampouco havia avanços na "*fixação do homem ao campo*". (206) Ao revés, naquele momento, a grande maioria do público-meta do projeto estava engajadas nas frentes de serviços em decorrência da seca e o PDRI-Irecê não vinha fortalecendo a agricultura de subsistência.

Se a seca realça a fragilidade da estrutura produtiva, na medida em que os produtores, não dispendo de meios para reproduzir sua força de trabalho, recorrem aos programas emergenciais promovidos pelo Estado - também as condições de vida dos produtores não mudaram significativamente com as políticas sociais na Região de Irecê. As condições de saúde, por exemplo, em 1984 foram objeto de pesquisa conduzida pela UFBA. (207) Os resultados deste estudo são, no mínimo, preocupantes. Apesar da "*significativa expansão da rede de serviços básicos*" promovida pelo PDRI-Irecê, tais esforços não conseguiram promover alterações substanciais na forma de organização destes serviços e

(205) PDRI-Irecê. Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural do Nordeste. Recursos hídricos. Dezembro de 1983. Mimeo, não paginado.

(206) A visão romantizada da "*fixação do homem ao campo*" no desenvolvimento capitalista que desde a Rússia Czarista fascina a ingenuidade populista, ainda constitui elemento básico do ideário que lastreia os projetos de desenvolvimento rural para o Nordeste.

(207) UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA / PROGRAMA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DAS REGIÕES SEMI-ÁRIDAS DO ESTADO DA BAHIA. Situação de saúde na Região de Irecê. Salvador, agosto de 1984. Mimeo, p.25.

no conteúdo da prática dos agentes do Estado na Região. Desta forma, a morbimortalidade caracterizada por doenças evitáveis por imunização e dependentes de péssimas condições de moradia, saneamento e nutrição da população - continuava muito elevada. Na metade dos anos oitenta, ainda era alta a frequência de Calazar e Hanseníase. O estudo registra ainda a predominância do setor privado nos níveis secundários e terciários da rede de serviços de saúde concentradas nas sedes municipais, dificultando seu acesso para a maioria da população.

O Seminário de Avaliação, de setembro de 1985, definiu prioridades para o Plano Operativo Anual (POA-84/85) devendo a questão dos recursos hídricos ter precedência sobre as demais ações do PDRI-Irecê. Em consequência, 18,5% do orçamento do PDRI-Irecê vai para os recursos hídricos, sendo 7,1% deste montante só para irrigação "*o que representa um expressivo apoio a essa atividade nova, até então inexistente no Projeto*".⁽²⁰⁸⁾ Portanto, foram necessários oito anos de atuação do PDRI-Irecê, cinco dos quais com frustração parcial ou total das safras, para que se "descobrisse" a irrigação como imprescindível para os produtores da região. O POA-84/85 previu ainda implantar 10 pequenos projetos de irrigação comunitária com água subterrânea ou de superfície, para assegurar renda de 1,76 salário mínimo para 625 produtores organizados em 10 associações comunitárias, as quais deveriam receber a posse de 125 ha de hectares irrigados. O plano previa ainda a geração de 287 postos de trabalho para componentes das famílias de produtores, além de assistência técnica. Os investimentos (US\$ 2,9 milhões) seriam realizados a fundo perdido.

As "*diretrizes e estratégias*" de implantação dos perímetros de irrigação comunitária previa a seleção de produtores a serem beneficiados através de critérios discutidos com as comunidades rurais. Previa ainda que o "*uso intensivo da*

(208) PDRI-Irecê. Projeto de irrigação. Versão Preliminar. Salvador, 1984. p.1.

mão-de-obra familiar" teria "precedência sobre a assalariada" e que as "formas grupais e associativas de exploração" deveriam "ser perseguidas como modelo viabilizador do máximo aproveitamento dos recursos de água escassa em benefício de um maior número de produtores", razão pela qual, deveriam ser privilegiadas a rearticulação e criação de associações de irrigantes para operacionalização dos projetos a serem implantados.(209) A CERB - Companhia de Engenharia Rural da Bahia - uma estatal com reduzida experiência no ramo, seria responsável pelos trabalhos de assistência técnica e extensão rural "nas propostas de irrigação pública estadual".(210)

A participação de cooperativas no Projeto de Irrigação foi prevista secundariamente, apenas no segmento crédito, quando os bancos não atuarem diretamente com as associações, as "cooperativas poderiam ser envolvidas no repasse de recursos"; ou no Abastecimento de Insumos onde está prevista a participação de "cooperativas e firmas comerciais".

O documento mencionado usa uma linguagem recheada de invocações à "organização de produtores", "participação das comunidades, estrutura de caráter coletivo e benefício social voltado aos interesses de associações comunitárias", etc. Todavia, não consegue dissimular a natureza dual que atravessa toda a proposta. Justapostos, autoritarismo e paternalismo são mesclados em um jargão tecnicista para dar os contornos do conteúdo populista do projeto.

Por estas e outras razões que só em trabalho específico poderiam ser detalhadas, o POA - 84/85 não conseguiu atingir suas metas. Em março de 1986, dos 125 ha programados para irrigação comunitária, apenas 16 ha estavam implantados em 3 perímetros

(209) *Idem*, p.9.

(210) *Idem* p.9.

"com projetos não completamente implantados",⁽²¹¹⁾ devido entre outros fatores, a inexistência de uma estrutura operacional de execução na CERB, a falta de técnicos capacitados a nível central e local para realizar assistência técnica e extensão rural e, finalmente, o descomprometimento em todos os níveis do órgão quanto a efetiva implantação de áreas irrigadas e atendimento aos produtores.⁽²¹²⁾ Um simples levantamento topográfico - estudo básico para projetos de irrigação - a CERB não teve condições técnicas e operacionais de fazê-lo. Pressionada pela CAR, órgão coordenador do PDRI-Irecê, a CERB apresentou proposta de uma empresa de fora da região para realizar o trabalho a um custo de CR\$ 40 milhões. Recusada a proposta pela CAR, foi possível realizar a tarefa com apenas a metade daquele valor.⁽²¹³⁾

Silva enfatiza a "desinformação agrônômica dos técnicos" e ainda o desconhecimento dos métodos de extensão rural "que levaram os profissionais da CERB a uma postura de gerente do perímetro ou capataz de fazenda diante dos produtores".⁽²¹⁴⁾ Por último, "o gerente de irrigação da CERB, informou que a presidência da empresa havia deslocado os recursos para outras atividades e não tinha como dar encaminhamento a implantação desse projeto".⁽²¹⁵⁾

Observa-se que só após esgotar as possibilidades de realizar o trabalho com outra entidade, o Estado procurou a COOPIRECÉ e em 20/10/85 foi assinado o Convênio 238/85 para a cooperativa fazer a prestação de assistência técnica aos perímetros de irrigação comunitária na área do Projeto Irecê e para aquisição dos

(211) SILVA, J.V.S. da Avaliação do desempenho do órgão executor. Irecê, abril de 1986. Mimeo não paginado

(212) Idem

(213) Aliás, GRZYBOWKI já registrou que as perfurações de poços desta empresa apresentou custos equivalentes a 3 vezes o preço de mercado.

(214) Idem

(215) Ibidem

equipamentos e contratação dos serviços necessários para implantação dos perímetros de irrigação. Assinado pelo Secretário do Planejamento da Bahia, Presidente da COOPIRECÊ e Diretor Executivo da CAR, o Convênio previu a aplicação de CR\$ 560 milhões até 31/03/86, a fundo perdido, sendo CR\$ 381,2 milhões para Equipamentos e Serviços de Terceiros com recursos do BID/FINSOCIAL.

Posteriormente, um aditivo a este convênio reforçou a caixa da COOPIRECÊ em CR\$ 3,6 bilhões para ações de comercialização, assinado em 12/12/85, quando o valor total do convênio passou para CR\$ 6,6 bilhões. O aditivo destinou CR\$ 1,4 bilhões para Abastecimento de Gêneros, CR\$ 2,0 bilhões para Comercialização da Produção e CR\$ 200,0 milhões para Produção e Distribuição de Sementes. Cerca de CR\$ 1,2 bilhões da comercialização foram destinados à CAP - Compra Antecipada da Produção - e CR\$ 800 mil para à CEP - Compra do Excedente da Produção (216). Os recursos eram originários do PAPP, Programa de Apoio ao Pequeno Produtor e também a fundo perdido. Portanto, fica claro a determinação do Estado no sentido de dinamizar a COOPIRECÊ, apoiando suas funções básicas com significativos aportes de recursos financeiros e humanos.

Em 17/04/86, a CAR e a COOPIRECÊ assinaram outro convênio "para a aquisição dos equipamentos e contratação dos serviços necessários para a implantação dos perímetros de irrigação do Projeto Irecê e construção de seis galpões comunitários nos Projetos de Irrigação de Poço, Meia Hora, Lagoa das Éguas, Lagedinho, Lapa do Antonino e Tanque", no valor aproximado de Cz\$ 1,2 milhões.

O apoio do Estado à COOPIRECÊ continua com assinatura de sucessivos convênios e aditivos até 01/03/91, quando foi assinado o último, prevendo os mesmos objetivos anteriores e com a duração

(216) Termo Aditivo assinado em 12/12/85

de um ano, no valor de Cr\$ 236,4 milhões. O governo que se instalou na Bahia em 15/03/91 não honraria este último convênio e retiraria o apoio ao programa. (217)

O desempenho das atividades previstas nos convênios CAR/COOPIRECE podem ser observados nos relatórios mensais da executora para a empresa estatal.

Esta experiência singular oferece oportunidade para uma pesquisa específica, visando tipificar os produtores beneficiários e o alcance de programas sociais que objetivam reduzir os efeitos da seca e o elevado grau de miséria a que está submetida a grande maioria dos produtores diretos no semi-árido. Todavia, sua extensão não cabe no limite deste estudo, ficando apenas como sugestão de trabalho futuro.

A assessoria da CAR, entre 1986/90 produziu um plano de capacitação, realizou muitos treinamentos em tecnologias agrícolas e "*participação e organização*" de produtores. Foi distribuído farto material publicitário, intercâmbio entre várias experiências de associações comunitárias e utilizadas outras técnicas de dinâmica de grupo em toda a Região de Irecê, com ênfase no *Maciço do Feijão* e no *Sistema Jacobina*, onde estavam localizados as duas Gerências Regionais do PDRI-Irecê. Como resultado deste trabalho, em 1990 a Regional de Irecê, onde fica o *Maciço do Feijão*, registrou a existência de 120 associações comunitárias enquanto a Regional de Jacobina, havia apenas 31. (218) Estes dados indicam a maior receptividade da população residente no *Maciço do Feijão* para o associativismo, demonstrando o cabimento lógico da idéia central deste trabalho, ao apontar, a

(217) Com a instalação do novo governo estadual em 15/03/91, os arquivos da CAR foram extraviados, não sendo possível levantar o volume total de recursos aplicados no programa. As informações contidas e os documentos citados nesta parte do trabalho foram obtidas no arquivo pessoal do engenheiro José Valdeilson da Silva, a quem agradecemos a gentileza.

(218) Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional - CAR(Ba). Projeto da Região de Planejamento Irecê. Informações sintetizadas sobre a Região Irecê/x Salvador; sn. mar 1991 n.p. ilus. graf. tab.

tendência para a produção de relações sociais mais favoráveis à organização dos produtores diretos no espaço social rural onde a população conheceu a predominância da produção de mercadorias com anterioridade e a estrutura produtiva é mais intensiva no uso de tecnologia. (219) *Projeto de Irrigação comunitária no sistema Jacobina.*

De 1977 a 1980 foram programados 32 projetos de irrigação comunitária na Região do *Macizo do Feijão*, no sistema *Jacobina*, correspondendo a 237,6 ha de área irrigada, beneficiando 658 famílias. (219) A COOPIRECE respondeu pela implantação e assistência técnica em 13 dos 26 projetos de irrigação comunitária programados para o *Macizo do Feijão*, constituindo estes, as melhores experiências obtidas na Região (veja Tabela 45).

Não foram poucos os problemas surgidos durante a execução daquele trabalho. Inicialmente, deve-se levar em conta a reduzida experiência dos participantes, posto que trata-se de uma iniciativa pioneira, onde técnicos, gerentes e produtores tiveram que aprender juntos. Salienta-se também a dificuldade para reciclar os camponeses, quase sempre analfabetos, para uma tecnologia que eles não conheciam. Por último, deve-se ter em conta ainda a situação falimentar do Estado no Brasil nos anos oitenta e os ventos neoliberais que sopram contra a intervenção estatal para minorar as agruras de uma população que mesmo majoritária, não tem expressão política devido ao elevado grau de marginalidade e exclusão.

Para refletir sobre a experiência vivenciada com a irrigação comunitária em Irecê e definir o encaminhamento das ações, foram realizados dois seminários de avaliação com a participação de técnicos dos projetos, produtores, lideranças camponesas e diretores da COOPIRECE. Quatro tipos de problemas apresentaram-se

(219) *Idea*

com maior frequência nos seminários realizados para avaliar a irrigação comunitária: O acesso à terra, o crédito agrícola, a comercialização e o despreparo dos técnicos e camponeses.

Tabela 45

Distribuição dos Perímetros de Irrigação Comunitária no Maciço do Feijão Segundo os Municípios e Comunidades Rurais.

MUNICÍPIO COMUNIDADE	ANO DE PLANTAÇÃO	ÁREA IRRIGADA (ha)	FAMÍLIAS BENEFICIADAS	FORMA DE ACESSO À TERRA	ÁREA IRRIGÁVEL (ha)
IRECE					
MEIA HORA	1983	4,0	09	COMODATO	12,0
RECANTO	1985	5,0	10	PERMUTA	06,0
LAGOA DAS EGUAS	1985	2,5	05	PERMUTA	05,0
BARRO ALTO					
LAGEADINHO	1985	2,0	06	DOAÇÃO/PREF.	4,0
AMÉRICA DOURADA					
TANQUE	1985	10,0	17	PERMUTA	10,0
LIMOEIRO	1985	4,8	10	PERMUTA	4,8
QUEIMADAS	1985	3,5	24	DESAPROPR. ?	3,5
L. DO ANTONIO I	1985	14,5	12	COMPRA	14,5
SÃO GABRIEL					
GABRIEL I	1987	10,0	13	PERMUTA	10,0
BESOURO	1985	4,0	20	PERMUTA	4,0
JORDÃO DOURADO					
RIACHO	1983	22,0	17	DOAÇÃO	22,0
LAFÃO					
RODAGEM	1983	3,0	20	DESAPROPR.	6,0
CARRANA					
MATO VERDE	1985	6,0	22	DESAPROPR.	6,0
TOTAL	-	96,3	186	-	112,8

FONTE : RODRIGUES, W. N. OP CIT

Os Problemas da Irrigação Comunitária

Das cinco formas de acesso a terra, apresentadas na Tabela 44, o comodato foi a mais problemática, pois, remaneciam sempre laços subjacentes de posse do antigo proprietário, projetando-se sobre sua relação com os camponeses irrigantes. Foi usado apenas no Projeto Meia hora, o primeiro dos perímetros comunitários, não sendo recomendado para os projetos seguintes.

Nos projetos implantados e assessorados pela COOPIRECE, o acesso à terra objetivou-se majoritariamente através de permuta por poços tubulares. Nela, o proprietário fundiário troca uma fração de sua terra por um poço tubular. Um mecanismo mais ágil e eficiente, pois os recursos referentes ao valor da terra são transformados em investimento que, mesmo no nível privado, de alguma maneira ajuda no combate aos devastadores efeitos da seca. Como a COOPIRECE dispunha de duas perfuratrizes de poços tubulares, o processo reduzia a difícil circulação de recursos financeiros, no sempre lento aparelho do Estado. Assim ocorreram permutas nos perímetros comunitários de Lagoa das Águas, Recanto, Tanque, Limoeiro, Gabriel I e Besouro.

A cessão incondicional definitiva, foi utilizada para promover o acesso à terra em vários perímetros de irrigação comunitária como Lagedinho, Riacho e Tanque. Nesta forma, a Associação Comunitária pressiona a prefeitura através de abaixo-assinados, comissão de representantes, reuniões amplas com autoridades, até obter áreas pertencentes ou a serem adquiridas pela edilidade para instalação dos perímetros. Foi assim em Riacho e Lagedinho.

A desapropriação por interesse social através do Governo do Estado da Bahia ocorreu nos perímetros de Mato Verde, Rodagem e Queimadas. Com a promulgação da Constituição Federal em 1988 e a

vitória das forças sociais que se opunham à Reforma Agrária no plano nacional e, ainda a posse de Nilo Coelho no Governo Estadual da Bahia, notório proprietário fundiário e adversário da Reforma agrária, foi extinta a Secretaria Estadual de Reforma Agraria e este tipo de acesso à terra sai por inteiro da agenda de Governo.

Outro tipo de problema recorrente na execução do Projeto Irecê-BID e sempre apontado em ambos os seminários de avaliação, foi a questão do crédito rural. O projeto previa a aplicação de US\$ 21 bilhões de dólares, em cinco anos, através do financiamento do investimento, da produção e comercialização com base institucional no Decreto Lei nº91.179 de 01/04/85 (artigos 8º e 9º) que consolida o PAPP, sendo a aplicação sempre de acordo com Manual de Crédito Rural - MCR - 8/2 do Banco Central. Atropelado pelas políticas de estabilização que têm marcado a trajetória da economia brasileira desde o final dos anos setenta, o segmento Crédito Rural no período foi muito problemático na agricultura brasileira em geral e no caso dos perímetros de irrigação comunitária, constituiu-se em um fator desorganizador dos planos agrícolas elaborados pelas associações comunitárias de irrigantes. Sempre atrasado no tempo, o crédito rural acarretou grandes dificuldades para a COUPIRECÊ suprir, com recursos próprios, os financiamentos contratados para a produção nos perímetros, onde os produtores, na maioria camponeses despossuídos, não dispunham de recursos próprios para financiar suas atividades. Este problema muito concorreu para desestimular uma parcela de camponeses que, premidos por necessidades impostergáveis, eram obrigados a abandonar os perímetros e migrar em busca de salário. Os produtores em todos os seminários levantaram a questão das taxas de juros e da correção monetária do crédito rural, elevando o custo financeiro da produção para patamares não conhecidos pelos preços agrícolas. Citam exemplos contundentes, como o preço do alho (produto significativo na maioria dos perímetros) que ficou estabilizado nas safras comercializadas em dezembro/86 e dezembro/87, ameaçando a

rentabilidade desta lavoura.

Outro tipo de problema muito importante na experiência dos perímetros de irrigação comunitária diz respeito a desarticulação do aparelho do Estado, onde as instituições componentes do governo estadual estavam apropriadas por diferentes segmentos políticos, com interesses nem sempre convergentes, muitas vezes contraditórios e não poucas vezes particularistas. A própria CAR, o órgão coordenador das instituições que atuavam na PDRI-Irecê, estava com alguns setores "balkanizados", prisioneiros de interesses imediatistas de frações políticas da classe dominante, de forma tão ostensiva que, entre 1986 e 1990 houve situações nas quais a diretoria executiva não gozava de autonomia e independência para nomear seus gerentes regionais.

Também a comercialização da produção agrícola revelou-se um dos problemas maiores dos perímetros de irrigação comunitária. Apesar da COOPIRECÊ empenhar sua estrutura nesta questão, os produtores sempre estão sentindo o reflexo de um sistema de comercialização da produção agrícola dominado pelo capital comercial. Na verdade, a cooperativa dispõe de um técnico de nível superior e outro de nível médio atuando na comercialização. Uma central de compras, dois caminhões e um box na CEASA, (Central de Abastecimento de Salvador) além de vários armazéns para oferecer suporte físico para a comercialização. O Serviço de Informações de Mercado - SIMA - tem escritório instalado na COOPIRECÊ através de convênio celebrado entre as duas entidades. Todavia, remanecem problema de comercialização que a COOPIRECÊ não tem como tratar, conforme Rodrigues assinalou: "a ação dos atravessadores que comercializam pela via da sonegação de impostos sobrepujam as ações da cooperativa que ao contrário tem por necessidade pagar todos os tributos ". (220)

Finalmente o quarto tipo de problema observado na

(220). Rodrigues, W.N. op cit p.31

experiência de perímetros de irrigação comunitária diz respeito à

qualificação dos recursos humanos. Desde logo, é oportuno adiantar que a tipificação dos produtores na Região de Irecê é uma temática interessante que continua a desafiar estudiosos, sendo um estimulante veio para uma pesquisa. Todavia não cabe nos limites deste trabalho. Também vale lembrar que, não obstante, o grande esforço da CAR para qualificar seus recursos humanos no período analisado, os próprios técnicos que participaram da experiência e dos seminários de avaliação, reconhecem explicitamente a dificuldade de lidar com o problema e a necessidade de melhor qualificação. (221)

Com relação aos camponeses que participaram da experiência, sente-se a falta de um estudo sistematizado para definir seu tipo antro-po-sociológico. Foram encontradas algumas referências esparsas no material bibliográfico disponível que permitiria elaborar um projeto de pesquisa com tal finalidade.

Oliveira e Cunha⁽²²²⁾ aplicaram questionários entrevistando toda a população da comunidade de Meia Hora, um vilarejo do Maciço do Feijão, típico da área onde concentraram-se os projetos de irrigação comunitária. A faixa etária entre 0-12 anos compreendiam 39,10% da população residente enquanto 10,2% estavam com cinquenta anos ou mais. Entre os 11 produtores participantes do perímetro irrigado apenas dois tinham o primeiro grau e os demais eram analfabetos. Apenas um produtor possui terra enquanto 10 eram despossuídos.

A irrigação era uma prática desconhecida pelos camponeses. Conforme foi visto no capítulo 3, apenas 0,2% dos

(221) VEJA CAR. Seminário sobre a realidade e perspectiva de irrigação comunitária na Região de Irecê. Dezembro de 1987. Mineo. p. 34; CAR. II seminário sobre a realidade e perspectiva da irrigação comunitária na Região de Irecê. Questões abordadas. Julho de 1988. Mineo. p. 18, e RODRIGUES, W.N. Alguns aspectos da perspectiva da produção de horti-frutícolas na Micro-região de Irecê. Março de 1990. Mineo. p. 18

(222) OLIVEIRA, A. e CUNHA, J.E.M. Uma experiência de horta comunitária com mulheres na Região de Irecê. 8a. irrigada com águas subterrâneas. Salvador, n.d. n.p.

estabelecimentos rurais usavam esta prática em 1980. Estes poucos usuários de irrigação eram médios e grandes proprietários fundiários que tem acesso aos recursos que a prática de irrigação exige.

Algumas Vantagens da Irrigação Comunitária

A irrigação comunitária pode proporcionar ocupação regular e produtiva aos camponeses durante todo o ano, constituindo-se numa promissora alternativa para mudar a tradicional forma de enfrentamento do problema da seca. Nesta perspectiva, há de ser examinada como uma política social que transcende de muito o caráter assistencialista que tem marcado, historicamente, a intervenção do Estado no combate aos efeitos calamitosos daquele fenômeno climático. Intervenção esta, que nunca é demais repetir, tem sido caracterizada pelo paternalismo estéril que muito tem contribuído para sedimentar a passividade dos camponeses, anulando por esta via, o enorme potencial de ajuda mútua que lastreia suas formas de resistência, na permanente luta pela reprodução social.

Por outro lado, a irrigação comunitária constituiu-se numa forma fecunda de ajuda econômica a um segmento social submetido a processos perversos de empobrecimento e que cria condições de sobrevivência, no lugar de origem, para uma parcela significativa dos grupos expostos aos estímulos dos fluxos migratórios. Todavia, não se pode esperar desta estratégia de intervenção uma reversão das tendências imanentes às leis gerais do processo de desenvolvimento capitalista na agricultura. Não obstante, percebe-se com muita clareza que intervenções estatais com tais características, podem reduzir o ritmo de empobrecimento das

populações rurais do semi-árido, ao tempo em que prepara pedagogicamente os produtores diretos para a prática de patamares tecnológicos sem os quais não parece existir formas de convivência com a seca nos sertões do Nordeste. Este aspecto é muito importante. Afinal, nunca é demais repetir, no Maciço do Feijão poucos estabelecimentos rurais conheciam a irrigação. E, sabe-se que estes estabelecimentos recrutavam mão-de-obra nas levadas de migrações circulares, nas quais havia operários rurais com experiência adquirida na predatória cultura da cebola nas margens do Rio São Francisco.

Para além do aspecto tecnológico, a abertura para a participação comunitária do produtor em experiências deste tipo, tem um conteúdo pedagógico muito forte, na medida em que conduz o participante a verificar a viabilidade econômica de suas atividades, o que é fundamental para produtores que mantêm e vão aprofundar vínculos com os mercados. (223)

Por outro lado, a troca de experiência, através de dias de estudo, encontros com grupos de diferentes perímetros, permite socializar um conhecimento estratégico para a sobrevivência das populações no semi-árido, além de abrir um espaço de discussão para questões de interesse comum que se articulam com o processo de fortalecimento do processo comunitário mais amplo. (224)

Além disto, são experiências que se abrem para renovadas relações de trabalho, onde são questionadas as relações de poder, a necessidade do chefe, do patrão e por consequência, as próprias formas de dominação social e política que, em última

(223) OLIVEIRA, I. P. Micro-projetos econômicos comunitários. Limites e possibilidades. Cadernos CEAS, nº 115. Salvador, maio/junho/1988. p. 41

(224) Idem, Idem.

análise, materializam a reprodução do atraso e dificultam a construção de uma nova sociedade.

É bastante significativo o efeito demonstração que estas pequenas experiências podem potencializar, induzindo uma percepção da possibilidade de uma utopia de uma sociedade onde a solidariedade seja o alicerce fundamental.

6.5.3. A Cooperativa de Jacobina

Fundada em 29/07/51, a COOMAJ - Cooperativa Mista Agropecuária Responsabilidade Limitada - só foi instalada em 27/05/57. Sua área de abrangência formal refere-se aos municípios de Caldeirão Grande, Caem, Ibititá, Irecê, João Dourado, Lapão, São Gabriel, América Dourada, Jacobina, Ouralândia, Quixabeira, Miguel Calmon, Morro do Chapéu, Monte Alegre da Bahia, Saúde, Serrolândia, Várzea do Poço e Várzea Nova. (225)

Desde sua origem, a COOMAJ concentrou suas atividades em empréstimos aos associados e comercialização de implementos e insumos. A recepção e venda da produção só aconteceram em ocasiões esporádicas.

Sua primeira administração estendeu sua permanência por sucessivos mandatos até 1975, caracterizando desde a gênese o que na região cognominaram de "cooperativa de um dono só".

(225) Diferentemente dos sindicatos, as cooperativas podem abranger áreas de outras congêneras sem problemas legais.

Os registros de associados não contêm exclusões, de modo que o número de filiados vai a quase 2000, havendo participação de estimadamente 700 associados. (226)

Entre 1977 e 1979 a COOMAJ teve suas atividades suspensas através de intervenção do Banco Central, devido a situação financeira difícil e má gestão dos negócios da Cooperativa.

Em 1979, suspensa a intervenção federal, a COOMAJ retorna às atividades com eleição e posse de um novo Conselho Administrativo que prolongou sua gestão até 1988, mantendo a tradição da Cooperativa. Esta administração também mostrou-se sem condições de gerir a Cooperativa, levando-a a uma situação extrema em que sua sede estava em vias de ser leiloada para cobrir débitos com direitos trabalhistas reclamados em juízo. A sede da Cooperativa foi salva por um empréstimo pessoal do presidente do Rotary no valor de Cr\$ 1,0 milhão em abril de 1987. Antes, em 1983 a COOMAJ repassou recursos do BNCC para perfuração de poços. Dos 350 candidatos apenas 13 foram atendidos. Até hoje este dinheiro não retornou ao extinto BNCC, persistindo por isto uma pendência judicial já que o Banco executou as dívidas em nome da União.

Em 1988, tomou posse uma nova diretoria formada também por grandes pecuaristas que vêm tentando revitalizar a cooperativa através de uma administração mais modernizada, voltada para atender médios e grandes proprietários fundiários. Sua meta mais ambiciosa é a instalação de um posto de resfriamento de leite para permitir reduzir o enorme poder de barganha da Alimentos da Bahia S/A - ALIMBA, uma subsidiária da Parmalat - que compra o leite das fazendas com determinação praticamente unilateral de

(226) Fundação Centro de Estudos e Pesquisas. Estudo diagnóstico da Cooperativa Mista Agropecuária de Jacobina, Responsabilidade Ltda. COMAJ, Salvador, 1989 21 p. Tab. e Ilust.

preços. A Alimba discrimina preços menores para os menores fazendeiros, além de trabalhar com um sistema de cotas que privilegia a regularidade da oferta.⁽²²⁷⁾ A oscilação da produção em consequência da estacionalidade das chuvas é um problema maior para os menores fazendeiros que têm menor poder de investimento em instalações e equipamentos. Resulta, portanto, que a presença da Alimba na área, ao retirar o leite para suas instalações em Salvador (400 km), funciona como elemento dinâmico no processo de concentração da riqueza na área. Os maiores fazendeiros que obtêm preços até 60% mais elevados não vêm motivos para mudanças no processo de comercialização do leite. O sistema de cotas - que as vezes implica em dois preços diferentes para o mesmo produto no mesmo dia e lugar - paga um preço mais elevado para a quantidade oferecida na seca e um menor para a quantidade que exceder a produção obtida na seca, penalizando os produtores que não modernizaram o processo produtivo para reduzir o efeito da estacionalidade das chuvas sobre a produção.

Esta "queda de braços" entre pecuaristas, mediada por uma multinacional, tem levado a COOMAJ a uma situação de latência, apesar de algum dinamismo na área de distribuição de sementes que atende a 170 produtores que também são assistidos por crédito e extensão rural em convênio com o Estado e o Banco do Brasil.

(227) Baseado no depoimento do Sr. Marivaldo Teixeira Santos, pecuarista e presidente da COOMAJ, tomado em Jacobina (24/04/91).

7. ACUMULAÇÃO PRIMITIVA: A Grilagem Na Região de Irecê

7.1. Acumulação Primitiva e o Modo de Produção Capitalista - Algumas Anotações

Mesmo sendo tratado já por Adam Smith, a temática da acumulação primitiva vai ganhar estatuto teórico na obra de Karl Marx. Após tratar a questão da mercadoria e do dinheiro, de sua transformação em capital e da produção de mais valia absoluta e relativa, bem como da lei geral da acumulação capitalista, o autor d'O Capital abre espaço em sua obra maior para discutir a acumulação primitiva. E, o faz dissociando-a da lei geral da acumulação capitalista, como um processo que "não decorre do modo capitalista de produção, mas é o seu ponto de partida".

No capítulo XXIV d'O Capital, ao tratar da acumulação primitiva, Marx satiriza Thiers e sua lenda econômica, segundo a qual houve, no passado remoto, uma elite laboriosa que foi acumulando riqueza, contrapondo-se neste processo a uma população vadia, que, no limite, só lhe restou a "pele para vender": a força de trabalho. Seria este, pois, o pecado original na economia política do modo de produção capitalista...

Ao reler este texto, tive a mente assaltada por uma digressão, originada por estórias escutadas no terreiro da casa do Velho Chico de Assis, antigo vaqueiro na Região de Irecê. Como em toda a área povoada sob a égide da pecuária no Nordeste do Brasil, na Região de Irecê durante a colonização, praticamente, predominaram os traços étnicos do colonizador e dos arborigenes. Os traços étnicos da raça negra marcaria mais

profundamente a região litorânea, sobretudo onde houve o ciclo da cana-de-açúcar.

Apesar disto, ou talvez por isto, o preconceito contra o negro disseminado ou mesmo imposto pelo colonizador, matiza mais fortemente a cultura da população sertaneja. Neste contexto, conta o Velho Chico de Assis ter escutado de seus antepassados uma estória que, parecendo-lhe verdadeira, indicava com precisão a origem da raça negra. Segundo sua narração, no passado remoto, todos os homens, mulheres e crianças eram de cor preta. Insatisfeitos por isto, reuniram-se em comissão e foram ao Senhor reclamar uma providência para aquela uniformidade que lhes parecia imposta e absurda. Então, o Senhor em sua misericórdia, criou uma lagoa sagrada, com a particularíssima propriedade de tornar branca toda pessoa que se banhasse em suas águas. Houve grande confusão, pois todos queriam banhar-se logo na tal lagoa. Aliás quase todos. Aqueles mais preguiçosos, não tiveram pressa alguma e vieram tão vagarosamente, de modo que ao chegar na lagoa, a água estava no fim, sendo suficiente apenas para molhar as palmas das mãos, as plantas dos pés e os dentes. E ficaram pretos para sempre...

Digressão à parte, Marx escolheu a Inglaterra para estudar a acumulação primitiva, onde este processo assumiu sua forma clássica. Todavia, o processo de acumulação primitiva, não sendo parte constitutiva da dinâmica de expansão do capital, refere-se aos meios pelos quais é alavancada a classe capitalista em formação. É primitiva porque utiliza meios extra-econômicos para realizar um fim: a expropriação dos produtores diretos que, em grandes levadas, são convertidos em assalariados.

"É a história da expropriação que sofreram foi escrita a sangue e fogo nos anais da humanidade". (228) Mesmo analisando o caso exemplar da Inglaterra, onde a acumulação primitiva

(228) Marx, K. O capital, op cit p. 830

assumiu configuração nítida no século XVI, Marx não associa biunivocamente a acumulação primitiva àquela época, conforme pode sugerir uma leitura menos atenta de Mandel: "Marx, além disso, elaborou o simples axioma teórico de que a gênese do capital não deve ser equiparado ao seu autodesenvolvimento...".

"Em outras palavras a acumulação primitiva de capital e a acumulação de capital através de mais valia não são apenas fases sucessivas da história econômica, mas também processos econômicos convergentes. Até hoje, ao longo de toda história do capitalismo, processos de acumulação primitiva de capital têm coexistido junto à forma predominante de acumulação de capital, através da criação de valor no processo produtivo".

"Embora esse processo de acumulação primitiva já pressuponha a existência do modo de produção capitalista, ao contrário do processo histórico de acumulação primitiva de capital descrito por Marx... ele é, apesar disto, de importância considerável nos países coloniais e semi-coloniais - os chamados países em desenvolvimento. Em geral nessas áreas, o processo permanece ainda, quantitativa e qualitativamente, mais decisivo para a estrutura social e o desenvolvimento econômico do que a criação de mais valia no decorrer do processo de produção". (229)

Na verdade Marx separa a acumulação primitiva do processo de produção de mais valia como um recurso analítico, visando maior clareza de exposição e facilidade de compreensão dos dois processos mencionados. Entretanto, mesmo antes de descrever e analisar a expropriação dos camponeses da Europa, particularizando o caso da Inglaterra, ele já explicita a recorrência da acumulação primitiva no modo de produção capitalista:

"A expropriação do produtor rural, do camponês, que fica assim privado de suas terras, constitui a base de todo o

(229) MANDEL, E. O capitalismo tardio. São Paulo, Nova Cultural, 1985. p. 30

processo. A história dessa expropriação assume coloridos diversos nos diferentes países, percorre várias fases em sequência diversa e em épocas históricas diferentes".(230)

A relação da acumulação primitiva com o primado do capital comercial na gênese do modo de produção capitalista encontra no trabalho de Oliveira uma análise consistente. Para o autor, "*a acumulação do capital no comércio, na usura e na manufatura, a formação do mercado mundial e o estabelecimento do sistema colonial, a política mercantilista e a ação do estado absolutista "disciplinando" o nascente proletariado e regulando salários*" constituem determinantes do processo de acumulação primitiva na constituição do modo de produção capitalista.(231)

Na escala regional do objeto tratado neste estudo, a dominância do capital comercial na agricultura de Irecê, a transformação da terra em mercadoria ao ser convertida em valor de troca e garantia hipotecária para crédito rural subsidiado, constituem determinantes do processo de acumulação primitiva. Tal processo é dinamizado por políticas voltadas para a expansão da economia capitalista na agricultura, implementadas por um Estado autoritário, guardião dos interesses de uma elite agrária refém do capital comercial que não lhe abre espaço para converter-se em burguesia rural. E, a força deste Estado autoritário ao nível nacional, apresenta-se no Poder Legislativo que fecha-se para qualquer mudança na estrutura fundiária; no Poder Judiciário que por trás de filigramas jurídicas nega aos produtores diretos o reconhecimento da propriedade privada da terra, seu principal meio de produção. O Estado autoritário manifesta-se ainda através do poder de polícia que, na área em estudo, existe principalmente para sancionar estruturas de dominação de classe.

Apesar do distanciamento histórico e geográfico da acumulação primitiva do sistema colonial mercantilista analisado

(230) Marx, K. O capital. op cit p. 831

(231) OLIVEIRA, C.A.B. de - O processo de industrialização - do capitalismo originário ao atrasado. Tese de doutoramento. UNICAMP, Campinas, 1985. p.27

por Oliveira, também na região de Irecê, "a síntese, o momento essencial do processo de acumulação primitiva é representada pela dissociação entre o produtor e seus meios de produção, ou seja, pela expropriação dos produtores independentes"

E, a expropriação de camponeses na Região de Irecê assume, não poucas vezes, formas extra-econômicas extremamente violentas como relatarei na sequência.

7.2 Conflitos na Região de Irecê

"A violência no campo, na região de Jacobina, mais propriamente nos municípios de Várzea Nova e Caém, causada pela ganância voraz dos latifundiários locais que na busca insana de apambarcarem todas as terras agricultáveis, organizam "cruzadas da morte" que voltam-se contra posseiros, lideranças sindicais, religiosas e comunitárias, havendo, em menos de 90 dias, ceifado a vida de três trabalhadores rurais, realizado duas tentativas de assassinatos contra outros trabalhadores, instalando um autêntico clima de terror na região..."

Faca ao exposto... REQUEIRO à mesa... a constituição de uma comissão Especial de Violência no Campo... devendo prioritariamente debruçar-se sobre o quadro de violência no campo na região de Jacobins". (232)

O Setor de Documentação da Comissão Pastoral da Terra - CPT - Regional da Bahia e Sergipe acompanha, desde 1981, os conflitos fundiários e trabalhistas nas duas unidades de federação.

Este acompanhamento é realizado em duas frentes. Na

(232) MODESTO, A. Requerimento nº 2663/88 ao Presidente da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, Salvador, 01 de dezembro de 1988.

primeira, um levantamento sumário é realizado na imprensa das duas capitais através dos jornais diários e publicações semanais. De outro lado, as assessorias da CPT localizadas nas 22 Dioceses dos dois estados fazem um trabalho analítico, além de um acompanhamento sistemático e localizado dos principais conflitos fundiários.

O Maciço do Feijão está localizado na Diocese de Irecê. Dos 518 conflitos registrados na Bahia no período 1981-1990, apenas 5 ocorreram naquela Diocese (Tabela 33.a). Significa, pois, que entre as 20 Dioceses da Bahia, aquela onde localiza-se o Maciço do Feijão apresenta o menor número de conflitos fundiários e trabalhistas. Este dado fortalece a idéia central deste trabalho, na medida em que, a expansão da atividade econômica, vertiginosa, porém apoiada na intensidade de uso de capital, tende a ensejar a emergência de relações sociais mais democráticas, onde o potencial de conflitos imanente às atividades dos segmentos sociais envolvidos na produção, pode mais facilmente ser diluído na negociação e no diálogo. Uma inferência que Favero, provavelmente contrafeito, assinala:

"Parece ser verdade não ter havido grandes 'conflitos' de terra em Irecê. Isto não impediu a disseminação de pequenos conflitos envolvendo vizinhos, principalmente nos anos 60 e 70 segundo depoimentos que ouvi".(233)

Todavia, a realidade objetiva, sendo "síntese de múltiplas determinações", não pode ser apreendida no interior de modelos puristas. Também em Irecê, a grilagem apresentam-se como fenômeno associado ao arbítrio que permeia toda a sociedade brasileira, não conhecendo limites regionais ou políticos. Além das questiúnculas registradas por Favero e que foram também observadas na fase de campo desta pesquisa, outras questões de maior ordem de grandeza emergiram nas entrevistas com

(233) FAVERO, C.A. op. cit p. 136

informantes qualificados, algumas sendo posteriormente observadas no acompanhamento realizado pela C.P.T. Este é o caso da Fazenda Senhoral, localizada na confrontação dos municípios de Irecê e Xique-Xique, terras já pertencente ao domínio que Melo chamou "Áreas de Baixa Ocupação dos Solos", um espaço transicional entre macrorregiões (Nordeste, Amazônia e Brasil Central) Ali prevalece a "pecuária bovina em moldes primitivos que se combina com lavouras de minúsculas proporções e, em certos trechos, com o extrativismo vegetal".(234)

O carvão vegetal⁽²³⁵⁾ é o produto extrativista que complementar a estratégia de sobrevivência dos posseiros da Fazenda Senhoral. Estes posseiros possuem documentação da área que ocupam. Não obstante em fevereiro de 1988, o grileiro Ailton Moura, após sucessivas ameaças de morte, acompanhado de pistoleiros, de forma arrogante e atrabiliária, derrubou casas, destruiu cercas, roças e fornos de carvão, expulsando 75 famílias⁽²³⁶⁾. A questão arrasta-se melancolicamente no judiciário.

Estas "Áreas de Baixa Ocupação do Solo" têm sido objeto privilegiado de grilagem, não poucas vezes patrocinadas por beneficiários dos projetos pecuários com recursos públicos através de incentivos fiscais e financeiros da SUDENE (antigo artigo 34/18, atual FINOR). Tais empreendimentos são prototípicos do padrão agrário de desenvolvimento com larga expansão horizontal da atividade agropecuária. Sua forma de ocupação do solo favorece o avanço de frentes especulativas e a expulsão de produtores diretos, através do uso da violência, conforme

(234) Melo, M. L de Regionalização agrária do Nordeste. op. cit p. 214

(235) Esta atividade é estimulada por empresas metalúrgicas de Salvador, em flagrante desrespeito à legislação ambiental vigente, estando a merecer estudos e providências das autoridades competentes.

(236) Comissão da Pastoral da Terra./Nordeste III. Conflitos no campo - 1988. Salvador/Bahia. Maio 1988 p. 3

assinala a FETAG: "Um trabalhador rural assassinado a cada 15 dias é o saldo de 10 anos de luta pela terra nos municípios de Ibotirama e Xique-Xique, agravado pela impunidade de pistoleiros e mandantes de crimes". (237)

Entretanto, é importante ter sempre presente que a expropriação com o uso da violência, a acumulação primitiva no Vale do São Francisco é um fenômeno generalizado e fortemente apoiado pelas políticas e instituições governamentais, conforme denúncia o Presidente da CONTAG: "A grilagem em todo o Vale do São Francisco acompanha de perto as obras de infraestrutura que vão sendo implantadas na Região. A cada construção de barragem, a cada abertura de uma nova estrada, os grileiros vão apossando-se das terras dos antigos moradores, com o intuito de especular com estas terras valorizadas no mercado... Essa grilagem cresce e se alastra, favorecida pelos incentivos do governo e das empresas governamentais. Pelo que se pode deduzir a CHESF e a CODEVASF estão mais preocupadas com a instalação de grandes projetos agropecuários e com resultados econômicos de curto prazo do que com a melhoria das condições de vida dos trabalhadores, apenas considerados como mão-de-obra barata para as empresas a serem instaladas no Vale, voltadas para a monocultura e exportação." (238)

As conclusões de uma pesquisa patrocinada pelo Governo do Estado da Bahia apoiam as observações do presidente da CONTAG com relação a atuação da CODEVASF no Vale, além de registrar que as metas ambiciosas dos planos de empresa sempre estiveram longe de concretizar-se. Ou seja, a área efetivamente irrigada é muito inferior às previsões. Depois desorganiza a economia existente, sem gerar os empregos que são destruídos na construção de suas instalações e barragens. Além disso, dois terços da área irrigada

(237) FETAG-BA. Relatório de conflitos. Violência no campo, 89 Salvador, 1990, Mimeo, p. 24.

(238) SILVA, J.F. - Depoimento prestado pelo Sr. José Francisco da Silva, na Comissão Parlamentar de Inquérito que apura as causas e consequências da cheia no Vale do São Francisco. Brasília, abril de 1981. Mimeo, p. 51

pela CODEVASF na Bahia pertencem a duas empresas privadas que se dedicam ao cultivo e processamento da cana-de-açúcar, com absorção relativamente pequena de mão de obra. (239)

Apenas para realce, vale lembrar que o Maciço do Feijão, ficando situado no vale do São Francisco, limita-se com o município de Xique-Xique, apresentando contudo, uma formação histórica distinta. Ali, as condições de reprodução social camponesa apontam para o desenvolvimento de um padrão agrário assentado na pequena e média propriedade fundiária com elevada intensidade de uso de capital. Esta evolução tende a desdobrar-se em condições distintas para o desenvolvimento do quadro de relações sociais mais amplos, onde os conflitos tendem a evoluir com uma dinâmica diferente daquela predominante no Vale do São Francisco. Além disso, parte significativa da população camponesa encontra formas de sobrevivência, semi-integrando-se ao processo produtivo através das culturas comerciais da mamona, do milho e do feijão, sendo que estes últimos também têm grande expressão no consumo doméstico das famílias camponesas. (240) Esta dupla face do processo produtivo no interior da unidade de produção camponesa, onde valores de uso e valores de troca são produzidos simultaneamente, tem permitido a uma parcela significativa dos produtores diretos escaparem da decomposição do campesinato, imposta pelo primado de relações capitalistas na agricultura da Região.

Porem, como foi visto nos capítulos 2 e 3, a Região de Irecê é constituída por quatro sistemas de produção que guardam identidades e diversidades que os qualificam. São mais expostos

(239) CPE-SEPLANTEC. O Pequeno produtor... op. cit. p. 118

(240) Os dados disponíveis sobre a reserva que os camponeses fazem para o consumo familiar e produtivo dão conta que na safra 1978/79, 62,38% dos entrevistados guardavam entre 0 a 30% da colheita do feijão. 53,38% dos entrevistados reservavam também entre 0 a 30% da colheita do milho. Entre 91% e 100% da colheita são reservados por 13,76% dos produtos no caso do feijão e 19,5% no caso do milho. Os dados referem-se ao município de Irecê e aos produtores com área inferior ou igual a 50 hectares. IN CPE-SEPLANTEC. O Pequeno Produtor... op. cit. p. 76

aos processos de acumulação primitiva o Sistema de Produção IV - O Beira Rio - onde localiza-se o citado município de Xique-Xique e o Sistema de Produção III polarizado por Jacobina. A grilagem na Região de Irecê não escapou a aguda observação do professor Manuel Correia de Andrade: "Os grileiros, geralmente latifundiários capitalistas, dispõem de bons advogados de influência política e usam do poder para se apossar de terras ocupadas há dezenas de anos por pequenos produtores. Para isto tem a seu serviço prepostos locais que fazem as primeiras pressões e ameaças, e, quando estas não dão os resultados almejados, agem violentamente contra as pessoas e contra os bens - destruição de habitações, matança ou confisco de animais, destruição de utensílios de trabalho... Sendo a Região de Irecê uma das mais ricas e produtivas é, naturalmente, uma área onde a terra tem grande valor, despertando a cobiça dos grileiros".(241)

O Maciço do Feijão tem constituído-se numa área de exceção, pois, além de suas fronteiras, seja em Xique-Xique como foi visto ou no Sistema Jacobina como veremos, a violência rural tem sido o desaguadouro dos conflitos fundiários e trabalhistas. No Maciço do Feijão a grilagem inclusive provocou resgate do associativismo informal - "antiga forma de solidariedade vicinal" objetivada através de mutirões de trabalho coletivo. O associativismo informal que cada vez mais é diluído pelo desenvolvimento capitalista na agricultura, encontrou na defesa da terra uma forte motivação para unir camponeses em torno de seus interesses. Há registros de casos em que os camponeses se reuniram e, organizados expulsaram os grileiros, mantendo, inclusive um sistema permanente de vigilância para prevenir situações futuras.(242)

(241) ANDRADE, M. C. de Sertão Sul... op. cit p. 473

(242) O caso é relatado sumariamente por CPE-SEPLANTEC. O pequeno produtor... op cit p. 259

Já no Sistema Jacobina - que, como foi visto, tem uma formação histórica diferente, assentada na mineração e na pecuária, a acumulação primitiva na forma de grilagem de terras é mais frequente e encontra seu espaço privilegiado nas áreas ali denominadas Fundo de Pasto. Estas, combinam na posse da terra, a propriedade privada com sua antítese, a propriedade coletiva. O Fundo de Pasto é uma formação sócio-econômica singular, um costume mais que secular que tem assegurado a reprodução social de camponeses agrupados em clãs, explorando uma agricultura de baixo nível tecnológico, associada a criação de pequenos animais, principalmente, caprinos introduzidos pelo colonizador, mas que perderam algumas características que na Europa lhes conferiam maior produtividade, para ganhar maior rusticidade que lhe permite conviver com as adversas condições mesológicas do semi-árido.

Os camponeses dos Fundos de Pasto exploram uma pequena área de agricultura de vazante na margem dos rios, onde produzem feijão, milho, melancia, batata doce e outros cultivos temporários que acompanham a decida das águas dos rios para menores cotas, aproveitando bem o húmus decantado que fertiliza o solo. Nas cotas mais elevadas, onde as águas dos rios, normalmente, não sobem, eles produzem lavouras de maior ciclo produtivo tais como mandioca, mamona e algodão mocó. Estas duas pequenas áreas são individuais e cercadas. Nas cotas ainda mais elevadas, já no pediplano, as terras são coletivas, não existindo cercas para individualizar a posse da terra. Ali, eles criam os rebanhos caprinos cuja propriedade é individual. Este é o caso mais geral e completo da forma Fundo de Pasto. Em muitos casos, porém, não existe a agricultura de vazante por não existirem rios ou lagoas nas proximidades. As habitações são construídas em pequenos núcleos, ao redor das casas dos ancestrais, podendo evoluir para vilas e povoados.

O Fundo de Pasto assemelha-se, em alguns aspectos, ao sistema de cultura de três afofamentos, conforme descrito por

Kautsky.⁽²⁴³⁾ Assim, em ambos os sistemas na "terra lavradia, o solo era propriedade privada; como terreno de pastagem, propriedade comum". Outra semelhança diz respeito ao elevado nível autárquico de ambos os sistemas: quase tudo sendo produzido internamente, seja na agricultura de subsistência ou na indústria artesanal doméstica. Finalmente, também assemelham-se no elevado poder de coesão interna que permeia ambos os casos: um sistema de exploração de energia e resistência notáveis, verdadeiramente conservador no melhor sentido da palavra".⁽²⁴⁴⁾

Todavia, existem diferenças grandes entre os dois sistemas. À parte a dimensão histórica, já que o sistema germânico floresceu sob o feudalismo, nele os proprietários dos lotes eram obrigados a cultivá-los de maneira uniforme para que, após efetuado a colheita, os restos das culturas fossem oferecidos aos rebanhos de forma coletiva. Tal obrigação não existe no Fundo de Pasto, onde o proprietário do lote dispõe do mesmo de forma absoluta. E, é exatamente esta disposição absoluta, garantida pela propriedade individual da terra, que permite alguns condôminos venderem seus lotes no Fundo de Pasto, permitindo por esta via a entrada do grileiro que vai cercar uma fração da área coletiva muito superior a alíquota correspondente ao lote negociado, introduzindo um forte potencial de conflito, conforme assinala Garcez⁽²⁴⁵⁾: "A ameaça a este sistema configurado pelo avanço da grilagem representa um grave risco para a economia regional e até mesmo para a sobrevivência dessa população como grupo social organizado".

Entretanto, a grilagem neste caso é apenas a forma aparente de um processo que encontra sua essência no avanço das

(243) KAUTSKY, K. A questão agrária. op cit pp. 36 e seguintes

(244) Idem, p. 37

(245) GARCEZ, A. N. R. Fundo de Pasto, um projeto de vida sertaneja. Mestrado em Direito Econômico da UFBA/SEPLANTEC-8A. Salvador, 1987 p. 17

forças produtivas, na transformação que o modo de produção capitalista impõe às formas de propriedade e organização da produção que não lhes corresponde. Como no caso germânico da "cultura dos três afolhamentos" também no Fundo de Pasto, "por mais sólida que fosse a estrutura deste sistema agrícola, o desenvolvimento, da indústria urbana, e correlativamente do comércio, a feriu de morte, ferindo de igual passo a indústria camponesa". (246)

No caso do Fundo de Pasto, a modernização capitalista da agricultura induzida pelo avanço da indústria de insumos e equipamentos para a agricultura, ao transformar a terra em mercadoria, tende a solapar as bases comunitárias, onde assenta-se tal formação social. Porém, não é um processo linear, nem tais transformações assumem configurações mecanicistas. Assim, fora da Região de Irecê, no Nordeste da Bahia, o Estado em parceria com o Banco Mundial, implantou um projeto de desenvolvimento rural integrado: o PDRI-Nordeste. Apartir de 1985 aquele projeto, no componente de Ação Fundiária, propõe "identificar fatores sócio-econômicos que afetam a escolha de sistemas de titulação para terras comunais para garantir os títulos comunais nas formas propostas, incluindo, no processo, envolvimento de outras instituições - sindicatos, prefeituras, igreja". (247)

Tal intervenção continua a merecer uma avaliação abrangente. Entretanto, pode-se adiantar que a ação do Estado, ao titular terras de alguns Fundo de Pasto, desencadeou um processo de valorização das mesmas. E o impacto mais significativo do projeto foi a redução dos conflitos fundiários com a contenção de parte do processo de grilagem das áreas comunais e o fortalecimento das associações comunitárias que apoiavam os

(246) KAUSTIKY, K. op. cit. p. 38

(247) CAR/PAPP - Programa de Apoio ao Pequeno Produtor. Avaliação da intervenção governamental no sistema produtivo Fundo de Pasto. CAR, Salvador, 1987 p. 101.

camponeses na sua luta com os grileiros. (248)

Retornando ao Sistema Jacobina, vale observar que os conflitos fundiários e trabalhistas ali desenvolvidos são registrados pela CPT da Diocese de Senhor do Bonfim, qual estão subordinados as paróquias dos municípios que constituem aquela sub-área. Entre 1981 e 1990 foram anotados e acompanhados 41 conflitos naquela Diocese, sendo superadas apenas pelas dioceses de Salvador, Ilhéus, Itabuna e Teixeira de Freitas.

Dos conflitos ocorridos no Sistema Jacobina selecionei alguns para registrar a violência que perpassa a expropriação dos camponeses, configurando um processo de acumulação primitiva em toda a sua plenitude.

Um dos casos mais notáveis refere-se as Fazendas Salinas e Piedades no município de Várzea Nova, a 80 km de Jacobina. A Fazenda Salinas pertencia, desde o século passado a Dona Umbelina, mãe de Liberato Joaquim Alves e vários outros irmãos que dividiram a fazenda em faixas equidistantes para serem exploradas pelos filhos da proprietária ainda em vida, com sua aquiescência. Liberato era vaqueiro na Fazenda Piedade que limita-se com a Fazenda Salinas, cuja demarcação nunca foi realizada do ponto de vista legal. Através do sistema de quarteação (a remuneração do vaqueiro corresponde a um quarto da evolução do rebanho), Liberato conseguiu comprar 2000 ta (869,57 ha) na Fazenda Piedade, herdando ainda uma faixa oposta na Fazenda Salinas. Até 1963, as áreas nas duas fazendas eram exploradas combinando agricultura em solo individualizado com pastagens em solos explorados coletivamente, sem que surgissem conflitos entre os condôminos. Naquele ano, José Benigno Filho - um paraibano que migrou para a Região de Irecê - comprou 32 tarefas de um dos herdeiros da Fazenda Salinas e começou a cercar pastos e plantios de lavouras, contando com a

(248) Idem p. 121

colaboração da polícia para fazer frente a reação dos demais herdeiros. O grileiro cercou grandes áreas contíguas nas duas fazendas, (249) instalando desde então um clima de tensão na área. Nas áreas cercadas, o grileiro assentou parentes que fizera vir da Paraíba.

Em 1966, os posseiros deram entrada na justiça em uma Ação Demarcatória para resolver a questão dos limites entre as partes litigantes. Os grileiros não contestaram e o juiz julgou favorável aos posseiros, ficando faltando apenas a medição das terras. As hostilidade não cessaram e aumentou a escalada das pressões sobre os posseiros para efetivar a expropriação. A situação agrava-se com o falecimento do Dr. Neca de Riachão do Jacuípe, o advogado dos posseiros. A sentença judicial não objetivou-se, permanecendo no papel. (250)

Todavia, os posseiros não desistem. Tentam permanecer na terra apesar da situação adversa. Em 1978, eles novamente recorreram à justiça através de uma Ação de Manutenção de Posse e ganharam uma liminar para permanência na área.

Usando artifícios não inteiramente esclarecidos, José Benigno Filho conseguiu documentação da Fazenda Barriguda, no interior da qual havia um sítio denominado Piedade. Ele usou esta documentação para conseguir crédito rural para as duas fazendas junto ao Banco do Brasil, construiu uma grande casa de campo na Fazenda Piedade, regularizou a documentação das duas fazendas. Há rumores que tenha contado com o apoio da Margonaria.

Os filhos de Liberato Alves são obrigados a migrar. Vão tentar a vida em São Paulo, ficando na Bahia apenas o genitor, a

(249) Depoimento de José Henenberg, padre austríaco que trabalha na sub-área de Jacobina, colhido em 23/03/91 na casa paroquial de Jacobina.

(250) DIOCESE DE BONFIM. 12ª Missão da Terra. Jacobina. 1990. Mimeo não paginado

esposa e as filhas. Porém, São Paulo já não é o decantado Eldorado. As migrações já apresentam refluxo. Os filhos de Liberato começam a voltar. Entre estes, Juvêncio Alves de Souza é o primeiro a retornar em 1982, com a disposição de voltar a ser agricultor. Vai tentar cultivar uma pequena gleba na terra do genitor, na Fazenda Salinas. Renovam-se as pressões para expulsar Liberato e os filhos. Destruição de casas, roças, roubos e matanças no rebanho de caprinos são violências que passam a fazer parte do cotidiano das famílias que habitam as Fazendas Salinas e Piedade.

Para facilitar a defesa das plantações, Juvêncio decide convidar as famílias para, com ele, iniciarem uma roça comunitária. A idéia é bem recebida e vinte famílias concretizam a adesão à roça comunitária.

Um negociante e fazendeiro (Renivaldo Mota) que comprara a terra de outro herdeiro da Fazenda Piedade, vende sua posse a Luiz Lima e Arlindo Caíca, que eram fazendeiros e pistoleiros na Região. Estes aliam-se a José Benigno Filho e as ameaças e violências recrudescem. Juvêncio resolve ser religioso e tenta entrar no Mosteiro de Jequitibá dos padres Sistenses, em Serra Redonda na Paraíba. Pretendia estudar, ordenar-se e professar sua fé. Porém, sua idade (36 anos) não permite seu ingresso naquela casa religiosa na condição de seminarista. Ele retorna a Jacobina e com ajuda dos padres Sistenses em 1985 funda a Casa Vocacional para preparar leigos para atuarem jnto aos trabalhos da Igreja. É neste trabalho que ele aproxima-se da população de um bairro periférico de Jacobina, a Estrada Boiadeira, uma ocupação de área pertencente a Rede Ferroviária Federal S/A, onde migrantes e boias-frias constroem suas casas de papelão e madeira. Orienta hortas comunitárias com as mulheres e roças comunitárias com os homens em terras da Prefeitura Municipal. Juntos, fundam a ACTAPEB - Associação Comunitária dos Tiradores de Areia e Pedra da Estrada da Boiadeira. A Prefeitura expulsa os ocupantes de sua área, porém a ACTAPEB já conseguiu "acumular"

algum dinheiro e compra 500 tarefas (217,40 hectares) de um fazendeiro da área. Uma gleba insuficiente para as roças mas que poderia abrigar as hortas comunitárias. Para alojar as roças comunitárias, Liberato Joaquim Alves, o pai de Juvêncio, faz uma doação de terras na Fazenda Salinas, em março de 1988, para onde são deslocados e assentados mais 10 famílias. Formam grupos de 5 famílias com 3 tarefas/família e vão trabalhar com produção e administração coletiva, porém com preservação da propriedade fundiária individual.

Entre os posseiros das Fazendas Salinas e Piedade havia um homem de fala pausada, calmo e muito atento aos seus interlocutores. Muito cedo sua influência junto ao Sindicato de Trabalhadores Rurais de Várzea Nova foi sendo paulatinamente percebida por seus companheiros. Num tempo de negociações, cada vez mais se tornara-se necessário valorizar a moderação. A força dos argumentos revelavam a sua grande empatia. Sua serenidade e determinação desarmavam a impostação que travestia a indiferença das autoridades que, no município, representavam os interesses das classes dominantes. Em 1987, relutara muito, porém aceitou ser presidente do seu sindicato, frustrando os apelos patéticos da zelosa companheira. Uma eleição de candidato único, unânime. Mostrou-se um negociador habilidoso, porém inflexível nos princípios que apontavam para a intransigente defesa dos interesses de seus representados. Rapidamente catalizou a ira dos grileiros com a mesma obstinação com que grajeou a admiração e o respeito dos companheiros de luta. Seu nome: Moisés Vitorino dos Santos.

Vitório cedo compreendeu que a luta no Judiciário necessitava de um reforço: contratou o advogado Aloísio Valério com recursos do STR de Várzea Nova:

Ao longo do ano de 1988 a UDR (União Democrática Ruralista, de Ronaldo Caiado) organizara sua Regional de Jacobina e dava ampla cobertura as pessoas acusadas de grilagem na Região de

Irecê. As agressões a trabalhadores saíam das ameaças para concretizar-se nas feiras livres, no interior das pequenas propriedades e nas emboscadas armadas nas noites de luas do sertão. Os leilões de bois da UDR eram comemorados por filhos de fazendeiros, e alguns embrigados, entrando em recintos fechados, montados em nervosos cavalos com arreios prateados, invadindo bares e restaurantes, pisoteando pessoas com as patas dos fogosos corceis que eram lavados com cervejas ao final das esbórneas. Sob os olhares complacentes das autoridades, comemoravam-se regiamente cada vitória do Centrão na Assembléia Nacional Constituinte. Na sub-área de Jacobina estava instalado um clima de desatinos. Em janeiro de 1985, o juiz de Direito da Vara Civil da Comarca de Jacobina expedira Mandato de Manutenção de Posse em favor de Liberato Joaquim Alves de Souza e outros autores da mencionada ação de manutenção de Posse contra José Benigno Filho, nos termos do processo nº 76 84/78.⁽²⁵¹⁾ Já exarada a sentença, Luiz Carlos Siqueira Lima adquiriu de José Benigno Filho a Fazenda Piedade e ajuizou Ação de Manutenção de Posse contra Liberato Alves (Processo nº 180/88), obtendo a liminar em 27/09/88. O caso provocou grande repercussão na Região. A Associação Comercial e Industrial de Jacobina e a União Democrática Ruralista uniram-se para apoiar Luiz Lima, promovendo flagrante pressão sobre o judiciário. No lado oposto, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Várzea Nova, as CEB's - Comissões Eclesiásticas de Base, a CPT - Comissão Pastoral da Terra abriram espaço para a defesa de Liberato Alves.

A ACTAPEB da Estrada Boadeira e a ALS - Associação de Lavradores de Salinas, juntamente com o STR de Várzea Nova, em 03/10/88 enviaram Carta Conjunta ao Secretário de Segurança Pública, ao Secretário da Reforma Agrária e ao INTERBA - Instituto de Terras na Bahia, solicitando garantia de vida para

(251) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA VIOLENCIA E IMPUNIDADE NO CAMPO. Assembléia Legislativa do Estado da Bahia. Relatório Final. Salvador, Dezembro de 1990. Anexo I, não paginado.

os trabalhadores rurais, a discriminação da área em conflito e a garantia de terra para seus associados. (252)

No dia 15.10.88, no interior do Supermercado Pegue Pague de propriedade de Luiz Lima, no município de Várzea Nova, Antonio Cabeludo e Zé Galego, dois pistoleiros contratados por Luiz Carlos da Silveira Lima, provocaram uma discussão com José Augusto Alves dos Santos que trabalhava na Fazenda São José do Ico, também conhecida por Jabuticaba, no município de Várzea Nova. José Augusto entrara ali para comprar cigarros e os pistoleiros o confundiram com Juvêncio Alves de Souza, o filho de Liberato, a pessoa a quem deviam assassinar.

Inicialmente, Antonio Cabeludo abordou José Augusto no interior do Supermercado, tentando atraí-lo para fora, "simulando numa discussão". Como não conseguiu, saiu do Supermercado, falou com Zé Galego que entrou no Supermercado e assassinou José Augusto com vários tiros. A vítima estava desarmada e era não-violento por convicção. Na sequência, sem qualquer receio, os dois assassinos ficaram em pé, em frente ao Supermercado, assistindo a confusão que provocaram. (253)

Sobre a ação policial após o crime, é esclarecedor o depoimento prestado pelo Delegado de Várzea Nova na CPI da Violência do Campo - Assembleia Legislativa, conforme foi registrado em ata: "Disse que, ao tomar conhecimento do fato foi até o local, encontrando José Augusto já agonizante. Disse que os dois assassinos encontravam-se em frente ao Supermercado do Sr. Luiz Lima, mas eles estavam poderosamente armados, e o depoente nada pode fazer pois contava com um policial e um revólver ... e não tinha condições para enfrentá-los, e os assassinos fugiram num Fiat que não era conhecido na cidade". Indagado sob que

(252) Idem

(253) Idem

providência foram tomadas" respondeu que foi fazer o levantamento cadavérico com o médico local, não fez logo a captura dos assassinos por falta de condições e não chegou até a fazenda do Sr. Luiz Lima, onde fora dito estar os assassinos. "(254)

"A Deputada Amábilia ainda afirmou que consta nos autos que criminosos ainda levaram cinco dias na cidade, chegando até a participar de um comício, ao que o Depoente negou ter conhecimento".(255)

"O Depoente disse que pediu (reforço ao Delegado Regional), porém quando o reforço chegou não mais encontrou os criminosos e que, apesar dele ter visto os assassinos junto ao carro do Sr. Luiz Lima, eles fugiram num Fiat desconhecido... afirmou não conhecer os suspeitos: Antonio Cabeludo e José Galego, apenas os viu uma vez quando foram ao seu Bar para lhe fazer um pagamento".(256)

No dia seguinte ao assassinato, Moises Vitorino, o presidente do STR de Várzea Nova e o Bispo de Senhor do Bonfim e uma comitiva de trabalhadores rurais foram recebidos pelo Governador Waldir Pires. Foram pedir garantias de vida para os trabalhadores e suas lideranças. O Governador autorizou o Secretário da Segurança enviar um delegado especial para a sub-região de Jacobina. O próprio Moises foi assassinado em sua roça no dia 21/12/88 por dois pistoleiros a mando, segundo se comenta, de Arlindo Caica e Luiz Lima. No dia 31/01/89, o mesmo Caica com dois pistoleiros sequestraram Juvêncio Alves, após ferí-lo com tres tiros a queima-roupa, depois de interceptar

(254) ATA da 11ª Reunião Ordinária da CPI da Violência no Campo, realizada em 30/05/90. Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.

(255) Idem

(256) Idem

uma Brasília da CPT de Jacobina. Após o sequestro que durou doze horas de torturas, expuseram seu corpo a um formigueiro e abandonaram em uma fazenda próximo a Jacobina.

Arlindo Caica, gozando de completa impunidade, gostava de ostentar valentia. Custumava comprar a preços aviltados, as terras que estivessem em conflito. Como foi o caso da Fazenda Cais (Jacobina). Ali, uma empresa que extraía mármore esgotou a jazida e fechou as portas, desconhecendo qualquer obrigação trabalhista subsequente.

Os trabalhadores ocuparam as terras de empresa. O proprietário Wilson Pires, vendeu a fazenda a Caica. Logo as hostilidades foram desencadeadas. Caica teve a petulância de passar na casa de um posseiro, desrespeitar a dona de casa e marcar o dia de sábado para ir "comer uma galinha" na residência do posseiro. Veio com dois pistoleiros. Foi morto por tiros de espingarda disparados de dentro das residências, logo ao chegar ao vilarejo.⁽²⁵⁷⁾ Até esta data a justiça não prendeu qualquer dos protagonistas da violência rural em Jacobina.

(257) Depoimento do Sr. Gerônimo José de Souza, Tescureiro do STR de Várzea Nova em 14.12.93

8. CONCLUSÕES

O esforço teórico central deste trabalho tenta dar conta da associação entre a intensidade de uso do capital na agricultura e as resultantes relações sociais do ponto de vista das condições de organização da força de trabalho, aqui entendida como o conjunto dos produtos diretos.

Visando escapar à tentação do fácil caminho mecanicista, foram desenvolvidos estudos sempre numa perspectiva histórica, buscando desvendar as tendências imanentes aos processos sociais, privilegiando sempre a teoria do desenvolvimento do capital na agricultura e as correspondentes mediações que lhes impõem as condições objetivas confrontadas pelo capital, ao apoderar-se do processo de trabalho e do processo de produção na agricultura. Neste esforço, ao debruçar-me sobre a modernização capitalista da agricultura do semi-árido no Estado da Bahia, foi possível verificar parte das especificidades que marcam a produção do espaço pelo capital, ao reverter as estruturas da formação social pre-existente para transformá-las, adaptando-as às possibilidades da acumulação capitalista.

No Estado da Bahia, a modernização conservadora da agricultura teve nos anos setenta o seu período de maior importância. Além disso, concentrou-se no litoral (cana-de-açúcar e cacau) e em poucas culturas no interior (feijão em Irecê, culturas irrigadas no São Francisco e soja no Oeste). Na maioria das regiões predominou o padrão de expansão da pecuária extensiva - a "pecuarização". Apartir de critérios associados à intensidade de uso de capital, neste estudo foram escolhidas as sub-áreas do Maciço do Feijão e de Jacobina, ambas na Região de Irecê, para examinar em detalhes a questão da organização da força de trabalho.

O Maciço do Feijão é uma sub-área de 10 municípios⁽²⁵⁸⁾, onde dominou a modernização com intensidade de uso de capital, com mecanização parcial da lavoura de pequenos e médios produtores, resultando na semi-integração de produtores de feijão em torno de uma cooperativa. Na sub-área de Jacobina predominou o padrão horizontal da atividade econômica com baixa intensidade de uso de capital por unidade de área produtiva. Nas duas sub-áreas foi realizada uma pesquisa de campo com múltiplos objetivos, entre os quais incluiu-se o levantamento de informações sobre a organização da força de trabalho.

De posse dos resultados daquela pesquisa de campo, observei que os dados então obtidos sobre sindicalismo não corroboravam a idéia central deste trabalho, posto que os níveis de sindicalização eram maiores no Sistema Jacobina quando comparado com aqueles obtidos no Maciço do Feijão. Resolvi então examinar minuciosamente as condições históricas de formação do sindicalismo e do movimento operário no Brasil.

Com relação ao movimento operário, encontrei registro de movimentos grevistas ainda no final do século XIX. Todavia, a legislação sindical aparece na cena brasileira somente a partir de 1903, quando foi regulamentada a existência das associações patronais na agricultura. As classes trabalhadoras tiveram igual tratamento em 1907. Em ambas as iniciativas, percebe-se claramente o espírito liberal-ortodoxo que atravessa a Constituição de 1889 e que dominou a ordem institucional na sociedade envolvente até 1930. Nas três primeiras décadas do século XX, Sociedades de Auxílio Mútuo, e mesmo vários sindicatos, organizaram parte da força de trabalho, principalmente, nas áreas de concentração industrial (São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco), quase sempre com inspiração anarquista e fortemente influenciada pela

(258) Até 1933 o Maciço do feijão era constituído por 6 municípios, sendo neste ano, subdividido em 10 municípios.

imigração européia. Neste período registram-se numerosas greves operárias quase sempre fortemente reprimidas, o que não impediu que muitas conquistas fossem alcançadas (regulamentação do trabalho da mulher e do menor, lei de férias, redução da jornada de trabalho, entre outras).

A Revolução de 1930 pôs fim ao período anarco-sindical e lançou as bases para a transição do modelo primário-exportador para o modelo de industrialização centrado na substituição de importações.

O período 1930-1935 foi pródigo na produção de legislação sindical-trabalhista. O Governo Vargas tentou inicialmente cooptar o movimento operário, criando o Ministério do Trabalho com a explícita determinação de outorgar ao Estado, a regulação das relações entre o capital e o trabalho. O Partido Comunista Brasileiro - que houvera sido criado em 1922 e exercia então, forte influência no movimento sindical operário - tentou, com algum êxito inicial, resistir ao controle oficial dos sindicatos, conforme determinava o Decreto de 1931, o qual obrigava-os a submeterem-se à rígida burocracia do Estado.

O esforço de cooptação do Estado vai ser acompanhado por forte repressão sobre as lideranças e sobre os próprios sindicatos a partir de 1935, quando começa, na prática, o Estado Novo para a classe operária no Brasil. Muitos líderes presos, deportados ou foragidos, intervenção nos sindicatos mais combativos e forte repressão aos movimentos grevistas, foram ingredientes da estratégia do Estado Novo para impor contundente derrota às hostes mais combativas do movimento sindical. Desta forma, no período 1930-1945 foi amalgamada a legislação que criou a estrutura do chamado "sindicalismo de Estado". A estrutura sindical assim formada, compreende o sistema de relações que assegura a subordinação dos sindicatos às cúpulas do aparelho de Estado - do Executivo, do Judiciário e do Legislativo. Nesta estrutura, qualquer sindicato para representar uma classe, fração

ou segmento da mesma, necessita obter um registro, um reconhecimento, junto ao Ministério do Trabalho, caracterizando a representação sindical como uma OUTORGA pelo Estado, antes que a mesma manifeste sua genuína natureza: a livre e soberana adesão dos trabalhadores a uma entidade para organizar e defender seus interesses. Este reconhecimento oficial pelo Ministério do Trabalho produz importantes consequências práticas, pois é através dele que o sindicato habilita-se a receber as contribuições sindicais obrigatórias, impostas pelo Estado a todos os trabalhadores do mercado formal, sindicalizados ou não. Foi através deste reconhecimento oficial que o Estado impôs aos trabalhadores a chamada UNICIDADE SINDICAL - sindicato único por força da lei. A rigidez desta estrutura permitiu, e até mesmo estimulou, a proliferação de práticas sindicais viciadas como a existência dos "sindicatos de carimbo" e a perpetuação de dirigentes "pelegos" - falsas lideranças trabalhistas em sindicatos fantasmas que, na prática, defendiam interesses espúrios, alheios ao movimento operário.

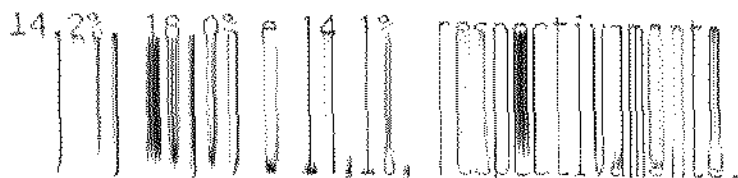
O retorno ao Estado de Direito (1945-1964) não alterou a estrutura sindical de corte fascistas, herdada do Estado Novo. Todavia, o movimento operário no Brasil, neste período, ficou marcado por duas vertentes complementares que, de rasto, repercutiria fortemente na sociedade envolvente: o nacionalismo e o desenvolvimentismo. Estes dois temas estiveram presentes nas pautas de reivindicações dos principais encontros, conferências e congressos dos trabalhadores. São muitas as nuances que os dois temas emprestaram ao debate ao longo do período. Porém, o desenvolvimentismo e, principalmente, o nacionalismo quase sempre foram vistos como fetiches supra-classistas, portadores dos interesses gerais da nação brasileira, portanto, acima dos interesses dos trabalhadores, desdobrando-se na prática, num cenário de formas indefinidas por onde transitavam com desenvoltura políticos populista, lideranças pelegas e autênticas, militares descontentes e saudosistas da ordem liberal anterior a 1930. Entretanto, o saldo dos movimentos sociais no

interregno democrático foi expressivo. Cresceu significativamente o número de sindicatos e de trabalhadores sindicalizados no país e em suas regiões. E, vale ressaltar: foi no período 1945-1964 que entraram em cena os movimentos sociais no campo, com suas associações, ligas camponesas, sindicatos e similares. Um processo rico e fascinante que foi violentamente reprimido pelo governo militar, instalado no poder em 1964, ao arripio da Constituição Federal de 1946.

Do ponto de vista organizativo, o ano de 1963 é de importância ímpar, devido à fundação da CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. Preso às linhas de força da mesma estrutura sindical que o produziu, o movimento sindical de trabalhadores rurais, vai diferenciar-se com a unificação das principais correntes progressistas em torno de uma bandeira de luta: a Reforma Agrária, a mais polêmica das reformas de base. Além disso, a CONTAG, não obstante reunir correntes com orientações políticas distintas e às vezes divergentes, conseguiu transformar-se na "única das confederações de trabalhadores a desenvolver uma intrasigente luta na defesa da categoria que representa". Assim, os 743 sindicatos que participaram da fundação da CONTAG em dezembro de 1963, multiplicaram-se e, hoje, chegam a somar mais de 3200 sindicatos afiliados àquela Confederação. Todavia, a maioria destes STRs não conseguiu escapar à forte repressão de 1964 e ao apelo constituído pelo esforço do Estado para cooptá-los, transformando-os em agências prestadoras de serviços assistenciais na área jurídica e, principalmente, na saúde e previdência rural.

Neste estudo examinei ainda detalhadamente os dados sobre sindicalismo, associações de empregados, partidos políticos e associações comunitárias levantados pela PNAD- 1988, a qual pesquisou percentuais de filiação junto à população ocupada (PO) com idade igual ou superior a 18 anos. Na agricultura brasileira apenas 13,1% da PO é filiada a sindicatos. Na indústria este percentual chega a 23,2%, enquanto no setor terciário não vai

além de 16,6%. No Nordeste do Brasil estes percentuais chegam a



No conjunto total da PO, o percentual de filiação a sindicatos e associação de empregados é de 17,6% para o Brasil e 14,8% para o Nordeste. Só para efeito de comparação, a filiação a sindicatos em 1989, nos EUA chega a 16%. No Japão a 26%, na Alemanha a 33%, Itália a 47%, na Dinamarca a 75% e na Suécia, 84% da PO é filiada a sindicatos.

Apurando mais os dados da PNAD-1988, percebi que tanto no Brasil como no NE, o percentual de filiação a sindicatos e associações é fortemente crescente com o grau de instrução da PO. Assim, no NE chega a 40,4% no estrato com mais de 12 anos de instrução. Indo mais além, pôde-se inferir que a filiação é muito crescente com a classe de rendimento da PO no NE e também no Brasil, onde chega a 41,5% no estrato com rendimento superior a 10 vezes o Piso Nacional de Salário.

Entretanto, estes percentuais de filiação devem ser vistos com cautela, pois dos filiados, 96,6% no Brasil e 97,0% no NE, apontaram a assistência médica e jurídica do sindicato como motivo de filiação. A atividade política dentro dos sindicatos motivou apenas 2,6% no Brasil no Brasil e 5,1% no NE entre o conjunto dos filiados. Estes dados indicam com muita clareza que os sindicatos foram transformados em agências avançadas para prestação de serviços jurídicos e de saúde, dando suporte a políticas do Estado que lhes impunha forte heteronomia.

Sabe-se que a heteronomia e a fragilidade do sindicalismo no Brasil efetivamente, foram estimuladas pelo Estado durante varias décadas, através das políticas de cooptação, da legislação desfavorável e não poucas vezes da repressão. Porém, estes são "ingredientes" quase sempre presentes na história de varios países capitalistas. E, apesar disto em alguns, a força de trabalho alcançou níveis de organização sindical significativo.

conseguindo impor transformações democráticas. Mesmo no Brasil, são diferenciadas as respostas que os produtores diretos ofereceram aos estímulos emanados das políticas do Estado para a área sindical e trabalhista. No Brasil, Na sociedade escravocrata, houve segmentação da força de trabalho em homens livres e escravos, com a estrutura produtiva voltada para valores de troca baseada no trabalho escravo. A população livre não teve sua formação social inteiramente atravessada pela maior contradição capitalista. Durante quase quatro séculos, na população livre predominou a integração vertical na estrutura social, com o clã dando a tônica do tecido social, reduzindo o espaço e as possibilidades de integração social horizontal que aponta para a constituição da classe social, reduzindo também a possibilidade de construção social de uma solidariedade de classe.

É evidente que o próprio desenvolvimento capitalista posterior, a abolição da escravatura, a emergência e constituição do processo de industrialização, vão marcar profundamente os contornos da formação social e recolocar a questão em outros termos. Porém, não o faz num golpe de mão, nem tampouco generalizadamente em todo o país. Nas regiões mais atrasadas estes fatores têm ainda muito peso nas relações sociais e tendem a dificultar uma adesão social às formas convencionais de associações profissionais ou de classe.

Por sua vez, as associações comunitárias e os partidos políticos não apresentaram percentuais significativos de filiação, nem no Brasil nem tampouco no Nordeste. Somados, os percentuais de filiação às duas formas de organização não atingem 17% da PO no Brasil. É significativamente reduzida a filiação da PO a partidos políticos (2,94% no Brasil e 3,24% no Nordeste), revelando com muita veemência, o artificialismo da estrutura e da dinâmica do sistema partidário do Brasil. Muitos são os fatores que determinam o alheamento da PO a estas formas de organização de interesses. A ausência de uma eficiente política pública para o setor educação, certamente deve influir neste quadro.

Considere-se também o tratamento arbitrário que a questão partidária tem recebido do Estado, notadamente, nas duas ditaduras que durante quase quatro décadas modelaram autoritariamente o cenário político do país. Não obstante, no final dos anos setenta, no limitado âmbito institucional criado pela Constituição Federal outorgado pelo Governo Militar em 1967, surge o Partido dos Trabalhadores com a expressa finalidade de representar os interesses dos produtores diretos no Brasil. Apesar da cerrada oposição das classes dominantes, fortemente organizadas corporativamente em suas associações ligadas à produção, o PT vem, a cada eleição, aumentando suas representações no âmbito legislativo, tendo inclusive ganho eleições para o executivo de importantes cidades brasileiras, a exemplo de São Paulo, Santos, Campinas, Fortaleza e Porto Alegre.

Da mesma forma que os sindicatos, também as cooperativas tiveram sua estrutura organizacional sempre determinada por organismos estatais. A partir de 1930, o Estado tenta regular o movimento cooperativista no país, através de intervenções ora assistencialistas, ora centralizadoras. Já em 1932, é decretado o modelo de cooperativismo que deveria enquadrar as cooperativas existentes e a serem fundadas no país. Tal modelo incorporaria princípios e rotinas observados na experiência dos "Pioneiros de Rockdale" na Inglaterra, fechando-se às mediações históricas que pudessem incorporar elementos da realidade objetiva onde tais cooperativas deveriam vicejar. Foram muitas as dificuldades a serem enfrentadas pelo movimento cooperativista no país. Porém, no caso da agricultura, a partir do final dos anos sessenta, com o advento da modernização capitalista do setor, as políticas de intervenção do Estado no cooperativismo vão mover-se da ótica de integração e controle social para centrar-se no apoio à expansão capitalista da atividade econômica. Este é o espírito da legislação produzido no início dos anos setenta e que ainda hoje baliza a política nacional para o cooperativismo.

Como a expansão capitalista foi mais vigorosa no Centro:

Sul, foi nesta região que surgiram e desenvolveram-se as maiores cooperativas agrícolas do país. No Nordeste, apenas as cooperativas ligadas às grandes lavouras (cacau, açúcar, álcool, soja, etc.) conseguiram desempenho satisfatório. Ademais, como existiu, e ainda existe, um empenho todo especial do Estado para apoiar as cooperativas, fica aqui como sugestão de pesquisa a investigação em torno do papel do Estado na diferença qualitativa no nível de atividade das cooperativas nas diferentes regiões do país. Há que considerar ainda que no Sul onde existem experiências exitosas de integração camponesa através de cooperativas - não existiu significativamente a escravidão e a formação social camponesa é diferente daquela mais generalizada no Nordeste.

As organizações formais dos camponeses da área em estudo, evidentemente, vão ser fortemente marcadas pelas determinações que presidiram a constituição e evolução das estruturas e dinâmicas destas organizações em escala nacional. Desta forma, os sindicatos vão orientar suas atividades para uma perspectiva assistencialista, praticamente, desconhecendo os interesses dos camponeses em torno do processo de produção. Os STRs da Região de Irecê, no período analisado, ao incorporarem em sua prática a perspectiva assistencialista, vão substituir os apêndices do aparelho do Estado que tratam da legitimação da classe dominante, configurando desta forma, a heteronomia que atravessa o movimento sindical no semi-árido. Constitui exceção única o STR de Varzea Nova, o qual pagou, com a vida do seu presidente, a ousadia de desafiar a estrutura de poder local que domina a sociedade envolvente. Tal dominação ficou patenteada formalmente, no caso dos municípios que emanciparam na segunda metade dos anos oitenta. Nestes, a fundação do STR vai constituir agenda prioritária dos primeiros dias da administração dos prefeitos conservadores que ali elegeram-se.

As cooperativas, em certa medida, também refletiram as dificuldades interpostas pela transposição de um modelo idílico,

adotado sem mediações, praticamente alheio à cultura da população originária da Região de Irecê. Entretanto, o espectro de interesses que toca a agenda cooperativista é mais amplo e permitiu sua parcial incorporação à dinâmica da modernização capitalista da agricultura no semi-árido, mais especificamente, no Maciço do Feijão, onde a precoce evolução para uma agricultura comercial criou as condições históricas para emergência de um padrão agrário de desenvolvimento capitalista que, por ser menos excluente, permitiu a incorporação precária de largas parcelas do campesinato ao processo produtivo em bases capitalistas na cultura do feijão. Por sua vez, a incorporação parcial do campesinato, longe de ser homogênea, configura-se diferenciada, penalizando fortemente camponeses expropriados que não conseguem sua reprodução social em um mercado de trabalho sazonal, saturado pelas condições de subemprego e desemprego aberto sobejamente conhecidas na Região Nordeste. Um mercado de trabalho sazonal que, na maioria dos anos, torna-se apenas virtual, posto que os anos de seca são mais frequentes que os regulares.

Foi neste contexto que a COOPIRECÊ moveu-se para aglutinar as associações comunitárias em torno de programas que, por um lado, tentaram rebaixar o custo de reprodução social dos camponeses através de projetos orientados para o consumo das famílias. Este é o caso das chamadas BODEGAS COMUNITÁRIAS. Para o consumo intermediário, a COOPIRECÊ orientou programas visando fornecer, através de uma rede de entrepostos, os insumos requeridos pela modernização do processo produtivo nas unidades camponesas de produção. Também através das associações comunitárias, a COOPIRECÊ mediu a relação, sempre difícil, dos produtores mais fragilizados com o capital financeiro; o custeio da produção através do crédito grupal, contratado pelas associações comunitárias, permitiu que parte do campesinato exposto ao processo de decomposição, adquirisse uma sobre-vida, reforçando a tendência não dominante de persistência de unidades camponesas de produção contrapostas às tendências que dominam o modo de produção capitalista. Finalmente, na ponta do processo

produtivo, a COOPIRECÊ conseguiu agilizar a COMPRA ANTECIPADA DA PRODUÇÃO - a CAP - que permitiu parte dos camponeses realizarem a produção de forma grupal e abrigada das severas condições impostas pela cadeia tradicional de comercialização.

Por outro lado, parte dos camponeses sem terra foram incorporados, através de suas associações comunitárias, numa experiência inusitada de produção e realização coletiva nos projetos de irrigação comunitária. Inusitada, porque as experiências dos tradicionais perímetros irrigados do Nordeste, selecionam os seus colonos através de critérios que não consultam as relações de vizinhança e solidariedade que - conforme resultado de pesquisa de campo - constituem a referência maior para a abordagem de problemas do trabalho e do cotidiano dos camponeses, constituindo o fundamento de sua rede de interação.

A experiência com perímetros de irrigação coletiva na Região de Irecê está a merecer uma avaliação criteriosa em trabalho específico. Entretanto, as observações feitas nesta pesquisa evidenciam a fecundidade daquela forma de abordar os problemas mais cruciais para os camponeses do semi-árido: a terra e a água. Sem dúvida, onde a instalação dos perímetros foi realizada mediante a permuta de terra por perfuração de poços na terra do proprietário fundiário, para além dos benefícios pela incorporação dos irrigantes, é de importância fundamental a ampliação dos postos permanentes de trabalho criados na exploração das terras do proprietário fundiário participante da permuta. É uma forma sutil de vincular a "indenização prévia em dinheiro" a um investimento produtivo eficaz no combate à seca, sem "inchar" o aparelho do Estado e sem ampliar o raio potencial de corrupção que, historicamente, tem marcado a ação do Estado nas chamadas FRENTE DE TRABALHO para combater a seca no Nordeste. Vista nesta perspectiva, a ampliação do número de perímetros de irrigação coletiva aparece como uma alternativa de política social para a Região de Irecê que mereça estudos e provavelmente investimentos.

Na pesquisa de campo realizada na Região de Irecê, foram aplicados 263 questionários em uma amostra aleatória e realizadas 12 entrevistas estruturadas com informantes privilegiados escolhidos intencionalmente.

Observou-se que, no total da Região, apenas 3,8% dos produtores procuram o Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) para discutir seus problemas de trabalho ou da comunidade. Cerca de 57% dos produtores consideram a família e a vizinhança interlocutores preferenciais para discutir tais questões.

No total da Região, 40,7% dos produtores da amostra informaram ser sindicalizados. Destes, 34,9% são usuários da assistência médica-odontológica e 4,2% utilizam a assistência jurídica do sindicato.

A sub-área de Jacobina apresentou um percentual mais elevado de filiação (64,7%) e também de demandantes da assistência médica-odontológica (48,5%) e jurídica (7,4%).

Na sub-área do Maciço do Feijão, onde predomina o assalariamento da mão-de-obra volante, egressa da migração circular, o índice de filiação foi menor (27,3%), como também os motivos de filiação: 19,0% para assistência médica-odontológica e 2,49% para assistência jurídica.

A análise comparativa dos dados evidencia a inadequação do sindicato de base municipal ou sub-regional para dar conta dos interesses da mão-de-obra volante, egressa da migração circular que constitui a maioria dos trabalhadores temporários da área em estudo.

As entrevistas estruturadas com informantes privilegiados (diretores de STR, agentes de extensão rural, membros de igrejas e outros) revelam que os STRs perderam sua finalidade imediata

(defesa dos interesses das categorias que representam) para atenderem, precariamente, necessidades cadentes da população carente, mediante a oferta de serviços cuja natureza os remete para objeto de políticas públicas.

Nas visitas aos STRs, ficou evidente também que a maioria dos associados que frequentam o sindicato é constituída por pessoas idosas, muitas pretendentes ou já aposentadas, que procuram os sindicatos para pleitear ou receber benefícios (saúde e aposentadoria). Por sua vez, as diretorias não conhecem e não praticam o "novo sindicalismo" que toma corpo no país, nas áreas onde a agricultura apresentou índices mais elevados de modernização (SP, PR, e RS). A atuação destas diretorias concentra-se em arbitrar questões pessoais entre produtores rurais, papel mais afeito ao trabalho de um juiz de paz. Há registro de casos em que o STR fornece ao patronato, antecipadamente, uma certidão, assinada por ambas as partes, desqualificando liminarmente qualquer tentativa futura que venha o trabalhador a fazer na justiça, para pleitear direitos fundiários ou trabalhistas, advindos de contratos informais de trabalho assalariado permanente ou de parceria. Às vezes, os dois contratantes são associados do mesmo STR, revelando na prática, os conflitos de interesses que emergem da inadequada forma de enquadramento sindical para trabalhadores rurais.

No Sistema Jacobina, as relações sociais mostraram-se mais verticalizadas, tendendo para o uso da violência como forma institucionalizada de solução dos conflitos em torno dos problemas da terra. As associações comunitárias, menos numerosas, são mais expostas ao controle político da classe dominante que as transformam em instrumento de acesso aos programas assistencialistas do Estado. É notório o caso de Várzea Nova. Neste município existe uma associação comunitária com serviços prestados às famílias ali residentes e, a prefeitura age no sentido de dinamizar uma outra "*de propriedade da ex-Primeira Dona do Município*".

A diretoria da Cooperativa de Jacobina - COMAJ - registra a perda sistemática de oportunidades para utilização de recursos do Estado, não poucas vezes a fundo perdido, porém tendo seu uso vinculado à associações comunitárias formalmente organizadas. A própria COMAJ em quarenta anos de existência, constituiu sua trajetória numa sucessão contínua de crises, não conseguindo organizar em torno de si nem mesmo os interesses dos pecuaristas que constituem o núcleo decisório da entidade.

A forma de desenvolvimento capitalista na agricultura do Sistema Jacobina, assentada em combinações agrícolas dominadas pela pecuária extensiva, tem provocado a emergência de conflitos fundiários envolvendo quase sempre a expulsão de posseiros, ocupantes e mesmo de pequenos proprietários fundiários com documentação precária. A violência e impunidade na solução de tais conflitos têm levado os camponeses a desenvolver formas organizadas de associações formais e informais, através das quais tentam responder ao clima de terror implantado pela grilagem.

Os camponeses da Região de Irecê mostram visível conformismo face aos mecanismos de expropriação econômica dissimulados na troca. Porém, o apego à propriedade e posse da terra têm levado os camponeses a resistirem, não poucas vezes, com o uso da violência para responder a violência aberta, subjacente ao processo de acumulação primitiva.

É necessário mencionar a relação estreita entre a grilagem e as políticas públicas voltadas para a acumulação capitalista na agricultura. Ao promover a construção de estradas, eletrificação rural, telefonia nas fazendas, pesquisas agronômicas, assistência técnica, crédito rural e outras políticas, o Estado modificou a condição de geração da renda diferencial II de muitas áreas camponesas semi-ocupadas pela criação hiper-extensiva de caprinos e ovinos, cuja valorização potencial se transforma em objeto preferencial para a acumulação primitiva. É o caso das áreas

denominadas "Fundos de Pasto", palco de muitos conflitos fundiários no Sistema Jacobina.

No Maciço do Feijão, a possibilidade de intercâmbio comercial precoce, ainda no século XVII, permitiu uma forma de ocupação territorial mais aberta à formação de um campesinato estruturado na produção de feijão em solos de elevada fertilidade natural. No Sistema Jacobina, a elevada produtividade da atividade mineira concentrou em si os recursos produtivos, enquanto o abastecimento desde o povoamento, tendeu a realizar-se através da importação de gêneros do Maciço do Feijão e de outras regiões da Bahia.

Nos tempos recentes, a modernização capitalista da agricultura, ao confrontar condições diferenciadas nas duas sub-áreas, desdobrou-se em situações diferenciadas do ponto de vista da intensidade de uso de capital como foi exaustivamente mostrado ao longo deste trabalho. Resultaram condições também diferentes para a organização da força de trabalho, com o Maciço do Feijão tendendo a relações sociais mais democratizadas.

Finalizando, gostaria de reiterar sugestões para algumas linhas de pesquisa e indicações de políticas para minorar os perversos efeitos da exclusão que recai sobre o campesinato.

Então, se o processo de concentração fundiária é admitido como o epicentro das tensões e da violência no campo, a reforma agrária, como reivindicada em sucessivos congressos dos trabalhadores rurais deve ser encaminhada como política social prioritária para a reconstrução da sociedade brasileira voltada, não para segmentos sociais diferenciados, mas para o reencontro de todos os brasileiros como NAÇÃO. Se se percebe a clara diversidade na formação social do campesinato brasileiro, torna-se imperativo pensar a reforma agrária como um processo complexo que dê conta daquelas diversidades, sem violentar a:

formas de socialização desenvolvidas pelos camponeses.

Afigura-se como muito importante a criação da Justiça Agrária - independente do Poder Judiciário hoje existente - como uma experiência renovada que vai ao encontro da maior parcela da população rural do país. Paralelamente, o Estado financiaria organizações internacionais ligadas aos direitos humanos para, elaborar e manter atualizado, o CADASTRO NACIONAL DOS GRILEIROS, para os quais seriam fechados todos os acessos às políticas de expansão da atividade econômica, sem prejuízos de outras penalidades.

Para o semi-árido em particular, parece pertinente realizar profunda investigação científica para comparar as experiências de irrigação comunitária com as frentes de trabalhos e a atuação das políticas e instituições voltadas para o combate à seca.

Com relação as associações de trabalhadores, nunca é demais reiterar a necessidade de encara-las como núcleos de aglutinação de pessoas responsáveis por seus atos, evitando-se qualquer ingerência do Estado em suas relações internas, dispensando-se, portanto, os mecanismos de controle e repressão assinalados ao longo deste trabalho. Assim, problemas como a natureza do sindicato, limites geográficos, enquadramento sindical, articulação entre instâncias de representação sindical, entre outros, passaria a ser matéria de domínio privado, regulada apenas pelo Código Civil. O Estado garantiria a livre adesão às formas de associações que fosse livremente escolhidas pelos trabalhadores.

BIBLIOGRAFIA

- ALBURQUERQUE, L. C. Sistema de Produção III: Jacobina, Salvador, CAR, 1984.
- ALVES, F. J. da C. Modernização da agricultura e sindicalismo: lutas dos trabalhadores assalariados rurais da Região Canavieira de Ribeirão Preto. Tese de Doutorado, Instituto de Economia da UNICAMP, Campinas, 1991.
- ANDRADE, M. C. A terra e o homem no Nordeste. Contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste 5ª edição. São Paulo: Atlas, 1988.
- _____, de - O processo de produção do espaço regional no Nordeste. 2ª ed. Recife. SUDENE, 1979.
- _____, de - Sertão Sul - SUDENE, 1984 - 675 p. Estudos Regionais 1.
- _____, de - L'leve daus le Nord - Est du Bresil. Le Cahiers d'Outre Mer, Bordeaux, 21 (84): 56-77 oct./dec. 1968.
- ANTONIL, A. J. Cultura e opulência no Brasil e suas drogas e minas. São Paulo. Ed. Melhoramentos, s.d.
- ANTUNES, R.C.. O que é sindicalismo. Ed. Brasiliense 16ª ed. São Paulo, 1989. p. 17
- ARACÃO, G.A. Agroindústria e cooperativismo na Bahia. Dissertação de Mestrado. UFBA. Salvador, 1988.
- BANDEIRA, M. O governo Goulart; as lutas sociais no Brasil - 1961/1963 - 6ª edição; Rio de Janeiro; Civilização Brasileira, 1983.

BARRROS, F. B. de - Bandeirantes e sertanistas baianos, Salvador, 1920.

BENETTI, M. D. Origem e formação do cooperativismo empresarial no Rio Grande do Sul. Uma análise do desenvolvimento da COTRIJUI, COTRISA e FECOTRIGO, F .E.E., Porto Alegre, RS, 1982, 170 p.

BENEVIDES, M.V. O PTB e o trabalhismo; partido e sindicato: 1945-1964. Brasiliense, CEDEC, São Paulo.

BOITO JR, A.(Org). O Sindicalismo brasileiro nos anos oitenta. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1991.

BUARQUE DE HOLANDA, S. (ORG). História geral da civilização brasileira.

CARVALHO, J.D. - O Nordeste semi-árido: questões de economia política e de política econômica. Tese de Doutorado - UNICAMP/Campinas, 1985.

CAR. PROGRAMA DE APOIO AO PEQUENO PRODUTOR RURAL. Plano operativo - 1989. Diagnóstico sintético. MIMED.

_____ - Programa de Apoio ao Pequeno Produtor. Avaliação da intervenção governamental no sistema produtivo Fundo de Pasto. CAR, Salvador, 1987.

_____, Seminário sobre a realidade e perspectiva de irrigação comunitária na Região de Irecê. Dezembro de 1987. Mimeo.

_____. II seminário sobre a realidade e perspectiva da irrigação comunitária na Região de Irecê. Questões abordadas. Julho de 1983. Mimeo.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUERITO DA VIOLÊNCIA E IMPUNIDADE NO CAMPO. Assembléia Legislativa do Estado da Bahia. Relatório final. Salvador, Dezembro de 1990. Anexo I, não paginado.

Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional - CAR(Ba). Projeto da Região de Planejamento Irecê. Informações sintetizadas sobre a Região Irecê/x Salvador; sn. mar 1991 n.p. ilus. graf. tab.

COOPIRECÊ. Relatório anual de 1978.

CPE/SEPLANTEC. O pequeno produtor: um trabalhador para a capital. Estudo da subordinação da pequena produção através das organizações rurais na Bahia. Um estudo de caso em Irecê. vol. 2. Salvador 1980. 272 p. tab. ilustr.

CPE/SUPLANTEC-BA. Estratégias de sobrevivência do pequeno produtor rural - cooperativismo. Salvador - 1980 - mimeo. Não paginado.

DIOCESE DE BONFIM. 12a Missão da Terra. Jacobina. 1990. Mimeo não paginado

DRAIBE, S. Rumos e metamorfoses. Estado e industrialização no Brasil: 1930/1960. Paz e Terra, São Paulo.

DUQUE, G. - Estratégia camponesa: ação de classe disfarçada. Encontro Realidade Nordestina, Campina Grande - Pb. 1980.

EMATERBA. Levantamento de realidade agrícola da Região de Irecê. Irecê-BA.1980.

EMATERBA/CAR. Estrutura técnica econômica e social dos pequenos agricultores atendidos pela EMATERBA na Região do PDRI-Irecê, Estado da Bahia. Salvador, 1985.

FAVERO, C. A. Entre bengalas e campos de tensões, as organizações camponesas da Bahia. UFBA. - F.F.C.H. Dissertação de Mestrado. Salvador, Maio - 1991.

Fernandes, F. A revolução burguesa no Brasil. Ed. Zahar, 1975.

FETAG-BA. Relatório de atividade de 1975. Salvador, Bahia, s.d. 24 p. mimeo.

- _____, Relatório de conflitos. Violência no Campo, 89
Salvador, 1990, Mimeo.
- FIBGE - Participação político-social, 1988: Brasil e Grandes
Regiões. Rio de Janeiro, 1990.
- FLEURY, M.T.L. Cooperativas agrícolas e capitalismo no
Brasil. Ed. Global, São Paulo, 1983.
- FREITAS, A. F. G. et alli - O sertão da Bahia
(Aproximações para sua formação histórica.
Seplantec/CEPA. Salvador, 1984.
- FUNDEC. Cooperativa Agrícola Mista de Irecê Responsabilidade
LTDA. Coopirecê. Belo Horizonte. 1980. 89p. tab.
ilust.
- FURTADO, C. Formação econômica do Brasil, 6ª ed. Rio de
Janeiro Ed. Fundo de Cultura. 1964.
- BARCEZ, A. N. R. Fundo de pasto, um projeto de vida
Sertaneja. Mestrado em Direito Econômico da
UFBA/SEPLANTEC-SA. Salvador, 1987.
- GIANNOTTI, V. A Liberdade sindical no Brasil. Ed.
Brasiliense, São Paulo, 1987.
- GRZYBOWSKI, C. Caminhos e descaminhos dos movimentos
sociais no Campo. Ed. Vozes, Rio de Janeiro, 2ª Ed.
1987
- GRZYBOWSKY, C. et alli. Os infortúnios da boa intensão.
Projeto Bambiú Irecê/Bahia. IN:Proposta (Revista da
Fase). Rio de Janeiro, no.31, out.1986.
- GUIMARÃES, A.P.. Quatro séculos de latifúndio, Fulgor,
Sao Paulo, 1964.
- GUSMÃO, Cupertino - Do bojo do Estado Novo, Rio de Janeiro,
s/ ed., 1945.
- JANVRY, A. The agrarian question and reformism, in Latin
Americam, Baltimore and London. The John Hopkins
University Pres, 1981.

- KABEYAMA A.A. Modernização, produtividade e emprego na agricultura brasileira - Uma análise regional. Tese de doutoramento . UNICAMP 1986.389 p.
- KAISER, B. - Les divisions de l'espace géographique dans les pays sous - développés. Annales Geografic, Paris, 1966
- KAUTSKY, K. A Questão agrária Ed. Proposta.Sao Paulo, 1980.
- LEÃO, S. de D. - Evolução dos padrões de uso do Solo Agrícola na Bahia. Recife - SUDENE, 1987. Tese de Doutorado
- LENIN,V. I. - O Desenvolvimento do capitalismo na Rússia. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1982.
- _____, V. I. - O desenvolvimento do capitalismo nos Estados Unidos: novos dados sobre a agricultura. São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1980.
- MANDEL, E. O capitalismo tardio. São Paulo, Nova Cultural, 1985.
- MARTINS, J. de S. Os camponeses e a política no Brasil. As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Ed. Vozes, Petrópolis, 1986.
- MARX, História crítica de la teoria de la plus Valia B. Aires Ed Brumário. Livro III, 1974.
- _____. O Capital crítica da economia política - Livro 1 vol. II Ed. Difel São Paulo, 1987.
- MELO, M.L. de - Regionalização do Nordeste, Recife, SUDENE, 1978.
- MODESTO, A. Requerimento no 2663/88 ao Presidente da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia. Salvador, 01 de dezembro de 1988.

- Moore Jr., As origens sociais da ditadura e da democracia. senhores e camponeses na construção do mundo moderno Ed. Martins Fontes, SP., 1983.
- MORAIS FILHO, E. de. O problema do sindicato único no Brasil, RJ, s/ ed., 1952.
- MUNAKATA, K. A Legislação trabalhista no Brasil. Ed. Brasiliense. São Paulo, 1981.
- NAVARRO, Z. Movimentos rurais no Sudeste da Bahia. (1955/1964) in Cadernos do CEAS, no 85. 1983.
- NOVAIS, F. A. - Estrutura e dinâmica do Antigo Sistema Colonial. São Paulo Ed. Brasiliense. 1986.
- OLIVEIRA, A. e CUNHA, J.E.M. Uma experiência de horta comunitária com mulheres na Região de Irecê. Ba. irrigada com águas subterrâneas. Salvador, n.d. n.p.
- OLIVEIRA, C.A.B. de - O processo de industrialização - do capitalismo originário ao atrasado. Tese de doutoramento, UNICAMP. Campinas, 1985.
- OLIVEIRA, I. F. Micro-projetos econômicos comunitário. Limites e possibilidades. Cadernos CEAS, no 115. Salvador, maio/junho/1988.
- PDRI-Irecê. Estudo sobre as necessidades de serviço de cooperativismo do pequeno produtor na Região de PDRI-Irecê. Assessoria de Apoio ao Cooperativismo. Salvador, dezembro de 1982. Mimeo. Não paginado.
- PDRI-Irece. Programa de apoio ao pequeno produtor Rural do Nordeste. Recursos hídricos. Dezembro de 1983. Mimeo, não paginado.
- PDRI-Irece. Projeto de irrigação. Versão Preliminar. Salvador, 1984.
- PEARSON, D. - O Homem do Vale do São Francisco. MINTER, DUVALE, Rio de Janeiro, 1972 Tomo 1.

- PINHO, D. Cooperativismo e desenvolvimento econômico, Boletim no 289, FFCL/USP, São Paulo, 1963
- PRADO JUNIOR, C. História econômica do Brasil 378 ed. Ed. Brasiliense, São Paulo, 1976.
- _____, - Contribuição para a análise da questão agrária no Brasil. Revista Brasiliense, no 28, março/abril de 1960, entre outros.
- PROGRAMA NACIONAL DE COOPERATIVISMO, 1 (PRONACOOP - 1976/79) Projeto Diamantino de Cooperativismo - PRODICOOP. Salvador: INCRA, 1978.
- RIOS, G. S. L. O que é cooperativismo. Ed. Brasiliense. São Paulo, 1987.
- ROCHA POMBO - História do Brasil.
- RODRIGUES, L.M. - A Crise do Sindicalismo no Primeiro Mundo. Folha de São Paulo. Tendências/Debates, 22/03/92
- RODRIGUES, W.N. Alguns aspectos da perspectiva da produção de horti-frutícolas na Micro-região de Itace. Marco de 1990. Mineo.
- SAMPAIO, Y et alli. Política agrícola no Nordeste: intenções e resultados - Brasília, Binagri, 1979.
- SANTOS, J. V. T. dos - Colonos do vinho. Estudo Sobre a Subordinação do Trabalho Campones ao Capital. Ed HUCITEC, SP 1984.
- SANTOS FILHO, J. M. Diferenciação econômica e trabalho assalariado: uma análise de pequena produção rural nordestina sob o impacto de uma intervenção governamental. Tese de Doutorado, USP/FFA 1988
- SECRETARIA DA REFORMA AGRÁRIA, RECURSOS HÍDRICOS E IRRIGAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA. Relatório do seminário de avaliação e programação da capacitação de irrigantes, Itace, agosto de 1989.
- SIGAUD, L. Congressos camponeses (1953-1964), in Reforma Agrária, v.11, no 06, Campinas, nov/dez de 1981.

- SILVA, P.P. da Energia e conflito. A construção de hidroelétricas e movimentos sociais no campo. Dissertação de Mestrado - UFBA. Salvador, 1990.
- SILVA, J. G. da (Coord.) Diferenciación campesina y cambio tecnologico: el caso de los productores de frugal em S. Paulo, Campinas, UNICAMP/IICA/PROTAL, Set. 1982 v. 2
- SILVA, J.F. - Depoimento prestado pelo Sr. Jose Francisco da Silva, na Comissão Parlamentar de Inquerito que apura as causas e consequências da cheia no Vale do Sao Francisco. Brasília, abril de 1981. Mimeo.
- SILVA, J.V.S. da Avaliação do desempenho do órgão executor. Irece, abril de 1986. Mimeo não paginado
- SIMONSEN, R. C. História econômica do brasil (1500/1820). 7ª Ed. Sao Paulo. Ed. Nacional/MEC, 1977.
- SORJ, B. - Estado e classes sociais na Agricultura Brasileira, Ed. Zahar, RJ, 198
- SORJ, B. POMPERMAYER, M.J. e CORADINI, D.L. - Camponeses e agroindustriais. transformações sociais e representação politica na avicultura Brasileira. Ed. Zahar, RJ, 1982.119
- SUDENE. Plano para fortalecimento das cooperativas do Nordeste. Recife. 1976. Vol. I.
- SUDENE/ ASSOCENE. Perfil das cooperativas agropecuarias do Nordeste. Assocene/ OCB. Recife, 1984.
- SUDENE/CAR Projeto Irece-BID. Segmento de irrigação. Salvador, 1986. Mimeo. Não paginado.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA / PROGRAMA DE ESTUDOS
ECONÔMICOS E SOCIAIS DAS REGIÕES SEMI-ÁRIDAS DO ESTADO
DA BAHIA. Situação de saúde na Região de Irece.
Salvador, agosto de 1984. Mimeo.

VIANNA, F.V. - Memória Sobre o Estado da Bahia. Salvador,
Tipografia do Diário da Bahia, 1893.

VIANNA, L.W. Liberalismo e sindicato no Brasil. 2a Ed. Rio
de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

WEFFORT, F. C. Sindicatos e política. Universidade de São
Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas. São Paulo. Tese de Livre docência. s/d

WILKINSON J. Uma avaliação de programas governamentais
para produtores de baixa renda - Bahia-Salvador.
Comissão Estadual de Planejamento Agrícola da Bahia,
1982.

WILKSON, J. - O Estado, a agroindústria e pequena
produção, Ed. HUCITEC/CEPA-BA. São Paulo/Salvador,
1986.